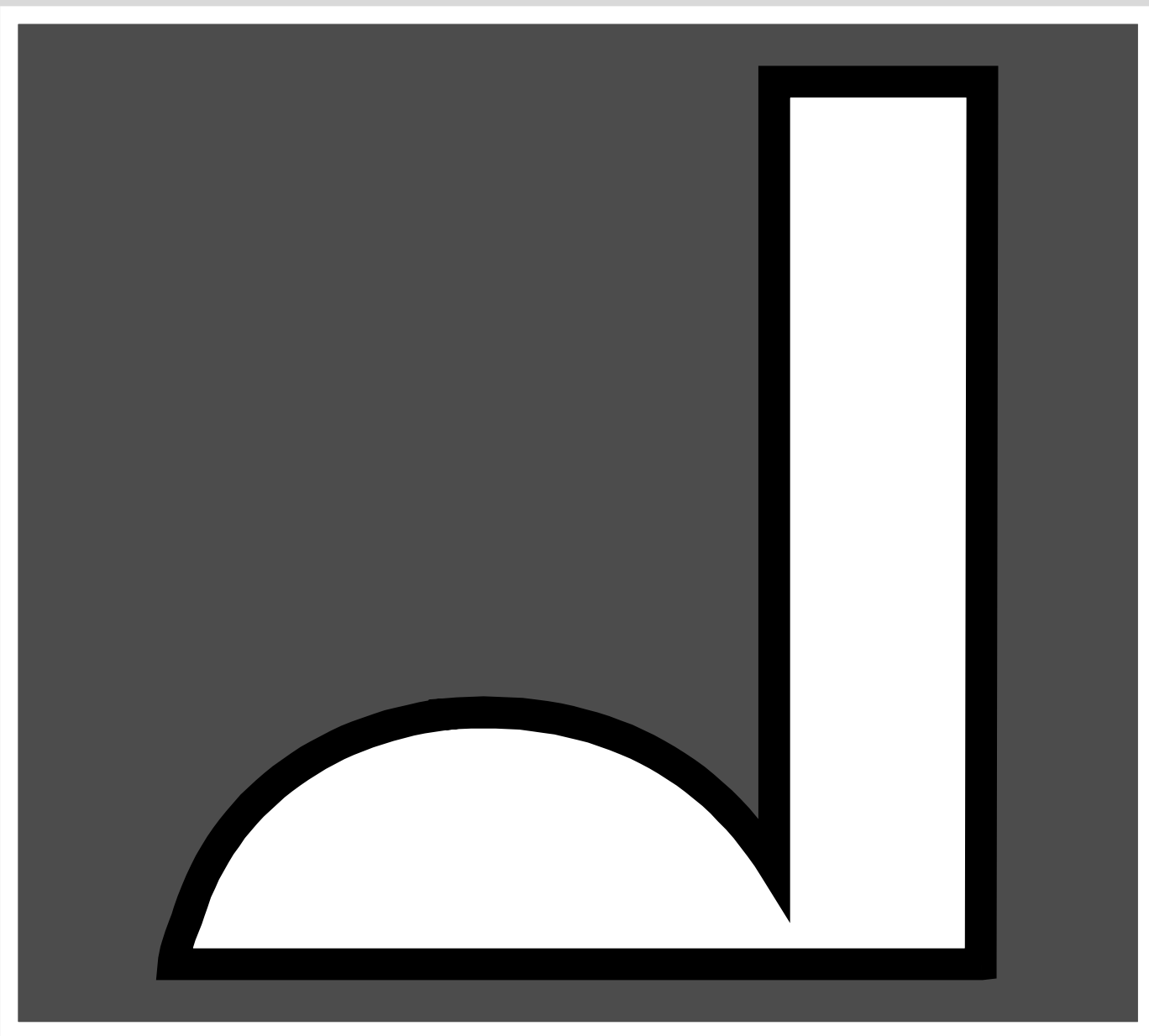




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 142 - QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÕES

Nº 23, de 2001, que dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal.	25285
Nº 24, de 2001, que autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$3,400,000,000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Warszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e dá outras providências.....	25285
Nº 25, de 2001, que autoriza o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado de Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.....	25286

2 – ATA DA 136ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE OUTUBRO DE 2001

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Nº 174/2001, de 10 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 361, de 2001, do Senador Valmir Amaral. As informações ficarão na Secretaria-Geral da Mesa à disposição do requerente, para consulta. ... 25287

2.2.2 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2001 (nº 4.838/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais. 25287

2.2.3 – Pareceres

Nº 1.158, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2000, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a or-

ganização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências..... 25292

Nº 1.159, de 2001, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, e dá outras providências. 25296

Nº 1.160, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2001 (nº 467/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica. 25299

Nº 1.161, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 464, de 2001). 25301

Nº 1.162, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Diversos nº 128, de 1995 (nº 1.683/95, na origem), do Procurador-Geral da República, que encaminha ao Senado

Federal, para conhecimento e providências cabíveis, cópia de relatórios preliminares das perícias técnicas contábeis e médicas, realizadas em procedimentos instaurados na Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em atendimento às recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no Inamps/SUS. 25306

Nº 1.163, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 182, de 2000 (nº 6.168/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 778/2000, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, sobre a construção da Barragem do Açude Público Castanhão, localizada no Município de Alto Santo, no Estado do Ceará. 25310

Nº 1.164, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 94, de 2000 (nº 2.343/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 318/2001, referente à auditoria realizada na Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde. 25312

2.2.4 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2001 (nº 467/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 1060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica, cujo parecer foi lido anteriormente. 25314

2.2.5 – Ofícios do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 64/2001, de 11 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dispõe sobre a regulamentação da profissão Cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, e dá outras providências, em reunião realizada no dia 10 do corrente. 25314

Nº 65/2001, de 11 do corrente, comunicando a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2000, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, em reunião realizada no dia 10 do corrente. 25314

2.2.6 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da com-

posição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 79 e 184, de 2000, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. 25314

2.2.7 – Requerimento

Nº 605, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação do prazo, por mais 180 (cento e oitenta) dias, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 146, de 2001, destinada a apurar as demarcações de terras indígenas na Amazônia, notadamente na Faixa de Fronteira, apresente o relatório final. À publicação. 25314

2.2.8 – Comunicações da Presidência

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso, da Proposta de Fiscalização e Controle nº 3, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Melo, que dispõe sobre os assuntos referidos nos Requerimentos dirigidos aos Ministros da Aeronáutica e Educação, que solicita informações a respeito das medidas formais adotadas para proteger os recursos federais aplicados no Estado do Rio Grande do Norte. Ao Arquivo. 25315

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Althoff e outros senhores Senadores, que altera seção à parte permanente da Constituição Federal, dispondo sobre a atividade de perícia oficial. Ao Arquivo. 25315

Término do prazo único, com apresentação de dez emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2001 (nº 5.075/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. As emendas vão à publicação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e simultaneamente, à de Assuntos Sociais para exame do projeto e das emendas. 25315

Recebimento do Ofício nº S/39, de 2001 (nº 110/2001, na origem), de 16 do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso

Extraordinário nº 174184, que declarou a inconstitucionalidade do art. 25 e parágrafo único da referida lei estadual (reajuste de vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões dos servidores estaduais pela variação do IPC). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.....	25317	tinada a examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.196-3, de 2001.....	25325
Recebimento do Ofício nº S/40, de 2001 (nº 3.725/SPP/01, na origem), de 16 do corrente, da Prefeitura do Município de São Paulo/SP, solicitando ao Senado Federal a ratificação das autorizações para contratação de operações de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, concedidas pela Resolução nº 26, de 2000, especialmente no tocante ao financiamento do Programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Básicos de Saúde – PMAT e do Programa Prioritário de Transportes Urbanos. (Anexada à Resolução nº 26, de 2000). À Comissão de Assuntos Econômicos.	25318	Nº 1.441/2001, de 16 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar PFL/PST na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001.....	25325
2.2.9 – Leitura de projetos		Nºs 884 e 886/2001, de 16 e 17 do corrente, respectivamente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de indicação de membros para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Designação dos Deputados Adolfo Marinho e Jovair Arantes, para integrem, como suplentes, a referida Comissão.....	25325
Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2001, de autoria do Senador Carlos Bezerra, que estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados e Municípios com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.	25318	Nº 38/01, de 17 do corrente, da Liderança do Bloco PDT/PPS na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização...	25325
Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2001, de autoria do Senador Waldeck Ornelas, que dá nova redação ao § 1º do art. 19 da Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, para atribuir prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes. Às Comissões de Educação, e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.....	25320	Nºs 102, e 119 a 124/2001, de 17 do corrente, da Liderança do Bloco PSDB/PPB no Senado Federal, de indicação e substituição de membros nas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura; de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; de Constituição, Justiça e Cidadania; de Educação; de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Fiscalização e Controle, respectivamente.....	25325
Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2001, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.	25322	2.2.12 – Discursos do Expediente	
2.2.10 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição		SENADOR MAURO MIRANDA – Reflexão sobre os resultados de pesquisa referente à participação das microempresas na distribuição de renda na economia nacional e da alta mortalidade dos pequenos negócios no Brasil.....	25327
Nº 43, de 2001, tendo como primeiro signatário a Senadora Marluce Pinto, que altera o inciso II, do § 1º, do art. 40 da Constituição Federal, a fim de fixar em setenta e cinco anos a idade limite para aposentadoria compulsória no serviço público. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	25323	SENADOR IRIS REZENDE – Apelo à Câmara de Gestão da Crise de Energia para que suspenda os cortes de energiaprevistos para as famílias de baixa renda e para as empresas que não se ajustarem às cotas de racionamento.....	25329
2.2.11 – Ofícios		SENADOR ÁLVARO DIAS – Elogios a produtividade das comissões parlamentares de inquérito, ressaltando o papel positivo que desempenharam nos últimos anos. Avaliação do impacto produzido pelos trabalhos da CPI do Futebol. ..	25332
Nº 188/2001, de 10 do corrente, da Liderança do PT na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista des-		SENADOR NEY SUASSUNA – Repúdio à publicação de notas na imprensa referentes à indicação de S. Exª para ocupar a pasta do Ministério da Integração Nacional. Denúncias contra fiscais do Ibama, pela exigência do pagamento paraliberação de licença que possibilitaria a criação de camarão nas aldeias indígenas do Estado da Paraíba. Homenagem pelo transcurso do Dia do Professor, em 15 de outubroúltimo.....	25334
		SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados para providenciar a anulação da sessão daquela Casa, que aprovou o projeto que concede 13º salário a ex-deputados e pensionistas.	25338

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Repúdio à votação do projeto que concede 13º salário a ex-deputados e pensionistas, bem como, o aumento de seus subsídios, realizada na Câmara dos Deputados.

25339

SENADOR MAGUITO VILELA – Censura ao projeto que concede 13º salário aos ex-congressistas. Críticas à atuação do Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, nas negociações com os professores e funcionários grevistas das universidades federais.

25340

SENADOR ROBERTO FREIRE, como Líder – Apelo para o restabelecimento da Subcomissão da CPI do Judiciário, para apurar denúncias contra a Petrobras, relativas à concessão de liminares favoráveis às distribuidoras.

25342

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999-Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a Senador, de parentes de até o segundo grau. Rejeitado, tendo usado da palavra os Srs. José Eduardo Dutra, Lúcio Alcântara, Artur da Távola, Edison Lobão, Bello Parga, Roberto Requião, Lindberg Cury, Sebastião Rocha e Lúdio Coelho, a Sra. Heloísa Helena, o Sr. Geraldo Cândido, a Sra. Marina Silva, e os Srs. Eduardo Suplicy, Roberto Freire, Amir Lando e Jefferson Péres. (Votação nominal).

25343

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo).

25355

2.3.1 – Questão de Ordem

Suscitada pelo Senador José Fogaça, nos termos do art. 288, do Regimento Interno do Senado Federal, referente ao quorum qualificado de três quintos para aprovação de proposta de emenda à Constituição, em virtude da vacância pela Representação do Estado do Pará, havendo o Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, respondido à questão de ordem.

25356

2.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas

ou de exploração de trabalho escravo). Aprovada em primeiro turno, ficando rejeitada a Emenda nº 1-Plen. (Votação nominal). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação para o segundo turno.

25357

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999 (Parecer nº 1.165, de 2001-CCJ). À publicação....

25358

Item 3 (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 193, de 2001, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Ney do Prado Diegues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Cooperativista da Guiana, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Granada. Aprovado, após a leitura do Parecer nº 1.166, de 2001-CRE. (Votação secreta por sobrecartas).

25359

Item 4 (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 200, de 2001, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suazilândia. Aprovado, após a leitura do Parecer nº 1.167, de 2001-CRE. (Votação secreta por sobrecartas).

25359

Item 5 (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Iris Rezende, sobre a Mensagem nº 213, de 2001, da Presidência da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Artur Denot Medeiros, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha. Aprovado, após

a leitura do Parecer nº 1.168, de 2001-CRE. (Votação secreta por sobrecartas).....	25360	Constituição Federal (inclui o cirurgião-dentista na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados). Não houve oradores, na quarta sessão de discussão, em primeiro turno.....	25366
2.3.3 – Fala da Presidência		Item 8	
Referente à decisão do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves, de anulação da votação do Projeto de Resolução nº 1, de 2001-CN, que concede pagamento de 13º salário e aumento salarial a aposentados, ex-parlamentares e pensionistas, tendo usado da palavra o Senador Osmar Dias.....	25360	Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que acrescenta o § 3º ao art. 50 da Constituição Federal (trâmite de informações e documentos sigilosos). Não houve oradores, na segunda sessão de discussão, em primeiro turno.	25366
2.3.4 – Pronunciamentos		Item 9	
SENADOR MAURO MIRANDA – Repúdio à atitude do Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, de não receber comissão de senadores que visavam tratar da greve nas universidades públicas.....	25362	Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2001 (nº 985/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Fátima para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Osasco, Estado de São Paulo. Aprovado. À promulgação.....	25366
O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apoio à manifestação do Sr. Mauro Miranda.....	25362	Item 10	
SENADOR PEDRO SIMON – Apelo ao Presidente do Congresso para que agende sessão solene em homenagem à memória do ex-Governador Mário Covas.	25362	Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2001 (nº 1.037/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul. Aprovado. À promulgação.	25367
SENADORA HELOÍSA HELENA – Manifestação contrária ao argumento de que a Oposição protestaria contra o Governo Fernando Henrique Cardoso, na sessão de homenagem ao ex-Governador Mário Covas, conforme pronunciamento do Sr. Pedro Simon.	25363	2.3.6 – Discurso após a Ordem do Dia	
O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Resposta ao Senador Pedro Simon.	25363	SENADOR CASILDO MALDANER – Discussão, na Comissão de Assuntos Sociais, de projeto de lei que permite a concessão de licença maternidade às mães de crianças adotadas.	25367
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro de ofício encaminhado pelo Ministro da Educação, relatando seus esforços de negociação com os professores universitários em greve. Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Governador de Roraima, Sr. Fernando Ramos Pereira.	25363	2.3.7 – Discursos encaminhados à publicação	
2.3.5 – Ordem do Dia (continuação)		SENADOR CARLOS BEZERRA – Premência na efetiva vigência da Lei nº 9.974, de 2000, que ordena o recolhimento adequado das embalagens de produtos agrotóxicos.....	25368
Item 6		SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Regozijo diante das solenidades que marcaram o transcurso do 13º aniversário do Estado de Tocantins.	25369
Requerimento nº 501, de 2001, do Senador Moreira Mendes, solicitando, nos termos regimentais, seja formulada consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da apreciação, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação, dos projetos de decreto legislativo referentes a outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons. Aprovado. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	25366	SENADOR ROMERO JUCÁ – Congratulações ao Ministério de Minas e Energia pela iniciativa de implantação do programa Luz no Campo.....	25370
Item 7		SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Homenagem pelo transcurso, no último dia 4, da descoberta do Rio São Francisco.....	25372
Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos Deputados), que altera a alínea c do inciso XVI do art. 37 da		2.3.8 – Comunicação da Presidência	
		Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.	25463

2.4 – ENCERRAMENTO		Nº 2.001, de 2001, referente ao servidor	
3 – DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR		Cláudio Medeiros de Souza.	25498
Do Senador Eduardo Suplicy, proferido na sessão do dia 16 de outubro de 2001. (Republi- cação).....	25464	Nº 2.002, de 2001, referente ao servidor	
4 – RETIFICAÇÃO		Evilásio Ristow.	25499
Ata da 116ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 19 de setembro de 2001, e publica- da no Diário do Senado Federal do dia subse- quente.....	25491	Nºs 2.003 e 2.004, de 2001, referente à servidora Aurora Pereira Cavalcante França.	25499
5 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL		Nº 2.005, de 2001.	25500
Nºs 132 e 133, de 2001.	25492	Nº 2.006, de 2001, referente à servidora	
6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL		Andréa Carneiro Vieira.	25501
Nºs 1.977 a 1.980, 1.983, e 1.985 de 2001 (Republicação)	25493	Nº 2.007, de 2001, referente à servidora	
Nº 1.996, de 2001, referente à servidora		Lindalva Umbelina Ferreira.	25502
Izabel Pereira Marques.	25496	Nºs 2.008 a 2.014, de 2001.	25502
Nº 1.997, de 2001, referente à servidora		Nº 2.015, de 2001, referente ao servidor	
Taíde Aragão Campelo.	25496	Wanderley José Neiva Souto.	25506
Nº 1.998, de 2001, referente ao servidor		Nºs 2.016 a 2.019, de 2001.	25506
Carlos Roberto de Almeida.	25497	7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
Nº 1.999, de 2001, referente ao servidor		8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Jodimar Alves de Castro.	25497	9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
Nº 2.000, de 2001.	25498	10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON- JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2001

Dá nova redação ao art. 2º da Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução nº 20, de 2001, do Senado Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As garantias a serem renovadas, adequadas e ampliadas deverão observar o estabelecido na Resolução nº 2.887, de 2001, do Conselho Monetário Nacional, na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, e eventuais alterações desses normativos, com as seguintes condições financeiras:

.....
II – taxa de juros: entre 4% a.a. (quatro por cento ao ano) e 10,75% a.a. (dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano), em conformidade com as resoluções do Conselho Monetário Nacional e a lei que disciplinam o Programa;

.....
IV – condições de pagamento: prazo de reembolso de até 20 (vinte) anos e prazo de carência, quando for o caso, de até 3 (três) anos, ambos em conformidade com as resoluções do Conselho Monetário Nacional e a lei que disciplinam o Programa.

..... "(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001. – Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 2001

Autoriza a República Federativa do Brasil a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polônia, no montante atual de US\$ 3,400,000,000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), na forma dos contratos assinados com o Bank Handlowy w Warszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a realizar operações que permitam o recebimento antecipado de crédito externo junto à República da Polónia, no montante atual de US\$ 3,400,000,000.00 (três bilhões e quatrocentos milhões de dólares norte-americanos), substanciados nos contratos celebrados entre o Banco Central do Brasil e o Bank Handlowy w Warszawie S.A., a partir de diretrizes estabelecidas na Ata de Entendimentos, no âmbito do chamado Clube de Paris e do Acordo Bilateral aprovado pela Resolução nº 40, de 1992, do Senado Federal.

§ 1º As operações a que se refere o caput deste artigo poderão ser realizadas mediante as opções de securitização, de venda, de recompra pelo devedor ou pela República da Polónia, ou, ainda, de uma combinação entre as operações mencionadas.

§ 2º A escolha entre as opções a que se refere o § 1º deverá considerar, no mínimo, as seguintes condições:

I – obtenção do maior volume de recursos antecipados do valor nominal do crédito, em termos de valor presente líquido, sem prejuízo da minimização do risco de execução; e

II – taxa de desconto efetiva do valor do crédito vantajosa para o País, especialmente em relação ao custo de captação de recursos externos pela União.

Art. 2º É a União autorizada a contratar instituições financeiras para a execução das operações de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. As instituições financeiras que vierem a ser contratadas serão remuneradas tomando-se por base os níveis praticados no mercado internacional.

Art. 3º O Banco Central do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, será o responsável pela execução das operações de que trata esta Resolução.

Art. 4º O Banco Central do Brasil deverá prestar contas ao Senado Federal mediante envio de relatório circunstanciados sobre as operações realizadas.

Parágrafo único. O relatório de prestação de contas deverá ser enviado em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da data da liquidação da operação, de forma abrangente e analítica, e contemplar, necessariamente, as seguintes informações:

I – descrição das características da operação, da sua execução, e das condições de mercado vigentes;

II – análise financeira da operação, detalhando os benefícios obtidos, a taxa de desconto efetiva aplicada na antecipação do crédito e o cálculo do valor recebido; e

III – cópia da documentação relativa a cada operação realizada.

Art. 5º Obedecidos os termos da Resolução nº 40, de 1992, do Senado Federal, e observadas as disposições constitucionais e legais vigentes, é a União autorizada a adquirir toda a titularidade dos créditos e a destinar o valor de 10% (dez por cento) do principal referido na mencionada Resolução, ao Ministério da Defesa, em benefício de qualquer um ou de todos os Comandos Militares, em seus programas de reaparelhamento.

Art. 6º O percentual de 90% (noventa por cento) dos recursos decorrentes das operações de que trata esta Resolução será obrigatoriamente aplicado em investimentos constantes de Lei Orçamentária Anual da União e distribuído de forma equânime entre as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Art. 7º O prazo para o exercício desta Resolução é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001. – Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 2001

Autoriza o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado de Mato Grosso, a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado de Mato Grosso, autorizado a assinar aditivo contratual com o Banco do Brasil S/A, no valor de R\$ 4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001.

Art. 2º A operação de refinanciamento a que se refere o art. 1º tem as seguintes características:

I – credor: Banco do Brasil S/A;

II – devedor: Departamento de Viação e Obras Públicas – DVOP (MT), autarquia pertencente ao Governo do Estado de Mato Grosso;

III – valor da operação de crédito: R\$ 4.307.988,11 (quatro milhões, trezentos e sete mil, novecentos e oitenta e oito reais e onze centavos), a preços de 14 de janeiro de 2000, com base na Lei nº 10.177, de 2001;

IV – prazo de pagamento: em 60 (sessenta) meses;

V – objetivo da operação: refinanciamento de dívida vencida em 1997 junto ao Banco do Brasil S/A e relativa a repasse de recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, objetivando redução do saldo devedor em cerca de 80% (oitenta por cento) do valor devido [R\$ 27.068.928,20 (vinte e sete milhões, sessenta e oito mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte centavos), na posição de 31 de maio de 2001], inclusive sem a cobrança de multas e juros de mora.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 7 de outubro de 2001. – Senador Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal.

Ata da 136ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 17 de outubro de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Ramez Tebet, Edison Lobão e Antonio Carlos Valadares

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Álvaro Dias –
Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos
Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto –
Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Car-
los Bezerra – Carlos Patrocínio – Casildo Maldaner –
Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo
Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fer-
nando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto –
Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo –
Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges –
Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jef-
ferson Peres – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen –
José Alencar – José Coelho – José Eduardo Dutra –
José Fogaça – Juvenício da Fonseca – Lauro Campos –
Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara –
Lúdio Coelho – Luiz Otávio – Luiz Pontes – Maguito Vi-
lela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce
Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior –
Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Pa-
ulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet –
Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire –
Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá –
Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Ro-
cha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Via-
na – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– A lista de presença acusa o comparecimento de 74
Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos tra-
balhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro
Miranda, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

AVISO

DO MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO

Nº 174/2001, de 10 do corrente, encaminhando as
informações em resposta ao Requerimento nº 361, de
2001, do Senador Valmir Amaral.

As informações ficarão na Secre-
taria-Geral da Mesa à disposição do reque-
rente, para consulta.

PROJETO RECEBIDO

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 100, DE 2001

(Nº 4838/2001, na Casa de origem)

De iniciativa do Presidente da Repúbli-
ca, Cria a autarquia federal Instituto de Pes-
quisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e
dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Da Natureza Jurídica, Finalidade e Competências

Art. 1º Fica criada a autarquia federal Instituto
de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro –
JBRJ, dotada de personalidade jurídica de direito pú-
blico, com autonomia administrativa e financeira, vin-
culada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e
foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º O JBRJ terá como finalidade promover,
realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-ci-
entíficas sobre os recursos florístico do Brasil, visan-
do o conhecimento e a conservação da biodiversida-
de, bem como manter as coleções científicas sob sua
responsabilidade, competindo-lhe, em especial, em
consonância com as diretrizes das políticas nacionais

de meio ambiente fixadas pelo Ministério do Meio Ambiente:

I – subsidiar o Ministério do Meio Ambiente na elaboração da Política Nacional de Biodiversidade e de Acesso a Recursos Genéticos;

II – criar e manter programas de apoio à implantação, estruturação e desenvolvimento de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

III – manter a operacionalização e o controle do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos;

IV – desenvolver e difundir programas de pesquisa científica, visando a conservação da flora nacional, e estimular o desenvolvimento tecnológico das atividades de interesse da botânica e de áreas correlatas;

V – manter e ampliar coleções nacionais de referência, representativas da flora nativa e exótica, em estruturas adequadas, carpoteca, xiloteca, herbário, coleção de plantas vivas;

VI – manter e ampliar o acervo bibliográfico, especializado na área da botânica, meio ambiente e áreas afins;

VII – estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da botânica, ecologia, educação ambiental e gestão de jardins botânicos;

VIII – manter banco de germoplasma e promover a divulgação anual do index seminum no Diário Oficial da União;

IX – manter unidades associadas representativas dos diversos ecossistemas brasileiros; e

X – analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, objetivando a cooperação no campo das atividades de pesquisa e acompanhar a sua execução, ouvido o Ministério do Meio Ambiente.

CAPÍTULO II

Da Constituição e Direção

Art. 3º O JBRJ será dirigido por um Presidente, com mandato de quatro anos, admitida a recondução, e por quatro Diretores, todos de notório saber, nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 1º Além das quatro diretorias, o JBRJ contará com:

I – uma Procuradoria-Geral;

II – uma Auditoria Interna;

III – Conselho Científico;

IV – Conselho Comunitário.

§ 2º As atribuições das diretorias e outros órgãos que compõem o JBRJ, bem como as atribuições de seus dirigentes, serão estabelecidas em regulamento.

Art. 4º O Presidente do JBRJ será substituído, em seus impedimentos, por um dos Diretores, por ele designado, após anuência prévia do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 5º Aos dirigentes do JBRJ é vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput não se aplica aos casos de atividades profissionais decorrentes de vínculo contratuais mantidos com entidades públicas ou privadas de ensino e pesquisa.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e das Receitas

Art. 6º À Autarquia de que trata esta lei serão transferidos as competências, o acervo, as obrigações, os direitos e a gestão orçamentária e financeira dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas do Instituto de Pesquisas JBRJ, unidade integrante da estrutura básica do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 7º Constituem patrimônio do JBRJ os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem conferidos ou que venha a adquirir ou incorporar.

Art. 8º Constituem receitas do JBRJ:

I – as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento-Geral da União;

II – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;

III – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV – o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrições em concursos;

V – retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI – as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que lhe sejam afetadas ou da exploração de imóveis sob a sua jurisdição;

VII – as receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições e dotações de fontes internas e externas; e

VIII – os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública.

Art. 9º No caso de dissolução da Autarquia, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio da União.

CAPÍTULO IV Dos Servidores

Art. 10. Fica criado o Quadro de Pessoal Efetivo da Autarquia JBRJ.

Parágrafo único. Ficam redistribuídos os servidores do Quadro de Pessoal Efetivo do Ministério do Meio Ambiente, lotados na Unidade Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para compor o Quadro referido no caput deste artigo.

CAPÍTULO V Disposições Gerais Transitórias

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir para o JBRJ o acervo técnico e patrimonial, direitos e receitas do Ministério do Meio Ambiente e de seus órgãos, necessários ao funcionamento da Autarquia; e

II – remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente para atender às despesas de estruturação e manutenção do JBRJ, utilizando, como recursos, as dotações orçamentárias destinadas às atividades fins e administrativas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas, previstos na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 12. A Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e a Advocacia-Geral da União prestarão ao JBRJ, no âmbito de suas competências, a assistência jurídica necessária, até que seja provido o cargo de Procurador-Geral da Autarquia.

Art. 13. A publicação da Estrutura Regimental da Autarquia JBRJ marcará a sua instalação, e será feita pelo Poder Executivo, no prazo de trinta dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO JBRJ.

CARGOS	CÓDIGO	QUANTIDADE
Presidente	DAS 101.6	01
Diretor	DAS 102.5	04
Procurador-Geral, Auditor, Coordenador-Geral e Chefe de Gabinete	DAS 101.4	04
Coordenador	DAS 101.3	07
Chefe de serviço	DAS 101.1	06
Assessor Especial	DAS 102.4	03
Assessor	DAS 102.3	04
Assistente	DAS 102.2	02
Auxiliar	DAS 102.1	07
	FG-1	05

b) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA AUTARQUIA ESPECIAL JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	SITUAÇÃO PROPOSTA	
		QUANTIDADE	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,52	1	6,52
DAS 101.5	4,94	4	19,76
DAS 101.4	3,08	4	12,32
DAS 101.3	1,24	7	8,68
DAS 101.1	1,00	6	6,00
DAS 102.4	3,08	3	9,24
DAS 102.3	1,24	4	4,96
DAS 102.2	1,11	2	2,22
DAS 102.1	1,00	7	7,00
SUBTOTAL 1		38	76,70
FG-1	0,31	5	1,55
SUBTOTAL 2		5	1,55
TOTAL (1+2)		43	78,25

PROJETO DE LEI INICIAL Nº 4.838, DE 2001

Cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Da Natureza Jurídica, Finalidade e Competências

Art. 1º Fica criada a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º O JBRJ terá como finalidade promover, realizar, divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando o conhecimento e a conservação da biodiversidade, bem como manter as coleções científicas sob sua responsabilidade, competindo-lhe, em especial, em consonância com as diretrizes das políticas nacionais de meio ambiente fixadas pelo Ministério do Meio Ambiente:

I – subsidiar o Ministério do Meio Ambiente na elaboração da Política Nacional de Biodiversidade e de Acesso a Recursos Genéticos;

II – criar e manter programas de apoio à implantação, estruturação e desenvolvimento de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

III – manter a operacionalização e o controle do Sistema Nacional de Registro de Jardins Botânicos;

IV – desenvolver e difundir programas de pesquisa científica, visando a conservação da flora nacional, e estimular o desenvolvimento tecnológico das atividades de interesse da botânica e de áreas correlatas;

V – manter e ampliar coleções nacionais de referência, representativas da flora nativa e exótica, em estruturas adequadas, carpoteca, xiloteca, herbário, coleção de plantas vivas;

VI – manter e ampliar o acervo bibliográfico, especializado na área da botânica, meio ambiente e áreas afins;

VII – estimular e manter programas de formação e capacitação de recursos humanos nos campos da botânica, ecologia, educação ambiental e gestão de jardins botânicos;

VIII – manter banco de germoplasma e promover a divulgação regular do *index seminum*;

IX – manter unidades associadas representativas dos diversos ecossistemas brasileiros; e

X – analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, objetivando a cooperação no campo das atividades de pesquisa e acompanhar a sua execução, ouvido o Ministério do Meio Ambiente.

CAPÍTULO II

Da Constituição e Direção

Art. 3º O JBRJ será dirigido por um Presidente e por quatro Diretores, todos nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado do Meio Ambiente, e contará com uma Procuradoria-Geral e uma Auditoria Interna.

Parágrafo único. Os dirigentes do JBRJ terão suas atribuições previstas na sua estrutura regimental, aprovada em decreto.

Art. 4º O Presidente do JBRJ será substituído, em seus impedimentos, por um dos Diretores, por ele designado, após anuência prévia do Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 5º Aos dirigentes do JBRJ é vedado o exercício de qualquer outra atividade profissional, empresarial, sindical ou de direção político-partidária.

Parágrafo único. A vedação de que trata o caput não se aplica aos casos de atividades profissionais decorrentes de vínculos contratuais mantidos com entidades públicas ou privadas de ensino e pesquisa.

CAPÍTULO III

Do Patrimônio e das Receitas

Art. 6º À Autarquia de que trata esta lei serão transferidos as competências, o acervo, as obriga-

ções, os direitos e a gestão orçamentária e financeira dos recursos destinados às atividades finalísticas e administrativas do Instituto de Pesquisas JBRJ, unidade integrante da estrutura básica do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 7º Constituem patrimônio do JBRJ, os bens e direitos de sua propriedade, os que lhe forem conferidos ou que venha a adquirir ou incorporar.

Art. 8º Constituem receitas do JBRJ:

I – as dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no Orçamento-Geral da União;

II – os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades públicas nacionais, estrangeiras e internacionais;

III – as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV – o produto da venda de publicações, material técnico, dados e informações, inclusive para fins de licitação pública, de emolumentos administrativos e de taxas de inscrições em concursos;

V – retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros;

VI – as rendas de qualquer natureza, resultantes do exercício de atividades que lhe sejam afetas ou da exploração de imóveis sob a sua jurisdição;

VII – as receitas provenientes de empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições e dotações de fontes internas e externas; e

VIII – os recursos de transferência de outros órgãos da administração pública.

Art. 9º No caso de dissolução da Autarquia, seus bens e direitos passarão a integrar o patrimônio da União.

CAPÍTULO IV

Dos Servidores

Art. 10. Fica criado o Quadro de Pessoal Efetivo da Autarquia JBRJ.

Parágrafo único. Ficam redistribuídos os servidores do Quadro de Pessoal Efetivo do Ministério do Meio Ambiente, lotados na Unidade Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, para compor o Quadro referido no caput deste artigo.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – transferir para o JBRJ o acervo técnico e patrimonial, direitos e receitas do Ministério do Meio Ambiente e de seus órgãos, necessários ao funcionamento da Autarquia; e

II – remanejar, transferir ou utilizar os saldos orçamentários do Ministério do Meio Ambiente para atender às despesas de estruturação e manutenção do JBRJ, utilizando, como recursos, as dotações or-

çamentárias destinadas às atividades fins e administrativas, observados os mesmos subprojetos, subatividades e grupos de despesas, previstos na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 12. A Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e a Advocacia-Geral da União, prestarão ao JBRJ, no âmbito de suas competências, a assistência jurídica necessária, até que seja provido o cargo de Procurador-Geral da Autarquia.

Art. 13. A publicação da Estrutura Regimental da Autarquia JBRJ marcará a sua instalação, e será feita pelo Poder Executivo, no prazo de trinta dias, contados a partir da data de publicação desta lei.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO JBRJ.

CARGOS	CÓDIGO	QUANTIDADE
Presidente	DAS 161.6	01
Diretor	DAS 101.5	04
Procurador-Geral, Auditor, Coordenador-Geral e Chefe de Gabinete	DAS 101.4	04
Coordenador	DAS 101.3	07
Chefe de serviço	DAS 101.1	06
Assessor Especial	DAS 102.4	05
Assessor	DAS 102.3	04
Assistente	DAS 102.2	02
Auxiliar	DAS 102.1	07
	FG-1	05

b) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA AUTARQUIA ESPECIAL JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO.

CÓDIGO	DAS UNITÁRIO	SITUAÇÃO PROPOSTA	
		QUANTIDADE	VALOR TOTAL
DAS 161.6	6,52	1	6,52
DAS 101.5	4,94	4	19,76
DAS 101.4	3,08	4	12,32
DAS 101.3	1,24	7	9,68
DAS 101.1	1,00	6	6,00
DAS 102.4	3,98	3	9,24
DAS 102.3	1,24	4	4,96
DAS 102.2	1,11	2	2,22
DAS 102.1	1,00	7	7,00
SUBTOTAL 1		38	76,70
FG-1	0,31	5	1,55
SUBTOTAL 2		5	1,55
TOTAL (1+2)		43	78,25

MENSAGEM Nº 522, DE 2001

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão, o texto do projeto de lei que "Cria a autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e dá outras providências".

Brasília, 5 de junho de 2001.— Fernando Henrique Cardoso.

EM Interministerial nº 39 MMA/MP

Brasília, 23 de maio de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos a superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a criação da autarquia federal Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro— JBRJ, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

2. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, unidade integrante da estrutura básica do Ministério do Meio Ambiente, criado por D. João VI, em 13 de junho de 1808, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em face do seu significado histórico e cultural, tem como objetivo principal a proteção da biodiversidade. A Instituição tem relevância nacional e internacional, exercendo papel fundamental na conservação da natureza, realizando a classificação, a avaliação e a utilização sustentável do patrimônio genético vegetal, promovendo a educação ambiental, além de estudar a potencialidade dos vegetais a serem postos a serviço da melhoria de qualidade de vida humana.

3. No sentido de dar prosseguimento ao processo de busca da melhor adequação de sua estrutura aos mais modernos modelos de gestão empreendedora, é que foi elaborado o anexo Projeto de Lei, visando criar a autarquia federal JBRJ, pois, na condição de unidade integrante da estrutura básica do MMA, tem limitações decorrentes da falta de autonomia administrativa e de dotações orçamentárias adequadas, as quais tolhem o pleno desenvolvimento de pesquisas e estudos da natureza, a evolução do núcleo científico e a difusão do resultado dos seus trabalhos.

4. Pretende-se, pela modernização e a adequação de sua estrutura, inclusive pela já iniciada aplicação da informática e do geoprocessamento, alcançar a mais adequada consecução dos seus objetivos. Estudos técnicos indicaram que somente a transformação do órgão em autarquia, na forma prevista no art. 37, inciso XIX, da Constituição, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, proporcionar-lhe-á a flexibilização gerencial, possibilitando, inclusive, a captação de recursos em nível internacional, indispensável ao cumprimento de seu papel como centro de pesquisas científicas para a conservação da flora brasileira.

5. Caberá à Autarquia promover, realizar e divulgar o ensino e a pesquisa técnico-científica sobre os recursos florísticos do Brasil, visando o conhecimento e a conservação da biodiversidade. Ser-lhe-ão transferidos os bens móveis e imóveis que estejam sob a guarda do Instituto de Pesquisas JBRJ necessários ao exercício e ao desenvolvimento das suas atividades.

6. Informamos, que os cargos comissionados a serem utilizados pela Autarquia, encontram-se alocados, temporariamente, por meio do Decreto nº 3.715,

de 3 de janeiro de 2001, ao Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, até que se aprove o Projeto em evidência.

7. Ressaltamos que os recursos destinados à estruturação e manutenção do JBRJ encontram previsão na dotação orçamentária do Ministério do Meio Ambiente, para o presente exercício, os quais lhes serão transferidos, quando da aprovação da presente proposta. Complementarmente a tais recursos a Instituição conta, ainda, com as receitas patrimoniais provenientes de acordos e parcerias nacionais e internacionais, cobrança de ingressos, de prestação de serviços, auxílios, contribuições, doações, legados e subvenções, concedidas por entidades de direito público e privado, nacionais e internacionais.

8. Ademais, por não haver geração de despesas adicionais, não se aplicam as disposições constantes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

9. Diante de todos os fatos acima evidenciados, a relevância dessa circunstância foi reconhecida e admitida como plausível pelos signatários desta Exposição de Motivos, uma vez que o JBRJ passará a ter uma Estrutura Organizacional adequada para condução das políticas de governo sob sua responsabilidade.

10. São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter o anexo Projeto de Lei à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente, José Sarney Filho, Ministro de Estado do Meio Ambiente – Martus Tavares, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais.)

PARECERES

PARECER Nº 1.158, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2000, de autoria do Senador Paulo Souto, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Relator: Senador Lúcio Alcântara

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2000, de autoria do Senador Paulo Souto, define novas regras para as transferências da União destinadas ao financiamento de ações e serviços do Sistema Único de Saúde, a serem executadas pelos estados, municípios e o Distrito Federal.

Para tanto, acrescenta dois parágrafos ao art. 33 e um parágrafo ao art. 35 da Lei Orgânica da Saúde, além de revogar o § 1º da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, de tal forma que tais transferências passem a ser feitas:

a) diretamente e de forma regular e automática, em conformidade com cotas previstas em programação e cronograma aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde;

b) dispensada a celebração de convênios ou outros instrumentos jurídicos; e

c) em montantes determinados segundo o quociente de sua divisão pelo número de habitantes, independentemente de qualquer procedimento prévio (essa regra alcança 75% do total anual de recursos destinados a estados, DF e municípios).

O projeto se propõe como uma contribuição ao avanço do processo de descentralização em curso no setor saúde e um mecanismo para alterar a situação de "desequilíbrio institucionalizado", segundo a qual os estados mais ricos e com mais recursos assistenciais recebem, proporcionalmente, mais recursos que os mais pobres e menos desenvolvidos, em serviços e tecnologia de saúde.

Encontra-se em apreciação por esta Comissão em caráter terminativo e, decorrido o prazo regimental, não foi objeto de emenda.

II – Análise

Independentemente do mérito da proposição, um fato novo altera a perspectiva segundo a qual essa matéria deve ser tratada neste momento nesta Comissão e no Congresso Nacional: a aprovação da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, dando novas diretrizes para o financiamento da saúde.

O novo § 3º acrescido ao art. 198 da Constituição Federal – que trata do financiamento do Sistema Único de Saúde – determina que o estabelecimento de "critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais" será feito por uma lei complementar.

III – Voto

Em vista do exposto, consideramos que o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2000, fica prejudicado pela aprovação e sanção da Emenda à Constituição nº 29, de 2000, – especificamente em vista do que dispõe seu art. 6º –, em razão do que o voto é pelo seu Arquivamento.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2001. – Romeu Tuma, Presidente – Lúcio Alcântara, Relator – Tião Viana – Romero Jucá – Lauro Campos – Juvêncio da Fonseca – Maria do Carmo Alves – Ademir Andrade – João Alberto Souza – Moreira Mendes – Waldeck Ornelas – Maguito Vilela – Nabor Júnior – Emília Fernandes – Sebastião Rocha – Geraldo Cândido – Mauro Miranda – Osmar Dias – Geraldo Althoff – Leomar Quintanilha – Marluce Pinto.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS 3
LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 79/2000

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGUITO VILELA		X			1) CASILDO MALDANER				
MARLUCE PINTO		X			2) GILVAM BORGES				
MAURO MIRANDA		X			3) VALMIR AMARAL				
PEDRO SIMON		X			4) JOÃO ALBERTO SOUZA		X		
JUVÊNCIO DA FONSECA		X			5) AMIR LANDO				
VAGO					6) CARLOS BEZERRA				
VAGO					7) ALBERTO SILVA		X		
VAGO					8) NABOR JUNIOR				
VAGO					9) VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					1) BERNADO CABRAL				
JONAS PINHEIRO					2) PAULO SOUTO				
WALDECK ORNELAS		X			3) JOSÉ AGRIPINO				
GERALDO ALTHOFF		X			4) CARLOS PATROCÍNIO (SP/Partido)				
MOREIRA MENDES		X			5) ANTÔNIO CARLOS JUNIOR				
MARIA DO CARMO ALVES		X			6) JOSÉ COELHO				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS					7) VAGO				
LINDBERG CURY					8) VAGO				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1) RICARDO SANTOS				
LÚCIO ALCANTARA		X			2) TEOTÔNIO VILELA FILHO				
LUIZ PONTES					3) GERALDO MELO				
OSMAR DIAS Filhou-se ao PDT em 24.09.01		X			4) ALVARO DIAS Filhou-se ao PDT em 24.09.01				
ROMERO JUCA		X			5) VAGO				
LEOMAR QUINTANILHA (PPB)		X			6) LÚDIO COELHO				
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EMÍLIA FERNANDES (PT)		X			1) GERALDO CÂNDIDO (PT)		X		
LAURO CAMPOS (PDT)		X			2) HELOISA HELENA (PT)				
MARINA SILVA (PT)					3) JEFFERSON PERES (PDT)				
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)		X			4) JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)				
TIÃO VIANA (PT)		X			5) ROBERTO FREIRE (PPS)				
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE		X			1) VAGO				

TOTAL: 21 SIM: — NÃO: 20 ABSTENÇÃO: — SALA DAS REUNIÕES, EM 10/10/2001

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF).

PRESIDENTE

LEGISLAÇÃO ANEXADA PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, DE 2000*

Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado do Brasil, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A alínea e do inciso VII do art. 34 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34.
.....”

“VII –
.....”

“e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 2º O inciso III do art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35.
.....”

III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde;”

Art. 3º O § 1º do art. 156 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 156.....”

“§ 1º Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá:”

“I – ser progressivo em razão do valor do imóvel; e”

“II – ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.”

“.....”

Art. 4º O parágrafo único do art. 160 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 160”

“Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos:

“I – ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias;”

“II – ao cumprimento do disposto no art. 198, § 2º, incisos II e III.”

Art. 5º O inciso IV do art. 167 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 167.
.....”

“IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde e para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, e 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

“.....”

Art. 6º O art. 198 passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, numerando-se o atual parágrafo único como § 1º:

“Art. 198.
.....”

“§ 1º (parágrafo único original)”

“§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:”

“I – no caso da União, na forma definida nos termos da lei complementar prevista no § 3º;”

“II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;”

“III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.”

“§ 3º Lei Complementar, que será revalidada pelo menos a cada cinco anos, estabelecerá:”

“I – os percentuais de que trata o § 2º;”

“II – os critérios de rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos

* Publicada no Diário Oficial, de 14 de setembro de 2000.

Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais;"

"III – as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas esferas federal, estadual, distrital e municipal;"

"IV – as normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.

"Art. 7º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 77:

"Art. 77. Até o exercício financeiro de 2004, os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes:"

"I – no caso da União:"

"a) no ano 2000, o montante empenhado em ações e serviços públicos de saúde no exercício financeiro de 1999 acrescido de, no mínimo, cinco por cento;"

"b) do ano 2001 ao ano 2004, o valor apurado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto – PIB;"

"II – no caso dos Estados e do Distrito Federal, doze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios; e"

"III – no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º"

"§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que apliquem percentuais inferiores aos fixados nos incisos II e III deverão elevá-los gradualmente, até o exercício financeiro de 2004, reduzida a diferença à razão de, pelo menos, um quinto por ano, sendo que, a partir de 2000, a aplicação será de pelo menos sete por cento."

"§ 2º Dos recursos da União apurados nos termos deste artigo, quinze por cento, no mínimo, serão aplicados nos Municípios, segundo o critério populacional, em ações e serviços básicos de saúde, na forma da lei."

"§ 3º Os recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinados às ações e serviços públicos de saúde e os transferidos pela União para a mesma finalidade serão aplicados por meio de Fundo de Saúde que será acompanhado e fiscalizado

por Conselho de Saúde, sem prejuízo do disposto no art. 74 da Constituição Federal."

"§ 4º Na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo."

Art. 8º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 2000.

A Mesa da Câmara dos Deputados: Michel Temer, Presidente – Heraclito Fortes, 1º Vice-Presidente – Severino Cavalcanti, 2º Vice-Presidente – Ubiratan Aguiar, 1º Secretário – Nelson Trad, 2º Secretário – Jaques Wagner, 3º Secretário – Efraim Moraes, 4º Secretário.

A Mesa do Senado Federal: Antonio Carlos Magalhães, Presidente – Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente – Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente – Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário – Carlos Patrocínio, 2º Secretário – Nabor Júnior, 3º Secretário.

Redação Anterior

Art. 34, VII:

"e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

Art. 35:

"III – não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;"

Art. 156:

"§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade."

Art. 160:

"Parágrafo único. A vedação prevista neste artigo não impede a União e os Estados de condicionarem a entrega de recursos ao pagamento de seus créditos, inclusive de suas autarquias."

Art. 167:

"IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino, como determinado pelo art. 212, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem assim o disposto no § 4º deste artigo;"

Art. 198:

"Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade.

Parágrafo único. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes."

PARECER Nº 1.159, DE 2001

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, e dá outras providências.

Relator: Senador Valmir Amaral (art. 84 III)

I – Relatório

Encontra-se em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, de autoria do nobre Senador Arlindo Porto. Trata-se de proposição que objetiva regulamentar as profissões de cerimonialista, técnico de cerimonial e auxiliar de cerimonial, além de criar conselho federal e conselhos regionais para exercer a fiscalização do exercício dessas atividades.

Afirma-se, justificando a iniciativa, que houve um aumento na demanda por essas atividades e, conseqüentemente, há um número maior de pessoas ocupadas nesse tipo de trabalho, bem assim um número crescente de interessados na defesa dos interesses desses profissionais. Daí a necessidade de estabelecer parâmetros regulamentares para o exercício dessa profissão: "assim, precisamos estabelecer os direitos e as obrigações de todos que desenvolvem esse trabalho, para o qual estão migrando profissionais das mais diversas profissões e formações. Não podemos impedir o que a natureza produz. São inúmeros os exemplos que temos em dezenas de profissões que buscaram especialização devido à grande demanda".

Na visão exposta, a existência de uma regulamentação servirá como um instrumental especifica-

mente voltado para a realização de um bom trabalho. Também há registro de que já estão sendo preparados, além dos cursos profissionalizantes de nível médio e fundamental, cursos de nível superior na área de cerimonial. Pretende-se, finalmente, que o Brasil seja modelar nessa área.

É o relatório.

II – Análise

A matéria disciplinada na proposição – regulamentação de profissões – inclui-se entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Com relação à iniciativa e competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais.

Quanto ao mérito, firmamos entendimento favorável à aprovação da matéria. Os argumentos justificadores do projeto, expostos pelo ilustre proponente, são inteiramente procedentes. Trata-se de uma atividade em crescente expansão e que já está merecendo o reconhecimento do legislador. Além disso, são inúmeros os benefícios que podem advir de uma regulamentação clara para a profissão de Cerimonialista, fundamental para a diplomacia e para o estabelecimento de regras de convívio nas relações entre autoridades e na realização de eventos.

Na legislação brasileira são muitas as categorias de trabalhadores que conseguiram a regulamentação das respectivas profissões: há lei para disciplinar a atividade de médicos, advogados, músicos, jogadores e técnicos de futebol, além de outras. A existência de normas específicas para o exercício de cada atividade contribuiu para o desenvolvimento da técnica, da cultura e das artes. A instalação de conselhos, por sua vez, permite que o exercício dessas atividades seja parcialmente regulado pelos próprios membros da corporação, democratizando o debate sobre os objetivos comuns e as expectativas profissionais.

Muitas atividades profissionais não podem ser entregues a qualquer interessado, desprovido de conhecimento especializado. O cerimonial exige seriedade e profissionalismo. A exigência de qualificação e o estabelecimento de algumas restrições ao exercício profissional de leigos certamente são necessários para o desempenho satisfatório do trabalho dos cerimonialistas, dos técnicos em cerimonial e do auxiliar de cerimonial.

Assim, em face da inexistência de vício de inconstitucionalidade ou juridicidade e da procedência das razões de mérito expostas, a regulamentação da profissão de cerimonialista e a criação do "Conselho Federal de Cerimonial" e dos "Conselhos Regionais de Cerimonial", além de serem decorrência da evolução da realidade do mercado de trabalho, represen-

tam, na nossa visão, uma medida justa para com esses profissionais e um estímulo efetivo ao exercício das atividades que desempenham.

III – Voto do Relator

Com essas considerações a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, em hora oportuna apresentado pelo nobre Senador Arlindo Porto, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 20001. –
Romeu Tuma, Presidente – Valmir Amaral, Relator –

Maria do Carmo Alves – Maguito Vilela – Ademir Andrade – Juvêncio da Fonseca – Nabor Júnior – Geraldo Cândido – Lauro Campos – Tião Viana (abstenção) – Waldeck Ornelas (vencido) – Emília Fernandes – Marluce Pinto – Sebastião Rocha – João Alberto Souza – Moreira Mendes (vencido) – Mauro Miranda – Romero Jucá – Lindberg Cury – Leomar Quintanilha.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PLS 184/2000

TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGUITO VILELA	X				1) CASILDO MALDANER				
MARLUCE PINTO	X				2) GILVAM BORGES				
MAURO MIRANDA	X				3) VALMIR AMARAL	X			
PEDRO SIMON					4) JOÃO ALBERTO SOUZA	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				5) AMIR LÂNDIO				
VAGO					6) CARLOS BEZERRA				
VAGO					7) ALBERTO SILVA				
VAGO					8) NABOR JÚNIOR	X			
VAGO					9) VAGO				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA					1) BERNARDO CABRAL				
JONAS PINHEIRO					2) PAULO SOUTO				
WALDECK ORNELAS		X			3) JOSÉ AGRIPINO				
GERALDO ALTHOFF					4) CARLOS PATROCÍNIO (S-Partido)				
MOREIRA MENDES		X			5) ANTONIO CARLOS JÚNIOR				
MARIA DO CARMO ALVES	X				6) JOSE COELHO				
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS					7) VAGO				
LINDBERG CURY	X				8) VAGO				
TITULARES - BLOCO PSDB/PPB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					1) RICARDO SANTOS				
LÚCIO ALCÂNTARA					2) TEOTÔNIO VILELA FILHO				
LUIZ PONTES					3) GERALDO MELO				
OSMAR DIAS FARIAS (an. PDT em 24/09/01)					4) ALVARO DIAS FARIAS (an. PDT em 24/09/01)				
ROMERO JUCÁ	X				5) VAGO				
LEOMAR QUIN FAMILHA (PPB)	X				6) LÚDIO COELHO				
TITULARES - BLOCO OPosição (PT/PDT/PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO OPosição (PT/PDT)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EMÍLIA FERNANDES (PT)	X				1) GERALDO CÂNDIDO (PT)	X			
LAURO CAMPOS (PDT)	X				2) HELOISA HELENA (PT)				
MARINA SILVA (PT)					3) WILFREDSON PERES (PDT)				
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	X				4) JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT)				
TIÃO VIANA (PT)				X	5) ROBERTO FREIRE (PPS)				
TITULARES - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADEMIR ANDRADE	X				1) VAGO				

TOTAL: 20 SIM: 16 NÃO: 02 ABSTENÇÃO: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 10/10/2001

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF).

[Assinatura]
PRESIDENTE

[Assinatura]
18/10/2000

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
.....

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

MINUTA

PARECER Nº , DE 2001

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, que “dispõe sobre a regulamentação da profissão de Cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, e dá outras providências”.

I – Relatório

Encontra-se em exame, nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, de autoria do nobre Senador Arlindo Porto.

Trata-se de proposição que objetiva regulamentar as profissões de cerimonialista, técnico de cerimonial e auxiliar de cerimonial, além de criar conselho federal e conselhos regionais para exercer a fiscalização do exercício dessas atividades. Afirma-se, justificando a iniciativa, que houve um aumento na deman-

da por essas atividades e, conseqüentemente, há um número maior de pessoas ocupadas nesse tipo de trabalho, bem assim um número crescente de interessados na defesa dos interesses desses profissionais. Daí a necessidade de estabelecer parâmetros regulamentares para o exercício dessa profissão: “assim, precisamos estabelecer os direitos e as obrigações de todos que desenvolvem esse trabalho, para o qual estão migrando profissionais das mais diversas profissões e formações. Não podemos impedir o que a natureza produz. São inúmeros os exemplos que temos em dezenas de profissões que buscam especialização devido à grande demanda”.

Na visão exposta, a existência de uma regulamentação servirá como um instrumental especificamente voltado para a realização de um bom trabalho. Também há registro de que já estão sendo preparados, além dos cursos profissionalizantes de nível médio e fundamental, cursos de nível superior na área de cerimonial. Pretende-se, finalmente, que o Brasil seja modelar nessa área.

É o relatório.

II – Análise

A matéria disciplinada na proposição – regulamentação de profissões – inclui-se entre aquelas de iniciativa comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência para legislar sobre o tema é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Com relação à iniciativa e competência para legislar, portanto, não há impedimentos formais constitucionais.

Quanto ao mérito, entretanto, firmamos entendimento contrário a aprovação da matéria. Os efeitos práticos de sua aprovação seriam uma maior rigidez do ordenamento do trabalho, criação de entraves e estruturas burocráticas e consolidação de reservas de mercado. Esses efeitos são típicos das regulamentações profissionais.

Nos termos do inciso XIII do art. 5º da Constituição, “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. Temos, então, que a regra geral é a da plena liberdade de exercício de qualquer profissão, não necessitando a grande maioria das atividades da criação de conselhos para fiscalização ou de regulamentação legal para desenvolver-se satisfatoriamente.

Na legislação brasileira, entretanto, são muitas as categorias profissionais que conseguiram inserir normas aplicáveis aos seus pares: há lei para disciplinar a atividade dos músicos, dos jogadores e técnicos

de futebol, etc. Percebe-se claramente que, em alguns casos, houve excesso na regulamentação, criando-se um aburocraciado desnecessário e propiciando uma repartição do mercado de trabalho, verdadeiros feudos, onde algumas corporações reservam para si os benefícios do exercício profissional.

Por outro lado, algumas atividades profissionais, no entendimento da maioria dos estudiosos do tema, não podem ser entregues a qualquer interessado. A exigência de alguma qualificação e o estabelecimento de algumas restrições ao exercício profissional de leigos certamente são necessários para o desempenho da advocacia, da medicina, da engenharia etc.

Ainda mais, toda a discussão sobre a regulamentação das profissões desenvolve-se dentro de um contexto econômico e político maior. Tem sido aceito, consensualmente, que a regulamentação excessiva retarda o desenvolvimento econômico e inibe a criação de novos empregos. Acrescenta-se a isso a aceleração das mudanças tecnológicas que exige, cada vez mais, mercados de trabalho flexíveis e adaptáveis às novas circunstâncias de produção.

Em consideração à natureza do trabalho cerimonial, que não afeta a liberdade, a saúde e a segurança das pessoas, somos levados a crer que o exercício da profissão de cerimonialista não exige qualificação e regulamentação profissional especial.

Em consequência, menos necessária ainda seria a criação de “Conselhos Federais e Conselhos Regionais”.

De qualquer forma, não há inconstitucionalidade flagrante na criação de conselhos, embora o tema não esteja de todo pacificado na doutrina.

Entretanto, ainda que possa ser reconhecida a constitucionalidade das iniciativas nesse sentido, ou corrigidas eventuais normas inconstitucionais, entendemos que a profissão de cerimonialista não necessita de regulamentação, nem da institucionalização de conselhos.

Ainda que ausentes vícios de inconstitucionalidade, a regulamentação da profissão de cerimonialista e a criação do “Conselho Federal de cerimonial” e dos “Conselhos Regionais de Cerimonial” representam, na nossa visão, um aumento na rigidez da legislação que rege o exercício das profissões que, em face dos argumentos expostos, merecer ser rejeitada.

III – Voto do Relator

Feitas essas considerações a respeito da iniciativa, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000.

Sala das Comissões, Mozarildo Cavalcanti, Relator.

PARECER Nº 1.160 DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2001 (nº 467/99, na Casa origem), que Altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica.

Relator: Senador Sebastião Rocha

I – Relatório

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina, nesta oportunidade, o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2001 (nº 467, de 1999, na origem), que tem por escopo acrescentar inciso ao art. 3º da Lei nº 1060, de 1950, que estabelece normas para a concessão da assistência judiciária aos necessitados. Consoante o teor da proposta, tomar-se-á isenta de recolher custas e emolumentos processuais a parte que, não podendo expender com o exame de parentesco cromossômico (DNA), integra ação de investigação de paternidade ou de maternidade. A isenção, se acolhida a proposta, estará compreendida no rol que também dispensa as custas iniciais para o ajuizamento de ação judicial, despesas com publicação de atos processuais, indenização a testemunha, honorários de advogado e de perito, entre outras.

A proposta sob exame é composta de dois dispositivos e o segundo deles contém a cláusula de vigência.

II – Análise

A Constituição Federal, em seu art. 227, § 6º, garante aos filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Assim, dizer-se filho legítimo como o nascido de genitores casados em tesi, ou filho ilegítimo, para designar o contrário, é fruto de circunstâncias sociais anteriores a 5 de outubro de 1988, quando ainda não existiam tais garantias constitucionais.

Porém, mesmo após a promulgação da Carta Republicana, perdura a incerteza a respeito da paternidade, que é presumida (Código Civil, art. 338), e,

bem assim, em certos casos, sobre a própria maternidade, pois fraudes são perpetradas na designação da mãe biológica, com a atribuição dessa condição a pessoa que nem sequer experimentou a gestação, e que registra – como sua – criança alheia.

Além dos aspectos fáticos apontados, que precisam ser sanados, há outros, em favor da proposta, firmados tanto pela Constituição Federal quanto por leis específicas. Na Constituição tem-se que a criança e o adolescente gozam de especial proteção do Estado, em razão dos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento (CF, art. 227, §, 3º, inciso V).

Essa condição, transitória e excepcional, deve gerar para os civilmente incapazes, isto é, para crianças e adolescentes, o direito de investigar e conhecer a paternidade verdadeira e, em consequência, fruir dessa condição, pois é quando dependem de outrem para o seu sustento e educação, por se encontrarem em sua mais acentuada fase de vulnerabilidade. E mesmo as pessoas maiores de vinte e um anos, portanto capazes, de vem ter acesso pleno à Justiça, ainda que não tenham suporte financeiro para o processo.

A Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992 (que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento), conquanto ofereça a possibilidade investigativa da paternidade, não contém previsão de gratuidade da investigação, que se impõe e pode ser obtida mediante aprovação da proposta ora examinada, pois é a Lei nº 1.060, de 1950, que contempla as isenções de custas processuais diretas e indiretas.

Desta maneira, tem-se a garantia constitucional, mas falta a previsão legal que lhe dê executibilidade, e essa lacuna acrescenta dificuldade às incertezas inerentes à própria existência, como o cerceamento ao direito à ciência da identidade paterna ou materna, o que equivale a negar dignidade à pessoa humana, afrontar o art. 1º, inciso III, da nossa Carta, e excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão ao direito de conhecer a própria origem (CF, art. 5º inciso XXXV).

Fica evidente que o direito em discussão é constitucionalmente assegurado e a norma receptora só pode ser a Lei nº 1.060, de 1950, que trata da isenção de custas e outros procedimentos judiciais. Acrescente-se que os ônus da investigação de paternidade com o emprego da técnica do pareamento cromossômico (DNA) – que compara células do filho às do pai presumido, ou às da mãe, hoje, após o

transcurso de quase dez anos, desde que começou a ser empregada no País – passou a ter valor financeiro mais acessível em razão da difusão do seu emprego, e da popularização, e mostra-se muito mais eficaz que qualquer outra, pois atinge grau de certeza próximo de 100% (cem por cento).

De fato, o elevado grau de certeza do exame cromossômico torna obsoletas as técnicas de comparação fenotípica, que analisam os ângulos e dimensões do nariz, o formato das orelhas e dos olhos, ou, simplesmente, a existência de sinais particulares. Dispensa, igualmente, as provas testemunhais produzidas por pessoas que viram os supostos genitores, sob investigação, em atitude que poderia fazer presumir eventual conjunção carnal, em dia ou mês compatível com o da fecundação, considerada a data de nascimento do interessado. Em suma, o exame cromossômico repele as meras suposições e dá sustentação científica às relações de paternidade e maternidade.

Por fim, a celeridade de procedimentos judiciais e laboratoriais da investigação de paternidade, ou de maternidade, com o emprego de DNA, é fator que, por si, justifica sua aplicação em lugar de outras técnicas, que, estassim, por sua morosidade e dificuldade de realização, representam elevado custo para a sociedade, pois exigem o acionamento da máquina Judiciária por longos períodos, e apresenta resultados questionáveis, de quase impossível revisão, pois geram a coisa julgada material. Logo, a isenção de que trata a proposta representará economia processual e melhor forma de pacificação das lides.

III – Voto

O Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2001 (nº 467, de 1999, na origem), reveste-se de constitucionalidade e juridicidade, e apresenta-se de acordo com os preceitos regimentais. Votamos por sua Aprovação.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2001. – Bernardo Cabral, Presidente – Sebastião Rocha, Relator – Jefferson Péres – Roberto Requião – Osmar Dias – Leomar Quintanilha – José Eduardo Dutra – José Agripino – Bello Parga – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Antônio Carlos Júnior – José Fogaça – Romeu Tuma – Ademir Andrade – Iris Rezen de.

LEGISLAÇÃO CITADA NO PARECER ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I – a soberania;

.....
III – a dignidade da pessoa humana;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

.....
§ 3º – O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

.....
V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

.....
§ 6º – Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

LEI Nº 8.560, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992

Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916

Código Civil

Art. 338. Presumem-se concebidos na constância do casamento:

I – os filhos nascidos 180 (cento e oitenta) dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal (art. 339);

II – os nascidos dentro dos 300 (trezentos) dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal por morte, desquite, ou anulação.

PARECER Nº 1.161, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (nº 855/99, na Casa de origem) que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais”. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 464, de 2001).

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (PL nº 855, de 1999, na origem), destina-se a alterar a Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para impor, aos motoristas profissionais, a exigência da realização periódica de exames psicológicos.

Fundado no argumento de que a grande maioria das empresas de transporte, à falta de exigência legal, tem negligenciado a avaliação psicológica de seus profissionais, o projeto em causa mereceu o exame e a aprovação da Comissão de Viação e Transportes e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. Segundo o autor, à época da primeira habilitação, única oportunidade em que o CTB exige “a avaliação psicológica do condutor”, não se pode detectar, pela própria condição inaugural da autorização para conduzir, desvios de comportamento que, muitas vezes, advêm do próprio exercício da profissão de motorista.

Informa ainda, o autor, que várias pesquisas identificam “o estresse, a insatisfação crônica, a depressão e outras anomalias observadas em exames psicológicos” como fatores de “influência decisiva na ocorrência da maior parte” dos acidentes de trânsito. Assim, pressionados por condições estafantes de trabalho e desobrigados da avaliação psicológica periódica, os motoristas profissionais estariam pessoalmente vulneráveis e exporiam a graves riscos os serviços de transporte de cargas e de passageiros.

Submetido ao exame desta Comissão no último dia 20 de junho, o projeto foi rejeitado nos termos de Voto em Separado de autoria do Senador Roberto Freire. Aberto o prazo regimental, foi interposto o Recurso nº 16, de 2001, de iniciativa do Senador Lú-

cio Alcântara e outros Senhores Senadores. Por sua vez, incluído na Ordem do Dia, o Recurso nº 16, de 2001, ensejou a aprovação do Requerimento nº 464, de 2001, de autoria do Senador Íris Rezende, que solicitou o adiamento da deliberação do Plenário a fim de que a proposição fosse reexaminada por esta Comissão.

É o que nos cumpre fazer.

II – Análise

O parecer desta Comissão, que agora se reexamina, decorreu de Voto em Separado que, embora gravado pelos reconhecidos méritos de seu autor, funda-se em três argumentos essenciais que não nos parecem suficientes para que o Senado rejeite a proposição em causa. Na verdade, os próprios argumentos de que se valeu o Voto em Separado para contrariar a proposição poderiam ser utilizados de maneira a apoiá-la, como bem menciona a nota técnica elaborada na Consultoria Legislativa e citada como justificação do requerimento que determinou o reexame em curso:

“1 – Se a defesa da avaliação psicológica “não está baseada em estatísticas claras a respeito”, também assim não está o argumento contrário apresentado: o de que a redução de acidentes relatada não decorreu da aplicação do exame, “mas foi o resultado de uma série de ações de prevenção de acidentes”. Ainda que fosse assim, a avaliação psicológica periódica seria uma dessas eficazes medidas preventivas;

2 – O segundo argumento o de que a Lei nº 9.602, de 1998, e a Resolução nº 80, de 1998, do Contran, tornam a avaliação psicológica preliminar obrigatória para a primeira habilitação e para os candidatos a mudança de categoria – contrasta com a tese fundamental da proposição: a avaliação psicológica inaugural, seja na primeira habilitação, seja para a mudança de categoria, não afere as alterações comportamentais havidas ao longo da atividade profissional dos condutores;

3 – Por fim, a última contestação à necessidade do projeto, a de que a mencionada resolução do Contran também já exige “a avaliação psicológica do infrator contumaz e envolvido em acidentes com vítima”, e em si mesma contraditória. Se o objetivo do projeto é a prevenção de acidentes, não há como entender-se suficientes as avaliações a posteriori de infratores contumazes. As circunstâncias que se pretende evitar já teriam então acontecido.”

Assim, Senhores Senadores, reiteramos o que vimos, de muito, afirmando. Não há dúvida de que a insegurança a que estão sujeitos os motoristas, passa-

geiros e pedestres nas ruas e estradas brasileiras merece a permanente preocupação das autoridades públicas. Ainda que um enorme passo tenha sido dado com a implantação do novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), outros aperfeiçoamentos precisam ser incorporados à legislação com vistas a melhorar sua eficácia no que respeita à prevenção de acidentes.

Dados do Sistema Nacional de Estatística de Trânsito (SINET) do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) constam que, apesar da redução do número de acidentes que decorreu do rigor trazido pela nova lei, houve, após sua vigência, um rápido recrudescimento do índice de mortes apurado com relação a cada grupo de dez mil veículos. Esse índice, que atingira seu ponto mais elevado em 1982 (dezenove mortes para cada grupo de dez mil veículos) e decrescera até oito, em 1998, voltou a subir para quase doze, em 1999, e tendia a alcançar dezesseis no ano 2000.

Entidades e associações de psicólogos e educadores de trânsito atribuem essa brusca elevação ao que consideram um dos poucos pontos falhos do novo CTB: a inexigência de avaliação psicológica. De fato, a partir de 1982, quando, em decorrência de gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, os Departamentos de Trânsito (DETRAN) passaram a regular com maior eficácia as perícias de avaliação psicológica, o número de acidentes fatais passou a decrescer. Em 1989, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) passou a exigir a avaliação psicológica periódica para os motoristas profissionais que transportassem cargas perigosas. A medida acelerou a redução que já se verificava nos índices de mortes, que continuaram a decrescer constantemente até 1998, primeiro ano de vigência do novo Código.

A edição do novo CTB, apesar de trazer o instrumental necessário para prevenir e punir as infrações e crimes de trânsito, deixou de exigir, em razão de veto presidencial, o exame psicológico como condição para a habilitação. Esse dano foi adiante parcialmente compensado pela edição da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que, por iniciativa do próprio Poder Executivo, introduziu modificações no CTB para impor a renovação periódica do exame de aptidão física e mental e exigir, apenas na “primeira habilitação”, a avaliação psicológica dos candidatos.

Nesse passo, configurou-se o ordenamento legal hoje vigente: a despeito da reavaliação periódica a que estão sujeitos todos os condutores no que respeita à saúde física e mental, seu perfil psicológico é tido como inalterado, vez que é aferido apenas

por ocasião da primeira habilitação e, de forma complementar, quando ocorre mudança na categoria da habilitação.

O que pretende, em boa hora, a proposição em causa é a extensão da exigência da avaliação psicológica inaugural, tornando-a periódica para os condutores profissionais. Esses trabalhadores, submetidos às estressantes condições em que exercem sua profissão, podem desenvolver desvios comportamentais que obviamente não podem ser percebidos na "primeira habilitação", seja na categoria inicial, seja na habilitação obtida por alteração de categoria.

Nesse sentido, segundo a Sociedade Brasileira de Psicólogos e Educadores de Trânsito, pesquisa realizada em 1996 pela Polícia Rodoviária Federal demonstrou que, em 70% dos casos, os motoristas que provocam acidentes têm mais de seis anos de habilitação, o que, mais uma vez, sugere a necessidade da avaliação periódica e não apenas a referente à primeira habilitação ou à mudança de categoria.

O projeto sob reexame opera, portanto, em proveito tanto da segurança pessoal dos condutores profissionais quanto daquela que deve proteger os passageiros e cargas por eles transportados.

III – Voto

Somos, pelas razões expostas, favoráveis a que esta CCJ, reexaminando a matéria, aprove o PLC nº 59, de 2000, disposto adequadamente no que respeita aos preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto à técnica legislativa, contudo, torna-se necessário, por meio de emendas de redação, adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998, para apor a expressão "(NR)" ao dispositivo alterado pelo art. 1º e transformar o art. 2º em norma acrescida à Lei nº 9.503, de 1997.

Votamos, assim, pela Aprovação do PLC nº 59, de 2000, nos termos das seguintes emendas de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 – CCJ

Aponha-se ao final da nova redação proposta, pelo art. 1º do projeto, para o § 3º do art. 147 da Lei nº 9.503, de 1997, a expressão "(NR)".

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2 – CCJ

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º Fica o art. 147 da Lei nº 9.503, de 1997, acrescido do seguinte dispositivo:

"Art. 147.
.....

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN". (NR)

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2001. –
Bernardo Cabral, Presidente – Romeu Tuma, Relator – Maria do Carmo Alves – Osmar Dias – Antonio Carlos Júnior – Maguito Vilela – José Eduardo Dutra – Sebastião Rocha – Bello Parga – João Alberto – José Agripino – Jefferson Péres, (Abstenção) – Íris Rezende.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS
TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO
INTERNO.

REQUERIMENTO Nº 464, DE 2001

Adiamento da discussão para reexame de Comissão.

Nos termos do art. 279, inciso II, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais, a fim de que a referida proposição seja reexaminada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelas razões constantes da nota técnica em anexo.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2001. –
Íris Rezende.

PARECER Nº 714, DE 2001

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais".

Relator: Senador Roberto Freire

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000, de autoria do Deputado Geovan Freitas, "altera a Lei nº

9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais". O autor defende a realização periódica de tal exame com o argumento de que muitas anomalias comportamentais são oriundas do próprio exercício da profissão de motorista, não podendo ser detectadas à época da primeira habilitação, única oportunidade em que o novo Código de Trânsito Brasileiro exige a avaliação psicológica do condutor.

O relator, ilustre Senador Romeu Tuma, considerou que a proposta aperfeiçoou o Código de Trânsito Brasileiro, com vistas ao alcance da eficácia na prevenção de acidentes. Defende, juntamente com o autor do projeto, o argumento de que a elevação do índice de mortes no trânsito é resultado da inexistência da avaliação psicológica periódica para motoristas profissionais. Lembra ainda que foi na edição do novo CTB que se deixou de exigir, em razão de veto presidencial, o exame psicológico como condição para a habilitação, presumível dano parcialmente compensado pela edição da Lei nº 9.602, de 1998, que impôs a renovação periódica do exame de aptidão física e mental e exigiu, apenas na "primeira habilitação", a avaliação psicológica do candidato.

II – Voto

Todo legislador deve atentar para que novas legislações e alterações das leis existentes devam estar baseadas em fatos e não em especulações. Corre-se o risco, assumindo a feitura de leis a partir de hipóteses pouco embasadas, de se legislar demasiadamente sem alcançar-se a eficiência desejada.

A defesa da avaliação psicológica periódica para motoristas profissionais não está baseada em estatísticas claras a respeito. A corporação dos psicólogos de trânsito relaciona a diminuição de acidentes ocorrida na década de 60 com a aplicação do exame, mas despreza o fato de que essa diminuição certamente foi o resultado de uma série de ações de prevenção de acidentes, não sendo portanto monocausal. Também a diminuição das ocorrências de acidentes na década de 90, destacada pelo Relator da matéria, deu-se mais pela implementação do Código de Trânsito Brasileiro, por investimentos em educação para o trânsito e campanhas na mídia do que com a aplicação de exigência posta no Projeto.

Devemos igualmente lembrar que, além da citada Lei nº 9.602/98, estabelecida o exame psicológico para a primeira habilitação, vige a Resolução nº 80, de 1998, do Contran. Em seu anexo II, item 1.1., torna o exame de Avaliação Psicológica Preliminar obrigatório,

eliminatório e complementar para os condutores e candidatos à obtenção e mudança de categoria.

Também em seu item 1.3., a avaliação psicológica do infrator contumaz e envolvido em acidentes com vítima é obrigatória e focalizará preferencialmente a análise das situações de risco ou acidente em que o mesmo tenha se envolvido, visando orientação de encaminhamento específico, para melhoria de sua conduta. De forma que a legislação em vigor já estabelece formas de prevenção de acidentes, ao abordar a questão dos infratores contumazes e envolvidos em acidentes com vítimas.

Por tais razões, nosso voto é pela rejeição do PLC nº 59, de 2000.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2001. Bernardo Cabral, Presidente – Roberto Freire, Relator – Maria do Carmo Alves – Francelino Pereira – José Agripino – Alvaro Dias – Romeu Tuma – Sebastião Rocha – Gerson Camata – Bello Parga – José Eduardo Dutra – José Fogaça – Ademir Andrade – Marluce Pinto – Moreira Mendes.

RECURSO Nº 16, DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 254, parágrafo único do Regimento Interno, o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.

Sala das Sessões, junho de 2001. – Lúcio Alcântara – Pedro Simon – Heloísa Helena – Tião Viana – José Sérgio Machado – Jonas Pinheiro – Iris Rezende – Paulo Hartung – Romeu Tuma – Mauro Miranda.

RECURSO Nº , DE 2001

Requeremos, nos termos do art. 254, parágrafo único do Regimento Interno, o prosseguimento da tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (855/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, de forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais.

Sala das Sessões, junho de 2001. – Fernando Matuzalem – Maguito Vilela – Renan Calheiros.

Voto em separado vencido do Senador Romeu Tuma na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000, que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, de

forma a obrigar a realização de exame psicológico periódico para os motoristas profissionais".

I – Relatório

De autoria do Deputado Geovan Freitas, o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2000 (PL nº 855, de 1999, na origem), destina-se a alterar a Lei nº 9.503, de 23 de dezembro de 1997, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), para impor, aos motoristas profissionais, a exigência da realização periódica de exames psicológicos.

Fundado no argumento de que a grande maioria das empresas de transporte, à falta de exigência legal, tem negligenciado a avaliação psicológica de seus profissionais, o projeto em causa mereceu o exame e a aprovação da Comissão de Viação e Transportes e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. Segundo o autor, à época da primeira habilitação, única oportunidade em que o CTB exige "a avaliação psicológica do condutor", não se pode detectar, pela própria condição inaugural da autorização para conduzir, desvios de comportamento que, muitas vezes, advêm do próprio exercício da profissão de motorista.

Releva ainda o autor, em proveito da proposição, que várias pesquisas identificam "o estresse, a insatisfação crônica, a depressão e outras anomalias observadas em exames psicológicos" como fatores de "influência decisiva na ocorrência da maior parte" dos acidentes de trânsito. Assim, pressionados por condições estafantes de trabalho e desobrigados da avaliação psicológica periódica, os motoristas profissionais estariam pessoalmente vulneráveis e exporiam a graves riscos os serviços de transporte de cargas e de passageiros.

Trazida ao exame do Senado Federal em 25 de outubro último, o projeto foi distribuído a esta Comissão para, nos termos do art. 101 do Regimento Interno, opinar sobre sua constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e, ainda, quanto ao mérito da iniciativa.

II – Análise

Não há dúvida de que a insegurança a que estão sujeitos os motoristas, passageiros e pedestres nas ruas e estradas brasileiras merece a permanente preocupação das autoridades públicas. Ainda que um enorme passo tenha sido dado com a implantação do novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), outros aperfeiçoamentos precisam ser incorporados à legislação com vistas a melhorar sua eficácia no que respeita à prevenção de acidentes.

Dados do Sistema Nacional de Estatística de Trânsito (SINET) do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) constata-se que, a despeito da redução do número de acidentes que decorreu do rigor trazido pela nova lei, houve, após sua entrada em vigência, um rápido recrudescimento do índice de mortes apurado com relação a cada grupo de dez mil veículos. Esse índice, que atingira seu ponto mais elevado em 1982 (dezenove mortes para cada grupo de dez mil veículos) e decrescera até oito, em 1998, voltou a subir para quase doze, em 1999, e tende a alcançar dezesseis no ano corrente.

Entidades e associações de psicólogos e educadores de trânsito atribuem essa brusca elevação ao que consideram um dos poucos pontos falhos do novo CTB: a inexistência de avaliação psicológica. De fato, a partir de 1982, quando, em decorrência de gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia, os Departamentos de Trânsito (DETRAN) passaram a regular com maior eficácia as perícias de avaliação psicológica, o número de acidentes fatais passou a decrescer. Em 1989, o Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) passou a exigir a avaliação psicológica periódica para os motoristas profissionais que transportassem cargas perigosas, o que acelerou a redução que já se verificava nos índices de mortes, que continuaram a decrescer constantemente até 1998, primeiro ano de vigência do novo Código.

A edição do novo CTB, apesar de trazer o instrumental necessário para prevenir e punir as infrações e crimes de trânsito, deixou de exigir, em razão de veto presidencial, o exame psicológico como condição para a habilitação. Esse dano foi adiante parcialmente compensado pela edição da Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, que, por iniciativa do próprio Poder Executivo, introduziu modificações no CTB para impor a renovação periódica do exame de aptidão física e mental e exigir, apenas na "primeira habilitação", a avaliação psicológica dos candidatos.

Nesse passo, configurou-se o ordenamento legal hoje vigente: a despeito da reavaliação periódica a que estão sujeitos todos os condutores no que respeita à saúde física e mental, seu perfil psicológico é tido como inalterado, vez que é aferido apenas por ocasião da primeira habilitação e, de forma complementar, quando ocorre mudança na categoria da habilitação. O que pretende, em boa hora, a proposição em causa é a extensão da exigência da avaliação psicológica inaugural, tornando-a periódica para os condutores profissionais. Esses trabalhadores, submetidos às estressantes condições em que exercem sua

profissão, podem desenvolver desvios comportamentais que obviamente não podem ser percebidos na "primeira habilitação", seja na categoria inicial, seja na habilitação havida por alteração de categoria. A iniciativa opera, portanto, em proveito tanto da segurança pessoal dos condutores profissionais quanto daquela que deve proteger os passageiros e cargas por eles transportados.

III – Voto

Somos, pelas razões expostas, favoráveis à aprovação do projeto em pauta, disposto adequadamente no que respeita aos preceitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade. Quanto à técnica legislativa, contudo, torna-se necessário, por meio de emendas de redação, adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95, de 1998, para apor a expressão "(NR)" ao dispositivo alterado pelo art. 1º e transformar o art. 2º em norma acrescida (AC) à Lei nº 9.503, de 1997.

Votamos, assim, pela aprovação do PLC nº 59, de 2000, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CCJ

Aponha-se ao final da redação proposta, pelo art. 1º do projeto, para o § 3º do art. 147 da Lei nº 9.503, de 1997, a expressão "(NR)".

EMENDA DE REDAÇÃO Nº – CCJ

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:
"Art. 2º Fica o art. 147 da Lei nº 9.503, de 1997, acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 147.
.....

§ 5º O condutor que exerce atividade remunerada ao veículo terá essa informação incluída na sua Carteira Nacional de Habilitação, conforme especificações do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN. (AC)"

Sala da Comissão. – Presidente – Romeu Tuma, Relator.

PARECER Nº 1.162, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Diversos nº 128, de 1995 (nº 1.683/95, na origem), do Procurador-Geral da República, que encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e providências

cabíveis, cópia de Relatórios Preliminares das Perícias Técnicas Contábeis e Médicas, realizadas em procedimentos instaurados na Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em atendimento às recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no INAMPS/SUS.

Relator: Senador Luiz Otávio

I – Relatório

1.1. Histórico

O Procurador-Geral da República "encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e providências cabíveis, cópia de Relatórios Preliminares das Perícias Técnicas Contábeis e Médicas, realizadas em procedimentos instaurados na Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em atendimento às recomendações da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades no Inamps/SUS"¹. Recebida em, 28 de novembro de 1995, a matéria foi encaminhada para a Comissão de Fiscalização e Controle, no dia seguinte, sob a denominação de Diversos nº 128, de 1995. O conjunto foi originalmente composto de três relatórios preliminares, versando sobre:

a) os repasses dos Fatores de Estímulo à Municipalização – FEM e de Apoio à Municipalização – FAM e os adiantamentos de Autorização de Internação Hospitalar e adiantamentos por serviços já efetuados – fls. 10 a 62²;

b) a perícia técnica médica – fls. 63 a 76³

c) a perícia técnica contábil – fls. 77 a 146⁴

¹ Ofício/PGR/GAB nº 1.683, de 24-11-1995, na origem.

² Objeto do Inquérito Civil Público nº 3/93, de 27-7-1995, e da Representação nº 153/95

³ Objeto de Inquérito Civil Público nº 1/95 e das Representações nº 21 e 22/95.

⁴ Também objeto do Inquérito Civil Público nº 1/95 e das Representações nº 21 e 22/95.

Na verdade, o Procurador-Geral informa da instauração, por parte do Ministério Público Federal em São Paulo, de diversos inquéritos civis públicos e outros expedientes investigatórios, em face das recomendações daquela CPI. Segundo os resultados parciais obtidos, "embora ainda não concluídos os trabalhos, já é possível identificar inúmeras irregularidades que devem merecer a atenção de todas as autoridades

des responsáveis pela gestão e controle dos recursos públicos destinados à área da Saúde." (fls. 6)

1.1.1. Relatório Preliminar FAM/FEM/AIH

Com o objetivo de estimular e apoiar a municipalização das ações de saúde, o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social—INAMPS, órgão extinto em 1993, repassaram a municípios do Estado de São Paulo, entre 1991 e 1993, recursos equivalentes a R\$35 milhões (43,9 milhões de UFIRs), a título de FEM e FAM.

Instado a se manifestar por meio de sua Consultoria Jurídica, o Ministério da Saúde não apontou o texto legal autorizativo dos repasses a título de FEM e FAM nem a fonte orçamentária específica, permitindo-se suspeitar da ilegalidade de tais procedimentos. Durante a gestão do Ministro Alcení Guerra, do total de 370 municípios beneficiados, 203 receberam recursos em descumprimento à legislação em vigor, isto é, sem assinatura de convênio, fatos que tipificam ato de improbidade administrativa. Não foram detectados novos repasses desse tipo durante as gestões Adib Jatene e Jamil Haddad. Dos municípios que receberam recursos, 66 não prestaram contas ao Ministério da Saúde, fato indicativo de malversação de recursos públicos. O relatório questiona os critérios pelos quais se beneficiaram com verbas federais apenas uma parcela dos municípios paulistas, em detrimento de outros em igualdade de condições, aventando hipóteses de que esses critérios foram políticos, e não técnicos ou legais, e de que houve intermediação de verbas.

Outra irregularidade apontada é a de que, entre 1991 e 1993, o Ministério da Saúde liberou, a título de adiantamento de AIH ou de adiantamentos por serviços já efetuados, quantia superior a 35 milhões e setecentas mil UFIR, para hospitais públicos e filantrópicos do Estado de São Paulo, muitos dos quais restituíram valores menores que o devido. Também aqui o relatório questiona a natureza dos critérios que presidiram a concessão de tais adiantamentos para alguns hospitais e não para outros, e dos indultos. A maioria desses adiantamentos foi autorizada pelo Secretário de Assistência à Saúde do Ministério da Saúde, contrariando dispositivo legal, uma vez que as despesas da administração pública devem estar expressamente previstas na Lei Orçamentária, e sua execução exige expressa autorização ministerial.

1.1.2. Relatório Preliminar de Perícia Técnica Médica

Os trabalhos que serviram de base à elaboração desse relatório constituem-se na verificação de documentos de atendimento hospitalar, com o objeti-

vo de apurar a compatibilidade entre o procedimento médico cobrado do Ministério da Saúde e o efetivamente realizado pelas unidades hospitalares periciadas. Na impossibilidade de investigação de todos os serviços, a perícia abrangeu uma amostra de hospitais públicos, privados e filantrópicos, em relação ao mês de competência, setembro de 1994, incluindo as unidades apontadas no relatório da CPI. A frequência de irregularidades detectadas variou de zero (Instituto de Infectologia Emílio Ribas) ou percentuais próximos a zero (Hospital Ipiranga e Fundação Faculdade de Medicina) a 61,04% dos prontuários avaliados, como foi o caso da Fundação Adib Jatene.

Foram encontradas frequências elevadas de irregularidades (entre 10% e 27% dos prontuários avaliados) em seis das onze unidades periciadas. As irregularidades mais frequentemente encontradas consistiram em: cobrança indevida de procedimento de maior valor; cobrança de procedimento não-realizado ou não-comprovado; dupla emissão ou emissão indevida de AIH; cobrança indevida de cirurgia múltipla; cobrança de materiais de OPM não utilizados ou em quantidade acima da utilizada; e internações desnecessárias.

1.1.3. Relatório Preliminar de Perícia Técnica Contábil

Esse relatório examina a gestão e a aplicação de recursos públicos nas ações e serviços de saúde quanto à legalidade, economicidade e legitimidade, bem como faz avaliação dos controles internos existentes, com vistas à comprovação de sua eficiência e eficácia. Os trabalhos de perícia técnica contábil abrangeram a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SESSP), a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMSSP), a Fundação do Remédio Popular (FURP), a Fundação Adib Jatene (FAJ), a Fundação do Fígado (FF), o Centro de Estudos e Pesquisas Dr. João Amorim (CEPJA), o Hospital Humberto Primo (HHP) e os Escritórios Regionais de Saúde (ERSA) nºs 3 e 5, no período de 1991 a 1994. Também aqui foram detectados indícios de irregularidades nos diversos órgãos e entidades periciadas, entre os quais se apontam:

a) demora injustificada no ingresso do recurso repassado pelo Ministério da Saúde nas contas correntes bancárias dos prestadores de serviços, com aplicação dos recursos no mercado financeiro e suspeita de destinação indevida;

b) inexistência de convênio e/ou termo aditivo entre o Ministério da Saúde e as Secretarias de Saúde do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, o que caracteriza ilegalidade do procedimento;

c) descontrolegerencial, dificultando a fiscalização do fluxo e uso dos recursos por parte do Inamps/Ministério da Saúde;

d) ausência de registros contábeis e de controle interno (SMSSP);

e) inexistência de fiscalização, de prestações e de tomadas de contas por parte do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

f) cobrança indevida de reembolso de despesas com medicamentos de alto custo por parte da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

g) ausência de prestação de contas por parte da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo;

h) irregularidade dos procedimentos licitatórios, isto é realização de compras sem licitação, de compras direcionadas e superfaturadas e abuso da dispensa de licitação sob alegação de urgência por parte da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e irregularidades processuais no caso da FURP;

i) concessão indevida de suprimento de fundos a servidores por parte da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

j) aquisição e não instalação de grandes volumes de bens por parte da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

k) inexistência de controle patrimonial por parte da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo;

l) existência de grandes estoques de medicamentos vencidos (SMSSP); superfaturamento e não entrega, por parte da FURP, de grande parte dos medicamentos vendidos à SESSP;

m) utilização indevida dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS (SESSP e SMSSP).

1.1.4. Relatório Preliminar da situação das Fundações

No caso das fundações, além da detecção de irregularidades na compra de equipamentos (sem licitação e com superfaturamento, por parte da FAJ, ou desnecessários, por parte da FEPJA), nas prestações de contas e no controle patrimonial, a perícia evidenciou a venda de serviços que a instituição não executa ou em desobediência às respectivas leis de criação e estatutos e a aplicação do dinheiro fora do objetivo do convênio, em especial para o pagamento de pessoal.

A FURP, que foi criada para a fabricação de medicamentos e produtos afins, vem dando prioridade à revenda de produtos fabricados por laboratórios privados, atividade essa que, em 1994, representou 67,13% da receita total da Fundação. Chama a aten-

ção o fato de que foram superfaturados os produtos vendidos à SESSP, novamente contrariando a lei de criação e o estatuto da entidade, como também não os entregou. Valendo-se da implantação do Plano Real, reajustou de forma irregular o preço de seus produtos em valores entre 100% e 826%.

Por sua vez, a Fundação do Fígado (FF) assinou convênios com o Ministério da Saúde (Ex-Inamps e Fundo Nacional de Saúde) e com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo para prestação de serviços na área de saúde, relativos a doenças do fígado, serviços estes que constariam segundo os termos dos referidos convênios – em projeto específico que nunca foi elaborado. Mesmo assim os repasses de recursos foram feitos. Os recursos transferidos à FF pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo foram utilizados no pagamento de despesas administrativas, de pessoal, de encargos sociais e serviços de terceiros, contrariando a legislação pertinente a convênios. Pagou salários de seus servidores, de servidores do Hospital das Clínicas e da Fundação Faculdade de Medicina da USP, e dos hospitais Vila Penteado, Mandaqui e Presidente Prudente, no exercício de 1992 a 1994. Os recursos do SUS pagaram inclusive a contat telefônica do aparelho instalado na residência do presidente da Fundação, o Dr. Silvano Mário Atílio Raia.

A Fundação Adib Jatene, (FAJ) apesar de não ter a assistência médico-hospitalar como uma de suas finalidades definidas em estatuto, tem recebido recursos financeiros do SUS, por força de convênio, para prestar serviços daquela natureza. Os repasses financeiros do SUS para a FAJ constituíram, em média, 85,5% da receita desta nos anos de 1991 a 1994, tendo sido utilizados para o pagamento de pessoal (79% dos repasses), encargos sociais, juros bancários, consultorias e outras despesas alheias a ações de assistência médico-hospitalar. Igualmente utilizou esses recursos para o pagamento de pessoal de outros hospitais. A perícia apurou que as despesas irregulares realizadas pela FAJ somam um total de mais de 23 milhões de UFIR, o que corresponde, em valores atuais, a cerca de 18 milhões de reais, que devem ser devolvidos aos cofres públicos.

O Centro de Estudos e Pesquisa Dr. João Amorim (CEPJA) é uma entidade privada e administra, sem autorização legislativa, o Centro de Referência da Mulher e da Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil, hospital da rede pública estadual de saúde. Os recursos do SUS destinados ao Centro de Referência da Mulher são creditados em contas do CEPJA, sendo administrados sem observância às

normas aplicáveis à administração pública, isto é, sem orçamentação, sem empenho de despesas, sem licitação para aquisição de bens e serviços, com contratação de pessoal sem concurso público e com ausência de controle patrimonial. Também nessa instituição detectou-se a perícia que 74,31% dos recursos repassados pelo SUS, no período de 1991 a 1994, foram destinados ao pagamento de pessoal e outras despesas administrativas. Outra grave irregularidade apontada pela perícia no CEPJA foi a aquisição de um número significativo de bens, alguns de origem estrangeira, parte dos quais encontrada abandonada, ainda com embalagens de fábrica, depósito do Centro e no porão do Centro de Referência, e a não localização um grande número de equipamentos adquiridos.

1.1.5. Esclarecimentos prestados pela FAJ

No pleno exercício da ampla defesa, a FAJ dirigiu correspondência ao Senado Federal, contestando o seu envolvimento com os indícios de irregularidades apontados. Foi reconhecido como irregular, apenas, a cobrança indevida de serviços prestados ao SUS, cujo reembolso já ocorreu, após acerto amigável com o Ministério da Saúde.

1.2. Análise

Compete à CFC, sem prejuízo das atribuições das demais comissões, “exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”, consoante o art. 102-A do RISF. O relatório identifica inúmeras irregularidades, que merecerem a atenção desta Comissão.

A CPI destinada a apurar as inúmeras irregularidades no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS/SUS foi proposta em 1991, mas só instalada em 1994, pela Câmara dos Deputados. Destinava-se a apurar as irregularidades denunciadas no INAMPS, autarquia transferida do Sistema Nacional de Previdência Social para o âmbito do Ministério da Saúde e posteriormente extinta. O relatório da mencionada CPI, divulgado em 22 de novembro de 1994, considerou um conjunto de fatos de grande abrangência, concluindo pela veracidade e pela gravidade dos desmandos denunciados, que representaram, “somente em 1994, um total de perda na faixa de 1,6 bilhão de dólares”, correspondente a 23% do valor total de gastos públicos com assistência médica naquele ano. Os fatos relatados demonstram a intermediação de recursos públicos pelas fundações privadas, o que não deve ser um fenômeno que esteja ocorrendo apenas no Estado de São Paulo. O relatório da CPI concluiu também por fazer um elevado número de encaminhamentos e recomendações à Procuradoria-Geral da República, ao Ministério Público

co Federal, à Polícia Federal, ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério da Saúde, às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, ao Ministério da Fazenda, ao Banco Central e aos Conselhos Federais de Medicina e Enfermagem.

Reconhecendo a insuficiência da adoção do critério populacional, o relatório da CPI recomendava, entre outras coisas, que o Ministério da Saúde procedesse aos estudos e adotasse as medidas necessárias à regulamentação do art. 35 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde, e à substituição do atual sistema de pagamento atual, “por uma forma mais justa e menos vulnerável a fraudes”. Desconhece-se que tais estudos e providências tenham sido realizados pelo Ministério da Saúde.

Aliás, dado o tempo já transcorrido dos fatos relatados e a superveniência de outros, seria prudente atualizar o conhecimento da matéria, mormente junto ao Ministério Público, ao Ministério da Saúde e ao TCU.

Considerando as prerrogativas da Comissão de Assuntos Sociais, seria aconselhável também colocá-la a par do conteúdo do processado, inclusive para a eventualidade de promover futuras reuniões conjuntas. Por fim, considerando tratar-se de desdobramento de CPI instaurada pela Câmara dos Deputados, bem como a gravidade dos indícios de irregularidades apontados, figura apropriado dar a conhecer o conteúdo do processado também para a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

2. Voto

Em vista do exposto, somos do parecer que esta Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, no exercício de suas atribuições regimentais, adote as seguintes providências:

a) solicite do Ministério Público para que informe o estágio atual das investigações, encaminhando-lhe cópia deste parecer;

b) oficie o Ministério da Saúde para que informe o estágio atual das providências adotadas a propósito dos indícios referidos, encaminhando-lhe cópia deste parecer;

c) solicite ao TCU que informe o estágio atual das investigações acerca das irregularidades referidas, encaminhando-lhe cópia deste parecer;

d) envie cópia do processado e do presente parecer à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, para conhecimento e providências cabíveis;

e) aguarde os desdobramentos das providências

supra referidas, anexando a documentação pertinente ao processado;

f) delibere definitivamente sobre a matéria após o conhecimento atual da sua situação junto aos órgãos oficiados.

Sala da Comissão, 3 de outubro de 2001. – Ney Suassuna, Presidente – Luiz Otávio, Relator – Freitas Neto – Romero Jucá – Geraldo Althoff – Juvêncio da Fonseca – Wellington Roberto – Antonio Carlos Júnior – Valmir Amaral.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

I – perfil demográfico da região;

PARECER Nº 1.163, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 182, de 2000 (nº 6.168/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 778/2000, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, sobre a construção da Barragem do Açude Público Castanhão, localizado no município de Alto Santo – CE.

Relator: Senador Wellington Roberto

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 6.168-SGS-TCU, de 22 de setembro de 2000, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 778/2000, referente à auditoria realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas –

DNOCS, sobre a construção da Barragem do Açude Público Castanhão, localizada no Estado do Ceará.

O documento sob apreciação foi encaminhado pelo TCU ao Senado Federal para conhecimento, seguindo o procedimento que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

A auditoria foi realizada pela SECEX/CE – Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará, em 2000, no intuito de subsidiar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização no exame da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2001.

O Aviso foi recebido no Senado, em 26 de setembro de 2000, e encaminhado a esta Comissão de Fiscalização e Controle – CFC, em 28 de setembro de 2000.

I.2 – Análise da Matéria

O programa de trabalho em comento foi objeto de análise detalhada quando da tramitação do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2000, resultando sua execução orçamentária vedada. A liberação dos recursos estaria condicionada à elucidação dos óbices apontados em obras com indícios de irregularidades graves, segundo as informações encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pelo TCU.

Os questionamentos levantados pela equipe de auditoria estavam relacionados com o acréscimo de quantitativos alicerçados nos seguintes instrumentos: Portaria 82/DG/PGE, 5º Termo Aditivo 18/99 e o 6º Termo Aditivo 26/99.

O voto do Exmº Ministro-Relator acolheu as conclusões elaboradas pela Secex/CE, com o aval da Procuradoria do TCU, no sentido de que houve regularidade técnica e jurídica nos procedimentos adotados pelos administradores públicos na condução do contrato concernente às obras da Barragem do Açude Público Castanhão. É pertinente reproduzir os excertos mais importantes:

“Faço consignar neste meu Voto o oportuno registro do representante do Ministério Público no tocante ao fato de ter o DNOCS firmado um 6º Termo Aditivo ao Contrato original já referido, ao invés de fazer nova licitação para conclusão das obras. Neste mister, assim se pronunciou o Ministério Público: “No presente caso concreto, verifica-se que a decisão de não realizar a licitação para os trabalhos de conclusão da obra e celebrar o 6º Termo Aditivo, mesmo

extrapolando, à primeira vista, os limites legais, realiza interesses públicos relevantes, como os que seguem:

a) antecipa a acumulação de água na Barragem em, pelo menos, um ano, contribuindo, a partir daí, para a regularização do abastecimento de água para dois milhões e meio de habitantes da Grande Fortaleza (fls. 335/336), além do beneficiamento à população sertaneja, que muito sofre com a inexistência de recursos hídricos na região (fl. 338);

b) antecipa também a possibilidade de irrigação de 43 mil hectares de terra, a produção de 3.800 toneladas de pescado por ano e a geração de 22,5MW de energia, além da possibilidade do controle das cheias do baixo vale do Jaguaribe e das inundações que tanto afligem as populações ribeirinhas (fl. 338);

c) elimina também o tempo que seria gasto para uma nova licitação e contratação, estimado, em bases otimistas, em um ano, lembrando-se, entretanto que a licitação-contratação original foi concluída em dois anos (fls. 338/339);

d) reduz os custos da conclusão da obra em 20%, se considerados os atuais preços de tabela do DNOCS (fl. 335, alínea b);

e) elimina os custos de mobilização/desmobilização das empresas construtoras estimados em R\$1.769.000,00 (fl. 335, alínea a);

f) elimina os custos de uma nova licitação e contratação, não estimados (fl. 335);

g) não dilui a responsabilidade e a garantia dessa grandiosa obra entre duas construtoras (fl. 335).

Como se vê, a decisão tomada traz benefícios relevantes e urgentes aos brasileiros, sobretudo aos mais carentes, daquela região."

Desse modo, o Tribunal prolatou a Decisão nº 778/2000, acolhendo as alegações explanadas no voto já citado, nos seguintes termos:

"8.1. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92, à SECEX-CE o acompanhamento da execução físico-financeira do Contrato PGE 9/91

firmado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e a empresa Construtora Andrade Gutierrez S/A, bem como de seus respectivos aditivos, atinentes à construção da Barragem do Açude Público Castanhão, localizado no Município de Alto Santo, Estado do Ceará, até a sua conclusão;

8.2. autorizar, com fulcro no inciso II do artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93; na alínea b do inciso I do artigo 26 da Lei nº 8.625/93; no inciso II do b do inciso I do artigo 26 da Lei nº 8.625/93; nos termos do inciso II do artigo 8º da Lei Complementar nº 75/93; da alínea b do inciso I do artigo 26 da Lei nº 8.625/93; na cláusula segunda do Convênio de Cooperação Técnica e Assistência Mútua celebrado entre o TCU e o Ministério Público Federal e no artigo 30 da Resolução nº 36/95-TCU, o encaminhamento de cópia integral do presente processo à Procuradoria da República no Ceará, em atendimento ao Ofício nº 2.246/2000–MPF/PRDC/CE daquela Instituição."

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do Tribunal de Contas da União, mas por tratar-se obra incluída entre aquelas constantes da Relação de Obras com indícios de Irregularidades prevista no Orçamento Geral da União para 2002, opinamos que se oficie o Tribunal de Contas da União, solicitando seja realizada nova inspeção na obra objetivando verificar se a execução físico-financeira está de acordo com o previsto no Contrato PGE 9/91, bem assim de seus aditivos, e que suas conclusões sejam encaminhadas a essa Comissão de Fiscalização e Controle para reavaliação posterior.

Sala da Comissão, Ney Suassuna, Presidente
– Wellington Roberto, Relator – Freitas Neto – Romero Jucá – Geraldo Althoff – Juvêncio da Fonseca – Luiz Otávio – Antônio Carlos Júnior – Valmir Amaral.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Art. 43. Ao proceder à fiscalização de que trata este capítulo, o Relator ou o Tribunal:

I – determinará as providências estabelecidas no regimento interno, quando não apurada transgressão a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, ou for constatada, tão-somente, falta ou impropriedade de caráter formal;

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I – instaurar inquéritos *ci vis* e ou *tras me di das* e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

LEI COMPLEMENTAR Nº 75 DE 20 DE MAIO DE 1993

Dispõe sobre a organização

Art. 8º Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência:

I – notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada;

II – requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta;

PARECER Nº 1.164, DE 2001

Da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 94, de 2001 (nº 2.343/2000, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 318/2001, referente à auditoria realizada na Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde.

Relator: Senador Juvêncio da Fonseca

I – Relatório

I.1 – Histórico

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 2.343-SGS-TCU, de 30 de maio de 2001, mediante o qual o Tribunal de Contas da União – TCU – encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 318/2001, adotada pelo Plenário daquela Corte, bem como Relatório e Voto que a fundamentam (TC nº 012.774/2000-5), referente à auditoria realizada na Secretariade Políticas de Saúde do Ministério da Saúde.

A Decisão em comento foi encaminhada pelo TCU ao Senado Federal, seguindo o procedimento, que vem sendo ultimamente adotado por aquela Instituição, de enviar cópia de todos os seus julgamentos a esta Casa.

I.2. Decisão do TCU

O Tribunal Pleno do TCU, reunido em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, adotou a Decisão nº 318/2001, com relação ao Processo TC012.774/2000-5, que, resumidamente, transcrevemos a seguir:

”1. recomendar ao Ministério da Saúde que:

- identifique os municípios que não empregam os recursos do Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais – ICCN, nas ações de alimentação e nutrição e adote as providências aplicáveis ao caso;

- promova treinamentos para gestores do SUS, visando obter seu envolvimento e comprometimento com as atuais diretrizes da política de saúde, voltadas para ações de alimentação e nutrição, conforme a Lei nº 8.080/90;

- adote providências para que o Datasus conclua o Sistema de Gerenciamento de Informações do ICCN–SICCN, de modo a permitir sua implantação em todos os municípios que aderiram ao Incentivo;

2. recomendar à Secretaria de Políticas de Saúde que:

- institua o acompanhamento, ao nível municipal, das seguintes informações: aplicação dos recursos repassados, inclusive de contrapartida, se houver; supervisões e treinamentos realizados; e indicadores de desempenho definidos pela Área Técnica de Alimentação e Nutrição – ATAN;

- condicione a transferência de recursos à remessa das informações de que trata a alínea anterior à ATAN;

- divulgue a Lei nº 8.080/90 aos estados e municípios;

- incentive o treinamento dos profissionais de saúde que atuam no ICCN e dos agentes comunitários de saúde em assuntos específicos do Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais; e

- oriente as secretarias estaduais de Saúde para que:

a) cumpram o previsto na Lei nº 8.080/90; e

b) incentivem a criação, nas diretorias regionais de saúde, de salas de situação, que contenham informações acerca dos indicadores de desempenho utilizados para avaliar o ICCN;

3. recomendar à Área Técnica de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde que adote uma série de providências com vistas a otimizar a aplicação de recursos públicos em sua área de atuação;

4. recomendar aos Presidentes de Conselhos de Secretários Municipais de Saúde – COSEMS – que:

- distribuam cópia desta Decisão, bem como dos respectivos Relatório e Voto, aos respectivos Secretários Municipais de Saúde;

- alertem os gestores municipais da necessidade de assumirem a execução dos serviços de alimentação e nutrição, conforme preconizado na Lei nº 8.080/90;

5. determinar ao Ministério da Saúde que realize, por intermédio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, auditoria no repasse e na aplicação dos recursos do ICCN;

6. determinar à Área Técnica de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde que remeta ao Tribunal, no prazo de 60 dias:

- o relatório conclusivo sobre a avaliação por amostragem do ICCN, realizado junto aos estados no exercício de 2000;

- o conjunto de metas correspondentes aos indicadores de desempenho recomendados, contemplando o prazo para seu atingimento, e cronograma de implementação das deliberações da presente Decisão, contendo atividades, prazo de implementação e nome do responsável;

7. encaminhar cópia desta Decisão, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, para os titulares de vários órgãos e entidades da área da Saúde;

8. autorizar a conversão destes autos em acompanhamento e encaminhá-los à Seprog para o monitoramento da implementação dessas recomendações exaradas pelo Tribunal;

9. incluir no monitoramento acima referido o Programa Bolsa Alimentação, lançado pelo Ministério da Saúde, aproveitando os indicadores e as questões levantadas quanto ao Incentivo de Combate às Carências Nutricionais; e

10. autorizar a inclusão da presente auditoria na Publicação Auditorias do TCU.”

Não consta dos autos deste processo se foram prestadas, pelas entidades mencionadas, informações a respeito das providências recomendadas para cumprir as determinações do TCU.

II – Voto do Relator

Diante do exposto e tendo em vista tratar-se de matéria situada no âmbito das competências do TCU, opinamos que a Comissão de Fiscalização e Controle dela tome conhecimento e que seja encaminhada ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Saúde cópia deste parecer, para que, mais uma vez, tome conhecimento das recomendações do Tribunal de Contas da União, contidas na sua Decisão nº 318/2001 em análise, encaminhando em seguida este Processo ao arquivo.

Sala da Comissão, Ney Suassuna, Presidente – Juvêncio da Fonseca, Relator – Freitas Neto – Romero Jucá – Geraldo Althoff – Wellinton Roberto – Luiz Otávio – Antônio Carlos Júnior – Valmir Amaral.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2001 (nº 467/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, para conceder a gratuidade do exame de DNA, nos casos que especifica, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

São lidos os seguintes:

OF. Nº 064/01 – PRES.CAS

Brasília, 11 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em reunião no dia 10 de outubro de 2001, aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2000, que “Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Cerimonialista e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais, e dá outras providências”, de autoria do Senador Valmir Amaral, com votos vencidos dos Senadores Waldeck Ornelas e Moreira Mendes e abstenção do Senador Tião Viana.

Atenciosamente, – Senador Romeu Tuma, Presidente.

OF. Nº 065/01 – PRES.CAS

Brasília, 11 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado, comunico a Vossa Excelência que

esta Comissão, em reunião no dia 10 de outubro de 2001, rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2000, que “Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Souto, em vista da aprovação do parecer, pelo arquivamento da matéria (art. 133, III, § 1º RISF).

Atenciosamente, – Senador Romeu Tuma, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Com referência aos expedientes lidos anteriormente, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º e 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 79 e 184, de 2000, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 605, DE 2001

Nos termos do artigo 152 do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a prorrogação de prazo, por mais 180 (cento e oitenta) dias, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Requerimento nº 146, de 2001, destinada a apurar as demarcações de terras indígenas na Amazônia, notadamente na Faixa de Fronteira.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2001. – Mozarildo Cavalcanti, PFL-RR – Moreira Mendes – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Arlindo Porto – Marluce Pinto – Geraldo Melo – Romeu Tuma – Waldeck Ornelas – Lúdio Coelho – Roberto Saturnino – Ricardo Santos – Lindberg Curi – Iris Rezen de – Maguito Vilela – Luiz Otávio – Carlos Patrocínio – Valmir Amaral – Jorge Borhausen – Geraldo Althoff – Bello Parga – Hugo Napoleão – Lúcio Alcântara – Antonio Carlos Júnior – Teotônio Vilela – Mauro Benevides – Freitas Neto – Osmar Dias – Bernardo Cabral – Nabor Júnior – Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – O requerimento lido contém subscritores em número suficiente para a prorrogação solicitada. Nos termos do art. 152 do Regimento Interno, será publicado para que produza os devidos efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

– Proposta de Fiscalização e Controle n.º 3, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Melo, que dispõe sobre os assuntos referidos nos Requerimentos dirigidos aos Ministros da Aeronáutica e Educação que solicita informações a respeito das medidas formais adotadas para proteger os recursos federais aplicados no Estado do Rio Grande do Norte; e

– Proposta de Emenda à Constituição n.º 89, de 1999, de autoria do Senador Geraldo Althoff e outros senhores Senadores, que altera seção à parte permanente da Constituição Federal, dispondo sobre a atividade de perícia oficial.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência comunica ao Plenário que durante o prazo único previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, inciso I, do Regimento Interno, foram apresentadas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dez emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 2001 (n.º 5.075/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos que direta ou indiretamente possam ser destinados à elaboração ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.

As referidas emendas vão à publicação no Diário do Senado Federal e em avulsos para distribuição às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, simultaneamente, à de Assuntos Sociais, para exame do Projeto e das emendas.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDAS APRESENTADAS
PERANTE A COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 89, DE 2001, NO PRAZO ÚNICO
PREVISTO NO ART. 122, II, b, COMBINADO COM
O ART. 375, I, DO REGIMENTO INTERNO

EMENDA SUPRESSIVA N.º 1

Suprima-se o Artigo 8º do Projeto de Lei.

Justificação

O artigo 8º, que institui a obrigatoriedade de Guia de Trânsito para o acompanhamento do transporte de produtos químicos controlados, deve ser suprimido do Projeto de Lei uma vez que cria enorme burocracia e agrega “indiretamente” custos elevados aos produtos, sem resultarna ampliação da eficiência dos controles.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 89/2001
(PL n.º 5.074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA SUPRESSIVA N.º 2

Suprima-se o inciso IX do Art. 13 do Projeto de Lei.

Justificação

O inciso IX do Artigo 13, que caracteriza como infração administrativa a realização de transporte sem Guia de Trânsito, deve ser suprimido em consequência à supressão do Artigo 8º.

O Artigo 8º, que institui a obrigatoriedade de Guia de Trânsito para o acompanhamento do transporte de produtos químicos controlados deve ser suprimido do Projeto de Lei uma vez que cria enorme burocracia e agrega “indiretamente” custos elevados aos produtos, sem resultarna ampliação da eficiência dos controles.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 89/2001
(PL n.º 5.074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA MODIFICATIVA N.º 3

Altera-se o inciso VII do Artigo 13 do Projeto de Lei, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 13.
.....

VII – deixar de informar qualquer suspeita de desvio de produto químico controlado, para fins ilícitos”.

Justificação

Desse modo, a redação proposta não se restringe somente à denúncia de qualquer suspeita de desvio de produto químico controlado para a preparação ilícita de substâncias entorpecentes, psicotrópicas ou que determine dependência física ou psíquica mas

também a qualquer atividade para fins ilícitos, que envolvam esses produtos.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89/2001
(PL nº 5.074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA MODIFICATIVA Nº 4

Altera-se o inciso XI do Art. 13 do Projeto de Lei, que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 13.

XI – adulterar laudos técnicos, notas fiscais, rótulos e embalagens de produtos químicos controlados visando a burlar o controle e a fiscalização.

Justificação

O Artigo 13, inciso XI, que caracteriza como infração administrativa adulterar rótulos e embalagens de produtos químicos controlados visando a burlar o controle e a fiscalização, deve ser alterado objetivando ampliar as possibilidades de outras modalidades de infração, como as adulterações de laudos técnicos e notas fiscais.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89/2001
(PL 5.074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA MODIFICATIVA Nº 5

Altera-se o inciso XII do artigo 13 do Projeto de Lei, que passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 13.

XII – deixar de informar um laudo técnico ou nota fiscal, e quando for o caso, em local visível da embalagem e do rótulo, a concentração do produto químico controlado.”

Justificação

Desse modo, a redação proposta facilita a ação fiscalizadora bem como amplia os meios de identificação do produto.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA 89/2001
(PL 5.074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA ADITIVA Nº 6

Inclua-se o § 3º no artigo 15 do Projeto de Lei, com a seguinte redação:

“Art. 15.

§ 3º Das sanções aplicadas caberá recursos, na forma e prazos a serem estabelecidos em regulamento.”

Justificação

A inclusão do § 3º no artigo 15 visa assegurar aos litigantes em processos administrativos, em instância superior, o direito à ampla defesa, conforme estabelece o artigo 5º, LV, da Constituição Federal de 1988.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA 89/2001
(PL 5.074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA SUPRESSIVA Nº 7

Suprima-se o inciso III do artigo 20 do Projeto de Lei.

Justificação

O inciso III do art. 20, que institui a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos no valor de R\$106,41 (cento e seis reais e quarenta e um centavos) para a Emissão de Autorização Prévia de Importação; Autorização Prévia de Exportação; e Autorização Prévia de Reexportação deve ser suprimido tendo em vista que configura barreira não-tarifária no caso das importações e, adicional ao chamado “Custo Brasil” nas exportações e nas reexportações.

Ressalte-se que a cobrança na Autorização Prévia de Importação pode ser questionada junto a Organização Mundial do Comércio – OMC como uma barreira não-tarifária.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89/2001
(PL 5.074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA SUPRESSIVA Nº 8

Suprima-se o inciso V do artigo 20 do Projeto de Lei.

Justificação

O inciso V do artigo 20, que institui a Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos no valor de R\$10,64 (dez reais e sessenta e quatro centavos) para a emissão de Guia de Trânsito e de Segunda Via de Guia de Trânsito deve ser suprimido em consequência da supressão do artigo 8º.

O artigo 8º, que institui a obrigatoriedade de Guia de Trânsito para o acompanhamento do transporte de produtos químicos controlados, deve ser suprimido do Projeto de Lei uma vez que cria enorme

burocracia e agrega "indiretamente" custos elevados aos produtos, sem resultar na ampliação da eficiência dos controles.

Sala das Sessões, – Senador Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA 89/2001
(PI 5074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA MODIFICATIVA Nº 9

Dê-se ao caput do Artigo 20 e seus incisos, a seguinte redação:

Artigo 20. A Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos é devida pela prática dos seguintes atos de controle e fiscalização:

I – no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Registro Cadastral;

b) emissão de Segunda via de Certificado de Registro Cadastral; e

c) alteração de Registro Cadastral.

II – no valor de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para:

a) emissão de Certificado de Licença de Funcionamento;

b) emissão de segunda via de Certificado de Licença de Funcionamento; e

c) renovação de Licença de Funcionamento.

III – no valor de R\$50,00 (cinquenta reais) para:

a) emissão de Autorização Especial; e

b) emissão de segunda via de Autorização Especial."

Justificação

Objetivando a melhor adequação, a prática do ato de "alteração de Registro Cadastral" foi transferida do inciso II para o inciso I, uma vez que o inciso I trata exclusivamente de taxas referentes a Registro Cadastral.

Para garantir e assegurar a arrecadação dos recursos – face a supressão dos incisos III e V do Artigo 20 – que irão compor o orçamento necessário ao Programa de Fortalecimento do Controle de Precursores Químicos do Departamento de Polícia Federal, programa este que busca o fortalecimento institucional para o controle descentralizado de precursores químicos em todo o País, mediante a aquisição de equipamentos de laboratórios para a identificação de drogas, veículos apropriados, criação de sistema informatizado e treinamento das forças policiais em ati-

dade de controle, os valores das taxas constantes nos incisos acima foram redimensionados.

Sala das Sessões, – Pedro Piva.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2001
(PL nº 5074/2001 na Câmara dos Deputados)

EMENDA ADITIVA Nº 10

Acrescente ao Artigo 20 do Projeto de Lei, o seguinte parágrafo único:

Artigo 20.

Parágrafo único – Os valores constantes nos itens I e II deste artigo serão reduzidos de 70% (setenta por cento) e de 40% (quarenta por cento) quanto se tratar, respectivamente, de microempresa e empresa de pequeno porte, definidas como tais em lei."

Justificação

O Parágrafo único vem moldar-se à Constituição de 1988 em seu art. 179, onde reza que os Entes Federados devem dispensar tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, com o escopo de incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias.

Sala das Sessões, – Pedro Piva.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/39, de 2001 (nº 110/2001, na origem), de 16 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 174184, que declarou a inconstitucionalidade do art. 25 e parágrafo único da referida lei estadual (reajuste de vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões dos servidores estaduais pela variação do IPC).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência recebeu, da Prefeitura do Município de São Paulo (SP), o Ofício nº S/40, de 2001 (nº 3.725/SPP/01, na origem), de 16 do corrente, solicitando ao Senado Federal a ratificação das autorizações para contratação de operações de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, concedidas pela Resolução nº 26, de 2000, especialmente no tocante ao financiamento do Programa de Modernização da Administração Tri-

butária e dos Setores Básicos de Saúde – PMAT e do Programa Prioritário de Transportes Urbanos

A matéria, anexada ao processado da Resolução nº 26, de 2000, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 211, DE 2001

Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados e Municípios com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º No prazo de cento e vinte dias contados da publicação desta lei, a União, mediante convênios com os Estados, com o Distrito Federal e com os Municípios, promoverá a adequação dos estabelecimentos penais existentes, bem como a construção de novos, em todo o país, com vistas ao cumprimento do disposto nos incisos II, III, XLVI, e, XLVIII, XLIX, L, LXXIV e § 1º do art. 5º da Constituição Federal e às disposições da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 2º O Procurador-Geral da República, decorrido o prazo fixado no art. 1º, sob pena de responsabilidade, adotará as providências cabíveis e necessárias à responsabilização das autoridades pelo não cumprimento da legislação relativa à execução penal.

Art. 3º Os arts. 63 e 201 da Lei nº 7.210, de 1984, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado pelos Secretários de Segurança dos Estados e do Distrito Federal e presidido pelo Ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo único. Fica criada, como órgão de assessoramento do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, uma Comissão Executiva composta de, no máximo, cinco membros, escolhidos e designados pelo Ministro da Justiça dentre especialistas da área de Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas.

Art. 201

Parágrafo único. De acordo com a classificação do condenado, a pena poderá ser cumprida em estabelecimento fora da

comarca onde ocorrer a condenação, ainda que em outra unidade da Federação.” (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Muito já foi dito sobre a fartura de leis em nosso país, temos leis ótimas, leis boas, leis casísticas, leis inócuas e, sobretudo, leis que, no dizer popular, “não pegam”. Infelizmente, a Lei de Execuções Penais, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, é uma delas. Sem dúvida, um diploma legal que marcou extraordinário avanço em relação aos objetivos pretendidos, é ela, decorridos mais de treze anos, pouco mais que letra morta no universo do nosso direito objetivo.

Todavia, o esquecimento, o descaso, quando não o desconhecimento das suas disposições, não representam fato isolado. O constituinte de 1988 inseriu na vigente Constituição Federal, no Capítulo I, dos direitos e deveres individuais e coletivos, vários dispositivos que estão diretamente relacionados com a Lei de Execução Penal, como se deduz da leitura dos citados a seguir:

“Art. 5º

II – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

III – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

XLVI – não haverá penas:

.....
e) cruéis;

.....
XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

.....

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

.....

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

.....
Infelizmente e em que pese a vontade do constituinte, decorridos quase treze anos da promulgação da Constituição Federal, principalmente no que se refere à questão carcerária, os direitos e garantias fundamentais continuam a ser desrespeitados e ignorados.

Há tortura nas delegacias e nas prisões. Milhares de presos estão submetidos a tratamento desumano e degradante e a grande maioria deles não tem qualquer informação a respeito do tempo de pena a cumprir, bem como do regime em que isso deve ser feito. Afinal, a ausência de um adequado e indispensável método de controle impede o fiel cumprimento da Lei de Execução Penal, em face da inexistência de classificação dos condenados, com reflexos na correta aplicação das chamadas progressões e regressões dos regimes prisionais, bem como as respectivas conversões. Indiscutivelmente, a grande maioria dos condenados cumpre pena em situação que configura extrema crueldade, uma vez as celas resultaram transformadas em depósitos infectos onde, não raro, os detentos dormem sentados ou mesmo de pé pela absoluta falta de espaço.

Diante de quadro semelhante, é inimaginável a existência de estabelecimentos onde a pena possa ser cumprida levando-se em consideração a natureza do delito e a idade do apenado. Como consequência, a integridade física e moral de milhares de presos é ignorada. Não fosse isso bastante, o Estado não cumpre o seu dever de prestar assistência jurídica integral e gratuita àqueles encarcerados que não dispõem de recursos financeiros. Faltam juizes, faltam promotores, faltam defensores públicos, falta até mesmo um quadro administrativo com profissionais preparados para o mister.

Assim, os direitos e as garantias fundamentais, que deveriam ter aplicação imediata, segundo o mandamento constitucional inserto no § 1º do art. 5º da CF, são violentados diariamente em dezenas de cárceres em todo o país.

Algo precisa ser feito. E rápido. Não é possível que continuemos impassíveis e alheios a esta dura e triste realidade. Afinal, a letra do art. 144 da Constituição Federal determina "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio..." Todavia, não é o que se constata. A segurança pública está em plano secundário nas prioridades dos governos, principalmente dos Estados e do Distrito Federal.

O corre que a segurança pública está diretamente relacionada com o sistema carcerário. A inefi-

ciência deste resulta em maiores índices de reincidência criminal. E é o lógico. Nas condições atuais dos nossos presídios, como dizem juristas, psicólogos e sociólogos, temos institucionalizadas verdadeiras universidades do crime.

A presente proposição não inova. A rigor, seria mesmo desnecessária, pois, se aprovada, constituirá uma lei obrigando o cumprimento de outra lei. Pode parecer estranho, mas esperamos que os eminentes membros do Congresso Nacional não entendam assim. O Poder Legislativo precisa agir com urgência e veemência. Este, que aqui apontamos, é o caminho: conceder ao Executivo um prazo para que adote as providências já tardias que o problema exige. É preciso que o Presidente da República e os governadores atentem com seriedade para esta questão.

Convênios bem estruturados e que envolvam os Executivos dos três níveis da Federação propiciarão melhor aproveitamento dos presídios existentes e a alocação de recursos para a construção de novos. Mais que a definição dos espaços físicos dos cárceres, tais convênios permitirão o estabelecimento de critérios para a adequação deles com vistas ao cumprimento das penas, levando-se em consideração a natureza do delito, a idade e o sexo dos apenados, como determina a norma constitucional citada. Para facilitar a elaboração desses convênios bem como o estabelecimento de critérios para a distribuição dos apenados, acrescentamos ao projeto de lei um dispositivo que permite o cumprimento da pena em estabelecimento penal fora da comarca onde ocorrer a condenação, ainda que em outra unidade federativa.

Também, tivemos a preocupação de inserir no presente projeto de lei um dispositivo que altera a Lei de Execução Penal em seu art. 63. Com a nova redação, pretendemos que o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária seja integrado por aquelas autoridades que vivenciam o problema: os Secretários de Segurança dos Estados e do Distrito Federal. No entanto, a alteração proposta não retira do Conselho os especialistas em Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e outros especialistas de áreas afins. Se aprovada a nossa sugestão, integrarão eles uma Comissão Executiva que funcionará como órgão de assessoramento superior.

Por fim, buscamos chamar o Ministério Público à sua responsabilidade institucional no que se relaciona ao cumprimento da ordem jurídica relativamente à questão penitenciária. Findo o prazo para a realização dos convênios e inexistindo qualquer ação efetiva no sentido de se enfrentar o problema, sob pena de responsabilidade, deverá o Procurador-Geral da República adotar as providências cabíveis e necessárias ao cumprimento da lei.

Com certeza de que esta proposição será aperfeiçoada em sua tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional, confiamos que receba a aprovação para, então, se constituir no primeiro passo e mais que isso, na ação possível e concreta do Poder Legislativo no rumo da solução de questão tão difícil.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2001. – Carlos Bezerra.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984

Institui a Lei de Execução Penal.

Art. 63. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária será integrado por 13 (treze) membros designados através de ato do Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade e dos Ministérios da área social.

Parágrafo único. O mandato dos membros do Conselho terá duração de 2 (dois) anos, renovado 1/3 (um terço) em cada ano.

Art. 201. Na falta de estabelecimento adequado, o cumprimento da prisão civil e da prisão administrativa se efetivará em seção especial da Cadeia Pública.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

II – ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLVI – a lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes:

- a) privação ou restrição da liberdade;
- b) perda de bens;
- c) multa;
- d) prestação social alternativa;
- e) suspensão ou interdição de direitos;

XLVIII – a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX – é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

L – às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;

LXXIV – o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

§ 1º As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2001

“Dá nova redação ao § 1º do art. 19 da Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, para atribuir prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo 1º do art. 19 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 19.

§ 1º A seleção dos alunos a serem beneficiados nos termos do caput dará prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes e será realizada em cada instituição por uma comissão constituída paritariamente por representantes da direção, do corpo docente e da entidade de representação discente.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei, que ora submeto à apreciação desta Casa, tem como propósito assegurar prioridade absoluta aos alunos afrodescendentes

na concessão de bolsas de estudos, a título de assistência social, pelas entidades particulares de ensino, mediante modificação do parágrafo 1º do art. 19 da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Conforme essa norma, as instituições de ensino sem fins lucrativos que estão isentas das contribuições à Seguridade Social são obrigadas a conceder bolsas de estudo a alunos comprovadamente carentes.

A seleção dos alunos a serem beneficiados realiza-se em cada instituição, por comissão composta de representantes da direção, do corpo docente e da entidade de representação discente. A relação dos nomes dos alunos selecionados deve ser encaminhada ao Ministério da Educação (MEC) e ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

Os alunos afrodescendentes, em sua maioria, enfrentam fortes dificuldades financeiras, agravadas pelo preconceito racial. De fato, embora os negros correspondam a 45,3% da população brasileira, representam apenas 2% do total de alunos de cursos superiores. Toma-se, portanto, imperiosa a utilização de formas de ação compensatória para facilitar o ingresso e a permanência desses jovens, em especial no ensino superior, onde cerca de 60% das vagas encontram-se em instituições privadas, cujas mensalidades elevadas inviabilizam o acesso dos mais carentes.

O art. 19 da Lei nº 10.260 introduziu modificação no sistema de subsídios concedidos às instituições particulares de ensino. Trata-se da isenção conhecida como "filantropia", que ficou estabelecida em um mínimo de 50% dos encargos educacionais cobrados por essas entidades para cada aluno, podendo no entanto ser integral. Tratando-se de um favor fiscal concedido pela União e, nesse caso particular, indevidamente à conta da Previdência Social, mas para fins de Assistência – e, portanto, a estudantes carentes – pode e deve o Poder Público estabelecer regras e critérios de prioridade a serem observados.

Nada mais justo, pois, que se utilize um mecanismo já vigente para focá-lo em um expressivo segmento populacional que precisa de uma política ativa de promoção social. É, sem dúvida, o caso dos afrodescendentes, o mais evidente, dentre todos os segmentos sociais do País, como aquele que, apesar de sua expressão numérica, permanece contido em sua ascensão social.

Dessa forma, esses jovens, que ingressam no sistema de ensino, particularmente no caso do nível superior por mérito próprio, não seriam forçados, como ocorre com frequência, a abandonar os estudos devido à falta de recursos financeiros. Mas proporcionar também o presente projeto, o acesso a todo o sistema de ensino, do fundamental (esse já praticamente universalizado) ao médio e ao superior, uma

vez que unidades educacionais de todos os graus de ensino têm o subsídio concedido pela lei.

O aumento da escolaridade desse contingente populacional irá facilitar o acesso dos afrodescendentes a empregos mais qualificados, a novas oportunidades de trabalho, à melhoria do seu nível de renda, assegurando-lhes igualdade de oportunidades e, assim, contribuir para a superação das desigualdades existentes no País, tornando-o mais justo e mais solidário.

A aprovação deste projeto de lei fará também com que o Brasil dê uma demonstração clara e inequívoca do seu compromisso com as posições defendidas na recente Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2001. – Senador Waldeck Ornêlas.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior e dá outras providências.

Art. 19. A partir do primeiro semestre de 2001, sem prejuízo do cumprimento das demais condições estabelecidas nesta lei, as instituições de ensino enquadradas no art. 55 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ficam obrigadas a aplicar o equivalente à contribuição calculada nos termos do art. 22 da referida lei na concessão de bolsas de estudo, no percentual igual ou superior a 50% dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino, a alunos comprovadamente carentes e regularmente matriculados.

§ 1º A seleção dos alunos a serem beneficiados nos termos do caput será realizada em cada instituição por uma comissão constituída paritariamente por representantes da direção, do corpo docente e da entidade de representação discente.

§ 2º Nas instituições que não ministrem ensino superior caberão aos pais dos alunos regularmente matriculados os assentos reservados à representação discente na comissão de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º Nas instituições de ensino em que não houver representação estudantil ou de pais organizada, caberá ao dirigente da instituição proceder à eleição dos representantes na comissão de que trata o § 1º.

§ 4º Após a conclusão do processo de seleção, a instituição de ensino deverá encaminhar ao MEC e

ao INSS a relação de todos os alunos, com endereço e dados pessoais, que receberam bolsas de estudo.

§ 5º As instituições de ensino substituirão os alunos beneficiados que não efetivarem suas matrículas no prazo regulamentar, observados os critérios de seleção dispostos neste artigo.

(Às Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania – cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2001

Altera a redação do art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 11. São criadas, nos Municípios de Macapá e Santana, ambos no Estado do Amapá, e no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daqueles Estados e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

§ 1º O Poder Executivo demarcará, no prazo de noventa dias, áreas contínuas onde serão instaladas as áreas de livre comércio, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

§ 2º Aplicam-se às áreas de que trata o caput deste artigo os incentivos fiscais previstos nos arts. 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, e alterações posteriores, do Decreto-Lei nº 288, 28 de fevereiro de 1967.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com o advento da Constituição de 1988, o Território de Roraima foi transformado em Estado. Com 15 municípios, ele ocupa 225.116 km².

Segundo o Censo Demográfico de 2000, o Estado tem 324.152 habitantes. Apesar de Roraima ser o

Estado menos populoso, o fluxo migratório é significativo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cada dia, 16 pessoas migram para o Estado.

Com o asfaltamento da BR-174, que une Manaus, Boa Vista e Venezuela, Roraima passou a ser visitado por ecoturistas e cientistas de alto nível, que apreciam a rica biodiversidade lá existente, com exótica fauna e flora. No Sul de Roraima, existe uma floresta tropical densa e abundante; na parte central, há buritizais e igarapés, e, também, nessa região, está localizada a capital, Boa Vista; e no Norte, a paisagem vai mudando até a fronteira que é uma região serrana. Roraima é povoado por sulistas, nordestinos e nortistas de todos os Estados e, ainda, é o habitat de tribos indígenas, inclusive a dos Yanomami.

Roraima detém 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, o menor do País, cuja composição é assim: 48,7% (serviços; 25,9% (agropecuária); e 25,4% (indústria). O Governo estadual confere incentivos fiscais a indústrias interessadas em se instalarem no Estado e, para aumentar a sua receita, inicia o processo de privatização de empresas públicas. A terra a preços módicos, o clima sem variações, a BR-174, bem como a outorga de incentivos fiscais contribuem para o crescimento da produção de soja. O propósito do Governo estadual é viabilizar a exportação de soja para a Venezuela a preços abaixo aos dos Estados Unidos, da Bolívia ou da Argentina.

Como se vê, é mister incrementar o desenvolvimento de Roraima, mediante a criação de uma área de livre comércio capaz de propulsionar a economia roraimense.

Dado que, além da proximidade com o Suriname e a Guiana Francesa, Roraima tem fronteira com a Guiana e a Venezuela, sendo que só a população venezuelana já atingiu, no ano de 2000, mais de 24 milhões de habitantes. Vale observar a possibilidade de esses vizinhos virem a constituir um mercado natural para o escoamento da produção industrial roraimense, não podendo ser desprezado tal potencial de consumo.

Em virtude da localização de Roraima, na região amazônica e na extremidade norte do Brasil, e longe das metrópoles, torna-se necessária a criação de um pólo industrial e comercial voltado para a exportação. É, pois, de realçar a relevância de se instituir a Área de Livre Comércio de Boa Vista e de se estenderem os benefícios fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 1967 que tanto concorreram para o progresso de Manaus.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que, se convertido em lei, beneficiará substancialmente a população do Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2001. – Senador Romero Jucá.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 3.387, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Dá nova redação ao § 1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

Art. 11. É criada, nos Municípios de Macapá e Santana, no Estado do Amapá, área de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

§ 1º O Poder Executivo demarcará, no prazo de noventa dias, área contínua onde será instalada a área de livre comércio, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadorias a serem nacionalizadas ou reexportadas.

§ 2º Aplica-se à área de livre comércio, no que couber, o disposto na Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991.

DECRETO Nº 1.885, DE 26 DE ABRIL DE 1996

Regulamenta o § 3º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o § 5º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei nº 8.387, de 1991, nas condições que específica, e dá outras providências.

DECRETO-LEI Nº 288,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

Altera as disposições da Lei nº 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.

DECRETO-LEI Nº 1.435,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975

Altera a redação dos arts. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e

2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário exercício, Senador Mauro Miranda.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 43, DE 2001

Altera o inciso II, do § 1º, do art. 40 da Constituição Federal, a fim de fixar em setenta e cinco anos a idade limite para aposentadoria compulsória no serviço público.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 40.
§ 1º

II – compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;"

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A não ser por mera opção de política legislativa, nada justifica, em nosso entender, a presunção legal estabelecida no art. 40, § 1º, II, da Lei Maior, de que o servidor encontra-se incapacitado para continuar exercendo as atribuições do cargo que ocupa tão-só pelo fato de completar setenta anos de idade.

A bem da verdade, inúmeros são os casos de cidadãos que, muitos anos após completarem a idade limite em questão, continuam em perfeitas condições de higiene física e mental e, portanto, com plena capacidade de permanecerem emprestando sua relevante colaboração ao serviço público e à sociedade.

Ademais, trata-se de pessoas em que, a par da bagagem intelectual, ressalta a experiência haurida ao longo de várias décadas de atividade e conhecimento especializado, das quais o serviço público simplesmente passa a prescindir apenas a partir de um

critério de faixa etária que, a nosso ver, já reclama uma certa atualização, sobretudo tendo em vista o crescimento, ano a ano, da expectativa média de vida do brasileiro.

À vista dessa realidade, formulamos a presente proposta de emenda à Constituição, na qual preconizamos que a idade limite para a aposentadoria compulsória no serviço público seja elevada de setenta para setenta e cinco anos.

Com isso, esperamos estar fazendo um mínimo de justiça àqueles brasileiros que, após longa e profícua vida profissional, julgando-se prestantes e úteis, ainda desejem continuar, por mais algum tempo, no serviço público, que só terá a ganhar com essa permanência.

Finalmente, parece-nos ainda oportuno ressaltar que a elevação proposta em nada prejudicará qualquer direito ou expectativa de direito de quem pretenda aposentar-se mais cedo, por quanto, como é de conhecimento geral, a Constituição, logo no inciso III do mesmo § 1º do art. 40, alberga o instituto da aposentadoria voluntária, que pode ser concedida ao homem após os sessenta e cinco anos e, para a mulher, após esta completar os sessenta anos de idade.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2001. – Senadora Marluce Pinto (PMDB – RR) – Renan Calheiros – Geraldo Cândido – Casildo Maldaner – José Fogaça – Jonas Pinheiro – Waldeck Ornelas – Gilvam Rocha – João Alberto Souza – Alvaro Dias – Luiz Otávio – Amir Lando – Francelino Pereira – Bello Parga – Luiz Pontes – Sérgio Machado – Alberto Silva – Ney Suassuna – Saturnino Braga – Paulo Souto – Antero Paes de Barros – Maria do Carmo Alves – Sebastião Rocha – Juvêncio da Fonseca – ????? – José Eduardo Dutra – Arlindo Porto – ????? – Hugo Napoleão – Wellington Rocha.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
SUBSECRETARIA DE ATA
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 40.* Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissi-

onal ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Os proventos da aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividade desexercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusiva-

*EC nº 3/93 e EC nº 20/98.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 188/Plen

Brasília, 10 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de indicar, como titular, o Deputado JOSÉ PIMENTEL, PT/CE, em substituição ao Deputado FERNANDO GABEIRA, PT/RJ, na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 2.196-3, que "Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA".

Atenciosamente, Deputado Walter Pinheiro, Líder do PT.

Ofício nº 1.441-L-PFL/2001

Brasília, 16 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado URSICINO QUEIROZ para, como membro suplente, fazer parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências", em substituição ao Deputado Santos Filho.

Atenciosamente, Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do Bloco Parlamentar, PFL/PST.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

São lidos os seguintes:

OF.PSDB/884/2001

Brasília, 16 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado ADOLFO MARINHO como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, de Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado Juthay Junior, Líder do PSDB.

OF. PSDB/I/Nº 886/2001

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado JOVAIR ARANTES, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, de Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Atenciosamente, Deputado Jutahy Júnior, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – A Presidência de signa os Srs. Deputados Adolfo Marinho e Jovair Arantes, como suplentes, indica-

dos pela Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, para comporem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

É lido o seguinte:

OF/BLOCO/Nº 038/01

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Airton Cascavel/PPS, para ocupar a vaga de titular, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado Pedro Eugênio.

Atenciosamente, – Deputado Rubens Bueno, Líder do Bloco PDT/PPS.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mauro Miranda.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 102/01-GLPSDB

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, encaminhar-lhe em anexo, as alterações na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura desta Casa.

– Incluir o Senador Lúdio Coelho, como titular, em vaga já existente;

– Incluir o Senador Eduardo Siqueira Campos, como titular, em vaga já existente;

– Substituir o Senador Leomar Quintanilha pelo Senador Luiz Otávio, como titular; e

– Substituir o Senador Sérgio Machado pelo Senador Romero Jucá, como suplente.

Atenciosamente, – Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Ofício nº 119/01-GLPSDB

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, encaminhar-lhe, em anexo, as alterações na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

– Substituir o Senador Geraldo Melo pelo Senador Freitas Neto, como titular;

– Substituir o Senador Romero Jucá pelo Senador Ricardo Santos, como titular;

– Substituir o Senador Sérgio Machado pelo Senador Romero Jucá, como suplente;

– Passar o Senador Geraldo Melo, para suplente em vaga já existente; e

– Substituir o Senador Osmar Dias pelo Senador Siqueira Campos, como suplente.

Atenciosamente, – Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Of. nº 120/01-GLPSDB

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, encaminhar-lhe, em anexo, as alterações na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão de Assuntos Sociais desta Casa.

– Substituir o Senador Osmar Dias pelo Senador Teotônio Vilela, como titular;

– Substituir o Senador Leomar Quintanilha pelo Senador Fernando Matusalém, como titular;

– Incluir o Senador Artur da Távola como titular, em vaga já existente;

– Substituir o Senador Álvaro Dias pelo Senador Pedro Piva, como suplente;

– Incluir o Senador Luiz Otávio como suplente, em substituição ao Senador Teotônio Vilela;

– Incluir o Senador Freitas Neto, como suplente

Atenciosamente, – Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Ofício nº 121/01-GLPSDB

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, encaminhar-lhe, em anexo, as alterações na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

– Substituir o Senador Álvaro Dias pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, como titular;

– Substituir o Senador Osmar Dias pelo Senador Luiz Pontes, como titular;

– Passar o Senador Pedro Piva para titular em substituição ao Senador Leomar Quintanilha;

– Incluir o Senador Luiz Otávio, como titular, em vaga já existente;

– Substituir o Senador Sérgio Machado pelo Senador Freitas Neto, como suplente;

– Incluir o Senador Artur da Távola como suplente, em substituição ao Senador Pedro Piva.

Atenciosamente, – Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Ofício nº 122/01-GLPSDB

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, encaminhar-lhe, em anexo, as alterações na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão de Educação desta Casa.

– Substituir o Senador Álvaro Dias pelo Senador Freitas Neto, como titular;

– Incluir o Senador Artur da Távola, como titular, em vaga já existente;

– Substituir o Senador Teotônio Vilela pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, como titular;

– Passar o Senador Teotônio Vilela, para a suplência em substituição ao Senador Osmar Dias; e

– Substituir o Senador Leomar Quintanilha pelo Senador Luiz Otávio, como suplente.

Atenciosamente, – Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Ofício nº 123/01-GLPSDB

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, encaminhar-lhe, em anexo, as alterações na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa.

– Incluir o Senador Artur da Távola, como suplente, em vaga já existente;

– Substituir o Senador Álvaro Dias pelo Senador Freitas Neto, como suplente; e

– Substituir o Senador Leomar Quintanilha pelo Senador Luiz Otávio, como suplente.

Atenciosamente, – Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

Ofício nº 124/01-GLPSDB

Brasília, 17 de outubro de 2001

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos regimentais, encaminhar-lhe, em anexo, as alterações na composição do Bloco PSDB/PPB na Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

– Substituir o Senador Geraldo Melo pelo Senador Eduardo Siqueira Campos, como titular; e

– Substituir o Senador Sérgio Machado pelo Senador Freitas Neto, como suplente

Atenciosamente, – Senador Geraldo Melo, Líder do Bloco PSDB/PPB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares) – Serão feitas as substituições solicitadas.

O Sr. Antonio Carlos Valadares, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente.

O SR. JEFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª tem a palavra, pela ordem.

O SR. JEFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pela ordem) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exª terá assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Mauro Miranda.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última segunda-feira, juntei minha voz e minha solidariedade às justas homenagens prestadas por este Plenário ao Dia do Professor.

Hoje, gostaria de enaltecer outra valorosa e sacrificada categoria de homens e mulheres que também fazem da esperança uma profissão de fé e de amor ao nosso Brasil. Trata-se dos microempresários, que, a despeito de todos os obstáculos tributários, burocráticos, creditícios e técnicos, são os grandes responsáveis pela geração de empregos e pela distribuição de renda na economia nacional.

Nesse sentido, valeria a pena refletir sobre os resultados de recente pesquisa empreendida por conhecida firma internacional de consultoria, a Ernst & Young, em 21 países.

Para espanto daqueles menos familiarizados com a "garra", o dinamismo e a criatividade de nossa gente, o Brasil emergiu do estudo com a população mais empreendedora do mundo!

Isso mesmo, Sr. Presidente! De acordo com aqueles resultados, 16% da população economicamente ativa brasileira (PEA) tem negócio próprio, superando as marcas obtidas pela Coreia do Sul, com 14%; os Estados Unidos, 13%; o Canadá, 8%; a

Índia, 7%; a Itália e a Argentina, ambas com 6%; a Alemanha e o Reino Unido, com 5% cada um.

A pesquisa considerou as empresas com mais de dois anos de vida, a maior parte das quais pertencentes ao ramo agroindustrial, de alimentação, bebidas e tecnologia.

Entretanto, o lado mais sombrio e problemático do nosso empreendedorismo se manifesta na altíssima "taxa de mortalidade" desses pequenos negócios: 35% fecham as portas antes de um ano; 46%, até dois anos; e 56%, até três anos.

É bem verdade que, além de jovem (boa parte dos negócios está sendo aberta por pessoas entre 18 e 25 anos), o microempresário brasileiro é, antes de tudo, um teimoso. As estatísticas raramente dão conta dos inúmeros casos de pequenos comerciantes ou industriais que, depois do primeiro fracasso, reúnem forças, juntam os últimos trocados da família, dão a volta por cima e reabrem seus empreendimentos, muitas vezes sob nova razão social.

Outra dificuldade com esses números consiste naquelas microempresas que só conseguem sobreviver na informalidade, sem, portanto, poderem aparecer nas pesquisas, uma vez que se vêem prisioneiras do cruel dilema: ou permanecer clandestinas ou pagar os inúmeros impostos e taxas e a falir por causa disso.

Até mesmo na hora de fechar, são tantas as formalidades burocráticas e despesas que, segundo dados do Sebrae-SP, mais de 60% das empresas encerradas não dão baixa na Junta Comercial. Afinal, para o empreendedor que chega a esse limite físico e psicológico de cansaço, exasperação e angústia, não sobra dinheiro sequer para os honorários do contador!

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao longo de minha vida, tive a honra de conhecer e tornar-me amigo de dezenas desses heróis anônimos do trabalho, da honestidade e da dedicação ao sonho do próprio negócio. Daí poder afirmar, com segurança, que o insucesso de tantos deles não se deve apenas à falta de experiência para administrar racionalmente a mão-de-obra ou gerenciar o escasso capital giro, como se comprazem em sentenciar aqueles arrogantes tecnocratas encastelados em seus gabinetes, os quais jamais enfrentaram na vida o desafio de honrar uma folha de pagamento – sobretudo quando mais de 100% do valor dos salários é consumido por encargos tributários, trabalhistas e previdenciários!

Irracional é a estrutura de impostos em cascata, que onera a produção, mas segue intocada por um

governo que elevou a carga tributária a patamares insuportáveis para rolar uma vida interna já superior à metade do nosso PIB!

Irracional é a burocracia, que consome de 60 a 90 dias numa via crucis de alvarás e certidões para autorizar a abertura de uma simples lanchonete, oficina ou confecção, ao passo que, nos Estados Unidos, “xangrilá” ideológico de nossa elite tecnocrática, essa licença sai em 24 horas a 48 horas!

Irracional é a falta de efetivo apoio oficial a um sistema de microcrédito nacionalmente capilarizado, que forneça, a juros subsidiados, aquela pequena quantia capaz de ajudar o desempregado na compra de uma carrocinha de pipoca ou cachorro-quente, salvando as famílias empreendedoras das garras dos agiotas (O retorno, afinal, seria garantido graças ao proverbial zelo dos pobres em honrar seus compromissos e não macular a própria reputação na praça)!

Irracional é a estrutura oficial de assistência técnica e gerencial às pequenas e microempresas, a qual se expande pelo território nacional quase sempre em prédios faraônicos e instalações luxuosas para seus gerentes, diretores e assessores, ao mesmo tempo que, para o comerciante da esquina, faltam recursos até mesmo para alugar um ponto ou adquirir um balcão frigorífico!

É de justiça assinalar, Sr. Presidente, que o Governo Federal, mais recentemente, vem dando alguns passos relevantes para assistir esse vasto e sofrido segmento, mediante a consolidação, no Ministério da Ciência e Tecnologia de dez fundos setoriais em operação e mais quatro já prestes a serem criados, a fim de capitalizar novos negócios em áreas dinâmicas como agroindústria, saúde e biotecnologia, com recursos da ordem de R\$650 milhões.

Outro exemplo é o programa Brasil Empreendedor, voltado a qualificar microempresários para financiamentos governamentais, depois de habilitá-los na gestão de negócios envolvendo artesanato, exportação/importação e novas tecnologias.

Em menos de um ano, mas de 110 mil pessoas passaram pelo programa, e os financiamentos superaram o dobro do previsto.

Porém, se o Executivo pretende mesmo construir um horizonte de confiança, estabilidade e sucesso para milhões de brasileiros dotados de espírito empreendedor, deve, antes de tudo, ou vir com atenção a voz deles, o clamor que parte de suas próprias aguras. O ponto de partida poderia ser estudos como o que acabo de referir. Neles, os entrevistados brasileiros apontam, insistentemente, a falta de capital de

giro, a carga tributária elevada e a inadiplência causada pela recessão econômica como suas principais dores de cabeça.

Em poucas palavras, para prosseguir em sua missão de produzir mercadorias, serviços, oportunidades de trabalho, esperança e prosperidade, os pequenos empreendimentos no Brasil necessitam de mais crédito e menos impostos.

Aproveito o momento final do meu discurso para denunciar o abuso que o Governo de Goiás está cometendo contra empresários pequenos, médios e grandes, com a absurda cobrança antecipada de tributos estaduais. Essa medida infeliz, aliada à ausência de linhas de crédito, faz aumentar a informalidade no Estado. Segundo números da Associação Goiana do Pequeno Empresário (AGPE), existem hoje em Goiás cerca de 120 mil pequenas e médias empresas formais e pouco mais de 200 mil informais. Resumindo: para cada empresa regular, existem duas irregulares no Estado.

Se, por um lado, demonstra voracidade na cobrança antecipada dos tributos, o atual Governo de Goiás não age da mesma forma quando o assunto é de interesse dos microempresários. Não há outra constatação para explicar a falta de empenhados deputados governistas, que são a maioria na Assembleia Legislativa, quanto a demora na aprovação do projeto que cria um fundo para avaliar o futuro microempresário, evitando a necessidade da apresentação de um imóvel como garantia.

Numa cruel ironia, esse é o mesmo Governo que gasta páginas e mais páginas coloridas de publicidade nas maiores revistas do País para anunciar “pacotes de incentivos fiscais” destinados à atração de empresas e investimentos de fora. Quanta contradição, quanto desperdício, quanta mentira têm de suportar os empreendedores, os microempresários e o povo goiano!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende, por 20 minutos.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na segunda-feira, as companhias elétricas começaram a efetuar o corte no fornecimento de energia elétrica dos clientes que não conseguiram se ajustar às cotas de racionamento determinadas pelo Governo. As equipes estão nas ruas de todo o País, apenas do lado de casa e empresários que, por motivos diversos, viram-se impossibilitados de economizar o suficiente para fugir da medida

constrangedora. O apagão nas residências e empresas punidas dura três dias.

Esses cortes, como se sabe, foram determinados pela Câmara de Gestão da Crise de Energia, órgão criado pelo Governo Federal para administrar esse período de escassez. Em Goiás, o meu Estado, as previsões oficiais são de que 70 mil pessoas poderão ser atingidas pelo apagão, somente nesta etapa. Sem dúvida, é um número bastante expressivo. São cidadãos que, de uma hora para outra, ficam privados de seus direitos básicos. São famílias que estão perdendo o alimento do dia-a-dia porque não podem mais conservá-los na geladeira. São crianças impossibilitadas de fazer o dever da escola porque simplesmente não existe iluminação à noite.

O mais dramático, Sr. Presidente, é a realidade vivida hoje por centenas de pequenas empresas que já se encontram com o processo produtivo paralisado diante da interrupção do fornecimento de energia elétrica. São homens e mulheres que ganham o sustento através do trabalho honesto de seu comércio ou microindústria e agora se vêem diante de prejuízos que podem até mesmo inviabilizar os negócios. Essas pessoas estão tendo perdas incalculáveis com o apagão, os seus funcionários não podem exercer as atividades, fomentando um cenário que vai intensificar ainda mais os desajustes sociais.

A situação, Sr. Presidente, é tão grave, embora o Centro-Oeste — e aí se inclui Goiás — contribuiu com aproximadamente 20% que buscava o Governo na economia de energia. Então, não ocorreu uma diferença ou desrespeito por parte do povo ao chamamento do Governo e à imposição de uma política implantada emergencialmente para a economia de energia.

Sr. Presidente, a situação é tão grave que o jornal O Popular, órgão da imprensa escrita de maior tiragem diária no Estado de Goiás, traz na sua primeira página a fotografia de uma microempresária da indústria de confecção que, auxiliada por seis funcionárias, deixa de produzir duas mil peças diárias, arcando com um prejuízo de R\$2 mil. Como ela, há um número enorme de pessoas que neste momento estão desoladas.

Os casos se repetem em todos os setores da economia de Goiás, do Centro-Oeste e — posso afirmar sem medo de erro — do Brasil. São proprietários de supermercados que não têm como abrigar carnes e produtos diversos que necessitam do freezer. São donos de lanchonetes impossibilitados de atender à demanda porque não podem servir bebidas geladas. É o marceneiro que não pode entregar a encomenda, correndo o risco de perder o cliente e o sustento de casa. Novamente, o povo está pagando a conta dos erros cometidos pelas autoridades públicas.

Não há necessidade de se discutir aqui de quem é a responsabilidade pelo apagão que assaltou o País. Todos sabem que os setores governamentais, de uma forma ou de outra, falharam clamorosamente. O povo, que está sendo punido injustamente, não tem nenhuma culpa por essa situação. As empresas, grandes e pequenas, não contribuíram para jogar o País nesse estado de coisas. Mas, hoje, são elas que carregam o fardo da crise, mesmo porque os indicadores conjunturais já comprovam a desaceleração da economia.

O que o País espera dos integrantes da Câmara de Gestão da Crise Energética, sob o comando do ilustre Ministro Pedro Parente, é a adoção de medidas criativas capazes de provocar os menores estragos possíveis no cotidiano da sociedade. Sabemos que precisamos continuar economizando energia. É verdade que o nível dos reservatórios continuava baixo, apesar das primeiras chuvas. Estamos, na média, com apenas 12 por cento do volume de água necessário para mover as turbinas das hidrelétricas. É verdade também que teremos de manter o regime de contenção pelo menos até abril de 2002, quando o problema será reavaliado. Não temos outra saída.

O que não pode acontecer é a dosagem errada das medidas de economia de energia. O povo, às custas de sacrifícios, tem colaborado de maneira surpreendente, dentro de um espírito coletivo de cidadania raras vezes visto no País.

Por isso, providências polêmicas como a adoção de feriados extraordinários na Região Nordeste precisa ser debatida com a sociedade, assim como a imposição de cortes. Sem dúvida, precisamos continuar economizando. Mas, igualmente, merecem atenção especial as famílias de baixa renda, as empresas, sejam grandes, médias, pequenas ou até microempresas, e, igualmente, as organizações cujo funcionamento atendem a fins humanitários. Numa palavra: precisamos evitar, a todo custo, o agravamento dos nossos problemas econômicos e sociais.

Precisamos preservar o chamado país real, o país que produz, o país que pulsa nas ruas, o país que, mesmo sobrecarregado de impostos, encontra um jeito de oferecer empregos, de gerar riquezas e de resolver seus problemas práticos. É esse país real que muitas vezes é ignorado nos gabinetes refrigerados do poder, onde nunca falta energia, onde nem sequer se conhece o valor das contas de luz, onde as decisões são mais técnicas do que políticas. Esse Brasil, desafiando muitas vezes as suas próprias deficiências estruturais, sempre encontra soluções inteligentes e racionais para os seus problemas.

Em alguns pontos, reconhecemos que a Câmara de Gestão da Crise Energética fez um bom trabalho. A intervenção pessoal do Presidente Fernando

Henrique Cardoso, em determinados momentos, também ajudou na administração da crise. Obtivemos índices expressivos de redução do consumo, com o intenso engajamento da população e, principalmente, das classes produtoras. E sabemos, temos consciência de que não podemos relaxar na economia de energia.

Mas ocorre que a implantação de propostas mais radicais, como os cortes punitivos e os feriados anunciados para o Nordeste, têm obtido péssima repercussão junto à sociedade.

Hoje, há um inegável clima de revolta. No Nordeste, até os governadores, segundo notícia a imprensa, se levantam contra as medidas que ameaçam com prometer ainda mais o giro da economia dos seus Estados. É até possível acreditar que enfrentamos o risco de perder a adesão popular ao programa de racionamento, tão espontânea no início, mas agora diminuindo diante da perplexidade causada pelas últimas providências.

As autoridades responsáveis têm falhado, por exemplo, ao permitir o esvaziamento da campanha publicitária sobre as medidas de economia de energia. Não é mais tão intensa, também, a participação dos representantes da sociedade no encaminhamento das decisões sobre o racionamento. Além disso, o horário de verão foi mais uma vez implantado, este ano, sem uma audiência mais ampla do conjunto da nação. Por isso, precisamos mudar os rumos. A retomada do debate com os setores diretamente envolvidos na crise é o caminho para que venham surgir alternativas até agora inéditas, porém em condições de contribuir para amenizar as dificuldades criadas pelo racionamento.

A tecnocracia de Brasília costuma ser acusada de frieza e insensibilidade diante dos nossos problemas humanos e sociais. Essa postura, infelizmente, pode ser identificada em alguns momentos da crise de energia que ora enfrentamos. É verdade. É preciso que o Governo tenha humildade para admitir. Ainda há tempo para uma correção da rota, garantindo, até onde for possível, a sustentação do nosso setor produtivo e das áreas que permitem o funcionamento do País.

Desta forma, quero pessoalmente solicitar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro Pedro Parente, que comanda a Câmara de Gestão da Crise Energética, para que definitivamente suspendam os cortes no fornecimento de energia elétrica para aquelas famílias ou empresas que não conseguiram atingir plenamente as metas do racionamento. Essa medida é exagerada, penaliza em demasia a

sociedade, já submetida a pesadas multas pecuniárias, e não resolve os problemas cruciais do setor. Não é justo que o mesmo consumidor pague duas vezes: a primeira, a multa quando do pagamento da taxa de energia; e a segunda, o corte por três dias da energia na sua empresa ou em seu domicílio. Os apagões deflagrados agora fazem intensificar a crise social, geram perdas no processo produtivo e de emprego, trazem perturbação e anomalias dissociadas dos reais interesses do País.

O povo não pode pagar sozinho a conta das improvisações que levaram o País a essa terrível crise no setor energético. É preciso que o Governo tenha discernimento suficiente para não exagerar na dosagem e abrir um novo flanco de dificuldades.

Paralisar a produção do País é inadmissível em um momento em que tantos padecem a falta de emprego. É preciso insistir em obter a colaboração da sociedade para que cada um faça a sua parte, garantindo os 20% de economia necessários ao Brasil neste momento.

Ao Presidente da República, reiteramos o pedido para que tenha cada vez mais presença ativa, como magistrado e como primeiro mandatário, na administração da crise energética, dirimindo os conflitos e decidindo em favor dos interesses das classes mais humildes, aos quais o Presidente é extremamente sensível, que são a maioria neste País.

O momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de repensar o País, adotando posições firmes, mas sensatas que não prejudiquem o conjunto da sociedade. Priorizar os investimentos que recuperem a infra-estrutura, suspender as privatizações do setor energético, apostar no trabalho do povo e na sua permanente disposição em colaborar são atitudes fundamentais. É somente através dessa iniciativa que iremos construir um Brasil forte e próspero.

O Sr. Paulo Souto (PFL – BA) – Quando V. Ex^a achar conveniente, Senador Iris Rezende, gostaria que me concedesse um aparte?

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Com muito prazer, ouço o ilustre representante da nossa querida Bahia.

O Sr. Paulo Souto (PFL – BA) – Ilustre Senador Iris Rezende, V. Ex^a focaliza, sem dúvida, um assunto momentâneo da maior importância para toda a nossa sociedade, que são todos os problemas decorrentes do racionamento que o Brasil, neste momento, está exposto. V. Ex^a reconhece o esforço que o Governo fez, que está fazendo, ao mesmo tempo em que, com muita razão, coloca alguns problemas que têm trazi-

do prejuízos sensíveis a nossa população. Gostaria de me referir, particularmente, à questão que, neste momento, preocupa a todos os Estados nordestinos: os feriados que estão sendo decretados naquela região, onde a situação é mais grave. Não podemos imaginar que o Governo esteja fazendo isso apenas por fazer, mas porque está se considerando obrigado a isso. Entretanto, há alguns pontos que realmente merecem ser considerados. Durante a reunião que tivemos na semana passada com o Ministro Pedro Parente, na Comissão Mista de Energia que trata desse assunto, solicitamos um esforço adicional do Governo para que fossem analisadas todas as medidas que possibilitassem um aumento da oferta a curto prazo, mesmo porque sabemos que isso pode acontecer. Quando se fala em curto prazo a essa altura, temos que falar em 45, 60 dias, mas não podemos correr o risco, caso haja um atraso ou uma frustração na estação chuvosa, de vermos essa situação agravada na região nordestina. E há um outro aspecto fundamental: vamos ter, neste ano, no Nordeste, uma oportunidade de como poucas de fluxo turístico aumentado, crescente, porque há restrições às viagens ao exterior, tanto por motivos econômicos, como por esses problemas internacionais a que estamos assistindo. Haverá, portanto, um grande fluxo para aquela região. Nesse sentido, a região seria extremamente prejudicada se criassem a expectativa de que problemas com o fornecimento de energia poderiam acontecer em novembro, dezembro e janeiro, embora se espere que as chuvas àquela época já tenham retomado e recuperado os reservatórios. Não podemos, entretanto, correr mais riscos. Assim, toda medida no sentido de aumentar a oferta – acredito que há medidas desse tipo – deve ser tomada, ainda que se corra o risco de depois, com a chuva, ela não mais ser necessária. Portanto, como temos que recuperar os níveis dos reservatórios, qualquer capacidade instalada que permita, com geração térmica, poupar os reservatórios no início da estação chuvosa seria muito interessante para que tivéssemos mais segurança no ano de 2002. Como V. Ex^a está focalizando um problema muito interessante, eu, como Senador de um Estado nordestino, aproveito a intervenção extremamente oportuna que faz para fazer um apelo que já fizemos na Comissão Mista de Energia, ou seja, desejamos renovar esse apelo ao Ministro Pedro Parente, ao Ministro José Jorge, que têm se mostrado extremamente eficientes na condução dessa crise: é preciso envidar todos os esforços no sentido de aumentar a oferta de energia. Não podemos mais correr nenhum risco. Se, no futuro, isso se mostrar desneces-

sário, ninguém vai acusar o Governo de ter tomado uma medida segura para evitar um problema maior para toda essa região. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade deste aparte.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO) – Sou eu quem agradece a V. Ex^a, Senador Paulo Souto, pelo importante aparte que me fez e que indiscutivelmente legitima a preocupação que trago nesta tarde à tribuna do Senado, na expectativa de que o Presidente da República, sensível como tem sido aos clamores sociais e com a humildade própria dos estadistas – já disse isso aqui certa vez – revogue essa decisão de cortes de energia. Esses cortes referem-se a empresas, a pessoas que não têm culpa e exageraram no consumo, pois muitas dessas pessoas têm, em sua pequena indústria, em sua lanchonete, o único instrumento para o ganha-pão.

De forma que essa medida de cortes não solucionaria o problema, uma vez que todos aqueles que excedem estão sujeitos às multas. Aliás, pode trazer mais problemas, tais como desemprego, falência de empresas e, com isso, um descontrole profundo na vida de milhares e milhares de pessoas.

Trago aqui um testemunho do meu Estado: a população colaborou extraordinariamente com o Governo. Não se ouviu uma crítica no meio do povo. A cidade, de uma hora para outra, ficou às escuras. É comum chegar em uma residência, em um apartamento e se deparar com apenas uma lâmpada acesa. E todos entendem essa atitude como contribuição. Entretanto, essa simpatia, essa boa vontade, reafirmo aqui, pode desaparecer diante de uma atitude antipática, que atingirá uma parcela importante da nossa sociedade e não trará nenhuma solução.

Portanto, esperamos que o Governo seja sensível a esse problema. Reitero a sugestão de V. Ex^a. Que providências estão sendo tomadas? Quantos conjuntos estão sendo instalados emergencialmente?

Lembro-me bem que, quando assumi o Governo de Goiás, em 1983, mais de 50% das cidades eram servidas por conjuntos movidos a diesel, inclusive as cidades do Estado do Tocantins, exceto quatro ou cinco. Assim, defendo a idéia de que esses conjuntos poderiam ser aproveitados, num caso de emergência, para evitar esses pequenos castigos, que representam um golpe fatal para muitas famílias e não resolvem o problema.

Muito obrigado, Senador. Estou certo de que o Governo do Presidente Fernando Henrique não ficará insensível a esses apelos que, para muitos, podem

significar um fato simples, mas, para o povo, é algo muito importante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concede a palavra ao Senador Álvaro Dias.

O SR. ÁLVARO DIAS (Bloco/PDT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o alemão Peter Eigen, Presidente da Transparência Internacional, afirmou com sabedoria que não existem fórmulas mágicas para o combate à corrupção. O que há, e é possível, é um processo lento com avanços e retrocessos. Disse ele: "É uma guerra; não é uma batalha". E eu diria que é certamente uma guerra com muitas batalhas a se travar.

Uma das batalhas importantes é a que se trava por meio da comissão parlamentar de inquérito. Não há dúvida de que se generaliza, ou tenta-se generalizar, o conceito de que toda CPI é uma fábrica de pizzas. Certamente essa generalização é injusta. Provavelmente – e isso é natural – uma ou outra CPI não alcança resultados objetivos, mas, sem dúvida, há aquelas que produzem verdadeiros estragos e alcançam resultados extremamente significativos em favor do interesse público.

A TV Senado, em um extraordinário trabalho jornalístico, apresentou um histórico de diversas CPIs bem sucedidas no Senado Federal, tais como: a CPI do Orçamento, a CPI do Judiciário, a CPI do Sistema Financeiro, enfim, CPIs que investigaram em profundidade, apresentaram os ilícitos praticados e possibilitaram ao Poder Executivo ressarcir-se de enormes prejuízos, em função de recursos ilegalmente subtraídos dos cofres públicos. E mais: CPIs que permitiram ao Ministério Público adotar procedimentos para responsabilização civil e criminal, possibilitando ao Poder Judiciário, por consequência, julgar e condenar.

Volto a esse assunto por considerar esse um instrumento precioso da atividade parlamentar, já que exercemos a nossa missão com duas vertentes importantes: a que nos impõe legislar e a que nos atribui a incumbência de fiscalizar. Abordo essa questão porque estou vivendo uma experiência, pela primeira vez, de CPI e por deferência dos colegas, como Presidente da CPI do Futebol. Certamente há o que se fazer para transformar a instituição CPI num instrumento ainda mais eficaz no combate à corrupção. Sinto que há necessidade de uma parceria mais eficaz com o Poder Judiciário. A CPI, ao propor a quebra de sigilo bancário e fiscal no atendimento de uma das suas prerrogativas fundamentais, encontra resistência muitas vezes no Su-

premo Tribunal Federal, que tem concedido, com facilidade, liminares a quem as requer.

De outro lado, há uma possibilidade de investigação no exterior, desde que se constitua a chamada força tarefa envolvendo o Ministério da Justiça, a Advocacia Geral da União, o Ministério Público e a Polícia Federal. A CPI do Futebol requereu que se constituísse essa força tarefa para que se aprofundasse em investigações que pudessem alcançar movimentação financeira no exterior. Essa tentativa foi frustrada; não obtivemos resposta.

A outra alteração fundamental está entregue agora à Câmara dos Deputados. Trata-se da necessária alteração do instituto da imunidade parlamentar, que protege o Parlamentar nos momentos até dos maiores escândalos e que permite a ele uma distinção descabida de se recusar, inclusive, a comparecer para depor em uma CPI. Tal fato ocorreu agora durante os trabalhos da CPI do Futebol. Um único cidadão, colocando-se acima dos demais, como se pudesse ter esse tipo de privilégio, recusou-se a depor, e a CPI não teve instrumentos legais para forçá-lo a cumprir o dever de prestar depoimento. Porque essa distinção, especialmente com pessoas que distinção não merecem, já que estão envolvidas em escândalos de corrupção?

Portanto, cabe à Câmara dos Deputados providências urgentes para, ao final dos debates, concluir com as mudanças já propostas pelo Senado Federal no instituto da imunidade parlamentar, para eliminar descabidos privilégios que amparam Parlamentares, mesmo quando praticam crime comum.

Aproveito, Sr. Presidente, para destacar que, apesar dessa campanha para desacreditar a CPI, de modo geral, ela é tão eficaz, provoca tanto medo, a ponto de o próprio Governo Federal ter adotado práticas condenáveis para impedir a instalação da CPI que pretendia investigar corrupção no Governo. Se a CPI fosse ineficaz, se ela não apresentasse resultados objetivos, certamente não semearia tanto medo. Medo que nós constatamos agora, quando a CPI do Futebol caminha para o seu encerramento, com ameaças veladas e sórdidas que alcançam funcionários, profissionais desta Casa que auxiliam tecnicamente a Comissão.

Como disse ontem, são ameaças sórdidas, filhas da covardia, porque são produzidas no anonimato, certamente por aqueles que temem o relatório final da CPI, que vai permitir ao Ministério Público responsabilizar civil e criminalmente pessoas que se julgavam inalcançáveis pela legislação vigente no País. O que se constituía, na verdade, era uma casta de privilegiados, distantes

da hipótese de responsabilização civil e criminal e, portanto, à margem da legislação vigente no País.

A CPI arrebentou a chamada caixa-preta do futebol brasileiro, desvendando mistérios, revelando mazelas, falcaturas e muita corrupção, que deu origem a crimes contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária nacional, com nítida evasão de divisa, sonegação fiscal, elisão fiscal, lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito, uma verdadeira seleção de crimes que vão da falsidade ideológica a crimes eleitorais, etc.

Por que estaria o Congresso Nacional impedido de investigar esse setor? A CPI foi contestada de início e enfrentou resistências para convencer que é legítima, que é constitucional e, sobretudo, que é necessária.

O desempenho da CPI, Senador Ney Suassuna, levou algumas pessoas, inclusive o brilhante Senador José Fogaça, a alterar o conceito que tinham em relação a certas entidades, que são instituições de direito privado, mas que exercem função pública primordial, como as entidades responsáveis pela administração do futebol, até porque o futebol é parte integrante do patrimônio cultural do povo brasileiro.

A CPI produziu, portanto, até essa alteração de conceito jurídico sustentada pelo Supremo Tribunal Federal, que negou provimento a ações interpostas que pretendiam extinguir a CPI já instalada, impedindo-a de exercer a atividade de investigar para fiscalizar e propor alterações na legislação que possam coibir os abusos até hoje praticados; eliminando vícios históricos na administração do futebol e impedindo que este País continue a perder com essa verdadeira hemorragia de recursos, que são repassados por entre os dedos das mãos sujas de corrupção de muitos daqueles que administram o nosso futebol.

E não é sem importância, o valor não é insignificante. O futebol movimenta no Brasil mais de R\$18 bilhões, e parte considerável dessa cifra movimentou-se no exterior de forma marginal, ilegal e nociva aos interesses do povo brasileiro.

Por que não haveríamos de fiscalizar para sabermos o quanto o povo brasileiro perde, onde o País perde e, com os prejuízos do País, quem indevidamente ganha?

Hoje, antes da conclusão dos trabalhos da CPI, podemos afirmar que o País perde mais do que imaginávamos. Perde muito, perde horrores, mas não podemos apontar, ainda, todos os que ganham com os prejuízos para o País advindos da corrupção e da marginalidade.

O nobre Senador Geraldo Althoff, Relator dessa CPI, tem em suas mãos enorme responsabilidade, mas S. Ex^a está desincumbindo-se brilhantemente das funções e eu não tenho dúvida de que irá propor um relatório sério, responsável e rigoroso, apontando os ilícitos no primeiro momento e, no segundo e mais importante momento, apontando sugestões para uma nova e modernizadora legislação, a fim de que possamos dar um salto de qualidade na administração do futebol do nosso País.

Os crimes são praticados por dirigentes que se colocam à sombra dos clubes e arquitetam estruturas que se constituem na verdadeira arquitetura da farsa, com os tais poderes dos clubes sucumbindo-se diante do poder maior da prepotência de alguns dirigentes, que impõem, de forma quase sempre ilícita, decisões homologadas sempre, rotineiramente, pelos Conselhos Beneméritos, fiscais, deliberativos dos Clubes, que oferecem legalidade àquilo que é absolutamente marginal, impedindo que esses dirigentes respondam perante o Poder Judiciário porque as suas ações foram convalidadas por instrumentos constituídos legalmente, mas de forma esdrúxula e imoral.

A proposta de legislação nova para a administração do futebol brasileiro quer coibir os abusos, eliminar os vícios históricos, estancar essa hemorragia provocada pela corrupção, que faz com que o País perca bilhões anualmente, deixando de gerar mais empregos, mais receita pública, deixando por manter o futebol na informalidade como atividade econômica, na marginalidade mesmo, deixando de contribuir como uma atividade econômica, por isso, de forma mais eficaz no processo de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

De propósito, Srs. Senadores, não estou abordando – nem passei perto – a questão, que é também fundamental para a população, relativa à qualidade técnica do espetáculo produzido pelo futebol. Estou me restringindo apenas às questões econômicas e sociais; estou avaliando desta tribuna não somente os resultados do impacto produzido pela marginalidade e pela corrupção na administração dessa atividade econômica e social, que é também fundamental para o nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no mês de novembro, provavelmente, concluiremos os trabalhos da CPI. Certamente o relatório do Senador Geraldo Althoff merecerá o apoio da maioria dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito e será aprovado pelo Plenário do Senado Federal, para que possa produzir significativos efeitos de natureza jurí-

dica. Será remetido, de um lado, ao Ministério Público e, de outro, à Câmara dos Deputados — já que há Parlamentares envolvidos —, a fim de que a Nação brasileira, mais uma vez, tenha consciência de que o papel da CPI é fundamental, desde que se deseje realmente combater, de forma frontal e segura, a corrupção no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna por 20 minutos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de abordar três assuntos rapidamente. O primeiro é de ordem quase pessoal.

Todos sabem que o meu Partido fez uma indicação para eu ocupar o Ministério da Integração. Desde essa data, tenho mantido minha boca fechada. Não dei absolutamente nenhuma informação a respeito. Quando me perguntam, respondo: “Nada a considerar”, “o Partido indicou” ou “perguntem ao Presidente”.

Porém, não raro, leio reportagens na imprensa em que divulgam até frases que eu teria proferido. Fico surpreso ao ver esse jogo insidioso quando se faz uma indicação. Quantas notas plantadas! Eu gostaria de repudiar isso e esclarecer que não autorizo ninguém a inventar palavras e colocá-las na minha boca.

Segundo: jamais poderei admitir que alguém faça julgamento sobre o meu caráter e sobre como agirei se acontecer isso ou aquilo. Quem conhece o meu caráter sou eu e não quero ouvir ninguém dizer: “Se não fizer isso, pode acontecer aquilo”. Essas elucubrações só visam a um objetivo: tentar criar um impasse entre os partidos, o que não é do nosso interesse.

Outro assunto, Sr. Presidente, refere-se a uma carta que recebi e que diz o seguinte:

Exm^o Sr. Senador, vimos informar a V. Ex^a que, no nosso Município, existe uma população economicamente ativa de cerca de 3.500 pessoas, cuja nosa população indígena Potiguara, somada aos Municípios vizinhos, Baía da Traição e Rio Tinto, ultrapassa a 8.000 índios, todos sobrevivendo da agricultura de subsistência e pesca, pois a cana-de-açúcar, principal cultura da região, é sazonal e insuficiente para a sustentação, além de estranha aos costumes indígenas.

Nos últimos anos, o caranguejo, que sempre foi a principal fonte de renda e de sustento da maioria da população, sofreu uma mortandade inexplicada — isso aconteceu da Bahia até o Maranhão —, obrigando principalmente os índios a procurar novas formas de

sobrevivência, o que os levou a partir para a criação do camarão marinho em cativeiro como única fonte viável, pois a caça e a pesca também escassearam.

Há poucos minutos, eu conversava com o Presidente da Casa em exercício, e S. Ex^a me dizia que a população indígena ocupa cerca de 12% do território nacional, um contingente de pouco mais de 200 mil pessoas. Contudo, os índios da Paraíba são os primeiros pobres. A extensão do território é muito pequena, e temos uma população relativamente grande: oito mil habitantes.

Sr. Presidente, embora todo esse processo tenha sido feito corretamente, com solicitação de licenças e tudo o mais, até hoje não conseguimos essa licença, e esses índios têm tido problemas. E o que é pior: por não terem recursos para o empreendimento, procuraram fontes oficiais de financiamentos e encontraram uma barreira gigantesca. Quem? O Ibama, que, em vez de auxiliar essas pessoas — todos sabemos que estão neste País desde que aqui chegamos e que têm um passado diferente de qualquer outra raça —, passou a fazer um verdadeiro terrorismo com esses índios.

Encontra-se neste plenário o Cacique da Aldeia Galego. São várias aldeias. Existem sete; ele é o Líder das sete e pertence à aldeia Galego. Antônio Barbalho — seu nome em português, mas ele é conhecido como Cacique Galego — me contava hoje: “Se tivéssemos pago, teríamos conseguido, por que nos pediram dinheiro”. Fico pasmo em ouvir uma coisa dessa! E não poderia deixar de vir aqui denunciar o fato — ao lado dele encontra-se o Superintendente da Funai no Estado.

Essa situação tem levado a uma tensão tal, Sr. Presidente, que houve, há poucos dias, na aldeia Tramatáia, um entrevero entre os índios, acossados, multados, e a Polícia Federal junto com o Ibama, que os pressionou. Eles se rebelaram e fizeram dois reféns do Ibama e um da Polícia Federal. Pergunto: será que agirão corretamente? Vamos nos pôr no lugar deles: a terra era deles, nós a tomamos, a Funai os protege, a Funai endossa, a Funai solicita, e o Ibama diz: “Está multado, mas, se facilitar, resolvemos”. Isso é indecoroso!

Fiz questão de falar sobre isso hoje quando recebi o Cacique e o Superintendente da Funai.

Devemos a esse povo e não podemos, de maneira nenhuma, aceitar fatos como esse.

Aproveito a oportunidade para, desta tribuna, pedir providências às autoridades. Vou levar imediatamente esta carta ao Ministro do Meio Ambiente, mas

vou solicitar que todos nós, Parlamentares, nos empenhemos, porque já praticamos muitos atos dolorosos contra esse povo, e, agora, no momento em que estão buscando uma solução viável, de criar camarão, com poucos recursos, com dificuldades, com o apoio da própria Funai, não é justo que outro organismo do Governo haja dessa forma e bloqueie o andamento desse processo, que daria a eles a dignidade de poder viver.

Peço as providências devidas e o apoio de todos os Srs. Senadores para a questão — solicito inclusive que a TV Senado focalize o Superintendente da Funai e o Cacique, que está ao lado do nosso Deputado de Manguanguape, o nosso Deputado Fernandes.

O último assunto pelo qual ocupo esta tribuna é para falar sobre o Dia do Professor.

Sou filho de professor — meu pai foi professor durante 45 anos — e sou professor desde os 17 anos, quando prestei o primeiro concurso, ainda na Paraíba, como professor leigo. Havia muitos postulantes ao cargo, mas fiz um concurso, passei e comecei a ensinar.

Ensinei várias matérias: Desenho, História Geral, História do Brasil, Matemática, Estatística, entre outras. Depois, continuei no Rio de Janeiro, como Professor do Sacré Couer de Marie, e fiz concurso para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde sou professor até hoje.

Tivemos recentemente o Dia do Professor, no último dia 15. Essa é uma alavanca da qual nenhum país pode abrir mão. Mas parece-me que estaremos sempre fadados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ser tratados como uma espécie de escravo.

Como professor de História, lembro-me muito bem de que Roma era inculta, mas era uma potência militar, e a Grécia era culta, mas não tinha a força militar e terminou sendo dominada por Roma. Todos os gregos sábios foram levados para Roma e todos se orgulhavam em dizer: “Este é o meu sábio”. Porém, ele era escravo.

Parece-me que, até hoje, esse ato vismo permanece. Todo mundo elogia o professor, diz como é bonito e imprescindível a sua profissão, mas o trata, financeiramente, como se escravo fosse. Se da dificuldade que meu pai teve, com dez filhos, como professor na Paraíba, para sustentar a família. Ele trabalhava pela manhã, à tarde e à noite.

Eu mesmo iniciei a minha vida profissional como professor e sei o que é fazê-lo pela manhã, à tarde e à noite. É uma escravidão, que fica bem maior quando verificamos, no final do mês, o salário. Não posso me conformar com o fato de os salários continuarem no ní-

vel em que estão e, o que é pior, de as nossas universidades estarem paralisadas por tão longo tempo. Isso é uma perda irreparável. O tempo é inexorável. O que deixou de ser ensinado dificilmente será recuperado.

Então, eu queria lembrar o Dia do Professor e dizer o quanto é importante para mim pertencer a essa categoria e que pensemos, durante esta semana, nesse profissional, sem o qual este País não é avançado.

ASr^a Heloísa Helena (Blo co/PT – AL) – Se na dor Ney Suassuna, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo a aparte a V. Ex^a.

ASr^a Heloísa Helena (Blo co/PT – AL) – Se na dor Ney Suassuna, serei breve por estar próximo o horário da Ordem do Dia. Além disso, falarei pela Liderança, juntamente com mais três Senadores, mas eu gostaria de saudar o pronunciamento de V. Ex^a, que faz uma homenagem aos professores. Aproveito o momento para solicitar o apoio da base governista, no sentido de resolver um impasse que envolve diretamente alguns professores. É evidente que temos a obrigação de defender nesta Casa, e o pronunciamento de V. Ex^a dá conta disso também, todos os professores, em todos os níveis de ensino, mas estamos vivenciando uma particularidade, em função da greve do setor público federal. O Governo Federal, especialmente o Ministro Paulo Renato Souza, de uma forma irresponsável e insensível, impossibilitou um acordo com os movimentos de greve, que aceitaram fossem constituídas sete comissões para estudar as várias áreas da pauta de reivindicação — e V. Ex^a sabe que no último movimento de paralisação do setor público também foram criadas várias comissões que não deram em absolutamente nada. Um dia após essa demonstração de sensibilidade dos servidores para com a proposta do Governo Federal, os salários foram suspensos de forma ilegal e irresponsável, inclusive os de quem estava trabalhando e os correspondentes aos quinze dias já trabalhados. Vários movimentos já fizeram gestões junto ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, o qual já tentou interferir no assunto. O Presidente da Comissão de Educação e vários membros desta Casa também tentaram fazer o mesmo, mas os mortais não se sentam com os Ministros. Então, em nenhuma Comissão da Casa pode-se estabelecer debate entre um Ministro e os mortais. E quem são os mortais? Professores universitários com doutorado e pós-doutorado em várias áreas de conhecimento extremamente importantes. Então, mais uma vez aproveito o aparte que faço ao seu pronunciamento de solidariedade aos professores para solicitar ao Governo Fede-

ral que abra imediatamente as negociações. Eu aprendi que liminar da Justiça cumpre-se e, depois, decide-se, não é? Aqui não é assim. Liminar da Justiça é dada, o Governo não cumpre e, depois, faz absolutamente o que quer. Aliás, não recebe nem Senador, porque a informação que tenho é de que, hoje, o Presidente da Comissão de Educação, que está tentando interceder, foi recebido pelo segundo e pelo terceiro escalão. Então, temos que trazer esse povo para cá, para explicar no Senado Federal o que está fazendo. Todos sabem da situação de angústia e desespero dessas pessoas. Vou trazer, na próxima semana, o nome de funcionários que estão morrendo, doentes, que estão cometendo suicídio, pessoas que estão absolutamente desesperadas pela insensibilidade gigantesca do Governo Federal em estabelecer mecanismos de negociação. O que custa um Ministro receber uma comissão de Reitores ou de representantes dos movimentos de greve? O que custa um Ministro receber pessoas que estão vivenciando diretamente o problema do setor público? Portanto, saúdo o seu pronunciamento em homenagem aos professores e aproveito, também, para solicitar o empenho no sentido de que sejam abertas as negociações e seja estabelecido o diálogo, para se evitar que coisas mais constrangedoras aconteçam. A universidade pública, gratuita, democrática e de qualidade não é uma bandeira de nenhuma pessoa ou Partido isoladamente. É a bandeira de um País que se queira grande, de um país que queira entrar no novo século disputando a revolução tecnológica e o acesso ao conhecimento. É inadmissível que o setor público, de uma forma geral, esteja sendo tratado da forma como está e, no caso específico das universidades, com suspensão de salário, inclusive de dias trabalhados. Muito obrigada, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Nobre Senadora, sem o calor ideológico que V. Ex^a coloca na discussão, eu me solidarizo, pedindo que também se busque a solução desse impasse, do qual é necessário que saíamos. Muito foi feito pela Educação, com a criação do Fundef, com o Provão e com a classificação das universidades, mas há muito o que se fazer. Só a Educação pode alavancar e dar um take off neste País para que faça como fizeram o Japão, os Estados Unidos e todos os demais países. Só a Educação vai nos permitir isso e temos que enfrentar esse problema sério e frontalmente.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Ouço o Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Ney Suassuna, também quero me congratular com V. Ex^a pelo seu posicionamento com relação aos índios e aos professores, mas a minha intervenção é um apelo a todos os Senadores da base governista desta Casa – do PFL, do PMDB e do PSDB. V. Ex^a sabe qual foi a proposta do Presidente da República: um aumento de 3,5%, depois de praticamente quase sete anos sem reajustes. Hoje, o poder aquisitivo do professor, principalmente universitário, é vergonhoso. A maioria desses professores está com uma qualidade de vida muito abaixo do que sempre tiveram ou, pelo menos, da oportunidade que esperaram ter ao cursar a universidade e participar de concurso público. E qual é o grande problema do Governo para não dar esse aumento? É um só: o seu comprometimento com o pagamento do serviço da dívida interna e externa. É a sua submissão às imposições dos países desenvolvidos do Hemisfério Norte, que colocam as regras para o nosso desenvolvimento por intermédio do seu agente de representação, que é o Fundo Monetário Internacional. Neste ano, isso tem representado R\$140 bilhões do Orçamento; no ano que vem, mais R\$141 bilhões estão previstos para serviços da dívida, pagamento do principal e de juros. E, aí, não tem para os professores. Então, é preciso que não só os Senadores e Deputados Federais, principalmente os que fazem base de sustentação governamental, se manifestem no sentido de forçar o Governo a uma negociação. Como? Pensando-se numa maneira de o Governo redirecionar essa quantia enorme de dinheiro destinada ao pagamento de juros para atender às necessidades dos professores do nosso País. O Governo tem uma obsessão muito grande em pagar dívida e não cumpre o seu dever e a sua obrigação para com o povo brasileiro, com os funcionários públicos, mais especialmente com os professores. Os professores estão querendo uma audiência com o Presidente da República, pois não acreditam mais em diálogo com o Ministro da Educação, com o Ministro Malan ou com quem quer que seja. Apelamos a V. Ex^{as}, que fazem parte da base de sustentação do Governo, para que ajudem nesse processo e convençam o Governo a mudar a política de pagamento dessa dívida, desviando uma pequena parcela dos juros para possibilitar o aumento do salário dos funcionários públicos em nosso País. Muito obrigado.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Obrigada pelo aparte, Senador Ademir Andrade. Eu diria que o ideal seria que saíssemos do impasse, que pudéssemos melhorar. Lamentavelmente, em economia e em administração não há milagres e, é claro, o

cobertor é curto. Seria bom se pudéssemos resolver, cada vez mais rapidamente, o problema dos professores e, principalmente, do ensino.

O Governo tem feito muito. Lembrem-se como era a situação antes de existir o Fundef: havia Estados, no Nordeste, que pagavam R\$20 por mês de salário a um professor. Lembrem-se também como era a situação antes de existir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando não havia a obrigação de destinar 25% do dinheiro público para a educação. Após a aprovação da obrigatoriedade da aplicação de 25%, houve uma modificação no País: o piso médio mensal passou a ser de R\$363 a partir da 4ª série, com 5% a mais na 8ª. As prefeituras passaram a pagar salários melhores a seus professores. Para que V. Ex^{as} possam ter uma idéia, hoje a média salarial está por volta de R\$400. É verdade que, no Sudeste, a média é de R\$854, e, no Nordeste, está em R\$136, em alguns Estados. Apesar de ser pouco, se olharmos a situação que havia há dois anos, perceberemos que a média salarial era de R\$20 por mês em algumas regiões onde hoje se paga R\$136.

Então, o Governo tem feito muito sacrifício. Criou a bolsa-educação, que é uma das maiores divisões de riqueza. São seiscentos mil alunos cadastrados. Nunca aconteceu isso antes no País.

Apesar de tudo, ainda é pouco, porque esse é um ponto crítico que temos. Temos que investir mesmo mais, e com qualidade nessa área.

Investimentos têm sido feitos. Mas há acúmulo de problemas de 500 anos, e não se consegue fazer milagre – mas que se tem buscado fazer, se tem.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Agradeço a oportunidade de participar de seu importante pronunciamento e desejo, em primeiro lugar, manifestar a minha solidariedade a quantos se preocupam com a educação no Brasil, da qual depende o nosso futuro, o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. Entretanto, lidar com o problema da educação não é uma responsabilidade apenas do Governo. É uma responsabilidade do Governo, sim, mas é também uma responsabilidade dos trabalhadores da educação, dos dirigentes de instituições vinculadas à educação no setor público e no setor privado. Estamos realmente diante de um grande impasse na universidade pública brasileira, que preocupa a todos nós e que deve dar

lugar a uma discussão séria. Quando se diz, por exemplo, que o Governo é irresponsável porque não abre canais de diálogo, de negociação, fico me perguntando: afinal o que quer dizer abrir canais de negociação se o comando de greve já teve vinte e oito reuniões com autoridades do Ministério da Educação, cinco das quais contaram com a presença do Ministro da Educação pessoalmente? Agora, que culpa pode ter qualquer das partes envolvidas se se chega ao final de uma reunião de negociação e um dos representantes do comando de greve, depois de esgotadas horas e horas de negociação, e após se chegar praticamente a um patamar inicial de entendimento, se levanta e diz: “Eu não estou autorizado a negociar. Tenho que agora ouvir as minhas assembléias”. E aí perguntamos o que ele está fazendo na reunião. Como são cinquenta e tantas assembléias, há mais de uma semana se espera que esse negociador retorne para dizer se estava ou não estava autorizado a negociar. E aí eu pergunto: o que quer dizer abrir canais de negociação? Será que realmente não estão abertos? Segundo, acabo de ouvir um aparte a V. Ex^a no qual o Senador declarou que é preciso pagar os salários dos trabalhadores da educação e que os salários não estão sendo pagos – inclusive os daqueles que trabalharam. Neste ponto, peço desculpas para dizer que isso não é verdade. A responsabilidade do Governo é entregar o dinheiro às universidades e esse dinheiro foi depositado nas contas das universidades. Os reitores que quiseram pagar já o fizeram; os que não quiseram, por qualquer que seja o motivo, tiveram suas razões, que podem ser as mais respeitáveis do mundo. O que não podem fazer é pôr a culpa no Ministério da Educação ou em quem quer que seja, pois o dinheiro está na conta para que o pagamento seja feito. Se não convém ao movimento que se faça o pagamento, isso é uma outra história. Finalmente, esse não é um problema que possa ser caricado na testa de ninguém. Temos, hoje, uma greve que realmente preocupa o País inteiro. Preocupa a nossa juventude e até a mim mesmo, que tenho em minha casa um universitário esperando que a universidade volte a funcionar. Esse problema realmente existe. Mas essa não é a única greve no Brasil. O prefeito de Belo Horizonte, que era, até há bem pouco tempo, do PSB, e hoje é do Partido dos Trabalhadores, enfrenta uma greve que ainda não resolveu. Será que é porque ele é irresponsável? Será que é porque ele não tem sensibilidade?

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – A greve dos professores terminou.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Terminou sim, mas quanto tempo durou? Foi uma greve feroz...

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Menos do que essa.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Foi uma greve feroz enfrentada pelo prefeito de Belo Horizonte e eu não vi aqui ninguém dizer que ele não tinha sensibilidade ou que não sabia dar prioridade à educação. Está na hora de se verificar que, graças a Deus, neste País, o Governo hoje não é Governo de um partido só. O Brasil tem 4 mil e tantos Municípios e 27 Governos estaduais – inclusive o do Distrito Federal –, número no qual há também Governadores da Oposição enfrentando o mesmo problema. E é preciso verificar se esses Governadores e Prefeitos da Oposição estão sendo capazes de evitar o problema que hoje o Governo Federal enfrenta. Queira desculpar se me alonguei, Senador Ney Suassuna, mas eu precisava dizer isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e peço à Mesa que o faça ser incorporado ao meu pronunciamento.

Para finalizar, quero dizer que o que me preocupa não é somente a greve. Quando comecei o meu pronunciamento, eu queria fazer uma saudação pelo Dia do Professor. Mas quero dizer que, se não buscarmos atrativos para essa profissão, não teremos professores no futuro. As faculdades de Pedagogia, de Letras, de Geografia estão vazias. Há cerca de dois milhões de professores no País, dos quais um milhão se aposenta nos próximos anos. Como faremos para dar continuidade ao processo de ensino no Brasil se não tivermos as universidades novamente cheias para haver professores de qualidade no futuro?

Encerro o meu pronunciamento mais uma vez saudando o Dia do Professor, pelo meu orgulho de ser professor.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por 5 minutos, como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presiden-

te, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Parlamentares, inclusive os do Bloco de Oposição, já debateram nesta Casa, como também com a imprensa, o chamado 13º salário de ex-Congressistas, que está tomando conta do imaginário popular.

Na época do debate, a Oposição teve a oportunidade de apresentar voto em separado, de adiar a discussão, de fazer o debate e de votar contrariamente à matéria. E aproveito este momento porque, segundo informações que temos, a Câmara está encaminhando o assunto à Comissão de Constituição e Justiça para que decida sobre o fato. Aliás, a Câmara não pode estar encaminhando a matéria agora, porque houve uma reunião informal de Líderes com o Presidente da Casa.

Sempre fico muito feliz quando a vida nos obriga a refletir sobre atos tomados. Hoje estou duplamente feliz, porque nada mais lógico do que detectar que a sensibilidade política e a capacidade auditiva do Congresso Nacional são diretamente proporcionais à pressão popular. Se a população não estivesse gritando, evidentemente ajudada por setores importantes do jornalismo investigativo, isso não estaria sendo discutido, como não o foi quando da aprovação, em junho de 1999, tanto pela Câmara dos Deputados como pelo Senado Federal.

Penso que este é um momento muito importante para a Câmara dos Deputados, especialmente para o Presidente da Casa, Deputado Aécio Neves, voltar atrás, anulando a sessão, até porque não seria fato novo. Alguns dias atrás, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, anulou uma decisão muito simples, de redação final de determinada matéria. O Presidente teve a grandeza de anular tal decisão – e tenho certeza de que agiria assim mesmo que não tivesse recebido a gentil visita do Presidente da Câmara e dos Líderes.

O apelo que fazemos não é nem no sentido de que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação discuta isso agora; para a discussão na Comissão deve ser feito requerimento ao Plenário para que a matéria seja reavaliada; mas o Presidente da Câmara tem a obrigação de anular a sessão. Por quê? Já discutimos isso e vamos dizer novamente: o art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, invocado quando assinaram o regime de urgência da matéria, diz o seguinte:

Art. 155. Poderá ser incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada [pasmem!], proposição que verse sobre matéria de relevante e inadiável interesse nacional,...

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Terminou sim, mas quanto tempo durou? Foi uma greve feroz...

O Sr. José Eduardo Dutra (Bloco/PT – SE) – Menos do que essa.

O Sr. Geraldo Melo (Bloco/PSDB – RN) – Foi uma greve feroz enfrentada pelo prefeito de Belo Horizonte e eu não vi aqui ninguém dizer que ele não tinha sensibilidade ou que não sabia dar prioridade à educação. Está na hora de se verificar que, graças a Deus, neste País, o Governo hoje não é Governo de um partido só. O Brasil tem 4 mil e tantos Municípios e 27 Governos estaduais – inclusive o do Distrito Federal –, número no qual há também Governadores da Oposição enfrentando o mesmo problema. E é preciso verificar se esses Governadores e Prefeitos da Oposição estão sendo capazes de evitar o problema que hoje o Governo Federal enfrenta. Queira desculpar se me alonguei, Senador Ney Suassuna, mas eu precisava dizer isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e peço à Mesa que o faça ser incorporado ao meu pronunciamento.

Para finalizar, quero dizer que o que me preocupa não é somente a greve. Quando comecei o meu pronunciamento, eu queria fazer uma saudação pelo Dia do Professor. Mas quero dizer que, se não buscarmos atrativos para essa profissão, não teremos professores no futuro. As faculdades de Pedagogia, de Letras, de Geografia estão vazias. Há cerca de dois milhões de professores no País, dos quais um milhão se aposenta nos próximos anos. Como faremos para dar continuidade ao processo de ensino no Brasil se não tivermos as universidades novamente cheias para haver professores de qualidade no futuro?

Encerro o meu pronunciamento mais uma vez saudando o Dia do Professor, pelo meu orgulho de ser professor.

Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena por 5 minutos, como Líder, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presiden-

te, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Parlamentares, inclusive os do Bloco de Oposição, já debateram nesta Casa, como também com a imprensa, o chamado 13º salário de ex-Congressistas, que está tomando conta do imaginário popular.

Na época do debate, a Oposição teve a oportunidade de apresentar voto em separado, de adiar a discussão, de fazer o debate e de votar contrariamente à matéria. E aproveito este momento porque, segundo informações que temos, a Câmara está encaminhando o assunto à Comissão de Constituição e Justiça para que decida sobre o fato. Aliás, a Câmara não pode estar encaminhando a matéria agora, porque houve uma reunião informal de Líderes com o Presidente da Casa.

Sempre fico muito feliz quando a vida nos obriga a refletir sobre atos tomados. Hoje estou duplamente feliz, porque nada mais lógico do que detectar que a sensibilidade política e a capacidade auditiva do Congresso Nacional são diretamente proporcionais à pressão popular. Se a população não estivesse gritando, evidentemente ajudada por setores importantes do jornalismo investigativo, isso não estaria sendo discutido, como não o foi quando da aprovação, em junho de 1999, tanto pela Câmara dos Deputados como pelo Senado Federal.

Penso que este é um momento muito importante para a Câmara dos Deputados, especialmente para o Presidente da Casa, Deputado Aécio Neves, voltar atrás, anulando a sessão, até porque não seria fato novo. Alguns dias atrás, o Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, anulou uma decisão muito simples, de redação final de determinada matéria. O Presidente teve a grandeza de anular tal decisão – e tenho certeza de que agiria assim mesmo que não tivesse recebido a gentil visita do Presidente da Câmara e dos Líderes.

O apelo que fazemos não é nem no sentido de que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação discuta isso agora; para a discussão na Comissão deve ser feito requerimento ao Plenário para que a matéria seja reavaliada; mas o Presidente da Câmara tem a obrigação de anular a sessão. Por quê? Já discutimos isso e vamos dizer novamente: o art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, invocado quando assinaram o regime de urgência da matéria, diz o seguinte:

Art. 155. Poderá ser incluída automaticamente na Ordem do Dia para discussão e votação imediata, ainda que iniciada a sessão em que for apresentada [pasmem!], proposição que verse sobre matéria de relevante e inadiável interesse nacional,...

Está no art. 155. Ou seja, "matéria de relevante e inadiável interesse nacional". O 13º salário a ser pago a ex-Congressistas, por si só, já é desautorizado, como havíamos debatido na Casa. As condições excepcionais que possibilitam o privilégio daquela aposentadoria desautorizam, por si só, que algum ex-Congressista que se aposenta com quatro anos queira se igualar, requisitar o princípio da isonomia com os beneficiários do INSS.

E lembrem-se que, no ano passado, o Congresso Nacional, com o fator previdenciário, obrigou os pais e mães de família, até os que entram cedo no mercado de trabalho, a trabalharem mais dez anos para não sofrerem um corte de 45% em sua aposentadoria! Afora a proposta que vai e volta para cá da contribuição dos inativos, defendida sob o argumento de que a Previdência não tem dinheiro!

E ainda fizeram mais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: o art. 155 também diz que deve ser "aprovado pela maioria absoluta dos Deputados"! E a forma como foi aprovado está aqui nas notas taquigráficas da sessão da Câmara:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Como se pôde observar, foi aprovado por votação simbólica! Então, a sessão tem que ser anulada de pronto, independentemente de qualquer questão de ordem que seja feita. Se for encaminhado um requerimento para que vá à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, à Comissão de Economia ou a qualquer outra Comissão, para que se viabilize a re-discussão do mérito da matéria, está tudo muito bem. Contudo, o Presidente da Câmara deve ter a grandeza de anular a sessão, porque o projeto é imoral, absolutamente insustentável juridicamente, pois as condições excepcionais que proporcionaram a aposentadoria, por si só, desautorizam qualquer novo aditivo remuneratório nos vencimentos. Além disso, a sessão, sem dúvida alguma, foi evitada de irregularidades em relação ao Regimento.

Portanto, é importante que se anule a sessão e, se quiserem rediscutir o mérito da matéria, que o façam seguindo os procedimentos normais da Casa!

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prorrogo a Hora do Expediente.

Na prorrogação, concedo a palavra, por cinco minutos, ao primeiro orador inscrito para comunica-

ção inadiável, o Senador Jefferson Peres, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes penso que eu e a Senadora Heloísa Helena temos comunicação telepática, porque o assunto que abordarei é exatamente o mesmo tratado por S. Ex^a. E o tema parece-me inadiável, porque não sei se a Câmara terá a lucidez de anular a sessão que, na noite inglória fim de tarde, com o Presidente da Casa ausente, com o plenário esvaziado, em regime de urgência, num ato totalmente anti-regimental, aprovou aquele ato ignominioso de conceder 13º salário a ex-Parlamentares e de dobrar as pensões de viúvas desses Parlamentares.

O Senado cometeu o mesmo ato em 27 de junho, contra dois votos – eu não estava presente. Também já na antevéspera do recesso parlamentar, fez o mesmo. E agora vem a Câmara.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a: se a Câmara não tiver a lucidez de anular aquela sessão, não promulgue aquela resolução! Eu vi e ouvi V. Ex^a na televisão dizer que é um escravos da lei. A resolução é ilegal, Sr. Presidente. Além de ter sido aprovada numa sessão contra o Regimento, ela modifica a lei que extinguiu o IPC – e resolução não pode modificar leis. Ela também fere uma lei complementar, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda expressamente a criação de despesa sem supressão de outra despesa ou sem a criação de fonte de receita correspondente.

Sr. Presidente, a resolução é totalmente ilegal, além de ser extremamente imoral. Às vezes penso, lembrando-me de Barbara Tuchman, se não estamos em plena marcha da insensatez. É o mundo tomado pela insanidade dos Osamas Bin Laden. E aqui há os Deputados e Senadores camicases, que dão uma cusparada no rosto do povo brasileiro. E isso ocorre no momento em que a Comissão de Orçamento não encontra recursos para dar um reajuste superior a R\$9 para o salário mínimo, no momento em que professores não podem comemorar o seu dia, transcorrido na segunda-feira, porque estão em greve para conseguirem reajuste salarial!

Às vezes, Sr. Presidente, pergunto-me se, hoje, eu conseguiria sobreviver com dignidade apenas com o meu salário de professor titular da Universidade do Amazonas.

O País não tem recursos para dar esse reajuste salarial. No dia 28 de outubro, os servidores públicos deste País não têm o que comemorar, porque dois

terços deles estão há sete anos sem reajuste salarial. E os Srs. Congressistas dobram as pensões, de R\$1 mil para R\$2 dois mil, de R\$4 mil para R\$8 mil, de quem nunca contribuiu para isso, Sr. Presidente! Isso é ou não é um insulto inominável a toda sociedade brasileira?

Sr. Presidente, se essa resolução vier para o Senado, para que, como Presidente do Congresso, V. Ex^a a promulgue, não manche a sua biografia e devolva-a à Câmara para fazê-lo!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à Senadora Emília Fernandes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável, caso ainda haja vaga.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Cedo a minha vez ao Senador Maguito Vilela, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Maguito Vilela, concedo a palavra a V. Ex^a, por cessão do Senador Antonio Carlos Valadares, porque temos que proceder à Ordem do Dia.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço muito a V. Ex^a e ao ilustríssimo Senador Antonio Carlos Valadares.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tocar no assunto a que me proponho, relativo aos professores, eu gostaria de dizer ao Senador Jefferson Péres que faço coro com as suas palavras. Essa é realmente uma imoralidade.

Quando fui Deputado Federal, entrei na 9^a Vara da Justiça Federal em Brasília para que a Câmara Federal não me aposentasse. Eu era bem jovem ainda, mas já tinha direito de me aposentar como Deputado Federal, uma vez que eu havia sido Deputado Estadual e Vereador na minha cidade. Para evitar que a Câmara Federal me aposentasse, entrei na Justiça Federal, proibindo-a de me aposentar, de transferir recursos para minha conta. Foi assim que me livrei de uma aposentadoria na Câmara Federal.

Considero isso uma imoralidade, como também considero uma imoralidade toda aposentadoria política de quatro anos ou de oito anos, como acontecia nas Assembléias Legislativas e nos Governos estaduais.

Recusei também uma aposentadoria de ex-Governador e não contribuí para a aposentadoria dos ex-Governadores de Goiás, que, milionários, se aposentaram apenas com quatro anos de trabalho. Eles nunca precisaram dessas aposentadorias.

Dessa forma, V. Ex^a tem toda a razão quando diz que essa é uma imoralidade. O Brasil, de famintos, de miseráveis, de desempregados e de excluídos, não pode conviver com essa situação!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucas semanas, li uma reportagem na revista *Veja* elogiando a atuação do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza. De acordo com a avaliação da reportagem, seria ele o responsável pelos melhores indicadores do Governo Fernando Henrique Cardoso. Num governo carente de boas notícias, talvez não seja grande coisa destacar-se em meio ao caos. Mas, de fato, alguns números do Ministério são dignos de nota e de reconhecimento.

O principal deles certamente foi o aumento do índice de crianças na escola, que atingiu 97% no ano passado. Em 1991, esse índice era de 89%. O analfabetismo também foi reduzido em todas as regiões, e aumentou a escolarização entre os mais pobres.

Sejamos justos: parabéns ao Ministro pelas conquistas! Foram conquistas certamente árduas, dentro de um governo que considera proibitivos quaisquer tipos de investimentos no setor social.

Os louros de ontem, no entanto, não justificam a omissão de hoje. As conquistas no ensino básico não podem inibir ações no ensino superior. A greve nas universidades federais brasileiras se arrasta há dois meses, e não há luz no fim do túnel. O calendário do segundo semestre está comprometido, e, em cadeia, os vestibulares de final de ano ficam ameaçados, causando prejuízos enormes àqueles estudantes que estão terminando agora o segundo grau.

São sete anos sem reajuste e vários meses sem atenção e sem o respeito que a categoria merece. O Ministro Paulo Renato parece ter dado como cumprida sua missão no Governo. Fechou-se em seu gabinete, não conversa, não dialoga, não busca soluções. Ao contrário, engalfinha-se com os professores numa guerra de liminares para barrar o pagamento de salários, numa atitude que não leva a nada, a não ser ao aprofundamento do problema.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registro o meu protesto e faço um apelo ao Ministro da Educação e ao Presidente da República no sentido de que se empenhem na resolução do angustiante problema por que passam as universidades federais do Brasil.

Sr. Presidente, agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a e ao Senador Antonio Carlos Valadares. Peço a V. Ex^a que dê como lido o restante do meu pronunciamento, porque quero cumprir o Regimento e colaborar com V. Ex^a.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SENADOR MAGUITO VILELA.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há poucas semanas li reportagem na revista Veja elogiando a atuação do Ministro da Educação, Paulo Renato Souza. De acordo com a avaliação da reportagem, seria ele o responsável pelos melhores indicadores do governo Fernando Henrique Cardoso. Num governo carente de boas notícias, talvez não seja grande coisa destacar-se em meio ao caos. Mas, de fato, alguns números do ministro são dignos de nota e de reconhecimento.

O principal deles certamente foi o aumento do índice de crianças na escola, que atingiu 97% no ano passado. Em 1991, era de 89%. O analfabetismo foi reduzido em todas as regiões e aumentou a escolarização entre os mais pobres.

Sejamos justos: parabéns ao ministro pelas conquistas. Conquistas certamente árduas, dentro de um governo que considera proibitivos quaisquer tipos de investimentos no setor social.

Os louros de ontem, no entanto, não justificam a omissão de hoje. As conquistas no ensino básico não podem inibir ações no ensino superior. A greve nas universidades federais brasileiras se arrasta há dois meses e não há luz no fim do túnel. O calendário do segundo semestre está comprometido e, em cadeia, os vestibulares de final de ano ficam ameaçados, causando prejuízos enormes àqueles estudantes que estão terminando agora o segundo grau.

São sete anos sem reajuste e vários meses sem atenção e sem o respeito que a categoria merece. O ministro Paulo Renato parece ter dado como cumprida sua missão no governo. Fechou-se em seu gabinete, não conversa, não dialoga, não busca soluções. Ao contrário, engalfinhou-se com os professores numa guerra de liminares para barrar o pagamento de salá-

rios, numa atitude que não leva a nada, a não ser ao aprofundamento do problema.

Se o Ministro acertou no passado, peca de forma imperdoável neste momento grave para a educação brasileira. Estamos falando de milhares de servidores federais – professores e funcionários administrativos – mobilizados por uma reivindicação justa de aumento salarial.

Mais do que isso: estamos falando de milhares de estudantes, prejudicados na sua formação e no encaminhamento de suas carreiras. Muitos esperam se formar este ano para ingressar no mercado de trabalho. Outros querem dar seqüência ao aprendizado, sem contar os que estão estudando para enfrentar um vestibular que pode nem acontecer.

O impasse criado é muito grave e exige do governo, especialmente do ministro Paulo Renato Souza, desprendimento e sensibilidade. Não é hora de se prender à fogueira das vaidades. O momento não é de se medir forças, saber quem pode mais, porque quem está perdendo é o Brasil.

A sociedade brasileira espera de seus governantes, em momento críticos como este, preparo, bom senso e, acima de tudo, sentido de responsabilidade. Passa da hora de se reabrir um canal civilizado de diálogo entre o governo e os servidores em greve. Essa iniciativa cabe a quem a quebrou, ou seja, Sua Excelência, o Ministro da Educação.

E não adianta dizer que está aberto às negociações da boca para fora apenas. É preciso desarmar os espíritos de fato, diante de um objetivo maior que é retomar a normalidade no funcionamento das universidades.

Nas últimas semanas assisti a um espetáculo deprimente na televisão de Goiânia, que demonstrou muito claramente o estado de ânimo do ministro. Durante uma entrevista ao vivo a uma das emissoras locais, o apresentador colocou no ar o líder do movimento grevista no estado para debater com Paulo Renato. O ministro, que minutos antes se dizia aberto ao diálogo, arrancou o microfone da lapela, levantou o fôlego sem dar satisfação, deixando boquiaberto o âncora do telejornal e perplexos os telespectadores.

O clima de radicalização certamente não resolverá o impasse. É preciso um gesto de grandeza no sentido de se reabrir canal de negociações e de entendimento. A sociedade repudia a intransigência e o descaso com uma classe tão importante de servidores.

De fato não há como conciliar com a manutenção do estado geral das coisas no ensino superior:

salários corroídos, vagas de docentes sem serem preenchidas, falta de investimentos em pesquisa e recursos para manutenção das instituições reduzidos.

Fica aqui um apelo ao governo como um todo e ao ministro Paulo Renato em particular. Que ele lance mão da eficiência que demonstrou no passado para resolver o grave problema presente. A sociedade brasileira espera com ansiedade um desfecho favorável à crise.

Ao terminar, reitero meu respeito e meu apoio ao movimento de paralisação dos professores e dos servidores administrativos das universidades federais brasileiras, que considero justo e mais do que oportuno, tardio até.

Aproveito para externar os meus cumprimentos a todos os professores pelo seu dia, comemorado na última segunda-feira. Se a situação conjuntural não nos dá motivo para comemorações, a beleza e a importância da profissão em si nos obriga a festejá-la. Parabéns aos professores de todos os níveis, de todas as regiões do Brasil.

Contem comigo sempre, como um aliado e um companheiro fiel às suas justas reivindicações.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Maguito Vilela, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma comunicação de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra ao Senador Roberto Freire, quero fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes ou fora das dependências da plenário para que compareçam a este recinto, porque haverá votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Freire, apelando a V. Ex^a para se ater ao termo, a fim de que possamos passar à apreciação da Ordem do Dia.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela manhã, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, perguntei acerca de uma Subcomissão instalada para acompanhar os resultados da CPI do Judiciário, que V. Ex^a, inclusive, presidiu com muita competência. Informaram-me de que a Subcomissão existe, embora com pouco trabalho. Parece que só foi acionada umas poucas vezes, por uma preocupação muito grande em relação a um secretário do Governo.

Mas quero dar um certo trabalho a essa Subcomissão.

A sociedade brasileira foi surpreendida, há alguns dias, por uma matéria da Petrobras Sociedade Anônima denunciando um esquema mafioso em torno da tutela antecipada de liminares que estavam sendo concedidas com uma rapidez muito grande para algumas distribuidoras. E se levanta uma série de possibilidades de que a existência da máfia seja algo real e concreto.

Procurei entrar em contato com a Petrobras, e a Presidência daquela estatal nos encaminhou um resumo acerca dessa questão. Nesse resumo, demonstra-se que existia – está paralisada agora, mas, a qualquer momento, pode retomar – uma verdadeira máfia atuando na concessão de liminares para facilitar a extorsão de recursos da Petrobras. Isso foi feito por distribuidoras, muitas delas sem capacidade alguma para fazê-lo.

Essa é uma grave denúncia. É fundamental que essa informação não fique apenas na órbita da Petrobras, tentando reaver o verdadeiro caso dessas extorsões e da prática fraudulenta, com o beneplácito ou a participação do próprio Poder Judiciário, por meio de alguns de seus juizes. Seria fundamental que essa matéria fosse também analisada, já que houve uma CPI do Judiciário, por essa Subcomissão.

Eu gostaria que a Mesa do Senado encaminhasse, portanto, essa denúncia à Subcomissão que acompanha os resultados da CPI do Judiciário e que fizesse a oitiva da Petrobras ou da queles que são envolvidos por essa denúncia.

Penso que esclarecer devidamente essa grave denúncia feita pela Petrobras em relação a alguns membros do Poder Judiciário e a alguns participantes de uma verdadeira máfia de distribuidoras de derivados de petróleo é um serviço que a referida Subcomissão presta à sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Freire, essa Subcomissão não existe mais, porque as Lideranças retiraram as indicações. Não sei explicar o porquê, mas as indicações foram retiradas pelas Lideranças.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, hoje, na Comissão, disseram-me que essa Subcomissão estava funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deixe-me explicar melhor: a Subcomissão existe, mas está sem membros, porque as indicações foram retiradas pelas Lideranças.

Fazemos, portanto, um apelo às Lideranças para que façam as indicações novamente.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Exatamente, até porque já há um primeiro trabalho para essa Subcomissão, qual seja, o de investigar esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Faço um apelo às Lideranças nesse sentido.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO FREIRE EM
SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.

Inhumas, interior de Goiás, próxima de Goiânia. É ali, ao que tudo indica, que são tramadas as primeiras ações de indenização para extorquir dinheiro da Petrobrás. O esquema é relativamente simples: fato real – empresas distribuidoras de derivados de petróleo adquirem das refinarias seus produtos e vêm retido nesse momento o ICMS de toda a cadeia produtiva, num sistema conhecido como substituição tributária “para frente”; a este fato se acrescenta um ingrediente legal, qual seja o de que o substituído tem direito de se ver ressarcido do imposto cobrado a maior nas suas operações de compra, em seguida, invoca-se uma inverdade, consistente na afirmação de que a Petrobrás reteria e não repassaria ao Estado credor do imposto o valor retido nessas operações, gerando, com isso, prejuízo irreparável às distribuidoras. Está pronta a aparência do bom direito a justificar um pedido de indenização contra a estatal do petróleo. O passo seguinte é conseguir obter de juízes ocasionalmente desatentos, mas extremamente eficazes, uma antecipação de tutela, ou seja, a própria decisão que só seria obtida após um longo processo que respeitasse o direito ao contraditório, com apresentação de defesa e produção de provas. Obtida a antecipação, a extração de carta precatória, pedindo aos juízes do Rio de Janeiro que façam cumprir a ordem de apreensão e transferência de recursos das contas correntes da Petrobrás, é rápida. Em menos de 48 horas, na média, vai-se do pedido à apreensão de valores e sua transferência para conta judicial à disposição dos juízes que concedem as antecipações e, incontinenti, o dinheiro desaparece, por força de alvarás de levantamento prontamente concedidos.

Nesse esquema, cerca de 72 milhões de reais saíram das contas correntes da Petrobrás e foram parar nas mãos de donos (possivelmente “laranjas”) de distribuidoras de pequeno porte, em sua grande maioria operando em Goiás, embora não necessariamente com sede nesse estado.

A maior parte dessas distribuidoras não tem capital expressivo, não tem patrimônio próprio, não possui

bases próprias para operar (operam alugando espaço de Outras distribuidoras) e oferecem como, “garantia” em caso de reforma das decisões concedidas notas promissórias das próprias empresas, chegando, como se constatou, a oferecer o mesmo imóvel de São Félix do Xingu, no Pará, em cinco ações diferentes.

A Petrobrás conseguiu reverter todas as antecipações obtidas pelas distribuidoras, mas a rapidez com que foram as distribuidoras premiadas é, sem surpresa, substituída por incrível lentidão na determinação para que o dinheiro retirado seja repostado, tudo denotando que será longo o caminho para sua recuperação, isso se for identificada essa possibilidade.

A verdadeira máfia que vinha conduzindo com relativo sucesso suas investidas contra a Petrobrás retraiu-se já fazem dez dias, talvez reformulando suas estratégias, para novos ataques.

É isso que precisa ser interrompido, pois o esquema fraudulento pode atingir outras empresas e até instituições governamentais, ameaçando o patrimônio público.

Por essa razão, urge proceder a uma investigação profunda das origens dessas operações irregulares e do próprio comportamento dos sujeitos nela envolvidos, até mesmo para se ter uma noção mais adequada sobre seu alcance, que poderá até tornar públicas ações criminosas, como por exemplo as de lavagem de dinheiro, uma vez que há nítida relação societária entre algumas distribuidoras, que têm entre seu quadro social empresas localizadas em paraíso fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 1999 – COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 1999-Complementar, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a Senador, de parentes deste até o segundo grau, tendo

Parecer favorável, sob nº 298, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Jefferson Péres.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 4 de setembro último, quando teve sua votação adiada para hoje.

Em votação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos meios mais eficazes de se detonar um projeto de lei é fazê-lo por meio de falsos elogios: o projeto é muito bom, bem-intencionado, mas não resolve o problema. Temos plena consciência de que esse projeto não resolve o problema dos suplentes, mas sabemos também que a melhor forma de deixar a situação como está é fazer o discurso do ideal.

O Senador Eduardo Suplicy apresentou um projeto, no início de 1995, propondo a eleição também do suplente. O eleitor escolheria o Senador e se manifestaria também a favor do suplente de preferência. O projeto foi rejeitado sob a alegação de que dava muito trabalho, de que não era o ideal, de que não resolvia o problema, porque a cédulateria não sei quantos números.

A Comissão Especial de Reforma Política aprovou uma alternativa que ainda não evoluiu sob a alegação de que também não resolve o problema, que é a de o suplente ocupar o espaço do titular por um período e a de se fazer uma eleição posterior.

Há uma série de questionamentos que sempre surgem quando esse assunto relativo ao suplente vem à baila. Alguns, por exemplo, defendem que o suplente seja o segundo mais votado. Particularmente, sou contrário a isso, porque, em uma eleição majoritária, colocar-se o suplente como o segundo mais votado é distorcer a vontade do eleitor. Isso valia na época da sublegenda, em que havia diversos candidatos de um determinado partido e o suplente era o segundo mais votado daquele partido.

Neste momento, no entanto, Sr. Presidente, temos uma oportunidade concreta de estabelecer uma modificação em relação à atual legislação. Cabe a nós manifestarmos-nos a respeito desse projeto, pois acredito que ele contribui para, pelo menos, revogar uma outra distorção. Além da gravidade da existência do suplente, da forma como está hoje, existe uma outra distorção: a de transformar o Senador suplente em uma espécie de instrumento para a capitania hereditária.

Nesse ponto, a nossa manifestação não está endereçada a ninguém em particular. Uma coisa é se

questionar a inelegibilidade de parentes – e isto é questionável – quando estes são submetidos ao crivo popular. A população sabe que um fulano candidato a Deputado é filho, sobrinho, marido ou esposa de certo Senador, Deputado Federal ou Governador e está sendo convocada a se manifestar, por meio do seu voto, em relação àquela pessoa. Com relação a isso, não tenho nada a opor, porque o povo será o juiz, o povo se manifestará a respeito daquele candidato, não sendo justificável a inelegibilidade.

Mas, nesse caso de que estamos tratando, isso não ocorre, Sr. Presidente. O que se está propondo é uma inelegibilidade para suplentes que são parentes, porque sabemos que esse artifício tem sido utilizado e pode continuar a ser utilizado para que haja a permanência da família no mandato, inclusive levando em consideração que a população não sabe quem é o suplente. Sabemos muito bem que, em uma eleição para Senador, ninguém sabe quem são os candidatos a primeiro e segundo suplentes.

Além disso, o cargo de Senador é importante. O fato de a duração do seu mandato ser de oito anos permite que haja saltos ou alternativas eleitorais posteriores, como, por exemplo, a disputa ao cargo de Governador. E, hoje, o que está havendo é a permissão concreta, sem a anuência do povo, sem a anuência do eleitor, de se estabelecer uma reserva de mercado familiar para o cargo de Senador.

Tenho plena consciência de que o projeto não resolve o problema que todos sabemos que precisa ser resolvido, mas, se esperarmos mais para encontrar a solução definitiva para esse problema e usarmos o argumento de que o referido projeto não resolve o problema para poder detoná-lo, como já foi feito com outros projetos semelhantes que tratam de suplente de Senador, na verdade estaremos votando a favor da manutenção da atual situação.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu voto é favorável ao projeto da Senadora Marina Silva, que veda a inscrição do cônjuge ou de parentes consanguíneos ou afins até o segundo grau como candidatos a suplente de Senador. Penso que assim o Senado demonstra que está pelo menos caminhando no sentido de corrigir algumas das distorções que ainda existem. Se, posteriormente, for aprovado um outro projeto, modificando a situação de suplente ou acabando com a sua existência, esse projeto deixa de ter a sua necessidade. No entanto, enquanto ele não é aprovado, entendemos que o projeto da Senadora Marina Silva contribui para modificar essa atual situação, que ainda tem um certo resquício das nossas capitâncias hereditárias.

Voto de forma favorável, Sr. Presidente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)
– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Lúcio Alcântara, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não vou usar nem os cinco minutos de que disponho, pois já tive oportunidade de emitir essa opinião em projeto de lei que apresentei.

Penso que a maneira de se sanar isso é tornar obrigatória a indicação, de maneira visível, na campanha eleitoral, na publicidade pela televisão, pelo rádio, por cartazes, por outdoors, do nome do suplente. Com isso, vamos saber se realmente o eleitorado elegeu o pai, o filho, o irmão, o sobrinho, a mãe ou o tio junto com o titular. É o que vejo. O Senador Jefferson Péres e os Senadores do Amazonas sempre citaram aqui um caso de ocultação de suplente.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)
– Alguns casos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE)
– Alguns casos. E não é só do Amazonas, o de lá eu conheço porque S. Ex^a me contou, mas em muitos outros lugares é assim. Naquele caso, parece que o ocultador não logrou êxito na eleição. Isso se chama sonegação de informação ao eleitorado.

De acordo com o projeto que apresentei, deve constar de todas as peças publicitárias o nome do candidato a Vice-Presidente, a Vice-Governador ou a Vice-Prefeito e o nome dos suplentes. Se o eleitorado quiser eleger o titular com aqueles suplentes, não há razão para censura, desde que fique bem claro quem são os suplentes.

Às vezes somos surpreendidos. Quando há uma vacância é que vamos saber quem era o suplente do candidato A, B, C ou D. A maneira de solucionar esse problema para mim é essa. Não vejo por que cercear a possibilidade de ter um parente como suplente. Então, vamos impedir também o parente como Vice-Presidente da República, como Vice-Prefeito, como Vice-Governador. É o caso. Sabemos que, pelo Brasil afora, há numerosos casos de parentesco entre Prefeitos e Vices. Ou estendemos a regra para todos, ou adotamos a ampla publicidade dos vices e dos suplentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (Bloco/PSDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do ponto de vista do Governo, esta matéria é questão aberta. Como Parlamentar, quero individualmente referir-me sobre ela.

Estou impossibilitado de elogiar o projeto pelo nosso Senador José Eduardo Dutra, porque S. Ex^a diz que grande parte dos elogios é para depois dizermos “mas... mas”. Elogio, no caso, agora sem nenhum “mas”. Trata-se de um projeto extremamente oportuno, que ajudará a iluminar a questão da suplência, que ainda estava presa a velhos hábitos da política brasileira. Não creio que a questão da suplência seja solucionada – como propôs certa vez o Senador Eduardo Suplicy – com a eleição do suplente. É extremamente complexa e difícil a eleição do suplente, sobretudo por serem duas vagas. Pode acontecer um resultado diferente da própria vontade popular: o suplente de um Senador não eleito ser mais votado do que o suplente do Senador eleito.

A eleição para o Senado é de grande complexidade, talvez seja a mais complexa de todas as eleições. Primeiro, é uma eleição majoritária, em um quadro onde há duas eleições majoritárias, a de Presidente da República e a de Governador; e uma eleição proporcional.

A população não tem ainda no Brasil um grau de politização para discernir as sutilezas. Poucas pessoas no Brasil sabem que a eleição para o Senado é majoritária e tem sido assim porque o Senado é co-partícipe com a Câmara do processo legislativo. Então, a idéia é de que é uma eleição proporcional. Mas, em uma eleição casada, ou para Presidente da República e para Governador, ou só para Governador, quando o Senado se renova pelo terço, não há polarização pelo Senado. A polarização se dá ou pela candidatura à Presidência da República ou, conforme o Estado, pelo candidato a Governador.

Normalmente, salvo raríssimas exceções, é eleito Senador quem está na corrente vencedora. Há exceções, mas normalmente o Senador vem juntamente com o voto à Presidência da República e a Governador, porque na população não há propriamente um debate sobre quem será o Senador. O debate se faz sobre quem será o Presidente da República ou o Governador.

Isso deu à eleição para o Senado características muito peculiares. Como não havia regra alguma para a suplência, a tendência da política, em seus as-

pectos negativos – e a política tem muito mais aspectos positivos do que negativos – é pela cartorialização da atividade política, o que o Senador chamou de capitâneas hereditárias, em uma bela imagem.

Os grupos políticos tendem a dominar os partidos por oligarquias internas dentro do partido, com algumas exceções no Brasil. Eu, pessoalmente, estou convencido de que o PT é uma exceção. Ele tem um grau de democracia interna que lhe custamuitíssimo, mas dá ao Partido um dinamismo que nenhum outro partido brasileiro tem, do ponto de vista da sua dinâmica interna.

São as cúpulas partidárias, até hoje, em todo o País, quem decide a matéria eleitoral. Nada é mais perigoso, neste País, para um partido político do que ser Governo, porque o Brasil vive uma tendência de ter os partidos políticos aparelhados, como se diz no jargão político, pelos Governos Estaduais, que, em geral, aparelham os partidos pelo Governo, para ter garantido o domínio da convenção partidária quando ela for necessária. Isso reduz a vida partidária brasileira a ser presa permanente dos grupos que em maioria os dominam.

Por isso, o projeto proposto é extremamente saudável. Impede que, dentre as características cartoriais da política brasileira, entrem razões de natureza familiar para justificar a presença da suplência e para, de certa forma, mudar a natureza da suplência, que não deve ser uma extensão familiar, mas uma extensão partidária, de quadros partidários que, por suas características, que não são eleitorais, permitam que se chegue igualmente à Câmara Alta. Isso não quer dizer que todas as escolhas pessoais de família feitas até hoje no Brasil sejam condenáveis. Há escolhas com pessoas altamente respeitáveis. Porém o processo em si, de alguma maneira, não traz à atividade política um arejamento tão necessário.

Não temos vida partidária, democracia interna nos partidos, nem outras decisões na área política, sobretudo nas majoritárias, a não ser as que vêm pelas cúpulas. Aqui, sim, devia-se assentar a reforma partidária, porque aqui é que se dá a fuga dos políticos de cada partido, chamada troca-troca, perto dos dias fatais para a inscrição partidária. Como não há isso, que seja bem-vinda uma lei que tragarejamento a essa questão e estimule, de alguma forma, a vida partidária fora das oligarquias, quer políticas, quer familiares, dentro dos partidos.

Por essa razão, o voto é favorável.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, por cinco minutos, ao eminente Senador Edison Lobão, para encaminhar a votação.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou devendo um apoio – mais um – a uma iniciativa da Senadora Marina Silva, mas, lamentavelmente, não posso fazê-lo desta vez. S. Ex^a propõe mais uma inelegibilidade. A meu ver, não é coerente com as demais inelegibilidades que ocorrem hoje no Brasil esta que propõe a Senadora do PT.

Hoje, temos o Presidente da República, o Governador de Estado e o Prefeito podendo candidatar-se sentados em sua própria cadeira executiva, sem nenhuma restrição. Ora, se não há restrição para aquele que está governando, como podemos admitir restrição para um simples suplente de Senador da República?

Quando fui Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão encomendou-me um projeto suspendendo todas as inelegibilidades, exatamente pelo fato de que o Presidente da República, o Governador e o Prefeito já não são atingidos pela inelegibilidade. Ora, se a própria Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania entende assim, como vamos nós acrescentar, através de uma lei complementar, mais outra inelegibilidade?

Portanto, Sr. Presidente, não vejo nenhuma coerência no projeto. Peço vênias à Senadora Marina da Silva, e, por consequência, não posso acompanhar a iniciativa de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa matéria que estamos agora a debater, a meu ver, contém dois equívocos conceituais. Ela parte do preconceito de que o eleitor, ao se dirigir à cabine eleitoral, não sabe em quem vai votar, por que o suplente não estaria sendo registrado. Não é verdade, no caso de suplente de Senador.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, há aquela concepção falsa de que existem donos de Partidos, existem caciques na política nacional que dominam toda uma convenção, feita com a participação dos convencionais de todo o Município, de todo o Estado, de todo o País.

Essa concepção de que o eleitor precisa ser tutelado e de que precisamos dizer a ele que não pode votar em tal ou qual candidato, para tal ou qual cargo,

vem contracorrente aos costumes políticos que não são somente do Brasil, mas da maioria dos países.

No Brasil, cito casos históricos como os Paranhos, pai e filhos; o Visconde de Rio Branco e o Barão de Rio Branco, seu filho; os Nabucos, Conselheiro Nabuco de Araújo e seu filho, Joaquim Nabuco, na época do Império. Aqui, não precisamos alongar a vista para nos descortinarmos o caso de dois irmãos hoje Senadores, que tiveram méritos próprios, candidataram-se em datas diferentes e estão compondo este Corpo Legislativo. No entanto, se um deles fosse se candidatar como suplente do outro, por conta dessa medida, não poderia ser suplente. Quer dizer, não poderia se candidatar simultaneamente, e o Senador Osmar Dias não poderia ser Suplente do Senador Álvaro Dias e vice-versa.

O Senador Roberto Requião também tem um irmão que é Deputado Federal. Mas não poderia ser seu Suplente, caso a convenção que o escolheu para Senador escolhesse também o irmão para Suplente. De maneira que vejo que isso pode chegar à situação paradoxal de um Ministro de Estado, que, para se candidatar, tem de se desincompatibilizar, a fim de não ser atingido pela lei das inelegibilidades.

No entanto, um irmão, um parente, como está arrolado na medida, não poderia ser candidato, porque se exercer qualquer cargo estará impedido de disputar um cargo de Suplente de Senador, mas o titular teria que se desincompatibilizar de um cargo de Secretário de Estado ou de Ministro.

Assim sendo, Sr. Presidente, penso que ao eleitor deve ser delegado o direito de escolher os candidatos, e não a lei impedir um cidadão qualquer de ser suplente do outro, somente porque tem laços de parentesco ou de afinidade.

Recordo-me também do caso do Senador Eduardo Suplicy; sua esposa foi eleita Prefeita de São Paulo, quando numa época nem ele foi eleito Prefeito, mas ela foi. No entanto, um não poderia ser suplente do outro, se essa medida viesse a prosperar – que espero não prospere –, porque entre os outros, votarei contra a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião para encaminhar a votação.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que a intenção é das melhores, mas ela contém aquele terrível desejo da tutela sobre a opinião popular; parte de um pressuposto de que o povo não é capaz de to-

mar uma atitude, de diferenciar o nepotismo de uma indicação que não transforma o parentesco em estigma.

Iniciado por Nepote, o sobrinho do Papa, o nepotismo na política, na história do Brasil e na história da política do mundo é o favorecimento dos parentes. No entanto, se parentesco não é qualidade suficiente para uma nomeação, também não é estigma.

O correto, para resolvermos esse problema, confiando no discernimento do povo – esclarecido e informado o povo tem discernimento –, seria obrigarmos a publicação do nome dos suplentes na cédula. Tudo bem. O Senador Álvaro Dias, irmão do Senador Osmar Dias, poderia ser suplente. Quem com isso não concordasse, não votaria nem num, nem noutro. Alguém diria: "Mas querendo votar no Osmar, traria o Álvaro como Suplente para o Senado." Não vale o argumento, porque poderia ser outra pessoa e alguém poderia que rer votar no titular e não votar no suplente. E a escolha teria de ser pesada e a decisão deveria ser tomada.

Por que optar pela tutela ao invés da transparência? Por que a proibição? Por que se sobrepor à opinião popular ao invés de publicar os nomes na cédula, deixando clara a situação para que o voto correto da população, informada, possa ocorrer?

A intenção da Senadora Marina Silva é das melhores. Seu desempenho no Senado Federal é elogiável por todos os títulos, mas a substituição pela lei da opinião do povo, para mim, não é apropriada. Parentesco, se não é título, tampouco será, em circunstância alguma, estigma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Lindberg Cury para encaminhar.

O SR. LINDBERG CURY (PFL – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito plenamente que essa proposta da Senadora Marina Silva se baseia, na verdade, numa pesquisa junto ao povo, buscando o consenso da decisão pública do eleitorado. E, na verdade, S. Ex^a foi e o fez.

Numa campanha normal, na cidade, o que se verifica é que a composição é feita de maneira tal que dois ou três partidos participem da indicação do titular, que disputará uma vaga no Senado. Esse procedimento vem ocorrendo em quase todos os Estados, ao longo dos anos, com exceção, evidentemente, de alguns Estados onde o titular tem um poder e um controle dos partidos e também de voto, usando desse prestígio e dessa força, muitas vezes, para fazer dali

uma extensão familiar. Entendo, baseado numa experiência popular, numa experiência eleitoral, que esse consenso pode trazer um benefício muito grande ao eleitor.

Sou francamente favorável à proposta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Sebastião Rocha para encaminhar a votação.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Senadores, sou favorável ao projeto da Senadora Marina Silva, embora entenda que o cerne do problema não esteja na escolha de um parente para suplente.

Voto favoravelmente, porque entendo que o mandato de um Senador não pode ser visto como uma capitania hereditária e um Senador não pode ser visto como um donatário que cede seu mandato hereditariamente, como se alguém pudesse herdar o mandato pelo fato de ser parente.

Digo que o projeto não resolve o problema, porque a essência do problema está exatamente na forma como é eleito o suplente. De maneira geral – é claro que há exceções – como são escolhidos os suplentes? O candidato que acha que tem muitos votos, que tem recursos para a campanha e não precisa da ajuda do seu Partido nem da ajuda financeira de ninguém, coloca lá um parente que possa substituí-lo quando ele assumir um cargo executivo (de Ministério ou de Governador ou de Prefeito de capital). E o seu cargo vago seria ocupado pelo suplente parente. Reafirmo: é uma espécie de capitania hereditária.

Por outro lado, quem não tem recursos suficientes para a campanha ou votos suficientes por falta de estrutura escolhe como suplente um empresário. O objetivo é o mesmo: o empresário na condição de suplente investe para que o titular assuma um cargo executivo e ele ocupe a vaga de titular.

Às vezes o empresário é militante político também, ele participa das atividades do seu Partido e atua politicamente. Nesse caso, a escolha é adequada, porque é feita por via partidária. Em outras situações, o suplente é eleito apenas em função do capital que ele pode investir na estrutura da campanha.

Condeno essa maneira de escolher os suplentes.

A questão do vice é um pouco diferente, porque, geralmente, ele vem de uma composição política, de um outro Partido. O vice é uma escolha partidária. Mesmo assim, considero o melhor modelo o que tínhamos na época de João Goulart, que foi vice eleito

pelo voto direto tanto de Juscelino Kubitschek quanto de Jânio Quadros.

No meu entender, o suplente deveria representar o Estado e, portanto, deveria ser obedecida a seqüência. Se eu deixo meu mandato, o que ficou logo depois de mim deveria representar o Amapá. Ele foi votado. Ele teria o mandato. Se dois terços serão renovados, se dois Senadores saírem, o candidato que obtiver os votos na seqüência e que ficou mais próximo do candidato eleito deverá ocupar o lugar do titular durante sua ausência ou vacância.

Vejam o caso que poderia ter acontecido aqui. Se nenhum dos dois suplentes do Senador Jader Barbalho, por exemplo, assumisse, o Pará poderia ficar com um Senador menor. Se o processo de substituição fosse pelo candidato mais votado na seqüência, isso nunca aconteceria, porque sempre haveria alguém para substituir o suplente.

Portanto, o problema está na forma como é feita a escolha. Mas voto favoravelmente à emenda da Senadora Marina Silva.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (Bloco/PSDB – MS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho pela Senadora Marina alta estima. Lá no meu Estado, seguidamente, me perguntam: "Quem é aquela Senadora moreninha tão atuante?" E falo a meus companheiros que se trata de uma Senadora muito qualificada.

No entanto, considero que a proibição de parentes serem suplentes não contribui em nada para a melhoria da qualidade da representação política no Congresso Nacional.

Se fizéssemos a reforma partidária, estaríamos prestando um serviço muito mais acentuado à Nação brasileira. No Senado, muito poucos Senadores trouxeram parentes para suplentes – e alguns dos parentes são muito qualificados.

Sr. Presidente, votarei contra a proposta da Senadora Marina Silva, porque considero uma discriminação. Muitos parentes aqui são pessoas de prestígio reconhecido, como é o caso dos irmãos Dias do Paraná, do Senador Camata e sua esposa, o Suplicy com a esposa e tantos outros. Seria uma discriminação da nossa parte impedir que essas pessoas trouxessem

companheiros qualificados para ajudarem no Senado.

Esta é a minha posição: manifesto-me contrariamente ao Projeto da Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena para encaminhar a votação.

A SRA. HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero parabenizar nossa querida companheira Marina Silva pela iniciativa.

Quero dizer, com muita tranquilidade, que não sou movida por falso moralismo neste debate. A condição para o debate não é o falso moralismo que impera em algumas discussões sobre parentesco. Não é nada disso!

A Senadora Marina Silva propõe simplesmente a perspectiva de minimizar em nosso ordenamento jurídico o que é identificado como traço do patrimonialismo em nossa cultura política – para não falar também das capitânicas hereditárias e das “panelinhas”. É simplesmente uma possibilidade de minimizar em nosso ordenamento jurídico os traços perversos, autoritários, conservadores e antigos do patrimonialismo em nossa cultura política.

Todos os exemplos aqui citados de parentes e pessoas da família que foram eleitas não cabem na explicação contra o voto do projeto. Por uma razão: não estamos subestimando os eleitores. Eu especialmente jamais poderia subestimar os eleitores. Jamais! Minhas origens, o lugar onde nasci, a família na qual nasci, minha conduta política durante toda a vida – e cheguei ao Senado Federal, considerado a “pérola” a ser tocada apenas pelos filhos da elite política e econômica do meu Estado – não me permitiriam jamais subestimar a capacidade de avaliação dos eleitores. Jamais! Não estamos substituindo o eleitor nem subestimando a capacidade de análise, a vontade política de interpretar um determinado fato por parte do eleitor. Não o estamos tutelando, como foi colocado aqui. O problema é que todos os exemplos citados contra o projeto são de pessoas que foram eleitas, de pessoas que obtiveram votos, de pessoas que enfrentaram o debate popular, que foram obrigadas a qualificá-lo com a sociedade, a se exporem perante a sociedade diante de um projeto político. Será possível que, diante da humanidade, das forças políticas de um partido, das personalidades de uma sociedade, o único com condições, o único capacitado para ser apresentado como suplente tem que ser um parente?! Que negócio mais personalista e atrasado é

esse?! Não há problema no fato de o parente ser candidato. E há questões que a legislação proíbe. Segundo a legislação, hoje, se um homem é prefeito, a mulher não pode candidatar-se. Então, não se está aqui inovando em relação a determinadas coisas, e eu digo isso com a maior tranquilidade, porque sei que muitos aqui, como eu, não têm nenhuma vergonha do primeiro e do segundo suplente. O meu primeiro suplente é um homem de bem, do PSB; a minha segunda suplente é uma mulher de bem, do Pcdob. Não foram caixa de campanha, não conseguiram dar-me uma única moeda, um único centavo, para eu fazer campanha. Não me envergonho deles, como muitos na Casa não se envergonham também. Ninguém está tutelando, subestimando a capacidade de avaliação do eleitor. Agora, será possível que logo para suplente, aquele que efetivamente não é eleito, tem que colocar alguém do seu caldeirão, ou da sua panelinha, ou da sua família?

Convenhamos que desmerecer o projeto dizendo que tem problemas em relação à legislação eleitoral não é verdade, porque a legislação eleitoral hoje já estabelece mecanismos proibitivos para a eleição de parentes. Do mesmo jeito, dizer que se está tutelando ou subestimando a capacidade de avaliação dos eleitores, também não porque, em muitos exemplos que foram citados, as pessoas foram eleitas, passaram pelo debate popular e efetivamente tiveram que ser submetidas ao voto popular também.

Portanto, Sr. Presidente, não tenho dúvida da importância neste sentido: ao menos minimizar, em nosso ordenamento jurídico, esse traço tão marcante, conservador, autoritário, dentro do velho patrimonialismo que todos sabemos que infelizmente marca o nosso ordenamento jurídico.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, parabeno a Senadora Marina Silva, não por ser do meu partido, mas por estar dando, neste projeto, uma contribuição importante para esta discussão em relação à eleição do suplente.

Creio que o projeto não pretende tutelar eleitor nenhum, não subestima a capacidade do eleitor, não põe em dúvida coisa alguma. Muito pelo contrário. Penso que é importante já começar essa discus-

são em relação à eleição do suplente. E mais: o PT é um dos poucos partidos em que esta discussão passa por um debate profundo, nas bases do partido, por ocasião das convenções. Não sei se é o único que faz isso, mas acredito que seja um dos poucos a fazê-lo.

Também duvido que essa indicação de suplente feita por intermédio de parentes – esposa, irmão, filho ou outros – vá para uma discussão em alguma convenção partidária. Questiono isso por que tenho certeza que não vai.

Precisamos modificar essa questão de suplente. Sendo esse projeto aprovado, é o primeiro passo importante nesse sentido. De qualquer forma, penso que se deveria aprofundar mais esse assunto, por que a eleição do suplente deve ser feita de outra forma, diferentemente da que é feita atualmente. Creio que se deveria passar por um crivo popular. Nesse sentido, a aprovação do projeto da Senadora Marina Silva é o primeiro passo importante, pois avança quanto ao aspecto da mudança da eleição do suplente com relação à legislação eleitoral.

Parabéns, Senadora, Vamos aprovar seu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra a Senadora Marina Silva.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando apresentei esse projeto, tinha consciência das suas limitações, principalmente a partir dos argumentos listados pelo meu Líder, Senador José Eduardo Dutra.

Compreendo que o instrumento mais correto ainda não conseguimos: uma fórmula possibilitando que o suplente seja também fruto da avaliação da sociedade votante. Compreendo também que alguns senhores Parlamentares já fizeram algum esforço, como o Senador Eduardo Suplicy e outros colegas. O Senador Lúcio Alcântara apresentou uma idéia.

Agora, penso que, no Congresso Nacional e particularmente no nosso País, temos dois problemas que precisam ser superados: primeiro, a idéia de que só podemos fazer o possível. Sou adepta do impossível. Segundo, é aquele que vai a outro extremo e diz que só podemos fazer o ideal. Também busco o ideal, mas o ideal é minha estrela de David. Enquanto não consigo atingir o ideal, vou trilhan do os passos da imperfeição para chegar à perfeição. Pior do que algo imperfeito é não mover passo algum, é não constituir nenhuma ação para se chegar ao resultado perfeito que se espera.

As palavras sem intenção, assim como as intenções sem ação, não conseguem mudar absolutamente nada. Portanto, sou adepta de que tenhamos palavras, de que tenhamos intenções nas nossas palavras, e de que nossas palavras e intenções sejam acompanhadas de ações.

Essa ação não visa a desqualificar aqueles que, por uma abertura da legislação, sendo parentes, vieram para cá como suplentes de Senadores, nem destituir, em hipótese alguma, aqueles que têm parentes eleitos. Tenho o maior respeito, por que ambos passaram pelo crivo das urnas, pelo Senador Camata e pela Deputada Camata, a qual dá uma grande contribuição às questões humanistas. Tenho igualmente o maior respeito e carinho pelos irmãos Dias, que passaram pelo crivo das urnas e aqui estão.

Todavia, compreendo que aqueles que, de certa forma, desconsideram a construção democrática de seus partidos e que a política é uma construção em diferentes forças muitas vezes se assenhoram do poder político que têm e, então, descredita toda a luta em favor de uma democracia interna e de uma visão nova para esta fazem de seus mandatos um verdadeiro patrimônio, uma verdadeira dinastia onde o direito dinástico é transferido de parente a parente, desconsiderando todo o processo.

Como muito bem disse o Senador Artur da Távola, é possível que, com um projeto como esse, possamos arejar um pouco a concepção da política em nosso País. Lamentavelmente, ainda temos uma visão patrimonialista em vários aspectos da relação com o público. O mandato é um espaço público, não é de herança das famílias, é um espaço de disputa política, de representação da sociedade. Em função dessas razões, apresentei o projeto.

Fico feliz ao receber o reconhecimento dos Srs. Senadores. Recebo também a posição contrária dos que fizeram críticas. Não termos um Código de Ética que regule a conduta de Governadores, de Prefeitos, isso não é motivo para que não tenhamos um Código de Ética para a conduta de Senadores, de Deputados. Creio que determinados argumentos não estão justificando o voto contrário de alguns. No entanto, é uma concepção que, talvez, fique até mais clara. O Senador Lúcio Coelho, por exemplo, defende o direito de que os suplentes sejam parentes. Na concepção de S. Ex^a, é bom. Do meu ponto de vista, não é correto; do ponto de vista da democracia, é uma distorção, é continuar com uma visão que trata a coisa pública como se fosse um patrimônio e que tenta levar para dentro de casa a praça, que é do povo.

Era o que tinha dizer.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, o Congresso Nacional terminou com uma das distorções criadas pelo regime militar – os denominados Senadores biônicos que aqui vinham não por designação do povo nas urnas –, mas criou-se a sistemática dos Senadores suplentes, que, avalio, precisa ser corrigida.

Nesse sentido, apresentei um projeto de lei segundo o qual, na hora da votação, o eleitor receberia uma lista de até quatro nomes, designados pelo partido ou coligação, dentre os quais escolheria seu representante no caso de o titular afastar-se por qualquer motivo.

Essa proposta ainda tramita na Comissão Especial da Reforma Política, Eleitoral e Partidária. O Relator, Senador Sérgio Machado, resolveu adotar uma alternativa: no caso de um Senador se afastar por morte ou eleição para um cargo executivo, o suplente poderá ficar por dois anos, no máximo, devendo eleger-se um Senador diretamente na primeira oportunidade, seja de eleições municipais ou nacionais. Trata-se de uma melhoria, mas ainda não é a que avalio precisa ser considerada.

A Senadora Marina Silva, ao notar as diversas designações de suplentes e observando que, em meio à opinião pública, essa não significava, na avaliação do senso comum, a primeira escolha da população, concebeu essa proposta de emenda à Constituição para se terminar com a possibilidade de indicar suplentes que sejam parentes próximos do Senador.

Acredito, diferentemente do Senador Roberto Requião, que a proposta da Senadora Marina Silva está na direção saudável e, portanto, votarei a favor, Sr. Presidente. Mas quero aqui registrar que o Senado Federal ganharia maior força, maior legitimidade, maior reconhecimento se todos os Senadores fossem escolhidos diretamente pelo povo. Tenho a convicção de que todos os Senadores que assumiram os seus mandatos por substituírem aquele que foi o titular votado pelo povo, ou seja, os Senadores suplentes, gostariam de ter sido escolhidos dessa forma também.

Assim, Sr. Presidente, o aperfeiçoamento da escolha dos Senadores se dará na medida em que aqui votarmos uma sistemática pela qual não apenas o titular, mas também os Senadores suplentes, sejam escolhidos diretamente pelo povo. E a proposta de emenda à Constituição da Senadora Marina Silva é

na direção de melhorarmos e aperfeiçoarmos as instituições democráticas brasileiras e o Senado Federal. Por isso, meu voto é inteiramente a favor.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para encaminhar, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não ia falar para não prolongar a sessão, mas me lembrei de que fui autor de um projeto, aprovado aqui, sobre o nepotismo.

Votarei favoravelmente como uma extensão de um certo nepotismo. Mesmo que um suplente não tenha a visibilidade do titular, foi, de qualquer forma, escolhido porque ao titular estava associado no momento da votação. É como ocorre nos casos de Vice-Prefeito, Vice-Governador e Vice-Presidente da República. Há essa prática no País. Mas, como sou contrário a ela, que é muito abusiva no País, por se utilizar dos parentes para imaginar a coisa pública como coisa nostra, votarei favoravelmente.

Há um certo risco de votarmos questões eleitorais em cima dos problemas que ocorrem. Todo casuísmo é perigoso. Recentemente, após a renúncia do Senador Antônio Carlos Magalhães, assumiu como titular seu filho, que, inclusive, tem sido um bom Senador. Não há nada que o desabone pelo fato de ser filho. O grave não é o problema de ser parente, mas, sim, de o suplente se tornar titular indefinidamente. Em nenhum lugar do mundo tem-se um suplente – que deveria assumir numa eventual ausência do titular – transformado em titular sem ser votado. Há casos de Senadores que, tendo assumido como suplentes, passaram na Casa seis anos, esgotando quase todo o exercício de um mandato.

Penso que a solução tinha de ser pensada sob um ponto de vista mais amplo, sem levarmos em consideração problemas que aconteceram, seja agora, com Jader Barbalho, ou antes, com Antônio Carlos Magalhães, ou, em geral, por conta de se titularizar aquele que é o mecenas, enfim, o financiador da campanha.

Digo isso, referindo-me à preocupação com o casuísmo, porque tivemos, recentemente, dois momentos bem ilustrativos, para pensarmos o que é a legislação eleitoral. O Senador Sérgio Machado, principal defensor, nesta Casa, de uma chamada reforma político-partidária, que falava em fidelidade, em filiação, que defende, junto com o Vice-Presidente da República, Marco Maciel, e o Senador Jorge Bornhausen, até o aumento do prazo de filiação, em nome da fidelidade, S. Ex^a, no primeiro enfrentamento, atropelou

lo, impasse em seu Estado, o Ceará, foi um dos primeiros a mudar de Partido. Que ironia!

Quando eu discutia com S. Ex^a, eu o advertia recomendando cuidado, pois o problema de fidelidade partidária é um problema da consciência de cada Partido, e não de tutela legal. Imaginem se houvesse a tutela legal: o Senador Sérgio Machado teria sido forçado a ficar em um Partido, mesmo tendo esse Partido solicitado que S. Ex^a dele se desligasse.

Segundo, há toda uma discussão neste País, em um reducionismo equivocado, ao se observar, no dia 6 de outubro, o troca-troca partidário, a crise geral, a esquizofrenia eleitoral, a mudança de Partido por conta de um cenário futuro, que não se conhece. Contudo, não se levou em consideração o absurdo que foi aquela data. A partir do dia 6 de outubro, condenamos, por lei, aproximadamente 90 milhões de brasileiros que estão mutilados em um de seus direitos básicos e fundamentais da Constituição: o direito de serem votados. Perceberam isso?

No dia 6 de outubro de 2001, definimos que aproximadamente 90 milhões de brasileiros e brasileiras – porque são aqueles que não estão filiados a partido algum – não poderão ser votados. Já os excluímos, em uma verdadeira reserva de mercado para aqueles que estão hoje exercendo um mandato, para os que conhecem as regras do jogo, e uma regra que queremos até piorar. Em vez de 1 ano, quatro anos. E falamos em democracia.

Seria importante apenas lembrar de termos cuidado quando tratar de questões eleitorais ou partidárias, e analisar com os olhos voltados para a cidadania e não com os olhos voltados para as oligarquias partidárias, aqueles que exercem mandato. Corremos esse risco. Cassamos 90 milhões de brasileiros do direito de serem votados, em nome não sei bem do quê, talvez da renovação dos mandatos, manutenção do status quo partidário, manutenção das maiorias, de não termos risco de mudança alguma. Devemos lembrar que tanto a filiação quanto o domínio foram invenções do regime militar autoritário para impedir processos de renovação e de se manter controle sobre a atividade política.

Quero chamar a atenção para que quando votarmos qualquer questão partidária, levemos em consideração a questão democrática e, não, a questão dos interesses daqueles que têm mandato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra pela ordem, apenas para prestar um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Amir Lando. Logo a seguir, concederei a palavra a V. Ex^a para esse esclarecimento.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, talvez até ajude o Senador Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a aquiescência do Senador Amir Lando, concedo a palavra a V. Ex^a para prestar os esclarecimentos, rapidamente.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Roberto Freire, talvez inadvertidamente, disse que o projeto foi apresentado após o episódio da renúncia do Senador Antonio Carlos Magalhães. Dou conhecimento aos nobres Colegas que esse projeto foi apresentado em 1999. Não tem nada a ver com o casuismo de acontecimento. Faz parte de uma concepção que se configurou e, coincidentemente, está em tramitação agora.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra a título de esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há outros projetos acerca de suplência de Senador que não foram inseridos na Ordem do Dia. Não falei da origem do projeto, mas disse que estamos votando e discutindo este projeto por conta desse problema. Por que não consta na pauta projeto oriundo da Comissão que defendo? A isso me referi. Senadora Marina Silva, não leve para si a carapuça. Estou apenas dizendo que estamos votando esta matéria exatamente por esses dois episódios. Não pretendo dizer que a sua iniciativa foi por esse motivo, mas que estamos votando a proposição por essa razão. Não tenha dúvida V. Ex^a de que é por isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Solicito às Sr^{as} e aos Srs. Senadores a maior brevidade possível, uma vez que há outras matérias a serem votadas, além de reuniões de Comissões que estão marcadas.

Concedo a palavra ao eminente Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito breve. Não poderia registrar o meu voto sem antes manifestar o meu entendimento sobre a matéria. Tenho refletido sobre a suplência de Senador e sempre me embaraço em alguma dificuldade, como tenho dificuldade agora em apreciar esta matéria, porque vejo que aqui não se exaure nenhuma daquelas circunstâncias que têm contaminado a suplência de Senador da República. Não há dúvidas de que essa matéria poderia ter tramitado conjuntamente com todas as demais para que aqui pudéssemos escolher o melhor.

Sr. Presidente, não tenho dúvida de que, de tudo o que vi, entendo que o cargo de Senador da República deva ser exercido sim por aquele que obtiver voto popular. Aí a minha discórdância em dar uma solução apenas parcial ao problema. Veria eu com melhores olhos, no sentido da minha visão, a idéia de que suplente, em caso de vacância ou na hipótese de impedimento do exercício do cargo, fosse aquele votado na escala subsequente da queles candidatos que fossem eleitos ou do candidato eleito, quando a renovação é de um terço.

Sr. Presidente, por isso, no meu entender, melhor seria para o Senado da República e para o País que pudéssemos examinar esta matéria em conjunto. Então, sim, poderíamos decidir de maneira mais adequada e oportuna.

Não me engajo em uma visão estritamente moralista. Não é este o meu propósito como Senador, mas, sim, o de dispor normas de caráter definitivo, que realmente possam aprimorar a questão da suplência de Senador.

Era por isso, Sr. Presidente, que a minha posição caminhava pela abstenção, porque não via eu uma solução, mas apenas um início de solução, embora fosse uma preocupação válida da autora, Senadora Marina Silva. Não há dúvidas de que há aqui uma preocupação ética, mas eu gostaria de dar uma solução de caráter político, em definitivo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Relator, Senador Jefferson Peres, último orador, encerrando, assim, o período de encaminhamento da votação.

O SR. JEFFERSON PERES (Bloco/PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na condição de Relator, dei parecer favorável, conquanto reconheça que não é essa a questão fulcral da suplência. Não creio ser um pecado grave escolher um parente como suplente. Talvez seja um pecado venial. O problema é a ilegitimidade do suplente que não teve voto.

Não me parece que as supostas soluções propostas hoje, neste plenário, realmente resolvam o problema, que existe. Vejamos, por exemplo, as sugestões feitas pelo eminente Senador Sebastião Rocha, ratificada pelo Senador Amir Lando de acordo com o mais votado ser o sucessor.

Ora, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vejam a aberração que poderia acontecer. O Senador, em disputa com outro, é eleito, derrota o outro, que é seu adversário. Se ele vier a falecer, o Senador será aquele que o eleitorado rejeitou. Segundo – agora vou fazer humor negro, Senador Hugo Napoleão, se eu amanhã for eleito contra outro que é meu adversá-

rio, meu inimigo e facinoroso, ele manda me matar e assume o meu lugar.

Sr. Presidente, os Senadores correm um grande risco de enfrentar adversários de maus bofes se essa solução vingar. A outra solução apontada, que é a de o suplente ser votado, além de ser muito complicado, o eleitor teria muitos nomes para votar, ainda poderia criar um problema também aberrante: um suplente de muito prestígio ter mais votos que o titular, e o mandado do titular passaria a ser, de certa forma, ilegítimo por que ele foi menos votado que o seu suplente.

Creio que a solução para este problema está em emenda já em tramitação neste Senado, que é manter-se o sistema atual de escolha de suplente, dando-se, em primeiro lugar, ampla publicidade ao suplente; segundo, que o suplente seja substituto, mas não sucessor – essa é a questão principal. O suplente substituiria o titular em caso de licença; mas, na vacância, o suplente assumiria até a realização de eleição, que ocorreria noventa dias depois do surgimento da vaga. Não me parece haver outra solução para a questão. Dessa forma, pouco importaria se o suplente fosse ou não parente do titular. Havendo publicidade e não sendo sucessor, não haveria o menor inconveniente em ser parente.

No regime atual, Sr. Presidente, creio que não resolveria o problema, mas seria um avanço se acolhêssemos o projeto da Senadora Marina Silva e proibíssemos a escolha de parentes como suplentes.

Era o que tinha a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, declaro encerrado o encaminhamento da votação.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 288, inciso III, letra a do Regimento Interno, a matéria depende do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa para sua aprovação, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Por essa razão, com vozes das Sr^{as} e os Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes para que venham ao plenário exercer o direito de voto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Votaram SIM 38 Senadores; e NÃO 20 Senadores.

Houve 08 abstenções.

Total: 66 votos.

A matéria foi rejeitada e vai ao Arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 190, DE 1999
COMPLEMENTAR



Senado Federal

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, DE 1999 - COMPLEMENTAR

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 (LEI DE INELEGIBILIDADE), PARA VEDAR O REGISTRO, COMO SUPLENTE DE CANDIDATO A SENADOR, DE PARENTES DESDE ATÉ O SEGUNDO GRAU

Nº Sessão: 1 Nº vot.: 1 Data Início: 17/10/2001 Hora Início: 17:31:09
Sessão Data: 17/10/2001 Hora: 14:30 Data Fim: 17/10/2001 Hora Fim: 17:36:34

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSB	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	BL-PSDB	SP	PEDRO PIVA	ABST
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO	PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
BL-PDT	PR	ALVARO DIAS	SIM	BL-PSDB	ES	RICARDO SANTOS	SIM
PMDB	RO	AMIR LAMDO	ABST	BL-PPS	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS JUNIOR	NÃO	PMDB	PIR	ROBERTO REQUIAO	NÃO
FSE	SE	ANTONIO CARLOS VALADARES	SIM	PSB	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PTB	MG	ARLINDO PORTO	SIM	BL-PSDB	RR	ROMERO JUCA	ABST
BL-PSDB	RJ	ARTUR DA FÁVOLA	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PFL	MA	BELLO PARGA	NÃO	BL-PDT	AP	SEBASTIAO ROCHA	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	NÃO	PMDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	BL-PT	AC	TIAO VIANA	SIM
PTB	TO	CARLOS PATROCINIO	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	NÃO
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM	PMDB	PB	WELINGTON ROBERTO	NÃO
PFL	MA	EDSON LOBÃO	NÃO				
BL-PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	ABST				
BL-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
BL-PT	RS	EMILIA FERNANDES	SIM				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	ABST				
BL-PPB	RO	FERNANDO MATUSALÉM	ABST				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
BL-PSDB	PI	FREITAS NETO	SIM				
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	NÃO				
BL-PT	RJ	GERALDO CÂNDIDO	SIM				
BL-PSDB	RN	GERALDO MELO	ABST				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	NÃO				
BL-PT	AL	HELOISA HELENA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEAO	NÃO				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	SIM				
BL-PDT	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO				
PL	MG	JOSÉ ALENCAR	SIM				
BL-PT	SE	JOSE EDUARDO DUTRA	SIM				
BL-PPS	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
BL-PDT	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PFL	DF	LINDBERG CURY	SIM				
BL-PSDB	CE	LUCIO ALCANTARA	ABST				
BL-PSDB	MS	LUDIO COELHO	NÃO				
BL-PPB	PA	LUIZ OTAVIO	SIM				
BL-PSDB	CE	LUIZ PONTES	SIM				
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM				
PFL	SE	MARIA DA S CARVO ALVES	SIM				
BL-PT	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCY PINTO	NÃO				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	NÃO				
PMDB	AC	NABOR JUNIOR	NÃO				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO				
BL-PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM				
PFL	BA	PAULO SOUZO	NÃO				

Pres J. RAMEZ TEBET

1º Sec.

2º Sec.

3º Sec.

4º Sec.

Operador: HÉLIO F. LIMA

Votos SIM: 38

Votos NÃO: 20

Votos ABST: 8

Total: 66

Em sessão em 17/10/2001 - 17:36:34

Altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea c.

“Art. 1º

V –

c) como suplentes o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, de senador ou candidato a senador.

Art. 2º Esta lei entra vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 2:

PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 1999
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal (desapropriação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo), tendo

Pareceres sob nº 755 e 1.098, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma, 1º pronunciamento: favorável à proposta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): pela rejeição.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão deliberativa do dia 05 de setembro último com a apresentação de uma emenda.

Passa-se à votação, em primeiro turno.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, II, do Regimento Interno, a matéria depende para sua aprovação do voto favorável do voto de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar suas Bancadas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, a Liderança do Bloco de Oposi-

ção recomenda o voto “sim” e parabenaiza o autor, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro recomenda o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PSDB? (Pausa.)

Como vota o PFL?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, nos termos do parecer do Relator, Senador Romeu Tuma, o PFL concorda com a aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PMDB?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, o PMDB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PSDB?

O SR. GERALDO MELO (Bloco/PSDB – RN) – Sr. Presidente, o PSDB também concorda com a aprovação da emenda, mas libera o voto da Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como vota o PTB?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PTB – TO) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Mesa esclarece às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que há ou tras matérias com votação nominal em seguida.

Os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB – CE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comunico ao Plenário que os convidados já se encontram no recinto da Comissão onde haverá reunião conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Assuntos Econômicos com o Ministro Celso Lafer, o empresário Horácio Lafer Piva e o representante da Central Única dos Trabalhadores, para tratarem do assunto Alca – Área de Livre Comércio das Américas. Os convidados já se encontram no local há muito tempo. Assim sendo, lembro aos Membros das Comissões que teremos de nos deslocar até lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita reforçar o convite do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Lúcio Alcântara. Em verdade, trata-se de uma discussão de grande relevân-

[illegible]

Considero correta a posição do Senador Juvêncio, mas sou contra por que no caso dos planos de drogas, para desapropriação, a Justiça lutou muito até que se mudasse esse texto. Porque o arrendatário passa a

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência faz um apelo aos Líderes para que convoquem os seus liderados, a fim de que exerçam o seu direito de voto. (Pausa.)

A emenda foi rejeitada.

[illegible]

Amatéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação para o segundo turno.

É a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA Nº 1-PLEN

Acrescente-se o seguinte parágrafo 2º à PEC nº 57, de 1999:

§ 2º Nos casos de arrendamento, os proprietários rurais ficam excluídos das sanções previstas neste artigo, relacionadas com o trabalho escravo explorado pelo arrendatário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre a mesa, parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, oferecendo a redação para o segundo turno, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 1.165, DE 2001

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apresenta a redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57 de 1999, que dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal, com alterações redacionais para adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Sala de Reuniões da Comissão, 17 de outubro de 2001.

ANEXO AO PARECER Nº 1.165, DE 2001

Redação, para o segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1999.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº, DE 2001

Dá nova redação ao art. 243 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 243 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243. As glebas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas à Reforma Agrária, com o assentamento prioritário aos colonos que já trabalhavam na respectiva gleba, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e da exploração de trabalho escravo será confiscado e se revertará, conforme o caso, em benefício de instituições e pessoal especializado no tratamento e recuperação de viciados, no assentamento dos colonos que foram escravizados, no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão ao crime de tráfico ou do trabalho escravo." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A matéria constará da Ordem do Dia oportunamente para o segundo turno constitucional, obedecido o interstício regimental.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência, não havendo objeção do Plenário, inclui como itens nºs 3, 4 e 5 da pauta de hoje as Mensagens nºs 193/2001, 200/2001 e 213/2001, respectivamente, relativas à escolha de chefes de missão diplomática.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Por um equívoco de digitação, ao invés de ter votado "sim",

votei "não" na emenda anterior. Gostaria que a correção fosse feita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Ata registrará a solicitação de V.Ex^a, sem alteração do resultado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, estava conversando com o eminente Deputado Pauderney Avelino e cometi um equívoco. Já havia dito ao Senador Ademir Andrade que meu voto seria acompanhando S. Ex^a. Não sei se o resultado será alterado, mas ficarei tranqüilo com minha consciência. Trata-se de um equívoco material e, portanto, é suscetível de ser reparado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra, Senador Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que não consegui chegar a tempo para participar da votação e por isso peço a Ata que registre o meu voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 3:

MENSAGEM Nº 193, DE 2001

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 193, de 2001 (nº 850/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Ney do Prado Dieguez, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à Re-

pública Cooperativista da Guiana, exercer a de Embaixador do Brasil junto à Granada.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.166, DE 2001–CRE :

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Ney do Prado Dieguez obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 12 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 4:

MENSAGEM Nº 200, DE 2001

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Lúdio Coelho, sobre a Mensagem nº 200, de 2001 (nº 944/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Pedro Luiz Carneiro de Mendonça, Ministro de Segunda Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer a de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suazilândia.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros, para a leitura do parecer

PARECER Nº 1.167, DE 2001–CRE :

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Pedro Luiz Carneiro de Mendonça obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 15 votos

favoráveis e nenhum voto contrário, nulo e abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação secreta por sobrecartas.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 5:

MENSAGEM Nº 213, DE 2001

Escolha de Chefe de Missão Diplomática
(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário.)

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Iris Rezende, sobre a Mensagem nº 213, de 2001 (nº 1.010/2001, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor José Artur Denot Medeiros, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Concedo a palavra ao Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Antero Paes de Barros, para a leitura do parecer.

PARECER Nº 1.168, DE 2001–CRE:

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (Bloco/PSDB – MT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. José Artur Denot Medeiros obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 15 votos favoráveis e nenhum voto contrário, nulo e abstenção; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

De acordo com o disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, a votação deve ser procedida por escrutínio secreto. Os votos e as sobrecartas encontram-se à disposição das Sr^{as} e Sr^s Se-

nadores na cabine indevassável e há três urnas em frente à mesa, identificadas com os nomes dos indicados, onde as mesmas deverão ser depositadas.

As Sr^{as} e os Sr^s Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação secreta por sobrecartas.)

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o eminente Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a se dignasse a mandar registrar na Ata o meu voto contrário na votação anterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto não se encerra o processo de votação, peço a atenção da Casa para uma comunicação que recebi do Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves.

S. Ex^a acabou de me telefonar comunicando que tomou a decisão de anular a votação que concedia 13º salário aos aposentados e pensionistas, bem como aumentava seus subsídios. Cumpro o dever de transmitir à Casa a decisão do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aécio Neves.

É a seguinte a decisão a que se refere o Sr. Presidente:

QUESTÕES DE ORDEM ACERCA DA VOTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1999-CN

Senhores Deputados,

Na Sessão de ontem, foram formuladas diversas questões de ordem acerca da votação da Emenda do Senado Federal ao Projeto de Resolução nº 1, de 1999–CN.

Permito-me aqui sintetizar os principais argumentos levantados no sentido de se desconstituir a votação ocorrida no Plenário da Câmara dos Deputados na Sessão Extraordinária do último dia 10 de outubro.

O Senhor Deputado Rubens Bueno, em sua questão de ordem argüi a nulidade da votação do requerimento de urgência para o projeto de resolução por descumprimento do disposto no inciso I do

art. 186, isto é, pelo fato de a votação ter sido procedida pelo processo simbólico, quando a matéria exige quorum especial de maioria absoluta e, portanto, votação nominal.

O Deputado Professor Luizinho, em sua argumentação, aponta inconstitucionalidade formal do projeto por entender que a matéria nele contida deveria ser objeto de lei, e não de resolução do Congresso Nacional.

Por sua vez, o Deputado Miro Teixeira entende que o projeto não poderia ter sido apreciado naquela Sessão Extraordinária pelo fato de ele não constar da pauta anunciada na convocação da sessão.

Em sua intervenção, o Líder Inocêncio Oliveira mencionou, ainda, o fato de a sessão ter ultrapassado sem prorrogação as dezenove horas e ter sido o projeto votado na mesma sessão em que foi aprovada a urgência.

Examinando a tramitação e o teor do Projeto de Resolução nº 1, de 1999-CN, e considerando as questões de ordem formuladas pelos Deputados Rubens Bueno, Professor Luizinho, Inocêncio Oliveira e Miro Teixeira, a Presidência observa que, a par das razões regimentais invocadas, há um ponto que merece especial atenção.

Trata-se do fato de que, embora a Lei nº 9.506, de 1997, que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas preveja, em seu art. 14, sua regulamentação por resolução do Congresso Nacional, estabeleceu para isso o prazo de sessenta dias, que não foi observado quando da propositura do presente projeto.

Estaria, assim, preclusa a oportunidade de regulamentar a lei por meio de resolução, remanescendo a competência privativa genérica do Presidente da República inscrito no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal.

Além disso, o projeto em causa, aparentemente, extrapola os limites da mera regulamentação, estendendo e criando benefícios, o que tornaria, em tese, ilegal e inconstitucional a resolução dele resultante, já que tais efeitos só poderiam ser alcançados via de lei.

Assim, considerando que não foi observado o prazo previsto no art. 14 da Lei nº 9.506, de 1997, para regulamentação por resolução do Congresso Nacional e, ainda, que, em seu conteúdo, o projeto amplia direitos, incluindo novos beneficiários e instituindo novos benefícios, o que apenas poderia ser

feito por meio de lei, a Presidência entende estar elevada, desde o início, a tramitação da matéria de vício formal incontornável.

Em consequência, dando, nestes termos, provimento às questões de ordem formuladas, decido tornar sem efeito a deliberação sobre a emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1, de 1999-CN, ocorrida na Sessão Extraordinária do dia 10 de outubro de 2001, inclusive quanto aos pareceres oferecidos, determinando o envio da matéria às Comissões para oferecimento de pareceres e, especialmente, para que a Comissão de Constituição e Justiça também se pronuncie acerca dos vícios apontados.

Tendo, em vista, no entanto, tratar-se da desconstituição de uma deliberação do Plenário da Câmara, em que pese terem se manifestado nesse sentido praticamente a unanimidade dos Senhores Líderes, submeto a presente decisão, neste momento, ao referendo do Plenário. Aécio Neves.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª falará sobre a votação?

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR) – Não, falarei sobre a informação que V. Exª acaba de prestar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concederei a palavra, porque acredito ser um direito de V. Exª, já que me pronunciei durante a votação.

O SR. OSMAR DIAS (Bloco/PDT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui Relator aqui no Senado Federal, da matéria que extinguiu o IPC.

Quando ofereci meu relatório, aprovado por unanimidade aqui no Senado Federal, propondo a extinção do IPC, portanto, a aposentadoria por meio do antigo Instituto Parlamentar de Previdência que tínhamos no Congresso Nacional, propus a extinção da aposentadoria proporcional, que também foi aprovada pela totalidade dos Srs. Senadores. Eu mesmo, que sou Senador de primeiro mandato, jamais me aposentarei como Parlamentar. Proferi o parecer consciente de que estava, no caso, excluindo-me dessa possibilidade.

A sociedade brasileira e a mídia têm razão em entender que era indecente a concessão do benefício do 13º salário e o aumento das aposentadorias, porque ele não é devido aos Parlamentares que se aposentam. Portanto, congratulo-me com o Presi-

dente da Câmara, Deputado Aécio Neves, por haver tomado essa decisão, que é moralizadora e que corrige uma injustiça, aliás, uma indecência que seria praticada com a concessão do 13º salário para os aposentados e pensionistas do antigo IPC.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência vai solicitar da Secretaria que providencie uma cópia da questão de ordem a respeito do assunto que acabamos de receber da Câmara para ser distribuída aos Srs. Senadores.

Peço que tragam as urnas para que a Presidência possa exercer o direito de voto.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra, Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço a palavra apenas para fazer uma comunicação à Casa. Ficamos muito diminuídos com a atitude do Ministro da Educação. Uma comissão, presidida pelo Presidente da Comissão de Educação desta Casa, marcou reunião com o Sr. Ministro para discutir a greve corrente. No último momento, S. Exª nos descartou, colocando para nos atender um funcionário de terceiro escalão, possivelmente um técnico de altíssima qualidade; mas, pela representatividade política do Sr. Ministro, foi um desrespeito dele a esta Casa e a nós Senadores. Ainda mais, Senador Ramez Tebet, porque V. Exª tem liderado, aqui nesta Casa, um forte apelo para que o Ministro da Educação assuma o diálogo com os grevistas.

Deixo registrado aqui o meu repúdio ao Sr. Ministro da Educação. Se S. Exª não tem condições de abrir um diálogo, que renuncie ao seu mandato, por não conseguir estabelecer o entendimento. Milhares de estudantes esperam esse acordo, o diálogo, que deve ser algo muito natural para um professor. E o Sr. Ministro, como foi professor, reitor, deveria dar o exemplo do diálogo, da conversa, do entendimento, sobretudo porque recebeu de V. Exª, Sr. Presidente, o apelo desta Casa para retomar o diálogo. Lamento profundamente. Nunca fiz uma manifestação dessa forma, mas o Sr. Ministro da Educação extrapolou os limites. Possivelmente, tomou uma posição de semideus, quase trancado no seu Ministério.

Faço este registro para que conste dos Anais da Casa o desrespeito de um Ministro da Educação para com o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Mauro Miranda, a indignação de V. Exª é de toda a Casa, uma vez que qualquer comissão composta pelos Srs. Senadores, no meu entendimento, deveria ter a acolhida de S. Exª, o Ministro da Educação. Acho que V. Exª, ao se manifestar, representou a Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, declaro encerrada a votação.

Convido os eminentes Senadores Antero Paes de Barros, Tião Viana e Leomar Quintanilha, por gentileza, para a contagem dos votos. (Pausa.)

Não estando presente o Senador Leomar Quintanilha, convido o Senador Romeu Tuma para auxiliar na contagem dos votos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, toda a Nação sofreu a morte do Governador Mário Covas. Nesta Casa como na Câmara dos Deputados, foram inúmeros os pronunciamentos de pesar pelo falecimento. E aprovou-se moção para homenagear a memória de Mário Covas em uma sessão solene no Congresso Nacional, que se realizaria no dia 16 de maio. No dia 15 de maio, a viúva, os familiares do Governador e muitos convidados, inclusive pela Mesa do Congresso, vieram para cá. Todavia, Sr. Presidente, a sessão não se realizou por questões internas. Dizia-se que Parlamentares da Oposição se valeriam da sessão solene para criticar o Governo.

Sr. Presidente, estou fazendo um requerimento porque penso que V. Exª deve marcar uma sessão solene no Congresso Nacional em homenagem póstuma ao Governador Mário Covas. Não é crível que tenha sido votada uma moção, que tenha sido marcada a data, e que a sessão solene não tenha se realizado. A Srª Lila estava aqui, veio para a sessão solene, e até agora não se fez nada.

Sr. Presidente, faço um apelo. Passarei o requerimento, por escrito, a V. Exª para que, em comum acordo com o Presidente da outra Casa, mar-

que a sessão solene que já foi votada, já foi aprovada, mas ainda não ocorreu.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, é sobre o mesmo assunto?

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Exatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL). Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, consultei o Senador Pedro Simon se eu tinha escutado bem o argumento que S. Ex^a apresentava, de que a sessão não se realizou em função de que havia Parlamentares da Oposição que iriam fazer críticas ao Governo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Houve comentários de que a razão para se suspender a sessão teria sido essa.

A SR^a HELOÍSA HELENA (Bloco/PT – AL) – Pronto. Se houve esses comentários, foram mentirosos. E uso o adjetivo com muita precisão para evitar qualquer consideração posterior.

É de fundamental importância, em nome do restabelecimento da verdade, que as pessoas que inviabilizaram a realização da sessão inventem outra história ou apresentem o argumento correto e não esse argumento desqualificado e mentiroso, de atribuir à Oposição a suposta crítica em relação a uma sessão especial para homenagear Mário Covas.

A Oposição não participou de nada, não fez nenhum comentário contrário. Portanto, ou digam a verdade ou arranjem outra desculpa, mas não envolvam a Oposição em nenhuma consideração que falte com a verdade como essa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Realmente, Senador Pedro Simon, é gravíssima a injustiça cometida pelo Congresso Nacional por ainda não ter realizado sessão em homenagem à memória desse grande brasileiro que foi Mário Covas. Acolho a questão de ordem do Senador Pedro Simon e determino à Secretaria que, por gentileza, lembre à Presidência, amanhã mesmo, a fim de que, em entendimento com a Presidência da

Câmara dos Deputados, marque o dia para essa sessão solene.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR). Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer dois registros rápidos. O primeiro é do ofício que recebi do Ministro Paulo Renato Souza, descrevendo o esforço feito a fim de buscar o entendimento para solução da greve das universidades e das escolas técnicas. É importante essa busca. Tenho defendido no âmbito do Governo o diálogo para buscar esse entendimento rapidamente, a fim de que não haja prejuízo nem para os servidores nem para os alunos nem para aqueles que deverão fazer vestibular no final deste ano. No ofício, o Ministro Paulo Renato relata as conquistas do Ministério da Educação e a questão do reajuste dos servidores dado desde o início do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, a transcrição desse ofício relatando os esforços para o entendimento.

Também apresento um requerimento de pesar, registrando o falecimento do ex-Governador de Roraima, Fernando Ramos Pereira, que governou Roraima de 1974 a 1979. Como Coronel da Reserva da Aeronáutica, Ramos Pereira era um homem bom, honesto e dos Governadores militares indicados para administrar o ex-Território foi um dos que teve maior visão de Governo gerando as bases do desenvolvimento do então Território. Essa perda é sentida em todo o Estado de Roraima. Quero, como Senador do Estado, reverenciar a memória de S. Ex^a e apresentar as condolências a toda família.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE REFERE O SR.
SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.

PUBLICAR NA ÍNTEGRA

Brasília, 10 de outubro de 2001.

Senhores Parlamentares,

Quero em primeiro lugar reiterar meu reconhecimento pelos esforços que os parlamentares têm desenvolvido no sentido de mediar uma solução para o problema da greve que afeta as Instituições Federais de Ensino. Reafirmo a disposição do Governo, através do MEC, de manter permanentemente abertos os canais de negociação e entendimento com as entidades representativas dos professores e servidores, como demonstram cabalmente os fatos abaixo mencionados. Não pode o Ministério deixar de cumprir as suas responsabilidades na defesa do interesse dos alunos atuais e futuros e da própria integridade da universidade pública no seu relevante papel social.

1. A remuneração dos professores universitários federais teve aumento em julho de 1998 e novamente em janeiro de 2000 quando foi criada e posteriormente reajustada a GED, Gratificação de Estímulo à Docência. No total o reajuste na remuneração chegou a até 62,5%, dependendo da titulação e do desempenho do professor. Os funcionários das universidades tiveram, em julho de 1998, incorporados administrativamente os 28,5% de reajustes concedidos pelo STF a alguns servidores e em junho de 2001, medida provisória criou a Gratificação de Desempenho em Atividade Técnico-administrativa Educacional (GDAE), que aumenta a remuneração dos servidores em até 23%, dependendo do nível. Se plenamente implementada a Medida Provisória poderia estender esses ganhos para até 44%, dependendo da avaliação do servidor e de seu nível.

2. O Ministério da Educação tem mantido atitude de permanente diálogo e negociação com os sindicatos e entidades vinculadas às Universidades e Escolas Técnicas. O Sindicato dos Funcionários (FASUBRA) foi recebido em reuniões de negociação mais de uma dezena de vezes por dirigentes do MEC, sendo que em três ocasiões pelo próprio Ministro. O Sindicato dos Professores (ANDES) entrou na greve sem ter solicitado qualquer audiência ou reunião de negociação nos seis meses anteriores. No dia 28 de agosto solicitou sua primeira reunião tendo sido recebido no dia 13 de setembro pela Secretária da SESU e no dia 26 de setembro pelo próprio Ministro, juntamente com a FASUBRA e demais entidades e parlamentares. Nesta reunião ficou decidida a criação de várias comissões para encaminhar os vários pontos de negociação.

3. No dia 27 de setembro o Ministro apresentou proposta através dos Reitores que atendia à principal reivindicação do ANDES formulada na reunião do dia anterior: uma alternativa de contratação futura de professores e funcionários dentro das normas do Regime Jurídico Único. O ANDES recusou-se a sequer formar as comissões decididas na reunião, alegando que o fazia em protesto pela retenção dos salários por parte do MEC.



4. No mesmo dia 27 o Ministro reuniu-se novamente com a FASUBRA e apresentou uma proposta para atender à principal reivindicação dos servidores apresentada na reunião do dia anterior: a incorporação da GAE – Grauficação de Atividade Executiva. A proposta foi rechaçada pela FASUBRA. No dia 1º de outubro o Ministro voltou a reunir-se com a FASUBRA e apresentou nova proposta corrigindo exatamente todos os pontos criticados pela FASUBRA na proposta anterior. Apesar da insistência do Ministério em receber uma resposta, a entidade não solicitou nova reunião até o dia de hoje (10 de outubro).

5. Representantes das entidades, especialmente do ANDES, declararam reiteradamente na imprensa que um dos objetivos do movimento era cancelar o semestre e suspender o vestibular do próximo ano. Este tema não foi levantado pelas entidades na reunião do dia 26. Instigados pelos sindicatos, alguns conselhos universitários tomaram medidas neste sentido.


6. Visando a garantir o cumprimento do semestre letivo e a realização dos processos seletivos de novos alunos para o primeiro semestre de 2002, o MEC decidiu reter o pagamento dos professores e funcionários que não trabalharam no mês de setembro. Esta medida teve um caráter administrativo e atendia a todos os preceitos legais vigentes. Não foi objeto da reunião do dia 26 de setembro por ser matéria administrativa e não de negociação. As aposentadorias e pensões foram pagas normalmente e o MEC repassou às Universidades os recursos para o pagamento dos funcionários que trabalharam, especialmente os Hospitais Universitários.

7. O ANDES entrou com pedido de liminar no STJ solicitando a garantia do pagamento dos salários até o final do ano de 2001. O Ministro relator concedeu parcialmente, determinando o pagamento do mês de setembro. A Advocacia Geral da União recorreu ao Supremo, alegando basicamente a ilegalidade da greve, o prejuízo à sociedade e o cumprimento dos dispositivos legais que impediam o pagamento sem que tivesse havido a prestação dos serviços. O Supremo acolheu a representação da AGU suspendendo a liminar concedida pelo STJ. A iniciativa do ANDES de recorrer ao Judiciário, portanto, impede hoje qualquer ação do Ministério em relação ao pagamento sem a retomada das aulas, um plano de reposição do semestre e garantia de realização do vestibular 2002.

Coloco-me à inteira disposição das lideranças parlamentares, dos reitores e dos sindicatos para o recebimento de propostas que visem a superar o problema no menor tempo possível.

Sem outro particular, reitero meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente


PAULO RENATO SOUZA
Ministro da Educação

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência continua aguardando a apuração dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência comunicará o resultado das votações por ordem.

O nome do Sr. Ney do Prado Dieguez foi aprovado.

Votaram SIM 53 Srs. Senadores; e NÃO 7 Srs. Senadores.

Houve 1 abstenção.

Total: de votos: 61.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O nome do Sr. Pedro Luiz Carneiro de Mendonça também foi aprovado.

Votaram SIM 55 Srs. Senadores; e NÃO 8 Srs. Senadores.

Houve 1 abstenção.

Total de votos: 64.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O nome do Sr. José Artur Denot Medeiros também foi aprovado.

Votaram SIM 52 Srs. Senadores; e NÃO 7 Srs. Senadores.

Houve: 1 abstenção.

Total de votos: 60.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 6:

REQUERIMENTO Nº 501, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 501, de 2001, do Senador Moreira Mendes, solicitando, nos termos regimentais, seja formulada consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da apreciação em caráter terminativo pela Comissão de Educação dos projetos de decreto legislativo referentes à outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de imagens e sons.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do último dia 25 de setembro, quando teve sua votação adiada para hoje.

Em votação o requerimento, em turno único.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 7:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2000

Discussão, em primeiro turno, do Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000, que altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal e inclui o cirurgião-dentista na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados, tendo

Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas ordinárias, em fase de discussão, em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado Federal.

Transcorre hoje o quarto dia de discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão prosseguirá na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 8:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2001

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que acrescenta o § 3º ao art. 50 da Constituição Federal e dispõe sobre o acesso a informações e documentos sigilosos, tendo

Parecer favorável, sob nº 972, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves. Nos termos da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, substitutivo que oferece.

Transcorre hoje o segundo dia de discussão.

Em discussão a proposta e o substitutivo, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão prosseguirá na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 9:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2001, que outorga concessão à Fundação de Fátima para exercer serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Osasco, São Paulo, tendo parecer favorável do eminente Senador Sebastião Rocha, da Comissão de Educação.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 221, DE 2001

(Nº 985/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação de Fátima para executar serviço de radiodifusão e de sons e imagens na cidade de Osasco, Estado da São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 8 de novembro de 2000, que outorga concessão à Fundação de Fátima para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Item 10:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 293, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2001, que outorga concessão à Fundação Stênio Congro, para executar serviços de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Tem parecer favorável da Comissão de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 293, DE 2001

(Nº 1.037/2001, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que Outorga concessão à Fundação Stênio Congro para executar serviço de radiodifusão e de sons e imagens na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 9 de janeiro de 2001, que outorga concessão à Fundação Stênio Congro para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Três Lagoas, Estado de Mato Grosso do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, pelo tempo restante da sessão.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e nobres Colegas, quero apenas fazer uma comunicação que entendo oportuna.

Na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais, debatemos um assunto que, acredito, ajudará o Brasil a minimizar um problema social relativo aos pequenos, aos menores, às crianças abandonadas. Apresentei um projeto a esta Casa e tive a honra de, nos últimos dias, debatê-lo naquela Comissão e estamos na iminência de votá-lo. A Relatora da proposta, a eminente Senadora Marina Silva, já está com o relatório pronto, que só não foi aprovado hoje porque S.Ex^a não pôde comparecer para fazer sua exposição. Certamente será apreciado na próxima semana, inclusive com algumas propostas de emendas que visam aperfeiçoá-lo.

Atualmente, muitas mulheres, por diversas razões, não podem biologicamente ter filhos. Essa proposta prevê que mães possam adotar crianças. Hoje, pela legislação em vigor, a mãe natural tem direito à licença-maternidade de por até 120 dias. A nossa proposta prevê que as mães adotivas tenham os mesmos benefícios, os mesmos direitos. Ao adotar uma criança de até cinco anos, ela terá o mesmo direito que a mãe natural à licença-maternidade, a fim de emprestar a mesma solidariedade, o mesmo ensinamento e o mesmo carinho da mãe natural, nos primeiros momentos de convivência com a criança. O registro de nascimento de uma criança não faz distinção se o nascimento é natural ou não, se é de pai natural ou não. A Constituição brasileira não estabelece distinção, dá os mesmos direitos a quem quer que seja. Com essa proposta, vamos fazer com que a mãe, mesmo não sendo natural, tenha direito à licença-maternidade, para que possa dar atenção à criança. Ao mesmo tempo em que concederemos a muitas mães trabalhadoras o direito à adoção e à licença-maternidade, iremos minimizar o problema social de milhares de crianças abandonadas que não têm pai, mãe, um teto, uma família onde possam encontrar regaço. Dessa forma, sem dúvida alguma, ajudaremos a socorrer milhares de crianças Brasileiras.

Parece-me que, na próxima semana, encontraremos um denominador. Segundo nossa proposta, se for o caso de adoção de uma criança acima de cinco anos, a mãe que a adotar e a trazer para formar uma família terá não cento e vinte dias, mas até trinta dias da licença-maternidade, a fim de que haja o convívio, a aproximação.

Então, Sr. Presidente, estamos na iminência de encontrar uma saída para minorar esse problema que existe no Brasil. Muitas mulheres que gostariam de adotar, de trazer alguém para o seu regaço para formar uma família terão direito à licença-maternidade como se mãe natural fosse. Assim, resolveremos dois assuntos: o de satisfazer a vontade de formar uma família e de minorar o problema social das crianças abandonadas no Brasil.

Essa é a comunicação de relevância que faço a meus Colegas e ao Brasil inteiro. Essas práticas são adotadas em outros países e a Constituição brasileira não prevê mais distinção dessa ou daquela ordem. Parece-me uma questão de justiça para a qual o Congresso está indo ao encontro.

É a comunicação que faço, neste momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Carlos Bezerra, Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá e Antonio Carlos Valadares enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}. serão atendidos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Brasil é um país curioso. Aqui, por exemplo, certas leis não pegam. O que significa isso, na prática? Significa que quem tem a responsabilidade de fazer cumprir a lei não cumpre essa obrigação. Refiro-me, obviamente, ao Poder Executivo, a quem cabe o que, em inglês, se chama *law enforcement*, expressão sem paralelo no nosso idioma, que significa fazer com que as leis aprovadas pelo Parlamento sejam cumpridas pelo cidadão comum.

A Lei n.º 9974, de 2000, por exemplo, sancionada em junho do ano passado, deveria ter começado a ser aplicada no início deste ano, ordeando o recolhimento adequado das embalagens de produtos agrotóxicos. Não foi. O Governo Federal adiou a sua aplicação para 31 de maio. Depois, postergou novamente a sua efetiva vigência para 31 de maio do próximo ano, alegando a necessidade de dar mais prazo aos governos estaduais e ao setor produtivo para se estruturarem com vista ao cumprimento das normas de segurança e de proteção ao meio ambiente previstas.

Na verdade, o que parece é que, segundo informação do jornal *Gazeta Mercantil*, o Governo não fez o dever de casa. Ainda não concluiu o texto do Decreto que deverá regulamentar as Leis n.º 9974, de 2000, e n.º 7802, de 1989, a legislação atual e moderna que o Congresso brasileiro criou sobre os agrotóxicos e a disposição de suas embalagens. E, não tendo cumprido o seu papel, prorrogou, por vias oblíquas, de maneira espúria, um prazo estabelecido em lei, que, rigorosamente, só pode ser alterado por uma nova lei, não pela vontade do governante no exercício do poder.

Mas, como eu disse no início deste pronunciamento, o Brasil é um país curioso... Tão curioso que uma lei que trata de assunto de tal gravidade tem a sua efetiva vigência postergada pela autoridade que deveria se empenhar para garantir o seu cumprimento, com a maior urgência e seriedade, com todos os prazos nela determinados. Tão curioso que a autoridade que deveria zelar pelo cumprimento da lei é a primeira a descumpri-la.

Refiro-me à letalidade decorrente do manuseio incorreto de agrotóxicos e de suas embalagens. Da-

dos do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas, do Ministério da Saúde, revelam que, do total de intoxicações humanas ocorridas em 1997, apenas 7,3% foram devidas a agrotóxicos. Entretanto, esses poucos 7,3% foram responsáveis por nada menos que 33,84% do total de óbitos por intoxicação naquele ano.

Segundo a Gazeta Mercantil de 1º de agosto passado, dados da Fundação Oswaldo Cruz apontam 4,1 mil casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil, em 1999. Mas algumas Organizações Não-Governamentais contestam esse número. Segundo uma fonte da AS-PTA, entidade voltada para o desenvolvimento da agricultura, a Organização Mundial de Saúde estima 300 mil casos por ano no Brasil.

Ainda que alguns números sejam discutidos, como se vê, estamos lidando com assunto de alta periculosidade. E, a propósito, quero lembrar aqui o argumento do saudoso Governador Mário Covas que iluminou esta Casa com suas idéias ao se posicionar em relação à pena de morte. Dizia Covas que um único erro judiciário, que levasse à morte um só inocente, era suficiente para que ele fosse contrário à adoção dessa forma de punição em nosso País.

Eu digo, Sr. Presidente, que uma única morte no campo, em decorrência da não aplicação imediata dessa legislação, é suficiente para que eu me insurja contra o adiamento que fez o Governo Federal. Isso sem contar todos os demais prejuízos pela demora na implementação da lei.

Digo mais, que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso está a dever boas explicações ao Congresso Nacional por não ter obedecido à lei que aqui foi votada por Deputados e Senadores, seriamente intencionados a proteger a saúde e a vida do homem do campo e o meio ambiente.

Tal é o espírito das autoridades no Brasil. Em vez de se empenhar em cumprir a legislação que protege a vida e o meio ambiente, com o de-se que se demore mais um ano em fazer com que ela se cumpra, quando o correto seria cobrar das empresas produtoras e dos Estados que criassem mecanismos de emergência para atender as determinações legais. Isso serviria, inclusive, de estímulo a que se apressassem em criar a estrutura permanente necessária para dar destino às embalagens desses produtos.

Afinal, não estamos falando de pouca coisa. O Brasil comercializa 115 milhões de embalagens de agrotóxicos por ano, das quais apenas 20% são atualmente recicladas. A venda desses produtos no País é responsável por um volume de negócios em torno de US\$2,5 bilhões, segundo dados publicados pela

Gazeta Mercantil. É muito material a ser adequadamente descartado, num mercado bilionário, em que não se pode dizer que faltem recursos às empresas para o correto e rápido cumprimento da lei.

Mas esta é outra das características do Estado brasileiro. A tolerância para com os grandes é constante, restando para os pequenos os rigores da lei ou até mesmo o desrespeito a ela, como acontece no caso presente. O agricultor, pequeno e pobre, continua exposto aos graves perigos do veneno porque os grandes e ricos precisam de tempo para cumprir a lei como melhor lhes convier.

Não posso me calar, Sr. Presidente, diante de tanto desrespeito. Desrespeito para com a Casa, na qual exercemos mandatos populares, desrespeito para com a lei e, sobretudo, desrespeito para com a população que nos conferiu os mandatos que hoje exercemos.

É urgente e imprescindível que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso se explique. Quero ver se é capaz de encontrar boas justificativas, justificativas que convençam este Parlamento de que agiu bem ao prorrogar, no meu entender, de maneira ilegal, a entrada em vigor da Lei nº 9974.

Entendo que merecemos uma satisfação. Entendo que o homem do campo merece uma satisfação. Entendo que toda a sociedade brasileira merece uma satisfação, porque esse problema é, afinal, do interesse de todos os brasileiros. E espero que, a exemplo do que foi feito com a vigência da lei, não se postergue essa resposta para o ano que vem.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (Bloco/PSDB – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no último dia 05, o Estado do Tocantins, comemorou 13 anos de emancipação, após uma luta que durou mais de cento e cinquenta anos, iniciada ainda na primeira década do século XIX, por Joaquim Teotônio Segurado e seus companheiros, e que só obteve pleno sucesso pela decisão soberana da Assembleia Nacional Constituinte em 1988.

Nesses 13 anos, desde sua criação, Sr. Presidente, nobres Senadores, o Estado do Tocantins, até então o Norte Goiano, conhecido pelo seu abandono e por suas péssimas condições de vida – o corredor da miséria, como era conhecido –, passou por transformações profundas que o transformaram num dos Estados brasileiros de maior progresso e de melhores perspectivas de futuro.

Estado situado no centro do País, encostando-se na Amazônia, no Nordeste; no Centro-Oeste e

no Sudeste do País, o Tocantins, por ocupar esta posição estratégica, tem sido chamado de "o Estado da articulação nacional".

Na verdade, Sr. Presidente, nobres Senadores, à medida que o Brasil vá se integrando consigo mesmo – e esta é a condição de seu próprio desenvolvimento – o Estado do Tocantins irá se transformando naturalmente em centro e rota por onde passarão os novos sistemas de transporte, os novos sistemas de energia, e onde, em consequência, irá surgindo o novo Brasil, o Brasil das imensas potencialidades, que nossa tradição litorânea deixou esquecido e inaproveitado.

Retornarei a esse assunto em breve pronunciamento, Sr. Presidente, para relatar a esta Casa detalhes do progresso ocorrido nesses 13 anos de existência do Estado do Tocantins, até porque, como tenho dito, o desenvolvimento da Amazônia, ou de suas partes, pela sua dimensão, é um desenvolvimento que diz respeito ao Brasil, ultrapassando em muito os interesses regionais ou interesses específicos de cada Estado.

Refiro-me neste pronunciamento apenas às solenidades que marcaram a passagem do 13º aniversário do Tocantins, duas das quais contaram com a presença do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A primeira delas foi a inauguração do Aeroporto de Palmas, que passará a ser denominado Brigadeiro Lysias Rodrigues a partir do momento em que o Congresso Nacional aprovar proposição que estou entregando a Mesa neste momento, coerente com igual proposta, já aprovada pela Assembleia Legislativa de meu Estado, quando da doação à INFRAERO do terreno onde agora se levanta aquela importante obra.

Quero informar, Sr. Presidente, como o farei na justificação da proposta, que o Brigadeiro Lysias Rodrigues, além de um dos pioneiros da aviação militar do Brasil, foi um estudioso do Estado do Tocantins, percorreu por diversas vezes o Estado defendendo, na década de quarenta, sua emancipação. Lysias Rodrigues nos legou dois livros de singular importância para os estudos referentes ao meu Estado, suas características e potencialidades: "O Rio Tocantins" e "Roteiros do Tocantins" respectivamente. Nada mais justo, portanto, do que esta homenagem que lhe presta o Estado e que será, sem dúvida, referendada pelo Congresso Nacional.

Devo dizer, Sr. Presidente, que o aeroporto de Palmas deverá cumprir importante papel de articulação nacional, unindo rotas aéreas, aumentando o intercâmbio inter-regional e devendo se transformar, no futuro, em ponto de distribuição e redistribuição de

passageiros e cargas, em busca dos mais diversos pontos do País e do exterior.

Abrem-se, Sr. Presidente, novas perspectivas de desenvolvimento para o turismo ecológico, atividade que a cada dia cresce de importância, chamando a atenção do Brasil e do mundo.

A segunda solenidade, Sr. Presidente, a que compareceu o Presidente Fernando Henrique Cardoso, foi a inauguração da primeira unidade de geração de energia – (180 mil kw) – da Usina Luiz Eduardo Magalhães, que, num total de 5, irão injetar nos próximos meses 902 mil kw de energia no sistema energético do País.

A primeira usina construída pela iniciativa privada sob regime de concessão – de acordo com a estratégia aqui defendida seguidamente de privatizar primeiro, para investir depois recursos de iniciativa privada – a Usina Luiz Eduardo Magalhães foi construída em tempo recorde de 3 anos e 4 meses, o que representa um curtíssimo período de construção para usina de seu porte.

O que é importante registrar, ainda, Sr. Presidente, é que esta Usina, somada às de Tucuruí, Serra da Mesa e outras 7 usinas em fase mais ou menos adiantada de estudos e licitação, deverá fazer do Rio Tocantins, e secundariamente do Rio Araguaia, o novo modelo articulado de produção de energia, unindo os sistemas da Eletro norte, da Chesf e de Furnas e, através deles, os demais sistemas do País, injetando mais de 15 milhões de kw de potência nas disponibilidades do País.

Isso poderá ser conseguido em 10 anos ou menos se a burocracia for expedita nos processos de licitação das novas usinas, como vem sendo feito através da competente atuação da ANEEL e do Ministério de Minas e Energia.

Desejaria, ainda Sr. Presidente, referir-me a outros atos significativos que marcaram as comemorações dos 13 anos de criação do Estado do Tocantins, o que farei em outros momentos, fazendo menção especialmente ao significado do memorial inaugurado na Praça dos Girassóis, com o qual o Estado do Tocantins recuperou a história do Tenentismo e da Coluna Prestes, assim como o significado que tiveram aqueles eventos na recuperação da ética, da moralidade e dos ideais democráticos neste país. Espero poder fazê-lo brevemente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, foi com muita satisfação que recebi, há algumas semanas, o Relatório Síntese da Eletrobrás, relativo ao ano de 2.000. Digo

satisfação, Sr. Presidente, porque nesse importante documento estão consolidados os números mais relevantes de um trabalho que o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso vem realizando com incontestável sucesso. A eletrificação rural, antiga reivindicação dos milhões de brasileiros que não se deixaram seduzir pelos atrativos do meio urbano, está na iminência de tornar-se uma realidade. Logo, aqueles que permanecem no campo produzindo riquezas para todo o País, em uma luta cotidiana árdua e ainda cheia de privações, terão melhores condições de existência.

Aliás, esses brasileiros merecem o nosso reconhecimento e as nossas homenagens. E, mais do que isso, a decidida vontade do governo de proporcionar-lhes uma nova e melhor situação de vida. É justamente aí que entra o programa Luz no Campo, iniciativa do governo federal por intermédio da Eletrobrás, que tem o objetivo de levar energia elétrica a um milhão de propriedades e domicílios rurais de todos os pontos do País, em um prazo de três anos.

Pelo programa, ora em plena execução, serão beneficiados mais de cinco milhões de pessoas, o que o transforma na maior iniciativa de eletrificação rural executada no planeta, no último meio século. O programa, que começou a ser discutido durante o ano de 1998 e teve seu lançamento oficial em dezembro do ano seguinte, deverá representar uma inversão total de cerca de dois bilhões de reais, contemplando 25 das 27 unidades da federação brasileira.

No fim do ano passado, ao concluir-se o primeiro ano de execução do Luz no Campo, já haviam sido celebrados 43 contratos de financiamento entre a Eletrobrás e 39 concessionárias para aplicação em programas de eletrificação rural, em 23 estados.

Sr. Presidente, para que se tenha idéia da relevância e dimensão do programa, permitam-me citar alguns números capazes de traduzir claramente a sua amplitude e alcance: serão utilizados mais de 297 mil transformadores, num total de 3,26 milhões de kVA (quilovolts-ampère) de potência a ser instalada; o programa soma ainda 196 mil quilômetros de linhas de alta tensão, 28 mil quilômetros de redes de baixa tensão e perto de cinco quilômetros de redes conjugadas, comportando a utilização de 42 mil toneladas de cabos condutores. Finalmente, serão instalados mais de dois milhões de postes e 874 mil medidores de energia.

Toda a complexa montagem do programa foi efetuada com a equipe técnica da Eletrobrás analisando e trabalhando em conjunto com os diversos agentes executores, com o firme propósito de encontrar as soluções técnicas e economicamente mais favoráveis. Garantiu, assim, a utilização de sistemas

elétricos simplificados, com o emprego de materiais e equipamentos alternativos. Tudo para que houvesse, efetivamente, uma redução no custo total dos programas e, naturalmente, no preço final de comercialização de cada ligação, um benefício a ser transferido aos futuros consumidores de energia.

Entre as principais atividades desenvolvidas pelo programa em 2000, quero ressaltar a assinatura de convênio de cooperação técnica com o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que permite à Eletrobrás, responsável pelo suporte técnico, financeiro e administrativo na implementação do Luz no Campo, maior flexibilidade operacional. Ademais, as avaliações técnico-econômica e sócio-ambiental do programa estão sendo processadas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que realiza a quantificação de todos os impactos decorrentes da execução do programa para beneficiários diretos e indiretos. Em linhas gerais, a pesquisa de campo compreende a obtenção de dados antes da ligação, seis meses após a ligação e dois anos depois de a propriedade ou domicílio rural estar reintegrado à rede de distribuição de energia.

Ainda em seu primeiro ano de execução, o Luz no Campo concretizou uma série de outras ações também importantes, como a instalação do Serviço de Atendimento aos interessados, um call center com discagem direta gratuita, a elaboração dos planos estratégico e de marketing, bem como a edição regular de boletins informativos e a implantação e manutenção da página do programa na Internet.

É bem verdade – e o Relatório de forma honesta, transparente e coerente explicita isso – que foram enfrentadas algumas dificuldades operacionais, que se tenta agora superar de maneira concertada, como a demora na assinatura de vários contratos com os seus executores; hiato entre a assinatura dos contratos e os convênios de participação dos governos estaduais; e falta de conhecimento do mercado de energia na área rural, por parte de agentes executores. Além disso, verificou-se a inexperience de alguns agentes na implantação de programa de eletrificação rural, morosidade no cadastramento e no fornecimento de orçamentos detalhados aos interessados e a incompatibilidade entre os preços das ligações e o perfil de renda dos pretendentes.

Naturalmente, essas dificuldades acabaram por afetar, em distintas medidas, o cumprimento das metas estabelecidas para o ano passado; contudo, de forma alguma comprometem o programa em si, que continua firme em seus propósitos originais de levar a energia elétrica e todos os benefícios daí decorrentes a cinco milhões de brasileiros.

Assim, pela efetividade que vem demonstrando, a despeito de eventuais empecilhos em suas etapas iniciais, o programa federal Luz no Campo, faz, de verdade, jus ao feliz e sutil slogan adotado, pois encerra com fino senso a sua séria, louvável e impostergável proposta: 'mudando o campo da noite para o dia'. Concluindo, portanto, este registro, Sr. Presidente, quero congratular-me com o Ministério de Minas e Energia, pela importante iniciativa operada pela nossa Eletrobrás, cujos dirigentes, técnicos e funcionários merecem o nosso reconhecimento e os parabéns pelos esforços de colocar à disposição dos brasileiros que vivem no campo a energia elétrica. Energia para uma vida melhor, energia para mais produtividade no meio rural.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, ...

Antes de qualquer coisa, gostaria de fazer uma saudação especial as Senhoras e Senhores Senadores dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, pelo dia de hoje: 4 de outubro, 500 anos da descoberta do rio São Francisco, que integrou, uniu e mantém até hoje coesa a região do alto, do médio e do baixo São Francisco.

As civilizações estiveram, quase sempre, nos rios e mares as veias por onde circulam, estabelecendo novas fronteiras de vida e progresso humano. A Espanha incorporou grande parte do novo mundo, na façanha de Cristóvão Colombo, como Portugal achou o Brasil, no seu caminho para as Índias, sob o comando de Pedro Álvares Cabral. Mais do que dilatar a fronteira do mundo, redesenhar os mapas, descobrir novas e imensas riquezas, as descobertas marítimas revelaram a existência de uma humanidade nova, completamente desconhecida, sem paralelos na história dos povos.

No Brasil, os rios permitiram que os descobridores ocupassem e colonizassem o território, na grande aventura das etnias reunidas, que permitiu transformar a experiência num grande laboratório racial, religioso e cultural inteiramente mestiço. É certo que os massacres dos conquistadores sobre as populações indígenas, o tráfico e a escravidão de povos negros, africanos, são marcas indeléveis, incorporadas ao corpo e a alma do Brasil, como mácula indesejada.

Coube ao navegante Florentino Américo Vespúcio realizar a segunda viagem, sob bandeira portuguesa, ao Brasil recém-descoberto, e que encantava o mundo pela descrição contida na carta do achamento, do punho do escrivão da Frota Cabralina, Pero Vaz de Caminha. Vespúcio era acatado como cosmógrafo e navegante, com várias viagens bem-sucedidas e com experiência acumulada pela idade – 47 anos, contra

32 de Pedro Álvares Cabral, e foi especialmente escolhido para empreender uma missão de redescoberta, confirmando a extensão do feito Lusitano.

No dia 4 de outubro de 1501, dia de São Francisco de Assis, Américo Vespúcio aportou na foz do rio, que os indígenas chamavam de Parapitinga. O descobridor deu nome do santo ao rio, colhendo provas de sua abordagem à terra brasileira, na região que dividira mais tarde Sergipe e Alagoas, respectivamente partes das Capitanias de Bahia e Pernambuco. Alguns historiadores informam que Vespúcio levou para mostrar na Europa dois homens e duas mulheres indígenas, com o que levou plantas, pedras, pequenos animais e aves.

O rio São Francisco levou a civilização ao interior da Terra, desde que foi ocupada pelos sesmeiros, na segunda metade do século XVI. O gado, mais que a cana-de-açúcar, marcou a economia ribeirinha, no curso da história. As margens do rio se encheram de currais de gado, criando-se, também, cavalos, que em pouco tempo deram ao território sergipano a fama de possuir os melhores cavalos do Brasil como anota Diogo de Campos Moreno, no seu livro que dá razão do estado do Brasil, provavelmente de 1611.

Diversas nações indígenas povoavam as margens e as ilhas do rio São Francisco, dentre elas a dos Xocó, na ilha de São Pedro, no Morgado de Porto da Folha, que tem sobrevivido, apesar de todas as dificuldades, até hoje, mantendo vivas as suas tradições. Diversas ordens religiosas se ocuparam dos aldeamentos e da assistência aos indígenas do São Francisco, no esforço de incorporá-los ao processo civilizatório empreendido a partir de 1532, com o Sistema das Capitanias Hereditárias, e mais fortemente a partir de 1549, com o Governo Geral do Brasil.

Para Sergipe, o rio São Francisco é mais que uma fronteira, é uma fonte de vida, de inspiração, de luta, de consciência do futuro da terra e do povo. Apesar de uma população pobre, vitimada pela seca constante, o vale sanfranciscano tem dado respostas positivas, criando riquezas, deixando explorar seus produtos naturais, industrializando o algodão, o couro, cultivando e beneficiando o arroz, produzindo cana, nos últimos anos, para as dez destilarias e usinas de Sergipe e de Alagoas.

Efetivamente há um contraste desafiador, o de que um povo assentado em terras férteis, por quase 500 anos de história, convive com a miséria e com a fome, gerando conflitos pelo uso e pela posse de terras. O vale fértil tem a mais pobre população, dentre os sergipanos. A situação agravou-se nas últimas décadas, porque as águas do rio estão magras, já não ferti-

lizam a terra, não alimentam os peixes, não garantem a vida em suas margens. Toda a gordura, toda a força, todo o poder fertilizador das águas do São Francisco ficam nas barragens, nas usinas, nas represas, nos lagos artificiais criados para a geração de energia.

Ao tempo em que são celebrados os 500 anos da descoberta do rio São Francisco, como júbilo merecido, o Brasil não pode ignorar o drama das populações ribeirinhas, deixadas no sofrimento sem terras, sem trabalho, sem alimentos, sem moradia, sem conforto, sem os serviços essenciais, sem educação, sem futuro.

O quadro social do baixo São Francisco, notadamente o de Sergipe, a que refiro, é aviltante para o ser, humilhante para as famílias, indigno para os grupos sociais, injusto para as comunidades ribeirinhas.

Donald Pierson, sociólogo e professor norte-americano, que viveu em São Paulo, empreendeu em 1950 uma viagem pelo rio São Francisco, atravessando os cinco estados e colhendo, nas entrevistas, nas fotografias, nos contatos, nos registros, um precioso documento, relatando a realidade de populações que ocupam cidades, vilas, povoados, fazendas, e que contrastam as suas existências com a de poucos donos de terras, senhores da riqueza, de tentores do mando e do poder político. A viagem de Donald Pierson ensejou a publicação, pela antiga SUVALE – Superintendência do vale do São Francisco – de três volumes, sob o título geral de “O Homem e o São Francisco”. Nada seria mais oportuno, necessário e útil ao Brasil de hoje, ao São Francisco de 500 anos, do que a reedição da obra do sociólogo norte-americano, sugestão que faço, nesta hora, aos dirigentes da Codevasf, na certeza de que a sensibilidade e a responsabilidade de tais autoridades promoverão a reedição pedida.

A ocasião permite que em várias partes do Brasil, com especial interesse nos cinco estados da bacia sanfranciscana sejam realizados debates, seminários, ciclos de conferências, passando a limpo a história e a vida, a vida das populações ribeirinhas. Há muito o que estudar, o que aprender, para a compreensão do processo nacional de desenvolvimento desde os primeiros esforços, até hoje, quando novas apostas são feitas em torno de fontes geradoras de riquezas.

Os Municípios do Baixo São Francisco, estão descobrindo o turismo, a irrigação, os consócios produtivos, visando produzir riqueza. O turismo vendendo paisagem do rio, das terras em suas margens, o casario das cidades históricas e monumentais, a cultura, o calendário de festas, os costumes, as devoções a culinária variada. A irrigação, vitoriosa em pro-

jetos na Bahia e em Pernambuco, parece ser o meio eficaz de produzir frutas tropicais. A suinocultura, a piscicultura, os laticínios atraem investimentos, como alternativas para o desenvolvimento das regiões.

No entanto, antes de tudo, acima de qualquer outra coisa, é preciso revitalizar o rio, devolver sua condições normais, para que ele possa voltar a ser, com sempre foi, um fator de riqueza, de vida, de progresso para as suas populações. Os nordestinos e os mineiros precisam voltar a sonhar com a prosperidade, tendo no rio São Francisco o caminho redentor, como no passado, quando o ciclo do gado e a busca pela prata, pelo ouro e pelo diamante fizeram do São Francisco o leito seguro das atividades, dando ao Brasil e a Portugal a fortuna da terra brasileira.

O Brasil de hoje não pode continuar fazendo vistas grossas para a agonia do rio São Francisco, muito menos para a pobreza das suas populações. É preciso agir, rapidamente, eficazmente, em favor de obras e de serviços que protejam o curso do rio, compatibilizando os interesses de geração de energia, com os demais interesses ligados à sobrevivência humana.

Neste Congresso onde tem tramitado projetos, onde tem havido debates de excelência, há ainda muito por fazer. Cada parlamentar, imbuído de suas responsabilidades, tem projeto a defender, como o faço (incluí os projetos de emenda constitucional do próprio Senador ACV).

Não se pode perder a perspectiva da história, nem jogar 500 anos na lata do esquecimento. As novas gerações precisam conhecer o rio São Francisco e todo o contexto das relações culturais, das etnias, da economia, da formação social, da sobrevivência recorrente, dos problemas e desafios constantes, que parecem obstáculos intransponíveis e definitivos.

Por fim, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, incorporo a este pronunciamento pelos 500 anos da descoberta do rio São Francisco, matérias especiais da imprensa brasileira, dedicados ao louvor do Velho Chico, como o suplemento do jornal sergipano Cinform, editado em Aracaju.

Muito Obrigado.

Senador Antonio Carlos Valadares – PSB – SE.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTONIO CARLOS
VALADARES EM SEU
PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS
TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO
INTERNO.

15 de outubro de 2001

São Francisco

A história do Rio São Francisco não se resume aos relatos de 500 anos de ocupação e exploração pelo colonizador europeu. A vida às margens do Velho Chico já existia, há nove mil anos, na região conhecida hoje como Xingó. Os registros dos primeiros habitantes do Baixo São Francisco revelam curiosidades e a relação de cumplicidade entre o homem e o Rio. As comemorações de aniversário fortaleceram o movimento em defesa do Rio e promoveram resgate histórico e cultural das cidades ribeirinhas. O Governo Federal disponibiliza R\$ 84 milhões para revitalizá-lo, mas torna-se necessário fiscalizar destino e aplicação dos recursos. A sessão de homenagem do Senado Federal foi realizada entre o saudosismo e o compromisso em devolver vida a uma das maiores riquezas do povo nordestino: o Rio São Francisco.

Senadores relembbraram histórias do Velho Chico

Homenagem levou Senado a uma viagem de redescoberta do Rio

Em clima saudosista de convívio com o Rio São Francisco e de lamento por suas condições de degradação, os senadores da República realizaram sessão em homenagem aos 500 anos de descoberta do Rio. No dia 2 de outubro, o Senado Federal parabenizou o Velho Chico com boas lembranças, poesias e o compromisso em contribuir para a revitalização do Rio.

A iniciativa de propor uma sessão em homenagem ao aniversário do Rio São Francisco foi da senadora Maria do Carmo Alves (PFL). Cerca de 11 senadores dos Estados que fazem parte da bacia e de outros Estados se pronunciaram em defesa de uma das maiores riquezas naturais do Nordeste brasileiro.

Durante a sessão, o senador José Eduardo Dutra (PT) lembrou que o Rio leva o nome do patrono do meio ambiente e amante dos pobres: São Francisco de Assis, mas, infelizmente, tornou-se símbolo de degradação ambiental e miséria social. "É necessário cada vez mais que a sociedade brasileira entenda a importância da revitalização do Rio pelo seu papel no desenvolvimento social e econômico do nosso país, particularmente da região Nordeste", alertou o senador petista.

José Eduardo Dutra demonstrou satisfação em saber que políticos, ONGs e diversos setores da sociedade estão envolvidos no movimento em defesa do Velho Chico. "Tenho certeza de que esses atos não vão se resumir a esta sessão do Senado Federal", garantiu o senador.

Apesar dos problemas ambientais enfrentados pelo Rio São Francisco e das consequências sócio-econômicas que maltratam as comunidades ribeirinhas, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) falou sobre as belezas e histórias que compõem a paisagem do Velho Chico. "Quando eu era pívete, adorava ficar embaixo das craibeiras que beiram o São Francisco, deitada, vendo cair aquela churvinha de flores amarelas, que abrihantavam e coloriam nossas infâncias absolutamente miseráveis", recordou-se a senadora, tomada pela ternura em ver os ipês amarelos contornando as avenidas de Brasília.

O discurso da senadora Heloísa Helena foi também uma homenagem ao povo nordestino, através de uma viagem pela história de ocupação das margens do Velho Chico e da luta pela sobrevivência dos grupos étnicos ribeirinhos. "O Rio São Francisco presenciou vários acontecimentos e histórias particulares que vão se construindo tais quais as colchinhas de retalho que aprendemos a fazer quando crianças", disse Heloísa Helena, orgulhosa por ter nascido à beira do São Francisco, na cidade alagoana de Pão de Açúcar, antes chamada Jaciobá, que significa "espelho da lua".

Defensores do Rio começam a recolher assinaturas

Entre as palavras de homenagem, durante a sessão do Senado em comemoração ao aniversário do Rio São Francisco, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB) solicitou a transcrição da Proposta de Emenda Constitucional que institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco.

Essa proposta garante 0,5% da Receita Tributária da União, durante vinte anos, para custear projetos de recuperação da bacia do São Francisco e já se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta de emenda do senador Antonio Carlos Valadares tem apoio do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco - Ceeivasf - e do Instituto Manoel Novaes - Iman. O presidente do Ceei-

vasf, José Theodomiro de Araújo, decidiu retirar a proposta de emenda popular apresentada pelo Iman, do qual é secretário executivo, e enviar um documento ao senador Bernardo Cabral (PSDB), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com assinaturas coletadas em toda a bacia do São Francisco, apoiando a emenda do senador Valadares.

"A essa altura não interessa saber quem apresentou a emenda. Se existe uma proposta interessante para o Rio São Francisco, temos que apoiar", justifica Theodomiro. Os defensores do Velho Chico têm apenas três meses para recolher assinaturas em apoio à proposta de emenda. A expectativa é de levar cerca de 2 milhões de assinaturas ao Congresso Nacional, em março de 2002.

São Francisco recebe presente de R\$ 84 milhões

Recursos do Governo podem ser destinados
a órgãos descomprometidos com Rio

Debates, reuniões, audiência pública, faixas, bate-papo, atos de protesto e tantas pequenas manifestações fermentam o movimento para devolver vida ao Velho Chico, que já começa a colher frutos. O projeto do Governo Federal de Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco foi lembrado, durante as comemorações de aniversário de descoberta do Rio, como o primeiro passo para uma série de ações que devem surgir em defesa do Rio.

O projeto de revitalização foi instituído por decreto presidencial em junho deste ano, na ocasião da Semana do Meio Ambiente. O mesmo decreto criou o Comitê Gestor do projeto, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente, com participação do Ministério da Integração Nacional, Agência Nacional de Água - Ana -, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - Ibama -, Secretaria Nacional de Recursos Hídricos e os Governos das sete unidades da federação que fazem parte da bacia: Distrito Federal, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

DESTINO DAS VERBAS

O engenheiro Rodrigo Flecha Alves, da Superintendência de Gestão de Recursos Hídricos da Ana, destacou, durante as comemorações de aniversário do Rio em Propriá, a importância da proposta do projeto de revitalização. "O projeto é constituído de ações concebidas e executadas de forma participativa e integrada", afirmou Rodrigo Alves.

Na oportunidade, o engenheiro apresentou os oito componentes do projeto do Governo Federal. A revitalização do São Francisco inclui ações referentes à despoluição das águas, conservação do solo, abastecimento de água para consumo humano, reflorestamen-

to e recomposição da mata ciliar, gestão e monitoramento de recursos hídricos, gestão integrada de resíduos sólidos, educação ambiental e conservação da biodiversidade.

Os recursos para serem aplicados este ano foram definidos em parceria com as sete unidades federativas da bacia hidrográfica. Estão disponíveis R\$ 84 milhões, sendo que R\$ 54 milhões foram alocados no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e R\$ 30 milhões no Ministério da Integração Nacional.

O projeto de Conservação e Revitalização do São Francisco é uma realidade, os recursos foram liberados, mas surge a dúvida em relação à aplicação adequada desses recursos. As entidades que compõem o Fórum em Defesa do Rio já começam a se preocupar com o destino das verbas de revitalização. "Vamos acompanhar essas questões, discutir, fiscalizar e se articular junto ao Ministério Público", garante Nilton Inhaquire, da Coordenação Diretiva do Fórum, acrescentando que não adianta os municípios receberem verbas se não forem bem aplicadas.

Segundo Aldenir Paraguassu, suplente do Coordenador do Comitê Gestor do Projeto de Revitalização, o gerenciamento dos recursos depende do nível da ação a ser executada. Em Sergipe, no caso de um projeto estadual, parte dos recursos será destinada à Secretaria de Recursos Hídricos do Estado, outra parte ao órgão ambiental do Estado, à Adema, e o restante aos órgãos federais, como Codevasf e Ibama.

FALTA DE COMPROMISSO

O grande perigo dessa distribuição é entregar as sacrificadas verbas a órgãos que não

possuem projetos para o Rio São Francisco e se omitem diante das decisões em defesa do Rio. Vale lembrar a postura do Ibama durante o auge das discussões sobre a ameaça que o projeto de Transposição significava para o Baixo São Francisco. Em momento algum assumiu o compromisso de participar da luta pela sobrevivência do Velho Chico, não se manifestou e continua recolhido e conicetrado na única ação que desenvolve no baixo curso do Rio: o defeso, no período de reprodução dos peixes.

O Estado de Sergipe está representado no Comitê Gestor de Revitalização pela Secretaria de Estado do Planejamento, através de seu secretário, Marcos Antonio de Melo, e do secretário de Recursos Hídricos, Alton da Rocha. A indicação dos representantes para o Comitê foi feita pelo Governador do Estado.

Apesar dos valores anunciados para saneamento básico nos municípios de Porto da Folha, Propriá e Gararu, Aldenir Paraguassu informa que os recursos ainda não foram liberados. "Os primeiros convênios aprovados para Sergipe e Alagoas serão assinados durante reunião em Penedo (AL), provavelmente, no dia 19 de outubro", ressalta Paraguassu.

A função do Comitê, no momento, é avaliar as demandas de cada unidade da federação, que compõe a bacia do São Francisco, e as propostas dos órgãos federais para definir as prioridades da programação de 2001. Além disso, possui a competência de articular as entidades que intervêm no processo de gestão dos recursos hídricos e de julgar os conflitos relacionados ao uso da água.

Museu guarda história dos primeiros habitantes das margens

Antes de ser inundado, o reservatório da usina hidrelétrica de Xingó, com 65 Km de extensão entre Paulo Afonso (BA) e Canindé do São Francisco, serviu como fonte de pesquisa arqueológica, revelando nove mil anos de história. As peças que expressam o modo de vida dos ribeirinhos pré-históricos estão expostas no Museu de Arqueologia de Xingó - Max.

O trabalho de escavações na região de Xingó teve início em 1988 e se estendeu até 1997, a partir de um convênio entre a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - e a Universidade Federal de Sergipe. Foram encontrados cerca de 70 sítios arqueológicos, inundados após o enchimento do reservatório de Xingó, com exceção dos sítios do Vale dos Mestres. "Sempre ficam alguns vestígios, não se esgota um sítio facilmente, mas a parte expressiva nós conseguimos resgatar", justifica Fernando Lins, professor de Antropologia da UFS e assessor técnico do Max.

O Museu de Arqueologia de Xingó foi construído em 2000, com patrocínio da Petrobras. O museu possui nove salas para exposição, auditório, laboratório de pesquisas arqueológicas, e em anexo, terminal de computador com acesso às pesquisas desenvolvidas na região, loja e lanchonete.

RITO DE PASSAGEM

Grande parte dos sítios arqueológicos escavados representam áreas de cemitério. As informações obtidas a partir do material coletado nesses sítios proporcionaram a construção do modo de vida pré-histórico da cultura Canindé. A morte, o ritual e mobiliário fúnebre revelam comportamentos sociais e características físicas dos antigos habitantes de Xingó.

"Os sepultamentos constituem-se num dos mais importantes ritos de passagem do homo sapiens", afirma o professor Fernando Lins. Os homens da cultura Canindé acreditavam em outra vida após a morte e levavam em seu túmulo alguns objetos e até animais.

O rito de enterramento envolve duas fases, uma provisória e outra definitiva. No primário, o indivíduo

Enterramento secundário em urna funerária

permanecia na sepultura até a decomposição das partes brandas do corpo. O secundário se trata de um segundo sepultamento, após a perda das partes moles do indivíduo. O material coletado em Xingó continua sendo estudado no laboratório do museu. A UFS firmou convênio com a Petrobras para desenvolver pesquisas até 2005, nos sítios arqueológicos à jusante da hidrelétrica de Xingó.

O VELHO CHICO DO VELHO CHICO

Ribeirinhos primitivos vieram do planalto goiano e habitaram

s 500 anos do Rio São Francisco guardam a história recente dos habitantes de suas margens depois da chegada dos europeus. O período de ocupação e exploração dos colonizadores em nada se parece com a permanência das populações que viviam à beira do Velho Chico muito antes de sua descoberta.

Há cerca de nove mil anos, a região conhecida hoje como Xingó, que abrange os municípios de Canindé do São Francisco, Piranhas (PE) e Olho D'Água do Casado (AL), era habitada por bandos ou pequenas sociedades com unidades de população inferior a 100 pessoas. Essas informações resultam de pesquisas desenvolvidas por arqueólogos e antropólogos da Universidade Federal de Sergipe.

O povo da cultura Canindé, como é denominado pelos pesquisadores da UFS, provavelmente é oriundo do planalto goiano ou do Médio São Francisco. Os bandos deixaram essas regiões à procura de condições mais favoráveis à ocupação humana.

Isso se tornou possível por causa da ausência de mata fechada na beira do Velho Chico, desde o período quaternário da pré-história.

AMEAÇA DAS CHEIAS

Os terraços, áreas de maior altitude, às margens do Rio São Francisco se apresentavam como o lugar ideal para a instalação de grupos de tecnologia simples e economia extrativista. As fiquetas nativas já se encontravam exploradas por populações que estiveram na região no período anterior. A proximidade da água e a fauna disponível facilitaram as principais atividades dos bandos da cultura Canindé: a caça e coleta de alimentos.

Mas a permanência desse povo nos terraços do Velho Chico era constantemente ameaçada pelas cheias periódicas do Rio. A água atingia até 25 metros do nível normal com rapidez, e provocava a destruição das moradias dos bandos. As mesmas cheias que milhares de anos depois fizeram do Baixo São Francisco uma região rica em plantação de arroz e pesca, sustentando as populações ribeirinhas até a regularização da vazão do Rio através da hidrelétrica.

AGRICULTURA E SEDENTARISMO

As cheias se tornaram as principais responsáveis pelo abandono das ocupações nos terraços e por isso não existiam aldeias permanentes. Os bandos estavam sempre mudando de residência após a escassez de alimentação vegetal em determinado lugar ou após a temporada de caça. Os terraços serviam como acampamentos sazonais para a caça e coleta de alimentos. Os arqueólogos encontraram um número maior de sítios cemitérios que de habitações.

A área ocupada por um bando era, geralmente, pequena, com rito abrangendo a distância suficiente para uma pessoa percorrer diariamente e retornar ao acampamento.

noite. Esses bandos constituem sociedades muito simples que, com o tempo, foram se tornando mais complexas e, por fim, alcançaram a civilização atual.

pela troca de mulheres com outros bandos", revela Fernando

Lins de Carvalho, professor de Antropologia da UFS e assessor técnico do Museu de Arqueologia de Xingó - Max.

O Rio São Francisco teve grande importância na história de permanência do povo da cultura Canindé em seus terraços. Apesar das cheias, serviu como fonte perene para alimentação dos bandos. Naquela época, o uso da água do Rio era muito limitado e não se tem registro da existência de canoas confeccionadas com troncos de árvore para o transporte dos ribeirinhos pré-históricos de Xingó.

As atividades de caça, pesca e coleta de mariscos eram facilitadas pela presença do Velho Chico, uma dádiva para quem habitava os terraços. Na alimentação, predominavam o peixe, provavelmente cozido, e pequenos mamíferos. Além disso, o homem de Xingó consumia moluscos de água doce, anfíbios, répteis e aves.

A cerâmica começou a fazer parte da vida da cultura Canindé depois de 5 mil anos, após sua chegada na região. Foi nessa época que surgiu a atividade agrícola, permitindo ao povo o modo de vida sedentário e o

desenvolvimento da manufatura cerâmica. A fragilidade das peças de argila não permitia o nomadismo dos primeiros habitantes de Xingó.

Durante a escavação no sítio arqueológico Justino, em Canindé do São Francisco, foram encontrados fragmentos de cerâmica com superfície alisada e, nos níveis mais baixos, um tipo mais elaborado quanto à decoração plástica. O sítio Justino foi fundado com a construção da hidrelétrica de Xingó e está a cerca de 10 metros de profundidade.

SEMELENTE AO HOMEM ATUAL

A pintura em cerâmica não era comum na cultura Canindé, mas quando utilizada, a preferência era pelas cores vermelha e branca. As peças mais usadas foram panelas para cozinhar, tigelas para servir alimentos e torrar farinha, e jarros para armazenar água ou aguardente. A cerâmica também foi útil nos rituais fúnebres. Os vasos compunham o mobiliário doméstico para o enterro.

Os estudos realizados nos terraços de Xingó mostram que o homem de Xingó não era sedentário, mas sim nômade, deslocando-se constantemente em busca de melhores condições de vida. A cultura Canindé, portanto, é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

A cultura Canindé é considerada uma cultura nômade.

Revitalização dá sentido às comemorações de 500 anos

Propriá recebe defensores do Velho Chico para a festa de aniversário

Um momento muito esperado para os defensores do meio ambiente. Na manhã ensolarada do dia 4 de outubro, o Rio São Francisco foi reverenciado por mais de cinco mil pessoas na cidade ribeirinha de Propriá, que se tornou capital e sede do Governo Estadual por um dia. A festa de aniversário de 500 anos de descoberta do Velho Chico foi a oportunidade para mais um pedido de socorro em favor de uma das principais fontes de vida para o Nordeste.

Depois de várias ações, encontros e debates isolados em defesa do Rio São Francisco, estudantes, políticos, pescadores, trabalhadores rurais, índios, religiosos, entre outros representantes da sociedade se encontram para juntos clamarem: "Quem gera vida não pode morrer". Essa foi a reivindicação das comemorações em Propriá, durante a caminhada ecológica coordenada pelas dioceses de Propriá e Penedo (AL).

"O Rio já não tem mais força para gritar, então o povo veio gritar por ele", afirmou Dom Mário Sivieri, bispo da Diocese de Propriá, após o descerramento da placa alusiva aos 500 anos do Velho Chico. O ato contou com a presença do governador do Estado, Albano Franco, que destacou a importância do Rio São Francisco para Sergipe.

"A história de Sergipe é parte da história do Velho Chico. Temos que comemorar esse aniversário no sentido de resgatarmos as condições de sobrevivência do Rio", disse Albano Franco. Ele acrescentou que, de forma lamentável, a natureza está mostrando a razão dos sergipanos em se posicionarem contrários ao projeto de

transposição que o Governo Federal quer concretizar.

PEDIDO DE PERDÃO

A multidão que acompanhou a caminhada ecológica fez três paradas para reflexão sobre a natureza como 'dom de Deus', 'degradação ambiental' e 'revitalização do Rio São Francisco'. Um dos momentos marcantes da caminhada foi a segunda parada, em frente à sede da Companhia de Saneamento Básico de Sergipe - Deso -, onde os participantes pediram perdão pelas agressões ao Velho Chico e ao meio ambiente. O percurso terminou na Ponte de Integração, que liga os Estados de

Sergipe e Alagoás, com o encontro entre sergipanos e alagoanos, que assumiram o compromisso de defender o Rio São Francisco e as comunidades que dele dependem.

As comemorações de 500 anos de descoberta do Velho Chico marcam uma nova fase do nível de conhecimento e conscientização da sociedade e do poder público em relação ao estado em que se encontra o Rio e a necessidade de devolver-lhe vida. Além disso, tornou possível

congregar todos os agentes dessa luta, com participação significativa do Fórum Perma-

nente em Defesa do Rio São Francisco, um dos organizadores do evento.

OMISSÃO E INSENSIBILIDADE

Durante sessão especial em Propriá, os membros do fórum apresentaram o Manifesto de Compromisso pela Revitalização do Rio São Francisco, relatando parte da história de descoberta pelos europeus e ocupação predatória de sua hafia. O reconhecimento de que a sociedade não soube retribuir a generosidade da natureza e se comportou de forma omissa diante da degradação do Rio compôs o manifesto e levou o público presente a refletir. O discurso foi dirigido também às intervenções e políticas públicas de governos insensíveis às consequências ambientais.

Através do manifesto, o Fórum em Defesa do São Francisco assumiu o compromisso de iniciar uma mobilização social para que se concretize o modelo de revitalização adequado às necessidades do Rio. O compromisso em participar da luta pela preservação do Velho Chico é, na verdade, de cada cidadão que depende do meio ambiente para sobreviver.

O projeto de Transposição do Governo Federal foi de grande utilidade no sentido de despertar a sociedade para os problemas enfrentados pelo Rio São Francisco. "As pessoas conhecem cada vez mais a situação do Rio e estão se unindo para defendê-lo", anima-se Nilton Inhaquite, da Coordenação Diretiva do Fórum. Depois de todas as comemorações, o próximo passo dos defensores do Velho Chico é arreganhar as mangas e cobrar das autoridades responsáveis a execução coerente do projeto de Conservação e Revitalização prometido pelo Governo Federal.

Canindé parabenizou Rio com esporte e cultura

Aniversário de 500 anos foi oportunidade para resgatar tradições e promover turismo

Uma história de 9 mil anos, riqueza da água no sertão, potencial turístico e arrecadação milionária são motivos de sobra para Canindé do São Francisco comemorar os 500 anos de descoberta do Velho Chico. O I Encontro de Cultura, Arte e Esporte do Baixo São Francisco significou o resgate das tradições ribeirinhas e da dignidade do povo canindense.

Mais de 1.500 pessoas participaram dos quatro dias de festa em homenagem ao Rio São Francisco. A programação ofereceu uma amostra das potencialidades de Canindé através da apresentação de grupos folclóricos, teatro, música, exposição artística, concurso de poesia falada, entre outras manifestações culturais. "Num município que assistiu à perda dos valores, principalmente morais, é importante a realização desse evento para que o povo recupere a dignidade e mostre suas riquezas", ressaltou o jornalista Luiz Eduardo Costa, que participou das comemorações.

A programação de Canindé exigiu muito fôlego para alguns participantes. Cerca de 230 atletas competiram em diversas modalidades esportivas durante três dias. A região é perfeita para o desafio dos esportes radicais, com sol escaldante, muita poeira, pedras e relevo acidentado. Momentos de muita adrenalina nas estradas, serras e no lago de Xingó culminaram com a entrega de troféus e medalhas para quem venceu os obstáculos do alto sertão sergipano.

FORTALECER TURISMO

Mais uma vez o Rio São Francisco proporciona desenvolvimento e oferece suas águas para beneficiar cidades ribeirinhas. "Esse evento marca uma nova fase para o turismo nessa região. O objetivo é que as pessoas descubram as opções de lazer, inclusive esportivas, que existem em Canindé", revelou Kátia Pimentel, secretária de Turismo do município.

Mesmo com toda a agitação da festa de aniversário do Velho Chico, os convidados tiveram a oportunidade de conhecer a história de ocupação do Rio e refletir sobre as consequências do descaso da sociedade e do poder público com o meio ambiente. O seminário realizado durante o evento abordou os 500

anos de história e lutas na bacia do São Francisco, turismo e legislação ambiental.

O presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco - Ceeivasf -, José Theodomiro de Araújo, abriu o seminário com um puxão de orelha. Theodomiro lembrou as palavras de um dos primeiros sacerdotes que chegou ao Brasil e, diante da beleza da cachoeira Casca D'Anta no Rio São Francisco, deslumbrou-se: "Que imenso sermão é por si só toda esta terra". O presidente da Ceeivasf acrescentou que o sacerdote se referia ao sermão da natureza. "Ele ecoou durante cinco séculos e nós não aprendemos o sermão, agora estamos pagando por nossa surdez irresponsável", lamenta Theodomiro.

RESGATE HISTÓRICO

A palestra abordou ainda a importância da escola no processo de aprendizagem para a convivência com o semi-árido. "A escola não informa e não educa o aluno de acordo com a realidade, as condições naturais que estão ao redor dele. Temos vergonha de dizer que somos catingueiros", afirma Theodomiro de Araújo, chamando a atenção para a incoerência do livro didático que mostra ao educando apenas a realidade urbana, omitindo informações importantes para a vida no sertão.

O seminário contou com a participação de cerca de 300 pessoas, com 90% de canindenses, e envolveu palestrantes e debatedores da Universidade Federal de Sergipe, Universidade Tiradentes, políticos, Chesf e Codevasf. "O aniversário de 500 anos é um momento para tomada de consciência e reflexão sobre a importância do Rio para a população do Baixo São Francisco", enfatizou a professora Kátia Araújo, uma das coordenadoras do evento em Canindé.

Com o objetivo de resgatar a memória histórica e cultural e fortalecer o sentimento do povo canindense, a professora Kátia Araújo lançou, durante as comemorações de aniversário do Velho Chico, a cartilha Canindé do São Francisco - História e Curiosidades. A publicação é resultado de um trabalho de pesquisa dedicado a reconstruir os principais acontecimentos da cidade ribeirinha, além de servir como fonte de informação para os estudantes.

Capela homenageia Rio São Francisco

Vereadores aproveitam aniversário do Rio
para discutir preservação do riacho Lagartixa

As homenagens ao Velho Chico não ficaram restritas às cidades ribeirinhas. A Câmara de Vereadores de Capela, que fica na bacia do Baixo São Francisco, realizou sessão especial em comemoração ao aniversário de 500 anos do Rio.

A sessão contou com a presença de membros do Fórum Permanente em Defesa do Rio, que proferiram palestra a respeito da importância do São Francisco para toda a bacia. Cerca 100 pessoas participaram da homenagem e alguns dos presentes manifestaram a necessidade de obter mais informações sobre o projeto de Transposição e outras questões relacionadas ao Velho Chico.

"É um momento importante para despertar nas pessoas, principalmente os estudantes, a consciência de preservação do meio ambiente", avaliou o Jorgival Santos, presidente da Câmara Municipal de Capela. Jorgival acrescenta que a nascente do riacho

Lagartixa enfrenta problemas semelhantes aos da nascente do São Francisco, como o desmatamento, e a população precisa se envolver na luta pela conservação do manancial.

A nascente do riacho Lagartixa está localizada na Mata do Junco, no município de Capela, e, segundo Jorgival Santos, trata-se da segunda maior reserva ecológica do Estado. "O desmatamento está desenfreado e a vazão reduzida em cerca de 40%", revela o presidente da Câmara.

Durante a sessão em homenagem ao Velho Chico, surgiu a proposta de realizar uma audiência pública para fazer valer um protocolo de intenção assinado em 1997, referente à nascente do riacho. Os vereadores se comprometeram em apresentar na próxima sexta-feira, 16, nova moção de repúdio ao projeto de Transposição, repetindo a decisão tomada em 1998, para fortalecer o movimento em defesa do Rio São Francisco.



Então, para garantir recursos para preservar o Velho Chico e conquistar a participação da sociedade civil organizada no Comitê da Bacia Hidrográfica, o Projeto de Revitalização do Governo Federal ainda tem algumas dúvidas quanto à aplicação dos recursos, mas o Instituto Manoel de Moraes prepara emenda popular a fim de garantir em lei a recuperação do Velho Chico. Além disso, apresenta levantamento de custos das ações necessárias. A Sociedade Canoa de Tolda tem um projeto ambiental para mobilizar comunidades ribeirinhas a lutar por melhores condições de vida. Ações concretas de preservação do Velho Chico envolvem crianças e jovens, renovando a esperança de devolver vida ao Rio. Não importa se os princípios são cristãos ou holísticos, quando se trata de despertar na sociedade a importância da natureza para a sobrevivência humana.

Católicos difundem fé e reflorestamento da bacia

Projeto Replantar distribui mudas do canteiro da Chesf entre comunidades

As questões ambientais tornaram-se motivo de preocupação para as principais entidades sociais do País. A Igreja Católica não pretende ficar de fora e começa a realizar ações concretas para preservar a bacia do Baixo São Francisco.

A caritas Internacional é uma entidade que foi criada no período da Segunda Guerra Mundial para promover solidariedade em favor da vida em situações emergenciais. Diante das consequências da seca no semi-árido sergipano, a Caritas Diocesana de Propriá lançou a campanha Água Nossa de Cada Dia para mobilizar as comunidades em prol da valorização da água e do Rio São Francisco.

Um dos principais problemas dessa região é o desmatamento desenfreado e motivado pela situação de miséria em que vivem as comunidades da bacia do baixo curso do Rio. "A fome é crescente. Existem até cemitérios à beira das estradas com crianças mortas vítimas da fome", lamenta padre Isaias Nascimento, pároco do município de São Francisco.

A partir daí, nasceu o Programa Replantar, dentro da campanha Água Nossa de Cada Dia. O objetivo é conscientizar as comunidades em relação aos problemas causados pelo desmatamento e estimular a plantação de mudas de espécies nativas do semi-árido.

O Programa funciona em parceria com o Projeto Verde Xingó, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf -, que disponibiliza gratuitamente mais de 1 milhão de mudas. "O canteiro da Chesf não estava sendo bem aproveitado porque não havia entidades que buscassem as mudas", informa padre Isaias.

A divulgação é feita através de programas de rádio, missas e bate-papos durante as visitas do padre às comunidades. "Não temos muitos recursos, mas temos o potencial da fé para estimular as pessoas a plantarem as mudas", acredita padre Isaias. O Programa Replantar existe há cinco meses, conta com a participação de um técnico agrícola e outro em botânica e já distribuiu cerca de 35 mil mudas. Só no povoado Mocambo, em Porto da Folha, já foram plantadas mil mudas.

Após o plantio é feito um acompanhamento para verificar em que condições se encontram as árvores plantadas e o índice de perda não chega a 1%. A orientação às comunidades não fica restrita ao manejo da terra, existe uma mística que fundamenta o simples ato de plantar uma muda. A idéia é de que amar a vida significa também colaborar com Deus no cuidado com a criação. "Não se deve só amar ao próximo enquanto pessoa, mas enquanto natureza como um todo", ensina o padre.

Os integrantes do Programa Replantar reconhecem que as comunidades têm dificuldade de considerar a natureza uma parceira, e não, objeto de degradação. Isso acontece, principalmente, pelas condições de extrema pobreza em que vive a maioria delas. "Não existem projetos eficientes do Governo de desenvolvimento sustentável da região. Existe muito engodo", ressalta padre Isaias Nascimento. No semi-árido, uma árvore pode gerar vida tanto viva quanto morta e as comunidades não têm alternativa de trabalho.

Chesf treina jovens na produção de mudas nativas

Apesar de todo o impacto causado pelas hidrelétricas, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - contribui para a preservação da bacia do Velho Chico com projetos de meio ambiente voltados para a vegetação nativa.

Na região da barragem de Xingó, entre os municípios de Piranhas (AL) e Calumbé do São Francisco (SE), está sendo desenvolvido o Projeto Verde Xingó. A finalidade é treinar adolescentes carentes para realizar atividades de jardinocultura e olericultura. O treinamento é voltado também para a educação doméstica, higiene e trabalho, com intenção de contribuir para a melhoria da renda familiar e uma mentalidade nova de coo-

peração e cidadania.

O Verde Xingó foi implantado para dar suporte ao Projeto de Produção de Mudanças das Espécies Nativas da Caatinga e Recuperação de Áreas Urbanizadas e ao Banco Genético, além de conscientizar os jovens para a valorização dos recursos naturais. O projeto tem duração de dois anos e reúne 50 participantes, com idades entre 13 e 15 anos.

Os trabalhos são executados a partir de oficinas interativas e cursos que envolvem temas de cidadania, saúde, meio ambiente e relações interpessoais. Os jovens participam ainda de atividades culturais e são acompanhados junto à escola e família.

Codevasf ensina crianças a povoar o Velho Chico

Peixamentos envolvem escolas ribeirinhas e devolvem espécies nativas

A ausência das cheias sazonais no Rio São Francisco comprometeu o equilíbrio natural de um componente importante da bacia: a lagoa marginal. Os peixes perderam seu berçário e as lagoas começaram a ser degradadas. A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - tenta recuperar a capacidade piscosa do Rio e as lagoas que ainda podem gerar vida.

Os projetos de meio ambiente da Companhia, em Sergipe, envolvem os 27 municípios da bacia do Baixo São Francisco, através de eventos educativos. As Secretarias Municipais de Educação se encarregam de levar as crianças até o Rio para realizarem peixamentos de espécies nativas. Elas recebem orientação a respeito da reprodução natural e artificial dos peixes e sobre as causas de impacto na fauna do Rio São Francisco.

Os peixamentos são feitos com alevinos de mais de 5 cm de comprimento, com 70 a 90 dias de nascidos. Esses filhotes são produzidos no laboratório da Estação de Piscicultura do Perímetro Irrigado Betume e transportados em bolsas plásticas até o leito do Rio. "A gente solta os peixes distante da margem para evitar que crianças e banhistas brinquem com eles. Porque ficam estressados durante o transporte e não conseguem se defender rapidamente", explica Jorge Pessoa.

Engenheiro de Pesca da Estação do Betume.

TRADIÇÃO RIBEIRINHA

A preferência da Codevasf é de povoar o São Francisco com espécies nativas como curimatã-pacu e piaui. A exceção é o tambaqui, que tem autorização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama - para ser colocado no Rio. "A vantagem do tambaqui é que reproduz o ano inteiro, já as espécies nativas têm reprodução cíclica", lamenta Jorge Pessoa, acrescentando que os tambaquis estão atingindo a maturidade e não encontram condições favoráveis à reprodução no Rio. "Não temos nenhum registro de reprodução dessa espécie", afirma o engenheiro.

A Estação de Piscicultura está preparando também reprodutores de surubim, matrinhã e niquim, uma espécie nativa de alto valor econômico. Até o ano passado os peixamentos no Rio São Francisco eram feitos a cada 15 dias em diferentes municípios ribeirinhos. Esse ano, as chuvas constantes na região baixaram a temperatura da água e prejudicaram a reprodução e o crescimento dos peixes. Segundo Jorge Pessoa, a partir de outubro o programa de reprodução será retomado.

Os principais eventos, dos quais fazem parte os peixamentos educativos, são realizados durante a festa de Bom Jesus dos Navegantes e na Semana da Água. Trata-se de um acontecimento que já faz parte da tradição dessas comemorações.

Lagoa marginal inspira músicas educativas

Além dos permanentes, a Codevasf pretende recuperar a lagoa marginal Salomé, localizada no município de Cedro de São João, a 94Km de Aracaju. No lançamento do Programa de Revitalização da lagoa surgiu o CD Água Azul, com músicas infantis-juvenis que tratam de temas de preservação ambiental.

A lagoa Salomé é uma das muitas que enfrentam os impactos causados após a construção das hidrelétricas. Ela é abastecida pelo riacho Jacaré, que fica na bacia do Baixo São Francisco, e pelas chuvas. Tem área bruta de 7 hectares, com lâmina d'água de 4,5 ha e profundidade média de 20m, no período chuvoso. No momento, a Codevasf inicia o processo de licitação para contratar serviços para os Estudos de Recuperação e Revitalização da Lagoa Salomé.

O estado da degradação da lagoa sensibilizou o Superintendente de Recursos Hídricos de Sergipe, Ailton da Rocha, que apoiou a iniciativa de Graça Melo, Assessora de Divulgação da Codevasf e Pedagoga, em compor músicas com temas de meio ambiente.

O CD Água Azul foi lançado este ano, com patrocínio do Banese e Deso. As mil cópias foram distribuídas entre as superintendências, escolas dos municípios ribeirinhos e de Aracaju, Adema e Secretaria de Educação do Estado. O CD faz uma homenagem ao Rio São Francisco através da música *Velho Chico, meu amor!*

Segundo Graça Melo, trata-se de um trabalho institucional da Codevasf. "Eu não sou cantora, é um trabalho educativo", afirma Graça, destacando que compõe músicas para

evangelizar e começou a fazer também composições educativas em favor da causa ambiental. A assessora acrescenta que a infância é a fase em que ainda se pode corrigir falhas de conduta.

"A música é um veículo que trabalha a energia, o sentimento, que muda hábitos e fortalece a vontade. E ao penetrar no mundo infantil, fica mais fácil ser entendida pela criança. Assim conseguimos mudar comportamentos", diz Graça Melo, justificando a importância do seu trabalho.

O segundo CD de Graça Melo, chamado Mundo Lindo, já está pronto e deverá ser lançado este ano. O Água Azul está à disposição de quem desejar reproduzi-lo para contribuir com a educação ambiental. Mil cópias do CD custam menos de R\$ 3 mil.

Iman propõe emenda popular em favor do Velho Chico

Instituto recolhe assinaturas para garantir reabilitação da bacia em lei

O Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia do São Francisco, anunciado este ano pelo Governo Federal, não satisfaz aos defensores do Rio. Diante da insegurança causada pelo projeto, o Instituto Manoel Novaes para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Iman - começa a mobilizar a sociedade em favor do Velho Chico.

O Instituto foi criado em 1996 pela Associação Comercial da Bahia, Federação da Agricultura, Universidades Federal e Estadual da Bahia e Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco - Cecivasf. O objetivo é promover ações de desenvolvimento, voltadas para a melhoria das condições de educação, saúde e moradia, além de proteger a bacia.

A homenagem ao deputado Manoel Novaes não é à toa. Ele foi responsável pelo artigo 29, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, que garantiu a aplicação de 1% da receita da União no Vale do São Francisco, durante 20 anos.

DINHEIRO CARIMBADO

Esses recursos foram de grande importância para o desenvolvimento do vale. Eles tornaram possível a criação do Cecivasf, a construção de hospitais como os de Propriá, Penedo, Petrolina, cais portuários, armazéns, inclusive os de Propriá e Penedo, instalação de energia elétrica, construção da usina de Três Marias, entre outros benefícios. "Existia dinheiro carimbado, hoje não existe mais", lamenta Theodomiro de Araújo, secretário executivo do Iman e presidente do Cecivasf, referindo-se ao registro em lei para garantir esses recursos.

Theodomiro chama atenção para a insegurança que caracteriza o Projeto de Revitalização do Governo Federal. "Muda o presidente, mudam as prioridades e o projeto é um mero decreto de Fernando Henrique", justi-

fica o secretário executivo do Iman, acrescentando que os recursos liberados para o projeto não constam em lei, especificando quanto deve ser aplicado por ano.

ARRASTÃO NA BACIA

Para garantir segurança ao processo de recuperação da Bacia do Rio São Francisco, o Instituto Manoel Novaes começa a investir na política de convencimento das autoridades. O Iman faz jus ao nome que tem e começa uma campanha para recolher assinaturas em toda a bacia, com objetivo de apresentar uma emenda popular no Congresso Nacional.

Trata-se da proposta de alterar o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criando o Fundo Temporário de Reabilitação da Bacia do São Francisco e Interligação de Bacias. Isso significa propor uma emenda obrigando o Poder Executivo a aplicar 0,5% da arrecadação tributária da União na recuperação da Bacia do Velho Chico durante 30 anos.

"O Fundo é temporário porque a reabilitação se completa num determinado espaço de tempo, que estimamos em 30 anos. Manutenção, operação e monitoramento é que são permanentes", esclarece Theodomiro de Araújo. Segundo ele, se a emenda estivesse em vigor este ano, o Rio São Francisco seria beneficiado com R\$ 476 milhões. Um ótimo presente de aniversário de 500 anos.

O Instituto Manoel Novaes já fez um levantamento de quanto seria necessário para reabilitar a Bacia do Velho Chico e o valor total chega a US\$ 392.212.427,96. As assinaturas para o projeto de reforma constitucional popular estão sendo recolhidas. "Vamos fazer um arrastão em toda a bacia", empolga-se Theodomiro. O Iman pretende recolher, no mínimo, um milhão de assinaturas.

Levantamento das ações de reabilitação da Bacia do São Francisco (US\$)

Recuperação, preservação e conservação da flora e fauna nativas.....	26.900.000,00
Combate a erosão em 35 mil Km. em curto prazo.....	1.000.000,00
Controle do lançamento de efluentes em 400 empresas em curto prazo.....	2.743.463,36
Combate em longo prazo (11 anos) / Monitoramento.....	16.472.766,24
Serviços de abastecimento de água em curto prazo (2 anos).....	13.391.089,59
Serviços de abastecimento de água em longo prazo (11 anos).....	40.172.728,71
Saneamento básico em curto prazo (2 anos).....	58.454.000,00
Saneamento básico em longo prazo (11 anos).....	175.363.410,00
Usinas de beneficiamento de lixo em curto prazo.....	1.250.000,00
Usinas de beneficiamento de lixo em longo prazo.....	3.750.000,00
Monitoramento de qualidade da água em curto prazo.....	2.758.000,00
Monitoramento de qualidade da água em longo prazo.....	33.096.000,00
Cursos/palestras técnicas e de educação ambiental em curto prazo.....	350.000,00
Cursos/palestras técnicas e de educação ambiental em longo prazo.....	1.350.000,00
Restabelecimento da navegação.....	5.970.000,00
Manutenção da navegação do rio, anualmente.....	320.000,00
Desenvolvimento do setor pesqueiro e recuperação da ictiofauna.....	7.868.500,00
Total necessário para recuperação do São Francisco em longo prazo.....	302.212.477,96

Está chegando o grande dia! E com ele a responsabilidade em manter vivo o Velho Chico. No dia 4 de outubro de 1501, os europeus se encantaram com a beleza e a fartura proporcionadas pelo São Francisco. O Rio comemora 500 anos de descoberta cercado de aplausos e manifestações em defesa da maior fonte de vida do Nordeste. A edição do caderno São Francisco - o CINFORM nos 500 anos do Rio, traz os eventos de aniversário e convida você a participar dessa festa. Dia 1º nas bancas!

Princípios holísticos preservam Velho Chico

Grande Síntese desperta a consciência das crianças através de oficinas

As ações de preservação do Rio São Francisco vão além das atividades práticas e alcançam a dimensão espiritual. O trabalho da Grande Síntese no povoado Saúde, em Santana do São Francisco, vem transformando os hábitos das crianças da comunidade.

A Grande Síntese - Instituto Cultural para o Florescimento do Homem é uma entidade voltada para o despertar da consciência humana, através de uma percepção holística do universo. Os projetos de preservação ambiental são realizados na Fazenda Mãe Natureza, à margem do Rio São Francisco, no povoado Saúde.

"O trabalho com o Rio não teve início agora, depois que começaram a falar na morte do São Francisco", informa Eliane Monte Alegre, membro da diretoria da Grande Síntese. A instituição existe há 16 anos e a preservação do Velho Chico é prioridade em seu trabalho.

A idéia de que os seres e as coisas convivem no mundo numa relação de dependência e integração deu origem a dois projetos de educação ambiental. O principal chama-se Bambá, em homenagem a um peixe nativo do Rio, já extinto. As atividades são realizadas aos sábados, durante seis meses, com crianças de 12 a 14 anos das escolas do povoado ribeirinho. Os professores também recebem orientação para acompanhar a formação das crianças.

TUDO DEPENDE DE TUDO

O projeto conta com a participação de 40 crianças e oferece diversas oficinas que pro-

porcionam uma relação direta do ser humano com a natureza. A confecção de papel reciclado, a aventura por trilhas ecológicas, a surpresa ao descobrir substâncias medicinais e nutritivas nos vegetais, a emoção de fazer peixamentos, plantar uma muda de árvore e o prazer

em contribuir com a preservação da vida envolvem as crianças numa atmosfera de paz e integração.

"Esse trabalho é fundamental para que elas aprendam a aproveitar, desfrutar da riqueza natural que existe ao redor", ressalta Ivan Ferreira, membro da diretoria da Grande Síntese.

Ivan acrescenta que as crianças precisam aprender a conviver com o Rio, ter a consciência de que são parte dele. "É importante porque a gente aprende muitas coisas", diz Marcos dos Santos, 12 anos, que participa do projeto e manifesta a satisfação em desenvolver a criatividade na confecção de papel reciclado.

As atividades na Fazenda Mãe Natureza partem do princípio de que tudo depende

de tudo e têm o objetivo de revelar as potencialidades das crianças. As oficinas funcionam como instrumentos para possibilitar uma visão mais ampla e integrada do universo. Além disso, o Projeto Bambá promove o resgate da cultura dos primeiros ocupantes das margens do

Rio, os índios, através da dança, música e visitas à aldeia dos Cariris-Xocós.

Os voluntários da instituição revelam que não se preocupam com o resultado do trabalho.

"Tem pessoas que vão aceitar e outras não. Para nós isso não reflete sucesso ou fracasso. Sabemos que não se trata de um trabalho com resultado imediato, mas alguém tem que começar", esclarece Ivan Ferreira.

NOVA VISÃO DO HOMEM

Apesar de não existir preocupação com o retorno do trabalho, os pais das crianças já percebem a mudança de comportamento. Os cuidados com o Rio São Francisco e com o ambiente onde vivem começam a fazer parte da

rotina dos pequenos defensores da natureza.

As crianças participam ativamente das oficinas, fazem perguntas, ficam atentas às orientações dos voluntários e, aos poucos, descobrem diversas formas de manter uma relação saudável com a natureza. "Aqui a gente tem contato com a natureza, aprende e se diverte também. Os educadores ensinam à gente e a gente ensina aos outros do povoado", diz Gilcilene dos Santos, 13 anos, integrante do projeto.

Além de aprenderem a preservar a natureza, as crianças manifestam a satisfação em frequentarem um lugar onde reina a tranquilidade. "Passar o dia aqui é nascer de novo, é como se eu vivesse outra vida", revela Alinne da Silva, 13 anos, acrescentando que se as pessoas tivessem a oportunidade que ela tem, de fazer parte do projeto, entenderiam a importância de preservar a natureza.

Segundo Eliane Monte Alegre, esse trabalho possibilita uma nova visão do homem em relação ao mundo e a utilidade até do que se apresenta como inútil no meio ambiente. "Nada existe por acaso, inclusive o próprio mal, que é um revelador do bem", acredita Eliane.

O trabalho da Grande Síntese prioriza o despertar da consciência através do trabalho concreto. "É preciso começar a pensar. A gente acredita que tudo começa no pensamento e assim é que se muda um paradigma", destaca Eliane. Para ela, o projeto proporciona uma parceria entre as crianças e os voluntários. "Existe uma troca. Nós facilitamos algo para elas e elas facilitam nosso autoconhecimento".

ONG combate miséria de comunidades ribeirinhas

Mato da Onça mostra resultados de mobilização e se torna exemplo

Os passios de barco pelo Velho Chico podem proporcionar momentos de prazer e calorem no esquecimento. Ou podem chamar atenção para uma realidade que vai além da beleza natural e permanecer na memória. Foi assim que nasceu a Sociedade Canoas de Tolda, em 1997, uma Organização Não Governamental atuante na defesa do Baixo São Francisco.

O que era apenas lazer para um grupo de amigos, transformou-se no compromisso de viabilizar melhores condições de vida para as comunidades ribeirinhas do São Francisco. As constantes viagens pelo Rio despertaram nesse grupo o desejo de fazer algo para oferecer uma sobrevivência digna aos habitantes das margens.

A ausência das cheias periódicas comprometeu a situação econômica e até a felicidade dos ribeirinhos. Eles viviam tranquilamente com os recursos que o Rio podia oferecer, mas o uso arbitrário da água para geração de energia gerou uma situação de extrema pobreza nas comunidades.

"Encontramos as pessoas deprimidas com a realidade recente do São Francisco. Elas falam que olham para o Rio e dá tristeza ou nem querem olhar para ele", revela Carlos Eduardo Ribeiro, coordenador de projeto da Sociedade Canoas de Tolda.

O nome escolhido se refere à embarcação

tradicional do baixo curso do Rio. "A canoa de tolda é um símbolo fortíssimo dos bons tempos no Baixo São Francisco", informa Eduardo. A ONG adquiriu uma das duas canoas ainda existentes, a Luzitânia, e tenta restaurá-la para voltar a navegar e participar dos eventos culturais do Velho Chico.

MOBILIZAR COMUNIDADE

Hoje, a Organização Não Governamental possui 13 integrantes e atua no trecho entre a barragem de Xingó e a foz. O trabalho da Sociedade Canoas de Tolda é desenvolvido às margens do Rio, com pequenas comunidades. "Essas são as que mais sofrem com a falta de assistência governamental. Falta escola, saneamento e tantas coisas", justifica Carlos Eduardo.

O povoado Mato da Onça, no município de Pão de Açúcar, à margem alagoana, foi escolhido pela ONG para o início das ações concretas. O motivo foi a presença de amigos entre a comunidade. Eduardo atribui a situação anterior do povoado à miséria absoluta. O chão era coberto de lixo e a escola funcionava num curral. A primeira atitude foi de organizar os moradores numa associação e, a partir deles, descobrir as necessidades prioritárias. O povoado tem 70 habitantes, com 60% de crianças e jovens.

O trabalho da Sociedade Canoas de Tolda,

em parceria com a comunidade, transformou as condições de vida do Mato da Onça. Hoje existe escola comunitária, construída em sistema de mutirão, painel solar, bebedouro para animais, seleção e coleta de lixo, saneamento e cisterna comunitária. A ONG concretizou no povoado o grande sonho da comunidade de Niterói: água encanada. Os moradores desse povoado, que fica à margem sergipana, passaram o dia transportando baldes pesados de água enquanto, de frente para eles, o catavento do Mato da Onça gera energia para bombear água e encher a caixa comunitária.

DADOS PRECIOSOS

"O povoado agora é um exemplo para o Baixo São Francisco. Ele provocou uma série de reações positivas em outras comunidades", afirma Eduardo, satisfeito com o trabalho realizado. Os recursos para as obras no Mato da Onça foram doados pelo Governo da Alemanha, cerca de US\$ 8 mil, com participação de verbas e mão-de-obra da prefeitura de Pão de Açúcar.

O maior objetivo da Organização é estimular as comunidades a conduzirem suas vidas sozinhas e solicitarem do poder público seus direitos, excluindo a relação de troca de favores. Esse trabalho começa pela limpeza dos povoados, é a contrapartida dos ribeirinhos.

Entre os principais projetos da ONG está o Margens, qualificado como o mais importante e prioritário. Trata-se de um projeto permanente de levantamento do perfil sócio-ambiental do Baixo São Francisco. "Ele nasceu com o objetivo de obter dados concretos para sabermos como realizar nossas ações e alcançá-las numa dimensão que não esperávamos", ressalta Carlos Eduardo.

O levantamento já foi feito em mais de 2 mil moradias, de 26 comunidades, durante três anos, o que representa 50% do trabalho concluído. Em outubro será realizado um seminário para apresentar o primeiro relatório do Projeto Margens. "É um banco de dados preciosíssimo, nem o IBGE, nem o Governo Estadual possuem", orgulha-se Eduardo. A ideia é colocar os dados à disposição para que sejam realizados projetos de desenvolvimento das comunidades.

Além disso, a ONG apóia o documentário produzido pela integrante Ana Rieper, que mostra a vida dos ribeirinhos no Baixo São Francisco. O documentário Na Veia do Rio está na fase de edição e necessita de R\$ 25 mil para ser concluído. Parte dele foi patrocinada pela Chesf e pelo Banco do Nordeste.

Artes e artesãos do São Francisco

Uma legião de homens e mulheres simples mantém as tradições culturais do Baixo São Francisco. Da argila, mãos calejadas fazem nascer vasos, potes, jarros e panelas; da palha do coqueiro, brota um vivo artesanato; de linhas, agulhas e teares, espalham-se rendendê e ponto de cruz conhecidos até em outros países. Na navegação, Sergipe exportou para o Médio São Francisco sua revolucionária tecnologia da canoa de tolda. Artesãos e canoeiros são artistas que vivem e sobrevivem às margens de um Rio que marcou e marca a vida de todos os sergipanos.

Cores e ritmos da cultura popular ribeirinha

Grupos expressam religiosidade e buscam profissionalização

Ao longo do Rio São Francisco, as comunidades ribeirinhas manifestam a riqueza da cultura popular com muita dança e música. As roupas coloridas, os passos bem ensaiados e os versos revelam a alegria de estar à margem do Rio, a gratidão e a fé dos personagens folclóricos.

Os ribeirinhos buscam nas tradições deixadas pelos colonizadores, na História ou nas situações vivenciadas em seus municípios, o prazer de expressar a sabedoria do povo. As manifestações folclóricas do Baixo São Francisco estão vinculadas quase exclusivamente à religião Católica, uma herança das missões jesuítas.

As apresentações acontecem, muitas vezes, em épocas diferenciadas, mas preservam as características marcantes de cada folguedo. Os grupos geralmente se dividem em dois, simbolizando a rivalidade entre o bem e o mal. É o caso do Santo

Guerreiro, São Gonçalo e a Cavalhada.

No ciclo junino, a intenção dos grupos é celebrar e agradecer a colheita farta no campo. O destaque vai para as quadrilhas, tão utilizadas atualmente, o casamento de matuto e o samba de coco, uma dança tradicional dos negros, presente

no povoado Moimbo, em Porto da Folha.

O ciclo natalino comemora o nascimento do menino Jesus, fazendo louvores ao filho de Deus. Nesse período, os responsáveis pelo brilho da festa são o Pastoril, Reisado e Santo Guerreiro. "Os dois últimos são típicos do Estado de Alagoas, que chegaram a Sergipe através do intercâmbio cul-

tural promovido pelo Rio São Francisco entre os Estados", informa Kátia Araújo, professora de Sociologia da Universidade Tiradentes - Unit.

Além dos ciclos, existem manifestações que envolvem a vida dos habitantes do sertão, como a Vaquejada, que simboliza a habilidade dos vaqueiros em recolher o gado solto na caatinga. Já os Cangaceiros, relembram os costumes e feitos de Lampião e seu bando durante a passagem pelos municípios sergipanos.

Os grupos folclóricos do Baixo São Fran-

cisco mantêm as tradições e a religiosidade do povo ribeirinho. No entanto, alguns não resistem aos encantos da profissionalização. "Os Governos começaram a investir na preservação desses grupos doando as roupas, pagando aos músicos. Então eles ficaram habituados a se apresentarem por dinheiro", revela a professora.

DESCARACTERIZAÇÃO

Kátia Araújo destaca o São Gonçalo de Canindé do São Francisco, que ainda exibe seu espetáculo de forma espontânea, expressando a religiosidade dos participantes em agradecimento a uma graça alcançada.

As pessoas que compõem os grupos folclóricos fazem parte de uma classe menos favorecida da sociedade e enfrentam dificuldades financeiras. A profissionalização apresenta a vantagem da divulgação dos folguedos, mas oferece o risco de descaracterizar o folclore e até de extingui-lo.

"Trata-se de uma reação da comunidade que se encontra desempregada, massacrada, perseguida. Diante dessa situação, o que era espontâneo passa a valer como objeto de troca", analisa Kátia Araújo. A professora acrescenta que o interesse dos intelectuais e da mídia em expor os grupos folclóricos favorece a relação de troca. Mas a beleza dos folguedos está no amor dos participantes a uma herança cultural deixada por seus antepassados.

Povo Xocó entre tecnologia e tradição

Aldeia mantém igreja secular, possui telefone móvel e tv

É quase impossível recompor a paisagem do Rio São Francisco da época de sua descoberta pelos europeus. A Ilha de São Pedro, no município de Porto da Folha, preserva as lembranças do passado tranquilo dos primeiros habitantes das margens do Velho Chico.

Quando os portugueses chegaram à foz do Opará, em 4 de outubro de 1501, existiam diversas tribos indígenas ocupando o vale. Entre eles se encontravam os Xocós, à margem sergipana. Atualmente, as 54 famílias que habitam a Ilha de São Pedro representam a continuidade da história dos Xocós.

O longo período de colonização encarregou-se de transformar a vida simples dos índios e até de extingui-los. A imposição do Catolicismo e dos costumes europeus destruíram grande parte da cultura indígena. "Nós somos Católicos, nosso padroeiro é São Pedro e toda vez que tem missa a gente dança o Toré", diz o jovem cacique Batista, de 30 anos.

O Toré é a herança que marca a descendência indígena do povo da Ilha. Trata-se de um ritual sagrado, realizado num

terreiro afastado da aldeia, com dança, indumentária típica e bebida da jurema. A dança é comum ao povo, mas nem todos estão aptos a participarem do ritual.

O Rio São Francisco sempre foi o bem mais precioso do povo Xocó. Com a ausência das cheias, eles perderam uma parte de seus recursos de sobrevivência. Hoje os remanescentes possuem exigências muito diferentes da vida nativa à beira do Rio. "O Governo precisa investir no desenvolvimento da comunidade. Estamos numa ilha e não temos irrigação", reclama Manoel Martins, o Neneu, presidente da Associação do povo Xocó.

A comunidade da Ilha de São Pedro já desfruta dos prazeres das novas tecnologias da comunicação. A permissão para entrar na aldeia pode ser adquirida através do aparelho de telefone celular. A Empresa de Telecomunicações - Telemar - está aproveitando a pacificidade do povo Xocó para instalar seus orelhões na aldeia.

Além da telefonia, a comunidade fica bem informada, através da televisão, sobre os fatos que marcam o cotidiano fora da Ilha. O povo Xocó manifesta o interesse pela vida de pessoas famosas e ficaram ligados nas negociações do seqüestrador Fernando Dutra com o apresentador Silvío Santos.

Apesar da chegada da tecnologia, os habitantes da Ilha de São Pedro estão preocupados com as condições em que se encontra a igreja da aldeia. "O Governo estadual tombou a igreja e ela está caindo aos pedaços", denuncia Neneu. A Igreja de São Pedro foi construída no século 17 e simboliza o trabalho das missões jesuíticas na região. O monumento faz parte do acervo que será tombado pela Unesco, através da Campanha São Francisco Paisagem Cultural da Humanidade.

Remanescentes de quilombo à beira do Rio Mocambo guarda pouca tradição e continua na luta pela terra

Os portugueses enfrentaram algumas dificuldades para povoar o Baixo São Francisco. Uma delas foi a formação de aldeamentos de escravos fugitivos das áreas de cana-de-açúcar às margens do Rio. O povoado Mocambo, em Porto da Folha, é um herança da luta dos negros para permanecer no quilombo.

Depois de 500 anos de história de colonização, tornou-se difícil manter os costumes e originalidade da raça negra. A comunidade miscigenou-se, principalmente com os índios, dando origem a um grupo de pessoas com características muito diferentes de seus antepassados.

O maior legado do quilombo foi o Rio

Velho Chico continua fornecendo suas águas para o abastecimento humano. "Não é o Rio que conhecemos mais o artesanato de couro por que o Rio acabou e acabou-se também a canoa de talha", lembra Antônio Lima da Silva, 64 anos, morador do Mocambo.

A comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares, em 1997. A titulação de posse dos

2.100 hectares de terra aconteceu em 2000.

"Nesse processo é idêntico aos índios, mas eles têm direitos especiais que nós ainda não

parte de suas terras. As famílias ocupam uma área do quilombo, a fazenda Rosa Cruz, que ainda pertence ao proprietário. "O fazendeiro prefere disponibilizar a área para uso deles do que para a comunidade", lamenta Antônio de Souza. O processo de desapropriação dessas terras não está finalizado.

As principais expressões de preservação da cultura negra são o trabalho coletivo, o samba de coco, dançado no dia de padroeira Santa Cruz e no Dia da Consciência Negra, o uso de ervas medicinais, preparo do angico e da feijão, utilizando pilão e tacho de barro. A comunidade tenta preservar a história de conquista do quilombo dando preferências casamentos entre seus membros ou com os índios.

Comunidade do Mocambo foi reconhecida em 1997

São Francisco. O processo de degradação

não permite que a comunidade tenha a futura do peixe e de arroz, como antes, mas

Sinal vermelho para navegação no Velho Chico

Canoas e barcos parados à margem dão espaço ao transporte por terra

As margens do Rio São Francisco pouco movimentam o desenvolvimento da economia em todo o vale e foram marcadas por integração entre as populações ribeirinhas através da navegação. O surgimento de outros meios de transporte e sobretudo o processo de degradação do Rio mantêm as embarcações paradas às margens, impedindo o fluxo dos navegantes do Velho Chico.

O Rio São Francisco possui apenas dois trechos navegáveis. O primeiro fica entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA)/Petrolina (PE), com 1.371 Km de extensão, e o outro entre Piranhas (AL) e Brejo Grande (SE), na boca, com 208 Km. O último trecho corresponde ao Baixo São Francisco e tem a canoa de tolda como embarcação tradicional, porém em extinção.

O transporte de passageiros e carga do baixo curso do Velho Chico foi substituído pelo terrestre a partir da construção das estradas, ligando as principais cidades da região. Além disso, a ausência das cheias causou prejuízos significativos para a economia dessas cidades na navegação sofreu as consequências.

As vantagens oferecidas pelo transporte terrestre deixam poucas saídas nos barcos e canoas que se transformaram em motoristas de ônibus. "O transporte pelo Rio é mais vagaroso, hoje todo mundo só quer viajar de ônibus", justifica Antônio Vieira Filho, 53 anos, que vende uma de suas lanchas para comprar um ônibus.

HERANÇA DE FAMÍLIA

A outra lancha de Antônio Vieira continua em atividade apenas para o transporte de carga. A lancha Oriente está sob o co-

mando do filho Genivaldo Vieira, conhecido como Genivaldo, 30 anos, e encerra o tráfico de passageiros, em- barcações, entre Pirapora e Pão de Açúcar, recentemente. O tempo gasto nesse percurso pelo ônibus é de 3 horas, enquanto no de lancha é de 15 dias em viagem pelo Rio.

Apesar das dificuldades, o jovem navegante não esconde a paixão pelo Velho Chico. "O Rio é minha vida. Fico muito feliz por estar navegando nele, não sei a que quando", confessa Genivaldo com a sensação de que seu tempo não pode lhe escapar, impedindo a aflição pela perda.

Já o musicista Antônio Passante, 45 anos, se encontra na Oriente, e diz que o trabalho com o ônibus até faz esquecer os 25 anos de navegação pelo Baixo São Francisco. "A vida dá muitas voltas e a gente tem que buscar outras formas de sobrevivência", justifica Antônio, que lamenta ser obrigado um dia a vender a Oriente por não ter condições de mantê-la parada, afinal, é herança de seu pai.

ONG preserva tradição do Baixo São Francisco

O risco de ser comprada por um museu europeu que conhece o valor inestimável da embarcação", afirma Carlos Eduardo.

O objetivo da ONG Canoa de Tolda é restaurar a Luzitânia para que ela volte a fazer parte da vida dos ribeirinhos. A obra de restauração está orçada em R\$ 35 mil e foi iniciada com poucos recursos próprios. A canoa está em processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A outra canoa de tolda se chama Danie-la e pertence ao mestre pernambuco conhecido como Pezão. A prefeitura de Penedo pretende desapropriá-la, mas garante manter a família do mestre trabalhando na canoa para enriquecer a atividade turística da cidade.

"A canoa de tolda é um dos símbolos mais fortes, assim como as cheias, das épocas de fartura no Baixo São Francisco. Era ela que transportava toda a riqueza produzida na região", destaca Carlos Eduardo Ribeiro Júnior, coordenador de projeto da Sociedade Canoa de Tolda.

Em 1999, a ONG adquiriu uma das duas canoas que restaram nesse trecho do Velho Chico. A verba para a compra da Luzitânia foi obtida com ajuda do Governo da Alemanha, através de convênio com o Conselho daquele país em Recife.

A canoa de tolda Luzitânia era propriedade do mestre Abel e se encontra parada, em condições precárias de navegação, no povoado Mato da Onça, à margem abrigada. "A canoa corre



Entre as linhas, palhas, madeira e argila, os artistas anônimos de todas as idades mantêm a tradição do artesanato no Baixo São Francisco. Um trabalho delicado que exige habilidade e dedicação para compor as peças que caracterizam o modo de vida das pessoas e guardam a história da região.

O intenso processo de industrialização que ocorreu no Brasil a partir da década de 1950 trouxe prejuízos à produção artesanal. A atividade manual e espontânea do artesão passou a ser substituída pelo uso de máquinas com capacidade para produzir em alta escala, utilizando técnicas aprimoradas.

Mesmo diante de toda a tecnologia do século 21 e das dificuldades impostas pela comercialização, o artesanato do Baixo São Francisco continua encantando consumidores nativos e turistas. Os destaques da atividade se encontram na cerâmica do município de Santana do São Francisco, as rendas e bordados de Cedro de São João e a palha e o entalhe de Brejo Grande.

As peças artesanais são utilizadas, principalmente, como objetos de decoração e potico se repetem, revelando a capacidade artística de cada artesão. Elas sustentam a economia de grande parte dos municípios que não oferecem opção de emprego aos habitantes. O trabalho artesanal no Baixo São Francisco envolve pais e filhos e, em alguns casos, até a família completa.

TALENTO DOS RIBEIRINHOS

Quem chega em Santana do São Francisco, centro ceramista do Baixo São Francisco, admira os diversos tipos de peças expostas às janelas, portas e calçadas das casas. São jarros, potes, vasos, panelas, miniaturas que, mesmo não sendo únicas, mostram o talento e a originalidade do artesão.

A argila empilhada na mesa duquena passa para o torno e recebe as formas simples do cotidiano dos ribeirinhos de Santana - um ex-povoado de Neópolis, conhecido como Carapicho, que ganhou emancipação no começo da década de 90. Em seguida, as peças secam ao sol até ficarem prontas para enfrentar o aquecimento do forno à lenha. Elas podem ainda ser decoradas com riscos ou pinturas.

"Nós precisamos de um centro de artesanato para expor nossa cerâmica à venda. O tu-

rista chega e roda muito para comprar as peças e nem todas ficam expostas", reclama o ceramista Jonas Barbosa Filho, 33 anos, conhecido como Mosca. Jonas trabalha na Cerâmica Carapicho, de propriedade do sogro, que reúne as famílias de cinco filhos na mesma atividade.

A produção da cerâmica envolve custos com energia, lenha, tinta e argila, ou barro, como os artesãos preferem chamar. A argila vem das lagoas marginais que estão ao longo do Rio São Francisco e exige muita energia para a coleta. "É um trabalho 'fio da laia'. Trabalho pesado de domingo a domingo", diz Luiz Damásio, 40 anos, aprontador de barro. A escavação e o preparo de 2m² de área de barro levam cerca de três dias. "A folga é quando chove", revela José Remi Lima, 40 anos, que divide a renda de R\$ 35,00 com o parceiro Luiz, no preparo de mais de 3,5 toneladas de barro.

Mãos que tecem e preservam a cultura no São Francisco

DONOS DAS LAGOAS

As peças em cerâmica de Santana do São Francisco são vendidas, principalmente, para a capital Aracaju, os estados da Bahia e de Alagoas. "Hoje sofremos com a concorrência da industrialização do plástico e do cimento", afirma ceramista Cícero da Silva, 57 anos, lembrando da época em que saía sozinho com um caixão de cerâmica para Aracaju e vendia com facilidade.

O acesso à argila em Santana do São Francisco é uma das dificuldades enfrentadas pelos ceramistas. As lagoas de onde é retirada a matéria-prima da cerâmica pertencem a dois adver-

sários políticos do município e os artesãos se tornam dependentes de suas estratégias eleitorais.

Na opinião de Cícero da Silva, o Governo deveria desapropriar uma área para que os ceramistas deixassem de depender dos políticos. "Com 10 hectares de terra daria para a gente trabalhar durante muitos anos", sugere Cícero, acrescentando que essa quantidade de terra custaria menos ao Governo do que a contratação de um trio elétrico e o benefício seria incomparável. O ceramista sugere ainda uma área de reflorestamento, para que se deixe de comprar madeira clandestina, uma prática comum no município.

Jovens desenvolvem artesanato na foz

Os coqueirais que compõem a bela paisagem do encontro entre o Rio São Francisco e o Atlântico inspiraram a irmã Espírito Santo, da Congregação Missionária de Jesus Crucificado, a desenvolver a atividade artesanal em Brejo Grande, o último município sergipano na reta de chegada do Rio ao mar.

A intenção é a de ocupar a juventude daquele município ribeirinho. "Era preciso aproveitar a capacidade e os dons desses jovens para realizarem algum tipo de trabalho, com matéria-prima local", explica a freira.

Há sete anos a paróquia de Brejo Grande fundou uma oficina de artesanato no Centro Pastoral São José, com apoio da Secretaria de Ação Social e Senac. Entre

palhas, tintas e madeiras, a oficina refina diversos tipos de trabalho, como serigrafia, entalhe, artes plásticas, bordados e artesanato em palha, que foi implantado há um ano.

"Hoje eles precisam sair do município para adquirir conhecimento e desenvolver a criatividade", ressalta irmã Espírito Santo. Os jovens estão iniciando a atividade artesanal no município e a produção ainda não é significativa, mas já existe o talento dos jovens artesãos.

A palha do coqueiro entrincheirada revela a habilidade dos ribeirinhos em transformá-la em peças úteis e decorativas: Chapéu, cesta, fruteira, palmas ornamentais e uma infinidade de formas despois a criatividade dos jovens no manuseio da palha. Esse tipo de artesanato foi implantado com o apoio do Sebrae.

Segundo o jovem artesão Valdir, 21 anos, existe a dificuldade em conseguir a palha porque é necessário ir até aos donos das propriedades onde se encontram os coqueirais.

ARTE EM MADEIRA E TELA

A beleza dos quadros esculpidos em madeira resgata o artesanato tradicional de Brejo Grande: o entalhe. "É um trabalho delicado e que exige muita atenção no uso das ferramentas", exclama o entalhador Luciano da Silva, 22 anos, que dá preferência em seus quadros às formas humanas, paisagens de campo e vilas. O jovem artista não cede às exigências de mercado e mantém a produção de obras originais, sem repetição.

A proximidade com o Velho Chico e a vida do município ribeirinho deram a Adailton dos Santos, 18 anos, os principais elementos para a composição de seus quadros. "Gosto de pintar as histórias antigas ligadas ao Rio. Em quase todos os meus quadros tem água", diz Adailton, enquanto retrata em sua obra a enchente de 1979, com pessoas pescando nas ruas da cidade. O jovem artista revela que faz muitos passeios pelo São Francisco em busca de inspiração para suas telas.

A forma de comercialização é uma das dificuldades para o artesanato produzido no município. As peças, geralmente, são vendidas para turistas à beira do Rio, sem estrutura adequada de exposição. Vale lembrar que o artesanato de Brejo Grande foi premiado na Feira dos Municípios de Sergipe deste ano. O stand foi considerado o mais bonito e criativo.

O Secretário de Turismo de Brejo Grande, Carlos Kleber Lopes, diz que os jovens precisam encarar a atividade artesanal como fonte de renda futura para eles, afinal o município é pobre e não oferece opção de emprego. A irmã Espírito Santo acrescenta que o trabalho com os jovens é lento porque se trata de uma transformação de costumes.

Canoa de tolda fez sucesso no trecho médio do Rio

Sergipano oferece embarcação veloz e transforma hábitos de navegação no Velho Chico

O trecho navegável do Médio São Francisco, entre Pirapora, MG e Juazeiro/Petrolina - BA e PE, manifesta sua riqueza cultural através de lendas, figuras mitológicas e famosas vapores que transportaram parte da história dos baranqueiros da região. Mas a chegada das canoas sergipanas no trecho médio do Rio causou espanto e transformou os hábitos de navegação.

O comerciante sergipano Manoel Vieira da Rocha, conhecido como Nozinho, nasceu no município ribeirinho de Amparo do São Francisco, e foi responsável pelo acontecimento que revolucionou a navegação no médio curso do Rio. Manoel casou-se com a ribeirinha Alice Santana e passou a maior parte de sua vida em Propriá.

Quando o comércio da 'Princesinha do São Francisco' começou a declinar, Manoel da Rocha partiu para Juazeiro e levou com ele a tradição de navegar em canoas de tolda. A primeira canoa que experimentou as

águas mais agiadas do trecho médio foi a Iracema, construída em Propriá e levada para Juazeiro por Cicero Simões, genro de Nozinho.

A canoa causava estranheza nos barqueiros da região, que não acreditavam na sua eficiência. A embarcação com dois mastros, duas velas de pano e sem remadores navegava tranqüila pelo Médio São Francisco exibindo suas competências.

VELAS E TOLDA

Na proa, em vez das carrancas, uma tolda para abrigar o proprietário. A tripulação era composta de um mestre e dois 'moços', enquanto a barca existente no trecho médio necessitava de 30 homens para remar. A viagem de canoa de Pirapora a Juazeiro era feita em 10 dias e, de barca, em mais de 30.

Com tantas vantagens, os barqueiros não podiam deixar de aproveitar a novidade. Aos poucos foram transformando suas antigas embarcações e eliminando as tradicionais figuras de proa de suas barcas. "As carrancas não existiam no Baixo São Francisco, pela força do Catolicismo, e até pelas condições do leito do Rio. Nesse trecho, as águas correm com mais tranqüilidade", explica Kátia Araújo, professora de Sociologia da Universidade Tiradentes.

As canoas sergipanas passaram a ocupar a paisagem do Médio São Francisco, transportando passageiros e mercadorias. Algumas partiam de Sergipe já prontas para navegar e faziam uma longa viagem de trem até chegar em Juazeiro. Elas atraíam a admiração de todos por onde passavam e recebiam até o apelido de arca de Noé.

Lembranças do apito do vapor

Sergio acrescenta que a viagem no vapor era barata porque o Governo subsidiava a alimentação.

O Benjamin Guimarães é o último vapor do mundo que ainda pode navegar nas condições originais em que foi construído. A embarcação foi desativada na década de 70 e se encontra parada à margem do Rio, em Pirapora. Quando tem festa importante na cidade mineira, o Benjamin segue alguns metros apitando e soltando fumaça. Um momento que desperta a emoção dos baranqueiros mais antigos.

O governo mineiro vai restaurar a embarcação e pretende transformá-la em museu itinerante. O vapor é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - EPHIAMG.

Quando se fala em navegação no Médio São Francisco, existe um personagem que não pode faltar na história: o vapor Benjamin Guimarães. A embarcação foi construída nos Estados Unidos, em 1913, para navegar pelo rio Mississippi.

Mas seu percurso tradicional foi de Pirapora a Juazeiro/Petrolina, transportando passageiros e muitas histórias de vida.

Na década de 60, a família do sergipano Manoel Vieira da Rocha não perdia o passeio de férias pelo Médio São Francisco no Benjamin Guimarães. "Era uma viagem fascinante. Sete dias agradáveis pelo Rio, com boas comidas, bons papos, jogávamos buraco e dava até para arrumar namorada. As famílias faziam o passeio como se fossem num cruzeiro", lembra Sérgio Simões, neto de Manoel da Rocha.

Penedo testemunha história do Velho Chico

Arquitetura da cidade preserva marcas da colonização européia

O Rio São Francisco não exige apenas a beleza natural de suas paisagens. A 37 Km da foz, a cidade de Penedo, em Alagoas, abriga em suas construções parte da história de exploração do Velho Chico e atrai turistas de todo o Brasil.

O segundo donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira de Albuquerque, estaria orgulhoso de ver que se tornou hoje a pequena Vila do Penedo do São Francisco fundada em 1560. Essa é a data oficial, mas o povoamento do local teve início em 1522.

A cidade foi construída sobre o Forte Maurício de Nassau, erguido na época da invasão holandesa, de 1637 a 1645. Penedo guarda poucas lembranças desse período, uma delas é a vitória na batalha que expulsou os holandeses de seu território. A glória dos penedenses está registrada na cruz da Praça Clementino do Monte, de estilo bizantino, esculpida em uma pedra retirada da rocheira que deu nome à cidade.

A marca européia foi deixada, de fato, pelos colonizadores portugueses, que exploraram a região e influenciaram o modo de vida dos penedenses. Os sobrados, as igrejas, ruas e casas comerciais testemunham a presença marcante dos europeus na construção de seu reinado em terras do novo mundo.

ESTILO ECLÉTICO

Nada mais fascinante que passear pelas ruas de Penedo e fazer uma viagem pela história de ocupação das margens do Rio São

Francisco. A beleza da arquitetura modifica cada ao longo do tempo é um convite a retornar ao passado e descobrir como viviam os cidadãos penedenses da época.

Os arcos, contornos, as figuras, cores, cada detalhe tem um significado e expressa a riqueza cultural de períodos distintos. "A cidade foi construída no estilo colonial. Hoje poucos prédios guardam essas características e predomina o estilo neoclássico", afirma a arquiteta Simone Marinho. Segundo ela, o que existe atualmente é uma mistura de estilos que torna impossível caracterizar o conjunto arquitetônico de Penedo.

A cidade histórica foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - em 1997, até quando foi permitida qualquer modificação na estrutura externa das construções.

As principais peças do acervo arquitetônico de Penedo foram construídas entre os séculos 17 e 18, para reuniões fidei da religião predominante ao longo do Rio São Francisco: o Catolicismo.

A Igreja Nossa Senhora da Corrente, construção de maior valor artístico da cidade, exibe a imponência do estilo barroco em seu exterior, que se mistura com os detalhes banhados a ouro do rococó e com o neoclássico no interior. Existem ainda duas igrejas de valor significativo para os penedenses, a Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos e a Igreja São Gonçalo Garcia, ambas de estilo barroco.

VISITANTE ILUSTRE

Quando D. Pedro II seguiu viagem pelo Rio São Francisco, partindo da foz até Paulo Afonso, na Bahia, não resistiu aos encantos da "cidade dos sobrados" e fez uma parada.

A hospedagem do imperador foi de causar

inveja a qualquer Presidente da República. Ocupou o sobrado tipicamente colonial, com vista para as belas paisagens do Velho Chico, que hoje é chamado de Paço Imperial.

Na época da visita do imperador ainda não existia o Hotel São Francisco. A construção é da década de 50 e causou polêmica por apresentar características modernas em meio ao conjunto arquitetônico secular. "Hoje o prédio já está incorporado ao acervo da cidade, como um exemplar do estilo dos anos 50. Ele mantém sua estrutura original e não admite reformas", informa a arquiteta Simone Marinho.

Os monumentos que preservam séculos de história e cultura e desenvolveram a primeira vila à margem do Rio São Francisco serão restaurados pelo Programa Monumenta/IBID. O objetivo do programa é preservar o patrimônio existente através de uma proposta de uso sustentável dos bens tombados em nível federal. O início dos trabalhos de restauração está previsto para janeiro de 2002.

Acervo arquitetônico de Penedo

- Igreja de Nossa Senhora da Corrente, 1785
- Igreja e Convento de Nossa Senhora dos Anjos, 1661
- Igreja São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos, 1785
- Cachoeira, 1781
- Ondulário da Força, 1769
- Paço Imperial, século 18
- Catedral Maria de Penedo, 1690
- Teatro Sete de Setembro, 1884

O CINFORM nos 500 anos do Rio

Sergipe, o Estado do Baixo São Francisco
turístico de São Francisco

Governo do Sergipe desenvolve projeto de turismo no Baixo São Francisco. As únicas e poucas equipas locais de São Francisco não se acham uma presença digna de ser mencionada. Um projeto que liga Canindé a Paulo Bonso, é uma atividade maravilhosa que movimenta mais de 15 mil pessoas por ano.

Turismo pouco explorado
no Baixo São Francisco

Infra-estrutura dá bons sinais em Canindé,
mas perto da foz é muito fraca

O turismo no Baixo São Francisco ainda não é uma atividade consolidada, assim como em todo o Estado de Sergipe. As cidades ribeirinhas, com algumas exceções, não possuem infra-estrutura para a recepção de turistas, apesar das belezas naturais e do patrimônio histórico de que dispõem.

O portal para o Velho Chico em Sergipe são os roteiros turísticos de Xingó, em Canindé do São Francisco, e da foz, entre os municípios de Piaçabuçu (AL) e Brejo Grande, do lado de cá. O primeiro oferece a melhor infra-estrutura hoteleira e de serviços de turismo da região. Já o segundo, possui dois catamarãs à disposição dos turistas e um restaurante flutuante, que trabalha basicamente com pacotes algarinos. Brejo Grande não oferece qualquer tipo de hospedagem ou serviços turísticos.

Fora desses dois roteiros, as cidades do Baixo São Francisco recebem, basicamente, grupos de pessoas que desejam passar um dia de sábado ou domingo à beira do Rio, saboreando tira-gosto de peixe e banhando-se nas águas refrescantes do Velho Chico. "Essas pessoas saem de localidades vizinhas transportadas por ônibus, caminhão e são chamadas de 'fa-

rofeiros", afirma Maria Augusta Vargas, coordenadora do Núcleo de Estudos do Semi-Árido - Nesa - da Universidade Federal de Sergipe. Ela acrescenta que esse tipo de fluxo contribui para a degradação do ambiente, além de distorcer o sentido do turismo no local.

TURISMO EM LONGO PRAZO

Para tentar resolver problemas desse tipo e desenvolver a atividade turística onde existe um potencial inexplorado, o Governo Federal criou o Programa de Municipalização do Turismo - PNMT. "Essa política veio para descentralizar, dar autonomia aos municípios para realizarem seus próprios projetos na área, mas é necessário dispor de alguns mecanismos que estão sob responsabilidade do Governo", esclarece Mary Nadja Lima, professora de Planejamento e Políticas de Turismo da Unite e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Nesa/UF.

No Baixo São Francisco, os trabalhos do PNMT estão sendo realizados junto às prefeituras e comunidades dos municípios. No momento, as ações do Programa estão voltadas para a conscientização dos parceiros no que se refere à importância do desenvolvimento da ati-

vidade turística na região.

"Não se faz turismo de uma hora para outra. Ele deve ser implantado em médio e longo prazo. Em médio prazo, não são dois anos, e sim, dez", justifica João Afonso Mamoré, diretor de Operações da Empresa Sergipana de Turismo - Emsetur. Mamoré destaca a integração entre Governo, parceiros e comunidade como elemento essencial para a consolidação do turismo no Estado. "Sem a participação de todos, imbuídos desse espírito, não se vai a lugar algum", avisa o diretor.

ECONOMIA E LAZER

Em meio a essa discussão, o Rio São Francisco permanece genético em oferecer suas águas para promover descanso para os turistas e mais um meio de sobrevivência para os ribeirinhos. "O homem precisa de lazer para continuar vivendo. O turismo bem planejado contribui para uma vida sa-

dável e para o crescimento da economia", diz a professora Mary Nadja. O desenvolvimento de atividade turística no Baixo São Francisco representa uma alternativa e alimenta a esperança de melhores condições de vida para as populações locais que, no geral, enfrentam a pobreza.

Mas não se pode deixar de lado a preocupação com o meio ambiente, afinal é ele que gera a possibilidade de explorar o potencial turístico da região. "As comunidades ribeirinhas e os turistas precisam ser educados para aprenderem a conviver com a natureza. Devem considerar o Rio como parte de sua própria vida", aconselha Mary Nadja. Para que isso aconteça, a professora chama a atenção dos administradores para o desenvolvimento de um trabalho sério de conscientização ambiental. É o Rio São Francisco que justifica a presença da atividade turística na região, por isso precisa ser preservado.

Roteiro de Propriá precisa ser aproveitado

Apesar das belezas naturais e arquitetônicas, a cidade atrai poucos visitantes

Tradição da rizicultura e importância econômica fizeram de Propriá uma das principais cidades do Baixo São Francisco. A 98 Km de Aracaju, a Princesinha do Velho Chico enche os olhos do turista de beleza e permite a travessia por terra para o Estado de Alagoas.

Propriá está entre os principais roteiros turísticos do Estado. O passeio de catamarã pelo Rio São Francisco leva o visitante a se deliciar nas águas do Rio, em duas paradas para banho. Segue em direção às Dunas do Pecado, passa por ilhas, fazendas, pelas cidades alagoanas de Porto Real do Colégio, São Braz e chega até Amparo do São Francisco. O Alhoço é servido a bordo do catamarã.

A cidade oferece também uma viagem pelo século 19, através dos casarios e sobrados, a catedral diocesana de Santo Antônio de Pádua, de 1840, as igrejas de Nossa Senhora do Rosário e das Cinzas e a Ponte da

Integração, com 842 m de extensão, admirada por todos que fazem a travessia para o Estado de Alagoas pela BR-101. Ninguém resiste em passar pela ponte e não fazer um registro fotográfico de seus arcos sobre as águas azuis do Rio, ao lado do Hotel Velho Chico.

A Ponte da Integração é a única elevatória do Estado, como poucas no Nordeste, e foi inaugurada em 1972. Segundo moradores antigos da cidade, a construção foi idealizada por D. Pedro II. O projeto fez parte do Plano de Desenvolvimento do Brasil, da década de 60, que pretendia ligar Sul e Norte na tentativa de eliminar as desigualdades sócioeconômicas dessas regiões. "Apesar da importância que a ponte tem para Propriá, não foi criada uma infra-estrutura para aproveitar sua presença na cidade. Do contrário, o crescimento ocorre do lado oposto à ponte", revela Carlos Brito Aragão, professor de

Cultura Sergipana da Faculdade Pro X.

Outros encantos da Princesinha do São Francisco estão sendo pouco aproveitados. "A atividade turística está parada", afirma Renner Alves, assessor de comunicação da prefeitura. A praia fluvial chamada de Riveira do São Francisco está quase deserta, o Memorial do Baixo São Francisco está fechado e os roteiros de turismo atraem cada vez menos. Um desperdício de belezas naturais, históricas e arquitetônicas que revela o

lugar do turismo na lista de prioridades do município.

A realização de eventos ainda é a melhor forma de atrair as pessoas a visitarem a cidade. Entre eles estão o Encontro Cultural de Propriá e, este ano, foi realizado o primeiro Festival do Peixe. A grande atração da cidade é a Festa de Bom Jesus dos Navegantes que acontece todos os anos, em janeiro, numa mistura de fé, tradição e folia a bordo dos barcos que navegam pelo Rio São Francisco.

Praia da Saúde oferece lazer com tranquilidade

Com Velho Chico raso, crianças tomam banho e os pais saboreiam tira-gosto de peixe nos quiosques

O Velho Chico no município de Santarém do São Francisco oferece mais do que o banho para a produção de obras de arte em cerâmica. A 6Km do centro da cidade, no povoado Nossa Senhora da Saúde, o visitante pode aproveitar para conhecer uma das suas praias fluviais.

A praia da Saúde reúne as famílias para um dia de lazer e contato com a natureza. Possui uma estrutura com 17 bares e pequenos quiosques, de onde os visitantes costumam admirar a riqueza de paisagens do Rio São Francisco, que convivia todos a um delicioso mergulho em suas águas.

O processo de degradação do Velho Chico deixa suas margens no local e quem leva vantagem são os banhistas. "Aqui as mães não precisam se preocupar em deixar as crianças tomar banho no Rio porque ele está muito raso, não tem perigo", avisa Emanuel Santos, conhecido como Mané, proprietário do Bar São Francisco, que existia há oito anos.

No verão, a praia do povoado Saúde recebe cerca de 1000 pessoas a cada fim de semana, apesar da estrada barrenta que vai

frentam, desde a cidade de Santarém do São Francisco. Os bares servem os melhores tira-gostos de peixes como tucunaré, tilápia, pombeta, além do camarão e camarãozinho. "A gente não costuma vender os peixes do Rio, como surubim e dourado, porque é muito caro e o pessoal que vem

aqui não tem condições de comprar", justifica Mané. A praia da Saúde é bem frequentada em qualquer época do ano, principalmente durante as festas de Bom Jesus e Carnaval. Nas noites de verão, os visitantes têm a opção de dançar à beira do Velho Chico ao som de uma seresta.

PRÁTICA HOLÍSTICA À BEIRA DO RIO

Para quem deseja descansar às margens do Rio São Francisco, existe um lugar onde o silêncio se faz ouvir e a paisagem natural desperta no ser humano um retorno às suas origens. A 1 Km do Povoado Nossa Senhora da Saúde, encontra-se a Fazenda Mãe Natureza que propõe um estilo de vida saudável e distante do estresse dos centros urbanos.

O objetivo da fazenda é promover o florescimento cultural e integral do homem, dentro de uma perspectiva holística. Além de difundir a compreensão de que todos os seres vivos fa-

zem parte do sistema único de vida em todo o universo. Por isso, existe na Mãe Natureza a preocupação com o meio ambiente e a possibilidade de estabelecer um contato mais profundo com ele.

A fazenda recebe hóspedes apenas no fim de semana e tem capacidade para 50 pessoas. A alimentação é vegetariana, não permite o consumo de bebidas alcoólicas ou refrigerantes. A diária na Fazenda Mãe Natureza custa R\$ 30, com direito às três refeições e lanche. As reservas podem ser feitas na Grande Sertão - Instituto Cultural para o Florescimento do Homem. (79) 214-4015

Ilha do Ouro preserva tradição à beira do Rio

Culinária de espécies nativas, forró e festas populares são um convite aos prazeres do Velho Chico

Cheiro de ervas e muito mandacaru. Uma viagem pelo sertão sergipano e, de repente, do alto da serra, avista-se Ilha do Ouro, um povoado do município de Porto da Folha banhado pela águas azuis do Velho Chico, exibindo um dos trechos mais encantadores do baixo curso do Rio.

A recepção fica por conta das borboletas amarelas que não se cansam de sobrevoar a caatinga expressando a satisfação de habitarem uma região rica em belezas naturais. Ilha do Ouro oferece também uma culinária a base de espécies nativas do Rio São Francisco, como surubim, dourado, pitu e camarão.

Apesar da escassez dessas espécies, os donos de restaurantes e bares do povoado sempre encontram uma forma de conseguir os peixes. "Aqui servimos pouca carne porque mantemos a tradição de oferecer às pessoas o que vem do Rio", ressalta Jânio da Silva, proprietário do Bar e Restaurante Beira Rio, onde é servido o 'pirão pesado', um prato misto de camarão, pitu e peixe, acompanhados de pirão.

O pequeno povoado com cerca de 800 habitantes foi fundado em 1682 e mantém os costumes do sertanejo que vive à beira do Rio. Além da culinária, o que não falta em Ilha do Ouro é um 'arrasta-pé'. O local preferido dos forrozeiros é o Bar e Restaurante Oásis, um ambiente decorado com as belezas do sertão, que recebe visitantes de vários Estados do país. "É importante promover a cultura local para mostrar o que temos de mais bonito, além do Rio São Francisco", diz Antônio Carlos, proprietário do Oásis.

TESOURO HOLANDÊS

Em Ilha do Ouro, os visitantes podem ainda experimentar o banho na águas refrescantes do Velho Chico, conhecer a craibeira, uma árvore de mais de 300 anos, preservada pelos moradores do povoado e, debaixo dela, apreciar a paisagem do lado alagoano, onde se encontram o povoado Barra do Ipanema e o morro da Ilha dos Prazeres.

O passeio de barco ou canoa até a cidade alagoana de Belo Monte é uma opção para quem deseja um contato mais íntimo com o Rio São Francisco, navegando em suas águas tranquilas. O aluguel de um barco para 20 pessoas custa R\$15 e o percurso é de 6Km rio acima.

Um dia em Ilha do Ouro é oportuno também para conhecer as histórias que os nativos contam sobre a colonização holandesa na região, no século XVII. Apesar do nome, o povoado não é uma ilha e não tem ouro. Mas é chamado assim por causa do cultivo do arroz da época da fundação que, no período da colheita, brotava pendões amarelos, semelhantes ao ouro.

As principais festas que acontecem em Ilha do Ouro são a Festa de Bom Jesus, todos os anos na segunda semana de janeiro, e o Carnaval. Não existe local para hospedagem no povoado, mas é possível conseguir casa de aluguel nessa época. Para chegar até Ilha do Ouro, o percurso é de 190Km, de Aracaju a Porto da Folha, mais 6Km de estrada de chão.

Contato: Fale fácil (79) 349-1301

Pesca é opção para turismo em Sergipe

Atividade movimenta US\$ 2 bilhões no Brasil e Xingó oferece tucunarés

Um festival desluzos no Velho Chico. São os tucunarés amarelos que não se cansam de exibir o perfil exótico de uma das espécies mais cobijadas pelos amantes da pesca esportiva. Uma atividade que encontra no Baixo São Francisco um potencial fantástico para ser explorado pelo turismo no Estado.

O Rio São Francisco revela-se uma mina de ouro para o turismo de pesca. Suas águas claras atrainham peixes de importância esportiva, como robalo, camurupim (arapaima) e tucunaré, além de proporcionar ao pescador a descoberta de canais fluviais e espécies nativas da fauna e flora da região.

O consultor paulista de turismo de pesca, Dieter Kelber, destaca que Sergipe, principalmente o Baixo São Francisco, é um terreno fértil para desenvolver atividade. "Aqui não existe a pressão de muita gente

pescado, então as opções são diversas, até porque o próprio sergipano não pratica esse tipo de pesca", justifica Kelber, que chegou no Estado em busca dos tucunarés do Lago de Xingó.

Esse segmento do turismo consiste em indicar as locais onde existem peixes para a prática da pesca esportiva ou participação em competições. Caracteriza-se por proporcionar ao turista o prazer de capturar o peixe, fazer uma bela foto e devolvê-lo ao rio ou mar. Segundo Dieter Kelber, é importante incentivar no turismo de pesca uma atitude antipredatória, apoiando a prática do pesque-e-solte, educação ambiental, capacitação de guias e parceria com o ecoturismo.

A implantação do turismo de pesca no Estado depende da existência de uma estrutura adequada para receber os turistas, oferecendo-lhes condições para uma estada tranquila e prazerosa. "O turista precisa se sentir bem-vindo. Esse é o significado do turismo", ressalta Kelber. O consultor alerta para a possibilidade

de o Estado de Alagoas se antecipar e ocupar um mercado promissor para Sergipe, afinal o peixe está no Velho Chico, entre os dois Estados. A mina é de quem chegar primeiro.

O mercado do turismo de pesca encontra-se em expansão no Brasil e movimenta cerca de US\$2 bilhões por ano. Nos Estados Unidos, onde a atividade já está consolidada, as cifras chegam a US\$ 107 bilhões.

Kelber destaca a importância da parceria entre Governo e empresários para a exploração do turismo de pesca. "O Estado não faz turismo, e sim o empresário. O Estado motiva o empresário a fazer turismo. É para desenvolver a atividade é necessário participação dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Não adianta visitar Sergipe se todo o Estado não estiver enraizado na ideia do turismo", afirma o consultor Dieter Kelber, que revela sua simpatia por Sergipe e pretende retornar muitas vezes para rever os amigos e sair à pesca dos tucunarés no Velho Chico.



Peixes são matéria-prima para turismo de pesca

Paraíso sobre águas e entre cânions

Lago de Xingó, oitava maravilha do Baixo São Francisco, liga Canindé a Paulo Afonso e proporciona um passeio que atrai 15 mil turistas por ano

No alto sertão sergipano, numa região marcada por conflitos políticos e fundiários, encontra-se o paraíso do turismo do Baixo São Francisco. O município de Canindé do São Francisco apresenta Xingó, uma dádiva da natureza que atrai turistas do Nordeste, Sudeste do Brasil e até do exterior para um passeio inesquecível pelos cânions do Velho Chico.

O roteiro turístico de Xingó está entre os principais do Estado. No Baixo São Francisco, ele dispara na preferência dos turistas e oferece a melhor infra-estrutura para a atividade na região.

Quem chega em Canindé não esconde a ansiedade de conhecer as muralhas de 40m de altura que guardam as águas claras do São Francisco. Além disso, descobrem que se trata do quinto maior cânion do mundo, o segundo da América do Sul e o maior navegável em todo o planeta.

TURISTAS ENTRE CÂNIONS

"Quando o turista recebe todas essas informações não querem perder a oportunidade de conhecer um lugar como poucos no mundo", afirma Genilson Aragão, gerente da operadora M-Tur. Em 2000, cerca de 15 mil pessoas fizeram o passeio no catamarã Cotinguiba pelos cânions do São Francisco.

Além de navegar pelo Rio, o turista pode aproveitar a hospedagem quatro estrelas do Xingó Parque Hotel, construído para dispor de serviços tão especiais quanto as belezas da região. O hotel oferece 60 apartamentos com total de 150 leitos, passeio no catamarã Pomonga pelo trecho à jusante da usina hidrelétrica e programação noturna. "Mais de 70% dos hóspedes vem de fora do Estado e recebemos cerca de 5.800 pessoas por mês", informa Nilza Machado, gerente do Hotel. Canindé possui

ainda o China Hotel e algumas pequenas pousadas.

IGUARIAS DO VELHO CHICO

Para saborear as delícias que vêm do Rio São Francisco e da culinária nordestina, vale uma visita ao restaurante flutuante Karranca's.

Moqueca de pitu, camarão à moda da casa e tucunaré frito são os pratos mais servidos aos amantes da vida ribeirinha que combinam uma paisagem exuberante com os saborosos peixes do Velho Chico. No ano de 2000, cerca de 30 mil pessoas desfrutaram das iguarias do Karranca's.

"Já existia o catamarã e faltava um pier, então eu e meu esposo, que é engenheiro da Chesf, montamos o restaurante e fomos nos profissionalizando", diz a proprietária Vera Brasil, uma pernambucana, manifestando a satisfação de já se sentir sergipana. O Karranca's funciona de terça-feira a domingo, em parceria com o catamarã Cotinguiba, e dispõe de pedalinhos para um passeio nos arredores do restaurante.

A região de Xingó, entre os municípios de Canindé do São Francisco e Piranhas (AL) proporciona navegação tanto à montante, Rio acima, quanto à jusante, Rio abaixo, da usina hidrelétrica. Os roteiros do trecho alto do Velho Chico são feitos pelo catamarã Cotinguiba, que oferece os percursos do Karranca's até o Paraíso do Talhado, o trecho mais apreciado. Xingó à Xingozinho e Xingozinho a Paulo Afonso (BA). O catamarã Pomonga segue do Xingó Parque Hotel até o início da Trilha de Angico.

A construção da usina hidrelétrica de Xingó modificou bastante a paisagem natural que envolve o Rio São Francisco, causando prejuízos à fauna e às comunidades ribeirinhas

que necessitam dela para sobreviver. Além disso, o represamento das águas contribui para um processo de desequilíbrio ambiental que se estende até a foz do Rio.

PIRANHAS COMPLEMENTA

Apesar das críticas dos ambientalistas, a oitava maravilha da Chesf proporcionou o desenvolvimento do turismo entre Canindé e Piranhas. A Usina de Xingó foi concluída em 1997 e tem capacidade instalada para gerar 3 mil megawatts (MW) por mês a partir de 6 máquinas que produzem 500 MW cada.

Vale a pena conhecer a segunda maior hidrelétrica genuinamente brasileira e a décima do mundo em produção de energia. A usina é o maior empreendimento da Chesf dos últimos anos e exibe as façanhas da

engenharia civil brasileira. A hidrelétrica de Xingó recebe o público de quarta a domingo, das 9:00 às 17:00, para exibição de um vídeo que descreve as etapas de construção e visita à barragem.

O roteiro de Xingó pode ser complementado com uma parada na cidade de Piranhas, incrustada nas barrancas de Alagoas. É um momento para reviver o século 19, entre a beleza arquitetônica de suas casas, igrejas e da Estação Ferroviária, que deu passagem em 1855 à primeira locomotiva promovida ao crescimento da cidade.

Além do acervo de belas construções, Piranhas guarda as histórias da passagem de bando de Lampião, causando pânico entre os moradores da cidade. A estada de Virgíliat

na região deu origem ao Museu do Cangaço que oferece aos turistas, curiosos relatos e utensílios dos cangaceiros.

"Não tem como dissociar Piranhas de Canindé. Ninguém chega a uma sem visitar a outra. Por isso elas precisam trabalhar juntas para desenvolverem o turismo na região de Xingó", recomenda Mary Nadjá Lima, professora de Planejamento e Políticas de Turismo da Unif e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Nesa/UFS. As igrejas de Nossa Senhora da Saúde, de Santo Antônio, e a Estação Ferroviária de Piranhas estão na lista de patrimônio do Rio São Francisco que será tombado pela Unesco, através da campanha São Francisco Patrimônio Cultural da Humanidade.

Roteiros de Xingó

Canindé do São Francisco, a 213 Km de Aracaju

Catamarã Cotiguiuba

Saída do Karranca's
Lago de Xingó
Lago Justino
Ilhas fluviais

Monumentos naturais
Cânions
Gruta do Talhado
Contato: (79) 9972-1320

Catamarã Pomonga

Saída do Xingó Parque
Hotel
Leito do São Francisco
Piranhas

Museu do Cangaço
Prata fluvial
Trilha de Angico
Contato: (79) 346-12-45

Do fundo do Rio, origem do homem pré-histórico no NE

Mas do lado sergipano também tem história, o melhor, pré-história. Antes do enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Xingó, a área, onde hoje se encontra o Lago Justino, foi escavada por um grupo de pesquisadores da

Universidade Federal de Sergipe - UFS - para a retirada de peças de 3.500 a 9.000 anos. O sítio arqueológico de Justino se encontra inundado, atingido a profundidade de até 170m.

As 55 mil peças retiradas do sítio fazem parte, desde abril de 2000, do acervo do Museu Arqueológico de Xingó-Max. São relíquias da vida do homem pré-histórico, com destaque para objetos funerários. O museu expõe esqueletos

de ossos, utensílios e registros gráficos referentes à permanência de comunidades na região. O Max espera a visita dos turistas de quarta-feira a domingo, das 9:00 às 17:00.

O Rio São Francisco na região de Xingó tem motivos para ser escolhido como a melhor opção de turismo do Baixo curso do Rio. Cercado pelos feitos históricos, arquitetônicos e pelos encantos naturais de suas águas e rochas, exerce um fascínio no mais insensível dos homens.

Paraíso do Talhado emociona turistas

Muralhas esculpidas pela ação da natureza, arbustos e cactos em sintonia com as rochas de granito avermelhado e a fauna exótica que compõem o cenário do sertão nordestino. Bem-vindo ao Paraíso do Talhado, um roteiro fantástico pelas águas tranquilas do Velho Chico.

O enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica de Xingó facilitou a navegação entre os cânions do Velho Chico. O leito natural do Rio tinha 30m de largura, com profundidade máxima de 20m. Havia corredeiras e cachoeiras que tornavam o trecho praticamente inavaliável.

O reservatório de Xingó se estende até Paulo Afonso (BA) em 65 Km de extensão, com capacidade para acumular 3,8 bilhões de m³ de água, o suficiente para encher 2,5 milhões de piscinas olímpicas. A superfície natural do leito do Rio se encontra a mais de

100m de profundidade.

Mas o Lago de Xingó não esconde apenas as potencialidades artificiais. A bordo do catamarã Cotiguiuba, é possível admirar monumentos naturais como a Pedra do Gavão, o Morro dos Macacos e a Pedra do Japoão. Um percurso envolvente que revela a diversidade das espécies nativas de plantas e animais.

AVENTURA PELO LABIRINTO

A intensidade do céu azul e o calor do sol no alto sertão convidam o turista a aproveitar a piscina natural do catamarã para sentir a energia das águas verdes do Velho Chico. A música, as bebidas geladas e os deliciosos tira-gostos de peixe preparam o turista para o encontro com o infinito em meio às muralhas de 40m de altura.

O adeus ao canal principal do Rio São Francisco é o início de uma aventura cheia de surpresas e mistérios escondidos no labirinto

de belas e misteriosas formações rochosas de mais de 60 milhões de anos. A entrada no Paraíso do Talhado é sempre um momento de grande emoção para quem se entrega ao contato com a natureza e sabe contemplar suas obras.

Do alto de uma das muralhas está a imagem de São Francisco de Assis para abençoar a vida gerada ao longo do Velho Chico em 500 anos de descoberta pelos europeus. Alguns turistas chegam a sentir arrepios quando ouvem a oração cantada do santo, a bordo do catamarã, e retornam às origens do catolicismo.

Depois da relação de amizade estabelecida com a natureza, a parada na Gruta do Talhado proporciona o mergulho tão esperado nas águas refrescantes do Rio São Francisco. A sensação é de total liberdade, num encontro entre o homem e o meio ambiente. Tocar o Velho Chico, sentir-se envolvido por suas águas transporta o espírito a um estado de êxtase que resiste aos diversos obstáculos da vida cotidiana.

História do cangaço perpassa Velho Chico

Travessia do bando trouxe Lampião a Angico e local da morte vira ponto turístico

O Rio São Francisco esteve presente em diversos momentos da história do Nordeste brasileiro. E assumiu papel determinante num momento de transição do fenômeno do cangaço, ainda presente entre as rochas da Grota de Angico, no município ribeirinho de Poço Redondo.

As águas do Velho Chico banharão muitas vezes os corpos dos cangaceiros, cansados de percorrerem quilômetros pela caatinga adentro, acompanhados pelo sol escaldante do sertão. O Rio foi também uma importante canal de transporte para aqueles homens que desbravavam a região do semi-árido, travando os conflitos mais sangrentos com a polícia, chamada de volante.

Mas uma das travessias marcou a história do Cangaço. Após um ataque mal-sucedido à cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, em 1927, o bando de Virgolino Ferreira, o Lampião, tornou-se fragilizado e passou a sofrer muitas perseguições. Com seu bando reduzido, o rei do cangaço abandonou Pernambuco e, em agosto de 1928, cruzou o Velho Chico para começar uma nova fase do movimento entre os Estados de Bahia e Sergipe.

A passagem de Virgolino por Sergipe não lhe trouxe sorte. Em 28 de julho de 1938, um grupo de soldados da volante surpreendeu o bando de Lampião na grota da fazenda Angico, onde aconteceu a matança coordenada pelo Tenente João Bezerra. O ataque feito por 49 homens durou apenas 15 minutos, levando à morte Virgolino, Maria Bonita e mais nove cangaceiros.

FUGA DE SOBREVIVENTES

Depois de mais de meio século de história, a Grota de Angico é visitada por turistas de todo o Nordeste, que buscam reviver os fatos ocorridos durante as andanças do bando de Lampião no local. O abrigo de formação rochosa onde foi travado o conflito sangrento fica a 680m do Rio São Francisco e, para percorrer a trilha, gasta-se cerca de 30 minutos. Mais de 14 mil pessoas visitam a grota todos os anos.

A trilha de Angico é uma opção para quem deseja descobrir as espécies exóticas da caatinga e está disposto a enfrentar os obstáculos dessa vegetação combinados ao terreno acidentado da região. "Antes de fazer a trilha é importante conhecer um pouco da história

do Cangaço para que a viagem se torne mais interessante", recomenda Eduardo Fiscina, estudante do curso de História da UFS.

Eduardo teve a oportunidade rara de percorrer a trilha de Angico ao lado do coiteiro Manoel, que mora em Poço Redondo, e da ex-cangaceira Sila, que tem mais de 60 anos e mora em São Paulo. "Ela acompanhou a trilha emocionada ao lembrar que estava presente no momento do massacre. E me contou que sobreviveu, junto com seu companheiro Zé Sereno, porque fugiram correndo até Cerencoabo, na Bahia", disse o estudante com a satisfação de quem retomou ao passado e fez parte daquele acontecimento.

PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

A Grota de Angico se encontra num pequeno vale às margens do riacho que tem o mesmo nome e está seco. Segundo a jornalista e neta de Virgolino, Vera Ferreira, a paisagem natural foi pouco modificada, mas é preciso preservar o local porque se trata de uma parte da História. "Tenho muito medo de que a grota seja detonada. Todo mundo quer ser dono e o antigo dono da fazenda ameaçou até explodir o local", revela a neta de Lampião.

Atualmente, o trabalho de Vera Ferreira para preservar a memória do cangaço, que teve como maior líder seu avô, está concentrado na construção do Museu do Cangaço em Aracaju. "No dia 23 de julho, o governador do Estado disse que ia começar as obras do museu e até agora nada, não foi consultada", reclama Vera.

Apesar da morte do rei do cangaço em 1938, o movimento que foi a maior expressão do banditismo rural da segunda metade do século 19 teve fim somente em 1940. O fato determinante para o fim do cangaço foi a morte do cangaceiro Cristino Gomes da Silva, o Corisco.

Todos os anos, no dia 28 de julho, a Grota de Angico se transforma em templo e recebe os turistas que desejam participar da missa em memória dos cangaceiros mortos no local. A primeira missa foi celebrada em 1998. A Grota de Angico está na lista do patrimônio histórico e cultural, ao longo do Velho Chico, que será tombado pela Unesco através da campanha São Francisco Paisagem Cultural da Humanidade, lançada este ano.

Para chegar a Angico

A trilha pode ser feita partindo da cidade de Poço Redondo, a 184Km de Aracaju.

Outra opção é chegar a Canindé do São Francisco, no Xingó Parque Hotel, e seguir a bordo do Catamarã Pomonga até o início da trilha. Contato: Xingó Parque Hotel (79) 346 - 12 45

PRÓXIMA EDIÇÃO

Em 500 anos de história, o Rio São Francisco fez surgir ao longo de suas margens um repertório inesgotável de lendas,

composições artísticas, religiosidade e costumes do povo ribeirinho.

A edição nº 9 do caderno São Francisco - o CINFORM

nos 500 anos do Rio traz as principais manifestações da cultura do Baixo São Francisco.

Curiosidades sobre as antigas embarcações que navegavam sobre suas águas, artesanato e as histórias que compõem o imaginário de quem vive às margens do Velho Chico. No dia 3 de setembro, conheça a riqueza cultural das barrancas.

Rio cumprimenta oceano entre as belezas naturais da foz

Passeio provoca a emoção do encontro das águas e revê descobrimento

Depois de percorrer 2.700 Km por cinco Estados brasileiros, gerando vida através dos diversos usos de suas águas, o Rio São Francisco encontra o oceano Atlântico entre os Estados de Sergipe e Alagoas. A foz do Velho Chico guarda lembranças da história de descoberta do Rio, e desperta a emoção de presenciar um encontro marcado pelas leis da natureza.

Foi ali, entre os municípios de Piaçabuçu (AL) e Brejo Grande (SE), que em 4 de outubro de 1501, a expedição portuguesa comandada por João de Nova, em companhia de Américo Vesputio, chegou pela primeira vez ao Rio São Francisco. A partir daí, o Opará, como os índios chamavam o Rio, passou a fazer parte do processo de colonização do País.

A foz do Velho Chico é o segundo roteiro de turismo mais procurado nas agências em

todo o baixo curso do Rio, ficando atrás apenas de Xingó. O passeio é feito a bordo das catamarãs Vaza-Barris, saindo da cidade de Brejo Grande, e Bora Bora, saindo da praia do Saramen, até o encontro das águas doce e salgada.

O percurso mistura paisagens típicas dos dois ambientes, fluvial e marítimo, atraindo turistas de todo o Brasil e do exterior. A passagem pelos povoados ribeirinhos revela a vida simples das aldeias de pescadores, com suas casas de pau-a-pique, telhados de palha e pequenos barcos que enfrentam as águas tranquilas do Rio e a agitação do mar para garantir a sobrevivência das famílias.

Os causos e lendas envolvem os turistas nas fantasias que unem o Rio ao mar e faz do passeio uma aventura. A Ilha da Criminosidade pode proporcionar essa sensação. Conta-se que a ilha ganhou esse

nome por causa do violento desfecho de uma relação amorosa. Existia ali um pescador que chegava em casa todos os dias embri-

agado, com atitudes agressivas e sua mulher não aguentava mais aquela rotina. Um dia, ela aproveitou que ele estava dormindo para matá-lo com furos de petreixa, e sumiu. Os nativos dizem que muitos outros crimes aconteceram ali.

FAROL É ATRAÇÃO

Para relaxar e esquecer as tragédias da ilha, chega-se às lagoas naturais que se formam entre o Rio e o mar para um mergulho refrescante. As praias são outra opção para o banho e um passeio entre dunas e coqueirais.

A parada na área onde se encontrava o povoado Cabeço exerce sempre um grande fascínio nos turistas. A visita ao local é também uma oportunidade de despertar nas pessoas a consciência de preservação ambiental. A destruição da aldeia de pescadores com mais de 150 casas não está entre o repertório de lendas dos ribeirinhos, é uma realidade.

Conhecer o que sobrou do povoado Cabeço é uma lição, com dever de casa, da interferência destrutiva do homem no meio natural. O farol engolido pelo oceano, que continua avançando a costa, transformou-se em uma das principais atrações da foz do São Francisco e, apesar da ação erosiva do oceano, o local conserva sua beleza.

O professor da UFES Luiz Carlos Fontes, que participa do Projeto São Francisco e fez há uma semana a viagem de Propriá até a foz, destaca a beleza dos canais que escoam as águas do Velho Chico e a necessidade de cuidar das margens e do leito do Rio.

Mas Luiz Carlos lamenta que um lugar privilegiado pela natureza ainda não seja bem aproveitado. "A região precisa também de uma estrutura para receber os visitantes, nada muito sofisticada, apenas placas de sinalização, lixeiras, locais para almoçar", ressalta Luiz Carlos.

Quem faz o passeio de catamarã tem a vantagem do almoço a bordo. O restaurante flutuante Maranhã, que fica na foz, funciona no sistema de reservas. O lido alagano da foz oferece também paisagens paradisíacas, com suas piscinas naturais, praias e dunas móveis.

Roteiros da Foz

Povoado Maranhã, 17 Km de Aracaju
Serra do Caracol, 17 Km de Barra
Ilhas Fluviais

Aldeias de pescadores
Povoado Cabeço
Lagoas naturais
Praias

Contato: (79) 322-2888

Segue no Catamarã Bora Bora

Segue a Praia do Saramen

Almoço no Maranhã

Ponta dos Mangues

Fazenda de Ostras

Reserva Biológica de Santa Isabel

Pântano de Pacatuba

Contato: (79) 243-3744

O CINHORO tem 500 anos do Rio **Peixes desaparecem do São Francisco**

A variação regularizada do Velho Chico não promove mais a inundação das lagoas marginais e os peixes se tornam cada vez mais escassos. Privadas de seus berçários, as espécies nativas enfrentam dificuldades para reprodução e nem sempre conseguem escapar dos predadores. Mas criação de peixes em cativeiro cresce ao longo do Baixo São Francisco, revelando-se como a atividade mais lucrativa dos últimos anos. Para quem sobrevive da pesca artesanal a situação é de extrema pobreza. A escassez do peixe compromete o sustento de famílias de pescadores, que exigem do Governo a implantação de projetos de piscicultura como alternativa. O São Francisco também tem sido explorado pela pesca esportiva de peixes exóticos e gigantesco.

Codevasf tenta recuperar capacidade piscosa do Rio

Estação de piscicultura produz 4 milhões de alevinos para atender peixamentos e demanda dos produtores

matrinchá e piau já se tornaram raras, dificultando a sobrevivência dos pescadores artesanais.

A deficiência piscícola do Rio São Francisco levou a Codevasf a criar em 1983, a Estação de Piscicultura Engenheiro Erasmo José de Almeida, no Perímetro Irrigado Betume, em Neópolis. O objetivo é de recuperar o potencial piscoso do Rio, através da reprodução artificial de alevinos, fornecê-los aos produtores, e possibilitar ao pequeno agricultor do perímetro de arroz a criação de peixes.

Os berçários naturais dos peixes, as lagoas marginais, foram substituídos pelo laboratório. A estação de piscicultura da Codevasf tem capacidade instalada para produzir 8 milhões de alevinos por ano numa área de 15 hectares de lâmina d'água com 15 viveiros de 2 mil m² e 2 mil m³ de água. Possui ainda 22 tanques de alvenaria, 11 viveiros destinados à capacitação de jovens do Projeto Amanhã e mais 6 viveiros de 0,5 hectare para o programa de peixamento do Rio.

Para realizar a reprodução artificial de algumas espécies é necessário a aplicação de hormônios. O procedimento comum passa pela seleção dos reprodutores para promover o acasalamento é estimular as fêmeas através da hipófise, uma glândula presente também no cérebro humano, induzindo à reprodução.

ALEVINOS PARA PEIXAMENTO

As espécies cultivadas na estação de piscicultura da Codevasf são o curimatã-pacu e piau, nativas do Rio São Francisco, o tambaqui, típico da Amazônia e a tilápia, espécie estrangeira e exótica. "A tilápia é um dos pei-

xes mais badalados na piscicultura nos últimos três anos e de grande valor comercial por causa do filé de excelente sabor", afirma Jorge Pessoa, Engenheiro de Pesca da Estação de Betume, empolgado com o sucesso do peixe. Ela é de fácil reprodução e não exige a aplicação de hormônios.

Atualmente, os viveiros da Codevasf estão produzindo apenas metade da capacidade de produção instalada. São 4 milhões de alevinos por mês para atender aos constantes peixamentos no Velho Chico e à demanda dos produtores da região: "Não conseguimos atingir o limite de produção porque trabalhamos com alevinos grandes, como preferência para o peixamento", justifica Jorge Pessoa.

Sergipe já foi um grande fornecedor de alevinos, até para fora do Estado, mas hoje não tem produção suficiente nem para a demanda interna. O engenheiro de pesca ressalta que a produção de 8 milhões só será possível no cultivo de alevinos pequenos, de 2 a 3 cm. "Para atingir um tamanho maior, ele passa até 90 dias e, se aumentarmos o tempo, diminuímos nossa capacidade de produção", explica Jorge.

Há dois anos a estação de piscicultura do Betume passou por uma reforma e tornou-se independente da infra-estrutura do perímetro irrigado de arroz. Foram instaladas duas bombas de captação de água do São Francisco com vazão de 60 l/s para encher os viveiros, além da construção do reservatório com capacidade de 5 mil m³ e de uma adutora. A reforma teve o custo de R\$ 300 mil.

A criação de peixes tem sido uma das prin-

cipais atividades econômicas do Baixo São Francisco. "A vantagem de produzir peixes é que o retorno é rápido. Hoje o peso é de 30 g e depois de 100 dias ele já está pronto para o abate, então o ciclo é breve", analisa Jorge Pessoa.

O engenheiro aponta o preço da ração para os peixes como o maior problema da produtividade. "O que pega é a alimentação, que custa caro, e o pescado mantém seu preço por vários anos", diz. Apesar dessa dificuldade, Jorge garante que não existe, atualmente, atividade mais rentável que a piscicultura.

O processo de reprodução dos peixes do Rio São Francisco deixou de ser natural e passou a ocupar o laboratório. Foi a alternativa que a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - encontrou para preservar a fauna do Rio, através das estações de piscicultura.

A ausência das cheias e a conseqüente extinção das lagoas marginais são responsáveis pela queda no estoque de peixes do Velho Chico. Espécies nativas de valor comercial como o surubim, dourado, mandim, niquim, curimatã-pacu,

Desaparecimento de lagoas interfere no equilíbrio da bacia do Velho Chico

Lagoas eram consideradas berçário dos peixes e garantiam segurança no período de reprodução

Um dos maiores impactos causados pela construção das hidrelétricas ao longo de todo o Rio São Francisco foi a extinção das várzeas, ou lagoas marginais. Com a vazão regularizada, a dinâmica natural de cheias e vazantes deixou de existir, contribuindo para a diminuição dos peixes no leito do Rio.

No Baixo São Francisco, as lagoas são encontradas no trecho entre os municípios de Porto da Folha e Brejo Grande, próximo à foz. Antes de ser regularizada, a vazão do Velho Chico chegava a 10.000 m³/s, em período de cheia, e 600 m³/s durante a seca, índice atingido em maio e junho deste ano, quando o nível da água baixou mais de um metro ao longo de todo o Rio.

Hoje as lagoas marginais não desempenham mais sua função e interferem no equilíbrio da bacia do São Francisco. Elas eram responsáveis pela alimentação e proteção dos peixes na primeira fase da vida e importantes na preservação das espécies. Eram consideradas o berçário dos peixes porque suas águas calmas e ricas em nutrientes garantiam segurança no período de reprodução. A ausência das lagoas acabou comprometendo a capacidade piscosa do Rio.

CULTIVO DO ARROZ

Além disso, após as cheias, as várzeas se tornavam áreas férteis e apropriadas ao cultivo de arroz. Quando a água escoava das lagoas, colhia-se o arroz e o terreno era aproveitado para a criação de animais. Hoje as várzeas só produzem com sistema de bombeamento de água.

Segundo Marluce de Souza, engenheira de pesca e mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, as lagoas marginais estão quase totalmente comprometidas. "O uso excessivo de agrotóxicos e fertilizantes nas lavouras ribeirinhas tem estimulado o crescimento exagerado da vegetação, que retira o oxigênio da água e provoca a mortalidade dos peixes", explica a engenheira.

As populações dos municípios de Gararu, Canhoba, Ilha das Flores e Brejo Grande, onde havia maior quantidade de várzeas, sofreram uma redução e tiveram que procurar emprego em outros locais porque não havia mais condição de produzir nessas áreas.

A situação ficou ainda mais difícil para quem sobrevive da pesca artesanal. Na foz, onde o pescador tem a opção de trabalhar no Rio e no oceano, a renda mensal está entre R\$ 60 e 180. Em Brejo Grande, os pescadores capturam, no máximo, 50 Kg por mês.

A engenheira Marluce defendeu a inclusão do pescador artesanal do Baixo São Francisco no plano de desenvolvimento da criação do Pólo de Aquicultura, argumentando

que ele foi o mais prejudicado com a construção das hidrelétricas. "Mas isso não aconteceu porque o pescador artesanal não possui terra para a criação em viveiro", lamenta Marluce.

O Pólo de Aquicultura do Baixo São Francisco foi criado há dois anos com o objetivo de incentivar a produção de peixes, moluscos e crustáceos em viveiro de terra.

Peixes adiam desova para proteger filhotes

As transformações ocorridas no leito do Velho Chico alteraram até o período de reprodução dos peixes no curso baixo do Rio e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama/SE - teve que adiar sua estratégia de ação.

Até o ano passado, o período de defeso no Baixo São Francisco acontecia entre os meses de novembro e janeiro. Este ano, estudos técnicos e a experiência dos ribeirinhos mostraram que a época ideal para a desova das fêmeas dos peixes seria nos meses de fevereiro e março.

O peixe necessita de águas renovadas e barrentas para dar início ao ritual da desova. Enquanto não houver condições para reprodução no leito do Rio, a fêmea segura os ovos até encontrar um ambiente propício para o desenvolvimento dos filhotes.

Segundo técnicos do Ibama, a fêmea é capaz de passar um ano ou mais sem desovar como medida de segurança. "Como a água do Rio está muito clara, os ovos podem ser facilmente capturados pelos predadores naturais, então o peixe espera a água ficar barrenta para a desova", esclarece Edinaldo Batista, chefe de Fiscalização do Ibama/SE.

Quando chega o momento ideal para liberar os ovos, as fêmeas realizam a piracema, que é o movimento de subir o Rio, seguir a direção contrária à correnteza. Esse movimento excita as fêmeas e favorece a desova.

A principal ação do Ibama/SE no Baixo São Francisco ocorre no período do defeso. A

deficiência na estrutura operacional do Instituto é uma realidade em todo o Brasil. Dos 2.500 fiscais existentes, 15 estão em Sergipe e revelam a insuficiência de pessoal para fiscalizar uma grande área.

Durante o defeso, os pescadores cadastrados recebem o seguro-desemprego de R\$ 360, que sempre chega atrasado e geralmente não satisfaz as necessidades das famílias. Edinaldo Batista informa que este ano não foi registrado nenhum ato de infração no período do defeso. "Mas se você me disser que eles (pescadores) não pescam, eu não posso acreditar. Inclusive, vez ou outra eles confessam", revela o chefe de Fiscalização do Ibama. Segundo Edinaldo, só é possível tomar providências em caso de flagrante.

Criação de peixes em gaiola ganha espaço no Velho Chico

Empresários sergipanos investem na atividade e já produzem tilápias em grande escala

A crescente demanda e a escassez do peixe no Baixo São Francisco transformaram o cenário do Rio. É comum encontrar tanques-rede, ou gaiolas, para a produção de peixes em carvão ao longo do leito e em seus afluentes. Trata-se de uma atividade econômica que se proliferou no Velho Chico e rende bons lucros para seus investidores.

A busca por um projeto pessoal de vida e o paixão pelos peixes levaram Mário de Albuquerque e Rodolfo Lima a criar tilápias em gaiolas, próximo à foz do São Francisco, em Brejo Grande. Os dois produtores são profissionais da área de informática e há quase um ano decidiram trabalhar em parceria para consolidar o projeto de piscicultura, com mais rapidez no mercado. A associação conta também com a participação do agricultor José Machado Neto.

O projeto da Fazenda Capivaras existe há três anos e é pioneiro na produção de tilápias através do sistema de gaiolas, em Sergipe. É também um dos primeiros do Nordeste. "Quando nós começamos, o que existia em gaiola eram ainda experimentos da Chesf", orgulha-se o sócio Mário de Albuquerque, que é analista de sistema, trabalha com informática há 22 anos e teve que estudar muito para montar o projeto.

A criação das tilápias no Rio, ou seja, no ambiente natural dos peixes traz muitas vantagens. Não existe problema de oxigenação porque a água se renova a cada sete segundos dentro das gaiolas e a correnteza ajuda na capacidade de produção. Apesar de permanecer no habitat natural, os peixes precisam ser alimentados com ração especializada por ocuparem um espaço limitado e não terem condições de buscar o alimento.

TRECHO PRIVILEGIADO

As características próprias do local onde estão instaladas

Quando nós começamos, o que existia em gaiola eram ainda experimentos da Chesf

Mário de Albuquerque

as 48 gaiolas, combinadas com uma alimentação balanceada, favorecem a produção em grande escala. Cada gaiola possui 20m³ de área útil e capacidade para produzir até 10 mil peixes. "Temos uma gaiola que está com 530 tilápias por m³. Uma densidade dessa é muito alta e não é possível trabalhar assim em trechos onde a água é mais parada", afirma Mário.

O investimento feito para a implantação do projeto de piscicultura foi de R\$ 160 mil, sendo R\$ 40 mil de recursos próprios e R\$ 120 financiados pelo Banco do Nordeste. O custo fixo mensal para manutenção de infraestrutura é de R\$ 3 mil e, dependendo do estoque, variava até R\$ 5 mil por mês com ração.

Os produtores de tilápia da Fazenda Capivaras fazem questão de mostrar a diferença que existe entre a criação de peixes em gaiolas e em viveiros de terra. Para criar 10 mil peixes em viveiros de um metro quadrado, é necessário ter um hectare de terra. Já no sistema de gaiolas, em meio hectare de lâmina d'água é possível criar de 400 a 600 mil peixes, em determinadas condições do ambiente.

"Hoje nós somos o maior projeto do Baixo São Francisco em capacidade de estocagem de peixe", comemora o parceiro Rodolfo Lima. São 420 mil peixes, que correspondem a 210 toneladas. Em ritmo de produção normal, as gaiolas da Fazenda Capivaras vão colocar no mercado 50 mil kg de tilápias por mês.

SABOR ESPECIAL

O projeto possui um berçário para receber os alevinos, que chegam com 1 grama e, geralmente, são comprados fora do Estado, porque a produção em Sergipe ainda é pequena. O berçário é um viveiro de terra com água, alimentação e tempera ideais para o desenvolvimento e proteção dos filhotes. Eles permanecem por 30 dias no viveiro até alcançarem 10 gramas e se tornarem capazes de sobreviver dentro das gaiolas.

Quatro meses, as tilápias estão prontas para o abate, medindo 30 cm e pesando 500 gramas. As espécies cultivadas são a tilápia chitalada (preta), nilótica (branca) e redor (veneziana), originadas de cruzamentos.

A produção da Fazenda Capivaras é destinada à rede de supermercados G. Barbosa e às feiras livres dos municípios sergipanos e alagoanos. A tilápia é vendida com vísceras e uqui e custa R\$ 2,60 para o supermercado e R\$ 2,50 para os feirantes, que comercializam a R\$ 1,50. Semanalmente, 500 kg de peixe é fornecido para o G. Barbosa.

Rodolfo Lima aponta os gastos com a compra de alevinos e alimentação das tilápias como os principais responsáveis pelo aumento no custo de produção. "Os fabricantes estão sempre aumentando e a gente fica na mão deles", lamenta Rodolfo. Segundo ele, a ração aumenta cada vez mais e representa 70% do custo da criação de peixes. "Fica difícil chegar hoje numa feira, vender o peixe por um preço e no mês seguinte ter que aumentar 10% a 20%, como acontece com a ração".

Um dos grandes diferenciais da produção de Mário, Rodolfo e Neto é o sabor das tilápias. Como as gaiolas estão instaladas há menos de 10 km da foz do Rio São Francisco, os peixes absorvem a salubridade do ambiente e ficam mais saborosos, sem o gosto característico dos peixes de água doce. Além dos inúmeros projetos de piscicultura, existem também a criação de camarões e ostras em carvão no Baixo São Francisco.

Pesca esportiva atrai várias pessoas para o São Francisco

Pescadores vão ao Rio em busca de robalos, tucunarés e podem encontrar o gigantesco tarpon, um peixe cobiçado no esporte

“Nas últimas vezes que pescamos, percebemos o Rio muito seco, a água está cada vez mais limpa e conseguimos pegar muitos peixes”

Meio de sobrevivência para alguns e lazer para outros. Além disso, a pesca no Rio São Francisco é também uma opção na prática de esportes e reúne profissionais de diversas áreas para uma experiência inesquecível e prazerosa.

A cada dois meses, durante o inverno, e uma vez por mês, no verão, o Baixo São Francisco recebe um grupo da Associação Sergipana de Pesca Amadora Bons Ventos - ASPABV - de Aracaju, para um fim de semana de muita adrenalina no Rio. Barco, vara, carretilha, iscas artificiais, linha e muita força para tirar os enormes robalos e tucunarés que habitam as águas do Velho Chico.

Escassez de peixes não é um problema na prática da pesca esportiva. “Vamos atrás de outras espécies porque as nativas existem em pequena quantidade”, justifica o odontólogo Marcos Seabra, que pratica pesca esportiva no São Francisco há dois anos e é associado da ASPABV. A associação possui cerca de 300 participantes, mas apenas 12 pescam no Baixo São Francisco.

Os peixes que mais atraem os esportistas são o robalo, tucunaré, xaréu e o camurupim, chamado de tarpon pelos americanos e considerado o peixe mais cobiçado do mundo na pesca esportiva. Ele chega a medir 2 metros de comprimento e a pesar mais de 100 quilos.

O processo de degradação do Velho Chico não prejudica a prática do esporte, pelo contrário, até ajuda. “Nas últimas vezes que pescamos, percebemos o Rio muito seco, a água está cada vez mais limpa e conseguimos pegar muitos peixes”, diz o pescador esportivo, Marcos Seabra. Segundo ele, para quem pesca com iscas artificiais, quanto mais limpa se encontra a água, melhor o resultado na pescaria.

PESQUE-E-SOLTE

A técnica e o equipamento utilizados facilitam a captura de peixes grandes que, dificilmente, chegam à rede da pesca artesanal. A isca artificial é arremessada e fica em movimento na água, como se fosse um peixe menor nadando no Rio, então os peixes precisam ver as iscas. O barulho também atrai os peixes. “Para o pescador nativo isso não é bom porque pesca com rede. A água está limpa, o peixe vê e consegue desviar dela”, diz Marcos.

As iscas artificiais possuem dois anzóis múltiplos com três pontas, chamados de garapétas. O peixe abocanha a isca e fica preso ao anzol. Atualmente, na pesca esportiva, a modalidade mais difundida em todo o mundo é a do pesque-e-solte. Segundo Marcos Seabra, existe um tamanho limite de captura e os peixes menores são devolvidos ao Rio. “Não levamos todos os peixes para casa, apenas os que vamos comer. Procuramos realizar essa prática de forma consciente”.

O pesque-e-solte pode ser também uma opção para o turismo sergipano, como já ocorre em alguns Estados brasileiros. O turista sai para pescar, pega o peixe, fotografa e solta no ambiente de origem. A lógica é que o peixe permaneça vivo para atrair outros turistas à pesca. Uma atividade lucrativa, prazerosa, ecologicamente correta e não explorada, apesar do grande potencial existente em Sergipe. A pesca esportiva exige grande investimento. De início, é necessário adquirir equipa-

mento como vara, carretilha, linha, iscas artificiais, que custam em média R\$ 745, contando com material de reserva recomendável para garantir a pescaria. Existem também os acessórios: alicates, bolsa, óculos polarizados, somando mais R\$ 255.

Para quem deseja ter um barco próprio, motores de popa, elétrico, bateria, carregador, o investimento inicial chega a R\$ 10 mil. Além desses custos, acrescentam-se as despesas com transporte, alimentação, combustível e hospedagem a cada pescaria.

TARPON ESPETACULAR

Os adeptos da pesca esportiva investem alto para terem o prazer de ver e tentar capturar robalos com mais de um metro, pesando de 10 a 12 quilos. E talvez encontrar o disputado tarpon nas águas do Velho Chico.

Esse tipo de pesca também rende muitas histórias. Marcos conta que um de seus colegas pescou um tarpon com 1,5m, próximo à foz do São Francisco, passou mais de 1 hora e 30 minutos para tirar da água e não conseguiu. “Esse peixe dá saltos enormes, espetaculares”, admirou-se. Marcos garante que não é história de pescador e existe bastante tarpon no Velho Chico.

“No nosso esporte, pegar peixe é só uma consequência. O contato com a natureza é o mais importante. Encontramos tanta beleza natural pelo caminho que faz com que a gente se desligue do mundo estressante em que vivemos”, ressalta o pescador esportivo. Marcos também demonstra o prazer que existe em conviver com os ribeirinhos durante os dias de pesca.

A atividade física da pesca esportiva fica por conta dos movimentos para realizar cerca de 1.000 arremessos de isca por dia e as inúmeras vezes em que é necessário agachar-se para mudar a direção e velocidade do barco.

Filho da pesca, pescador será

O futuro de quem nasceu à beira do Velho Chico vendo o chefe da família sair para pescar não promete muito. Apesar do esforço dos pescadores em dar educação aos filhos, não existe oportunidade de emprego nas cidades ribeirinhas e o destino é aprender o ofício dos pais, empurrar o barco para o Rio e pescar.

Foi o que aconteceu com os filhos de Antônio Gonçalves. "Como hoje não se arruma emprego, filho de pescador tem que pescar. Até as meninas pescam", conta Antônio. Para o filho Marcos, de 27 anos, o maior prazer em sair para a pescaria está em capturar peixes grandes. "Em novembro do ano passado peguei um robalão de 14 Kg e fiz um salário mínimo num dia, mas desde essa época não encontro outro", diz Marcos.

A atividade pesqueira começou cedo na

vida de Wesley dos Santos. Aos 16 anos, o jovem pescador vai para o Rio em busca de parte do sustento da família. A escola não é prioridade. Wesley está matriculado na quarta série do ensino fundamental, mas chega a passar até sete horas na água para pescar 1,5 Kg de tucunaré e levar R\$3,75 para casa, onde mora a mãe e mais três irmãos.

"Um menino que começa a pescar com essa idade tem vida curta", revela Antônio Gonçalves, da Colônia de Neópolis. O pescador diz que a atividade pesqueira prejudica muito a saúde por causa do movimento intenso do corpo, a baixa temperatura da água e o brilho que atinge os olhos. Segundo ele, as doenças que ocorrem com mais frequência entre os pescadores são reumatismo, desvios na coluna, deficiência visual e herpes de pele.

O Rio São Francisco não está pra peixe

Pescadores cobram atenção dos governantes e melhores condições de trabalho, já que o peixe sumiu do Rio

Longe de ser uma atividade de lazer, a pesca artesanal ainda sustenta boa parte da população do Baixo São Francisco. Porém, nos últimos anos ela enfrenta a escassez de peixes e altera sensivelmente a renda das famílias ribeirinhas.

O Velho Chico, em todo o seu curso, já abrigou mais de 150 espécies e hoje necessita da introdução de peixes originários de outras bacias para povoar o Rio. Alguns fatores de desequilíbrio ambiental, principalmente a construção do parque energético da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf -, que regularizou a vazão do rio e extinguiu o sistema de enchentes e vazantes, são responsáveis pela diminuição dos peixes.

Espécies nativas como surubim, dourado, mandim, pirá, xira, piaú, aragu e lambiá não contam mais com as cheias que inundavam as lagoas marginais do São Francisco e protegiam os filhotes dos predadores. Depois da instala-

ção das hidrelétricas e os constantes peixamentos, essas espécies passaram a conviver com o tambaqui, tucunaré e a tilápia.

Os pescadores da Colônia de Neópolis enfrentam situação de pobreza e reclamam da falta de condições para sobreviver da pesca artesanal. "Para melhorar a pesca no Rio é muito difícil. Só o Cristo Redentor pode melhorar nossa situação", lamenta o pescador Antônio Gonçalves, 53 anos, conhecido como Caratê.

Segundo Antônio, a pesca deu bons resultados até a década de 70. "Naquela época, a gente ganhava dinheiro e dava para sustentar a família tranquilo. Num dia dava para fazer até R\$ 70", diz. Hoje os pescadores saem para pescar, faturam de R\$ 5 a R\$ 15 e em alguns meses do ano, a renda mensal não chega a R\$ 100. "A gente passa um apuro danado. Tem semana que não arruma nada e vai vivendo como pode".

MATO E LIXO NO RIO

O pescador Antônio Gonçalves lembra que criou os quatro filhos com a atividade pesqueira no São Francisco quando ainda era possível tirar do Rio até 100 Kg de peixe numa saída. "A pesca começou a piorar depois de Xingó acabou tudo. Ninguém se preocupou com os pescadores, só quiseram gerar energia para encher o bolso de dinheiro", acusa Caratê. Ele acrescenta que não sabe fazer outra coisa a não ser pescar. "Não sei o que pode acontecer se o peixe acabar", teme o pescador.

O crescimento desenfreado da vegetação no leito do Rio também dificulta a pesca artesanal no Baixo São Francisco. As plantas ficam presas às redes e impedem a passagem dos peixes. "O Rio está cheio de mato e a rede não desce para pegar o peixe", explica Gildo Tavares, 49 anos, da Colônia de Pescadores de Neópolis.

Além do mato, os pescadores encontram todo tipo de lixo nas águas do Velho Chico. São garrafas, cascos de carro, pneus e até animais mortos. "Uma vez puxei a rede e encontrei um absorvente perdurado. O Rio virou lixeira, está um nojo", indigna-se o pescador Antônio.

Além disso, a vegetação ciliar foi extinta e está dando espaço para outras espécies que em nada contribuem para a proteção e alimentação dos peixes.

A pesca artesanal possui técnicas e equipamentos muito diferentes daqueles que capturam peixes enormes na pesca esportiva. Nela, os pescadores utilizam redes de malha tarrafa, cova, de diversos tamanhos, movimentam-se bastante para lançar as redes no Rio e enfrentam a baixa temperatura da água.

SOLUÇÃO DAS GAIOLAS

Nas condições em que o São Francisco se encontra não existe vantagem em levar todo

o equipamento para um dia de trabalho porque a quantidade de pescado não compensa os gastos. É comum chegar à casa do pescador e ver parte do material de pesca encostado, em desuso.

"O banco que soltar dinheiro para os pescadores sabe que não vai receber", avisa Gildo Tavares. Há dois anos, alguns pescadores da Colônia de Neópolis fizeram um empréstimo no Banco do Nordeste e não têm como pagar. O dinheiro foi utilizado também para a compra dos equipamentos que estão abandonados.

Os peixes preferidos de quem exerce a pesca artesanal são os nativos. Segundo os pescadores, essas espécies são mais fáceis de serem comercializadas. "As pessoas compram o tucunaré porque não tem outro melhor e alguns peixes que não são do Rio custam mais caro", afirma o pescador Antônio. O tucunaré não é um peixe tão saboroso quanto os

nativos e custa R\$ 2,00 o quilo. Já o robalo ou camurim chega a R\$ 8,00, mas é quase um milagre conseguir capturá-lo na pesca artesanal.

Os pescadores cobram atenção dos governantes e melhores condições de trabalho. "Os 'homens de alto nível' deviam olhar para nós aqui do Baixo São Francisco", diz Gildo. Assim como muitos, ele não se conforma em pagar uma taxa de R\$ 2,00 para a Colônia, contribuir para o INSS, cadastrar-se na Capitania dos Portos e não ter garantia de aposentar-se com tranquilidade.

"Hoje o pescador não tem mais direitos. Nossa atividade não tem progresso", desanima Antônio Gonçalves. Na opinião dele, existe uma alternativa, mas o Governo precisa ter interesse em implantar projetos de piscicultura com tanques-rede ou gaiolas. Uma solução que vem dando bons resultados em todo o Rio São Francisco.

Pescadores jovens abandonam tradições do Velho Chico

Mesmo enfrentado a crise da pesca artesanal, os pescadores do Baixo São Francisco se divertem com a fantasia das águas do Rio e contam suas histórias. Um costume que pouco atrai os jovens pescadores, pouco interessados em manter a tradição e as lendas do Velho Chico.

Quem sai para pescar durante à noite tem sempre uma história na ponta da língua. São visões, miragens, impressões carregadas de sentimentos, emoções e muita adrenalina. Os relatos dos pescadores mais velhos revelam a riqueza cultural do imaginário popular no Baixo São Francisco.

"Um dia estava pescando e vi quando o 'nego d'água' agarrou um fecho de lenha que estava no barco pensando que era alguém. Meu companheiro estava dormindo e nem se mexeu. Eu gritei com ele e ele sumiu", conta Gildo Tavares, que já encontrou outras figuras no Rio, além do lendário nego d'água.

Muitos pescadores têm medo de passar pelo Morro do Aracaré, à beira do Rio, próximo à cidade de Neópolis, porque dizem que é o local preferido do nego d'água. A figura escolheu um bom lugar para se esconder, o morro é um rema-

nescente de mata ciliar. Só que ele bem que poderia aparecer também para os autores do desmatamento, pois assim protegeria a mata.

"Eu já vi. Não tem um fio de cabelo, tem olhos tortos, dentes grandes e cravados. Um dia ele agarrou minha tarrafa, mas consegui me livrar", conta Antônio Gonçalves, que faz uma descrição semelhante à da carranca. Essas histórias conseguem atrair o riso irônico dos pescadores mais novos, mas não a crença ou o medo.

A nova geração de pescadores não herdou o estilo de vida de seus antepassados. O romantismo da pesca, a crença nas figuras lendárias que existem no leito do Rio para proteger ou assustar os pescadores, as idéias, palavras, a forma de se divertir e de encarar a vida se transformam com o passar dos anos, apesar de esses pescadores continuarem pescando, como os mais velhos.

O hábito de fumar durante a pescaria e encerrá-la com uma cachacinha não faz parte da rotina dos jovens pescadores. Eles optam por prazeres mais saudáveis como tomar um suco de frutas. "Não quero nem saber de cigarro. Prejudica a saúde e o bolso", afirma o pescador Marcos, 27, filho de Antônio.

Sinal de bons ventos no Velho Chico

Os defensores da preservação do Rio São Francisco já podem comemorar uma vitória na luta contra o uso arbitrário dos recursos hídricos do país. Com o projeto de Transposição de Águas engavetado, as ações de revitalização ganham novo impulso e legitimidade até por parte do Governo Federal.

Bons ventos podem seguir em direção ao Velho Chico. O primeiro sinal foi o decreto de 5 de junho deste ano, que institui a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, previsto pela Lei de Recursos Hídricos de 1997, e o Projeto de Conservação e Revitalização da Bacia, contando com R\$ 70 milhões liberados pelo Governo.

Agora entra em cena um importante personagem que surgiu em Sergipe com o objetivo de desenvolver ações concretas para promover a revitalização do Rio. Trata-se do Fórum em Defesa do Rio São Francisco, coordenado pela Arquidiocese de Aracaju, OAB/SE, UFS e Unit. O Fórum se reúne extraordinariamente nesta segunda-feira, 6, para indicar candidatos à Diretoria Provisória do Comitê de Bacia.

A composição do Comitê pretende contemplar diversos segmentos da sociedade. Para isso, contará com um representante de cada Estado banhado pelo Rio; três representantes dos usuários de recursos hídricos e três da sociedade civil com atuação na bacia; três representantes dos municípios que compõem a bacia e o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco - Ceeivasf, Theodomiro de Araújo.

O Fórum em Defesa do Velho Chico está conduzindo o processo de indicação dos candidatos de Sergipe, que irão concorrer com candidatos de outros Estados, às vagas de representantes nas diversas categorias. Vale lembrar que a presença de membros sergipanos no Comitê é fundamental para garantir a defesa do Baixo São Francisco.

Erosão do Rio é uma ameaça ao Atlântico

Pode parecer estranho, mas é uma verdade preocupante: o desequilíbrio ambiental imposto ao Rio São Francisco em todo o seu curso está gerando uma perspectiva de impacto extremamente negativa no Oceano Atlântico, com implicações em todas as praias de Sergipe. A erosão no Baixo São Francisco devasta em média 50 metros de margens por ano. O impacto da embocadura do Rio no mar está sendo estudado pelo Departamento de Engenharia Agrônômica da UFS através de um projeto de cooperação internacional, elaborado pelo Governo Federal em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma - e financiado pelo Fundo Mundial de Meio Ambiente. As barragens mudam o perfil das águas, impedem a piscicultura e prejudicam a flora ao longo de todo o Rio.

De Minas a Sergipe, Rio tem apenas 4% de matas ciliares

É como se os *olhos* do São Francisco não tivessem nenhuma forma de proteção

Um passeio pelo Velho Chico proporciona o prazer de estar cercado por belezas naturais. Entre elas, as plantas e as árvores que cobrem as margens do Rio formando uma galeria ao longo do leito. É a mata ciliar, que protege as bacias do processo erosivo e tem esse nome pela função semelhante à dos olhos, que é proteger o olho humano.

A mata de galeria tem a função de sustentar o solo das margens dos rios através de uma rede de raízes muito finas. As partículas sólidas soltas se juntam e se agregam e formam uma estrutura de proteção contra a constante ameaça da correnteza do rio. Quando não existe a mata, as partículas se desprendem facilmente, aumentando o processo de erosão das margens. O problema é que esta mata ciliar está sendo progressivamente devastada.

Da nascente até a foz, o Rio São Francisco conta apenas com 4% da mata ciliar original, ou de galeria, para proteger suas margens. As árvores e arbustos são retirados para o aproveitamento da madeira em diversos usos, apesar de ser proibido pela lei de meio ambiente. O desrespeito à lei leva também à construção de casas, indústrias e à exploração agrícola em áreas muito próximas ao leito do Rio.

Dessa forma não tem vegetação que aglutine. Foi o que aconteceu no Baixo São Francisco. Em mais de 200 Km de extensão, a presença da mata

de galeria é não insignificante a ponto de não merecer quantificação.

ILUSÃO DE ÓTICA

A bióloga Laura Galvão, que desenvolve pesquisa sobre o assunto pela UFS, já considera a vegetação ciliar extinta. "A mata nativa foi totalmente

devastada. O que existem são fragmentos ou remanescentes com vegetação secundária", esclarece Laura. A bióloga refere-se aos trechos onde ainda existem algumas espécies de plantas, mas que já sofreram interferência da ação do homem.

Os principais trechos de remanescentes de mata ciliar no Baixo São Francisco são o Morro do

Aracati, em Neópolis e Ilha do Cachumbão, em Ilha das Flores. Existem também pequenos fragmentos ao longo do curso baixo do Rio. A bió-

ga Laura Galvão explica que essas áreas mantêm a vegetação ciliar porque são de difícil acesso.

A mata de galeria secundária é composta de 78 espécies vegetais distribuídas em 49 famílias. Entre as plantas mais comuns estão a angico, a aninga, o balão, o calumbi, o cajueiro e o atakum. Segundo Laura, quem percorre o leito do Velho Chico tem sempre a impressão de que existe mata ciliar por causa do ângulo de visão que permite enxergar a 2m de vegetação. "Mas isso é muito pouco para uma situação normal de equilíbrio", enfatiza a bióloga.

No Baixo São Francisco, a mata de galeria começou a ser retirada no século XVI para a plantação de cana-de-açúcar. Depois para a implantação dos perímetros irrigados de arroz e para a expansão urbana.

Laura Galvão afirma que no município de Brejo Grande, o próprio Governo estimulou a retirada da mata ciliar do Velho Chico para a agricultura de subsistência. "Depois as leis começaram a funcionar". Mas o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente em Sergipe - Ibama - ainda funciona precariamente e não consegue impedir a ação devastadora do homem.

Desmatamento na bacia compromete vazão

Existe outra área de retirada da mata que também causa grandes prejuízos à sobrevivência do Rio São Francisco. Apesar da distância do leito, o desmatamento desenfreado na bacia compromete a contribuição que o lençol freático oferece à vazão do Rio.

O professor Francisco Sandro Rodrigues, do Departamento de Engenharia Agrônoma da UFS, resalta a importância de preservar toda a bacia do São Francisco e não somente o seu leito. "Não se deve considerar o Rio de forma isolada e sim toda a área de drenagem que tem fundamental influência para a vazão", justifica Francisco Sandro.

Uma área desmatada expõe o solo ao processo erosivo, facilita o arraste de água e areia e causa dois grandes prejuízos para o Rio. Primeiro, a água escorre para o leito, sendo impedida de infiltrar e alimentar o lençol freático. No caso do solo, chega até o rio promovendo o assoreamento.

"O Baixo São Francisco poderia receber uma contribuição indireta de vazão através da recarga do lençol freático, mas isso não acontece por causa do desmatamento e do manejo inadequado do solo", afirma o professor Sandro, que coordena o grupo de estudo do pro-

cesso erosivo nas margens do baixo curso do Velho Chico, realizado pela UFS.

CARVÃO DE QUALIDADE

A retirada de madeira no Baixo São Francisco ocorre principalmente para alimentar os fornos das padarias e olarias sergipanas, além de fornecer carvão de qualidade. As áreas mais atingidas pelo desmatamento se encontram no município de Poço Redondo, devido à presença de um grande número de projetos de assentamentos de trabalhadores rurais no local.

"O desmatamento naquela área tem a ver com a situação econômica. A população é muito pobre e não possui condições de trabalho, então a atividade é fonte de renda", explica Ednaldo Batista, chefe de Fiscalização do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente em Sergipe - Ibama.

Segundo Ednaldo, a ausência de uma lei de preservação permanente da caatinga dificulta o controle do desmatamento. Só não existe desculpa para o descaso com os ecossistemas contemplados por esse tipo de lei, como a mata atlântica, que deveria proteger as margens do Velho Chico e não existe mais.

Cidades do Baixo despejam os esgotos residenciais no Rio

Ausência de rede coletora compromete 80% da qualidade dos cursos d'água do País

O principal agente de poluição das águas do Baixo São Francisco é o esgoto sanitário *in natura* jogado no leito do Rio. As 27 cidades e os povoados desse trecho da bacia não possuem rede coletora de esgoto e contaminam a água do Velho Chico em algumas localidades.

Os esgotos domésticos são responsáveis por 80% da poluição dos cursos d'água do País. Apenas 40,3% dos domicílios brasileiros estão ligados à rede coletora de esgotos e 23,3% dispõem de fossa séptica. No Nordeste, mais da metade da população não tem acesso ao saneamento básico, a porcentagem de domicílios ligados à rede coletora de esgotos é de 15,3% e 22,4% dispõem de fossa séptica.

"A implantação de rede coletora de esgotos exige um investimento altíssimo. Muito superior ao que se investe nos sistemas de abastecimento de água", afirma Kleber Curvelo, gestor do Sistema de Esgoto da Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso. Kleber diz que as companhias brasileiras não têm condições de atender as necessidades de saneamento básico dos municípios. "É utopia pensar que, em pouco tempo, 100% dos municípios vão ser contemplados com redes co-

letoras. Isso está além da capacidade das companhias no Brasil".

Segundo Kleber Curvelo, o maior problema é a disponibilidade de recursos para executar as obras de saneamento básico. "Falta investimento. O Governo Federal proibiu até as companhias de contrair empréstimos em bancos públicos ou privados para não aumentar o déficit público", justifica Kleber. Esse tipo de atitude não assusta mais a população brasileira que há sete anos sustenta um Governo que sacrifica as prioridades de uma nação para manter sua moeda forte.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO

Entre as cidades do Baixo São Francisco, apenas Canindé do São Francisco dispõe de uma pequena rede coletora de esgotos na área de imóveis construídos pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - durante a implantação da usina de Xingó. Na cidade de Propriá, a prefeitura já instalou 85% da rede, mas não está operando por causa da ausência da estação de tratamento.

A Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso - pretende implantar o sistema de coleta de esgotos nas cidades do Baixo São Francisco a partir de recursos do Ministério da Integração Nacional. O Governo Federal destinou R\$20 milhões para serem investidos em abastecimento de água e esgotamento sanitário, como parte do projeto de revitalização do Rio.

Após a liberação dos recursos, a Deso começa a implantar as redes coletoras em Neópolis, Gararu, Porto da Folha, Brejo Grande e ampliar a estrutura já existente em Propriá. "A prioridade é para as cidades onde estão sendo construídas obras para o turismo e onde as obras estão incompletas", informa Kleber Curvelo.

O sistema de coleta de esgotos é composto por um conjunto de tubulações subterrâneas que recolhe dejetos e água suja dos imóveis, transporta-os até uma estação de bombeamento e, a partir daí, os conduz à estação de tratamento para purificar a água e jogar nos rios. No Estado de Sergipe, as cidades que possuem rede coletora de esgotos são Lagarto, Simão Dias, parte de Canindé do São Francisco e 44% da grande Aracaju, que abrange Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão e Barra dos Coqueiros.

Velho Chico está saturado de podridão

A queda de nível do Rio São Francisco é motivo de preocupação para a Companhia de Saneamento de Sergipe não só pelos transtornos que causa à captação de água, para consumo humano como também pela qualidade da água.

O crescimento da população do Baixo São Francisco corresponde a uma aumento de milhões de esgotos domésticos jogados no leito do Rio. Como o vazão diminui constantemente, o tempo gasto para diluir os esgotos torna-se maior e o Velho Chico pode se transformar numa concentração de podridão.

Apesar disso, o gestor do Sistema de Esgoto da Deso garante que a água do São Francisco não está poluída por considerável situação preocupante. "Ainda há uma queda de volume de água no Rio, apesar de muitos esgotos, no entanto, não se pode dizer que a rede coletora não está funcionando", afirma Kleber.

Segundo pesquisa realizada pela Universidade Federal de Sergipe em 2000, não pode-se concentrar a presença de coliformes fecais nos arredores da Ilha de São Velho, no município de Porto da Folha e no povoado Escal, em Nossa Senhora do Livramento. "A água

desse local não pode ser consumida imediatamente, precisa de tratamento", diz o gestor de Saneamento José Dalton Figueiredo. Departamento de Engenharia Civil da UFES.

O professor Figueiredo ressalta que, apesar das pesquisas, o Rio não é mais do que o esgoto que em partes de maior concentração. "As comunidades ribeirinhas não têm infraestrutura de esgotos, as cidades basicamente jogam o esgoto no rio e usam a água para beber", afirma o professor. "A água é tratada e abastecida, mas de preferência para consumo humano e não para recreio e turismo".

Quantidade de coliformes em 100ml de água em quatro pontos da Ilha de São Pedro

Pontos	Coliformes totais	Coliformes fecais
Amarela - Ilha	1.360	53
Ilha	1.840	112
Reserva - Ilha	2.153	170
Margem - Ilha	2.800	140

Rio causa impactos no Atlântico e desperta interesse internacional

São Francisco é monitorado pela Agência Nacional de Águas - ANA - e pela OEA

Os dados referentes à erosão na margem do Velho Chico e às transformações na sua dinâmica no curso baixo do Rio estão sendo obtidos através do Projeto São Francisco. Em março deste ano, o Estado de Sergipe passou a integrar esse projeto através do Departamento de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal de Sergipe - UFS.

O objetivo final do projeto é desenvolver um Programa de Gerenciamento Integrado - PGI - da Bacia do Rio São Francisco a partir dos resultados de estudos que estão sendo realizados na primeira etapa. A intenção é incorporar os problemas ambientais nas políticas e planos de desenvolvimento para proteger a bacia e sua zona costeira, além de apresentar propostas para a implementação do PGI.

Trata-se de um projeto de cooperação internacional, elaborado pelo Governo Federal em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Pnuma - e financiado pelo Fundo Mundial de Meio Ambiente, que tem preocupação com os impactos ambientais ocorridos em nível global. O valor do projeto é de US\$ 120 mil.

O Rio São Francisco chamou a atenção do Fundo Mundial do Meio Ambiente porque tem afetado o equilíbrio litorâneo no Atlântico Sul. O Velho Chico tem importância internacional por causa da contribuição que oferece ao desenvolvimento do ecossistema oceânico.

Um Rio que poderia ter despertado o interesse mundial por sua beleza e abundância de recursos naturais, acabou sendo considerado fonte de desequilíbrio ambiental para o majestoso Oceano Atlântico. E foi necessário causar impactos no meio oceânico para receber a atenção de um projeto que pretende conhecer os motivos da interferência do Rio no ecossistema do Atlântico, a fim de evitar desastres maiores na faixa litorânea.

MAPEAR O VELHO CHICO

Entre as metodologias utilizadas na pesquisa do processo erosivo nas margens do Rio São Francisco está o estudo de mapas antigos, fotos aéreas e imagens de satélite fornecidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. "Estamos mapeando o canal, reconstituindo a morfologia do Rio, de tudo que existe nele e como evoluíram os processos de erosão, sedi-

mentação, a posição das ilhas, desde 1856", diz o professor da UFS Luiz Carlos Fontes, integrante do Projeto São Francisco em Sergipe.

Luiz Carlos orgulha-se do trabalho realizado pelo fato de não estar fazendo apenas suposições, mas levantando dados. "Nosso trabalho vai ter o mérito de entender esses processos (erosão, sedimentação), mostrar através de mapas sua evolução e quantificar. Teremos dados para oferecer à comunidade científica e aos órgãos ambientais", ressalta.

O Projeto São Francisco é composto por diversos subprojetos realizados pelos estados que fazem parte da bacia hidrográfica: Minas Gerais, Goiás e o Distrito Federal, Bahia, Sergipe e Alagoas. O projeto é coordenado pela Agência Nacional de Águas - ANA - e pela Organização dos Estados Americanos - OEA.

Em Sergipe, o subprojeto Estudo do Processo de Erosão nas Margens do Baixo São Francisco é coordenado pela UFS e realizado em parceria com a Superintendência de Recursos Hídricos e Cudevasf. A equipe técnica é formada por nove professores dos Departamentos de Engenharia Agrônômica e Geografia e a previsão para o término da pesquisa é de dois anos.

Reservatório retém alimentação dos peixes

O Rio São Francisco transporta uma carga líquida - água -, e outra sólida em seu leito. As partículas presentes na água são de grande importância para o desenvolvimento e equilíbrio da fauna e flora do Rio. Com a barragem da água no reservatório de Xingó, os ecossistemas do Velho Chico estão sendo afetados pela ausência de alimento e pela limpidez da água.

Entre as partículas sólidas transportadas pelo Rio existe matéria orgânica, os nutrientes que fazem parte da cadeia alimentar dos peixes. Mas como essas partículas ficam retidas no reservatório da hidrelétrica, a água do Rio, após Xingó, se torna pobre em nutrientes e prejudica a alimentação da fauna.

Além disso, a presença de partículas sólidas deixa a água turva e cria um ambiente favorável ao esconderijo dos peixes. Com a água limpa, acaba a proteção contra os predadores.

A vegetação do Rio São Francisco também enfrenta os efeitos da qualidade da água liberada por Xingó. O líquido claro e tão agra-

dável aos olhos humanos permite que os raios de sol penetrem com maior facilidade no fundo do Rio e provoque o crescimento desenfreado da vegetação. Essas plantas proliferam-se, criam condições adversas no leito do Rio e dificultam até a navegação.

As partículas mais pesadas que o Rio transporta servem para repor aquelas retiradas no processo de erosão e, dessa forma, mantêm o equilíbrio natural. Atualmente, o Baixo São Francisco não recebe mais partículas dos outros trechos do Rio, sendo obrigado a erodir suas margens e o próprio leito para levar sedimento até o oceano e ao longo da costa.

"Num cenário futuro, grandes mudanças podem ocorrer no litoral quando o São Francisco diminuir a carga de partículas que transporta", afirma o professor da UFS, Luiz Carlos Fontes. Ele acrescenta que a partir daí as consequências não ficarão restritas ao povoado Cabeço, destruído na foz, mas irão atingir as praias sergipanas.

Erosão é uma ferida que devora 50 metros de margens por ano

Trechos mais afetados estão em Propriá e entre Brejo Grande e Piaçabuçu (AL)

A natureza reage à ação arbitrária do homem no uso dos recursos disponíveis no meio ambiente e tenta se adaptar às condições adversas que lhe são impostas até encontrar um novo equilíbrio. Essa é a situação atual do Baixo São Francisco, que enfrenta a erosão acelerada das margens do Rio, após a construção da hidrelétrica de Xingó.

A retirada de partículas sólidas, ou erosão dos solos e rochas, por agentes como a água e o vento, é um processo natural que ocorre nos rios e faz parte de sua própria dinâmica.

Mas no São Francisco, a erosão tornou-se acelerada pela presença das barragens que romperam o equilíbrio natural do Rio. Os trechos mais afetados pela erosão acelerada se encontram no Perímetro Irrigado Cotinguiba-Pindoba, da Codevasf, no município de Propriá (SE), e na foz, entre os municípios de Brejo Grande (SE) e Piaçabuçu (AL).

O processo de erosão provoca outro fenômeno que é o do assoreamento ou sedimentação. Quando ocorre retirada de partículas sólidas numa margem, por consequência, haverá deposição de sedimentos dessas partículas no leito ou na outra margem.

Segundo o professor Luiz Carlos Fontes, do Departamento de Engenharia Agrônômica da UFS, que integra o grupo de pesquisa em erosão nas margens do Baixo São Francisco, isso significa que no trecho do Perímetro Irrigado Cotinguiba-Pindoba, o Estado de Sergipe está diminuindo e o de Alagoas aumentando.

Nesse trecho, Sergipe já perdeu 600m de terra, numa extensão de 1,5Km, desde 1962, dos quais 350m correspondem a uma ilha e 250m à margem do Rio. O período de intensa erosão na margem do São Francisco ocorreu entre 1980 e 1987, alguns anos depois da construção da hidrelétrica de Sobradinho (BA), re-

sultou na perda de obras civis, como o dique de contenção do Perímetro Cotinguiba-Pindoba, e de área agrícola.

NASCENTE EM XINGÓ

Nos últimos anos, principalmente depois que a usina de Xingó começou a operar, a erosão na margem do Velho Chico alcançou desenvolvimento acelerado. Ela avança cerca de 4m por mês, que corresponde a quase 50m por ano. O novo dique de contenção que a Codevasf construiu a 100m do anterior está sendo destruído e a erosão já alcança a estrada que liga os municípios de Propriá e Neópolis.

Recentemente, a Codevasf aprovou um projeto de recomposição do trecho erodido. Trata-se de suavizar o talude, o paredão inclinado que se forma à margem após o processo de erosão, e fazer um enrocamento para proteger a margem. O preço para amenizar os efeitos da erosão tem sido alto. O projeto da Codevasf custou R\$ 1.182.000,00 além dos gastos com a construção do segundo dique de contenção do perímetro irrigado.

O professor Francisco Sandro Rodrigues, que coordena o grupo de pesquisa em erosão nas margens do Baixo São Francisco, revela que essa solução não é definitiva. "Em trechos onde já foi feito enrocamento há alguns anos dá para perceber que a erosão continua", informa Francisco Sandro.

O processo para estabilizar a situação da margem do Rio é demorado. "A barreira de pedras não resolve o problema. Deve ser feito um trabalho de recomposição da mata ciliar porque esse é o anteparo natural que o fluxo do Rio obedece", diz Sandro.

Dentro do projeto desenvolvido pela UFS está prevista a plantação de bambu nas margens do Baixo São Francisco. É uma planta de crescimento rápido e possui sistema radicular com grande capacidade de fixação do solo.

Um rio transporta água, uma carga de partículas sólidas mais pesadas próxima à superfície submersa e outra de partículas mais leves suspensas na água. Quando existe reservatório no leito do rio, a água passa e fica retida durante algum tempo para geração de energia.

As partículas mais pesadas não conseguem ultrapassar a barragem e ficam acumuladas no fundo do reservatório. Como a água pode passar dias retida, as partículas suspensas decantam, pela ação da gravidade, e formam lama.

Quanto mais tempo no reservatório mais límpida sai a água. É o que acontece após ultrapassar a barragem de Xingó, transportando

uma quantidade mínima de carga sólida. "A água é tão límpida como se o Rio São Francisco estivesse nascendo ali, depois de Xingó", revela o professor Luiz Carlos Fontes.

AUTOFAGIA DO RIO

A dinâmica do Rio não pára aí. Se antes de chegar ao reservatório a água dispunha de uma energia para transportar as partículas, depois de superar esse obstáculo, permanece com a mesma energia, mas sem a carga sólida. Então passa a dispor de energia livre para utilizar de forma compensatória e começa a retirar partículas do seu próprio leito e das margens para transportar. Uma erosão induzida pela intervenção do homem no equilíbrio natural do Rio.

"É uma autofagia do Rio, ele está comendo os próprios sedimentos que havia depositado antes. O Rio São Francisco quer se reajustar às novas condições do ambiente e busca um novo equilíbrio", explica o professor Luiz Carlos. Segundo ele, quanto menos partículas o rio transporta, mais causa erosão e o leito é erodido principalmente próximo à barragem de Xingó.

Pesquisadores que se dedicam ao estudo de impactos ambientais provocados pela construção de grandes barragens ao longo dos rios afirmam que a tendência da erosão é se propagar do corpo da barragem em direção à jusante, rio abaixo. Mas é um processo que acontece muitos anos depois do término da obra e, no Baixo São Francisco, foi rápido demais. A hidrelétrica de Xingó entrou em operação há sete anos, um intervalo pequeno para as transformações da natureza.

O professor Luiz Carlos ressalta que essa situação é exclusiva do Baixo São Francisco em relação aos outros trechos do Rio. A carga de partículas sólidas que vem da erosão natural das margens dos afluentes e dos solos cultivados da bacia não é suficiente para manter o equilíbrio no curso baixo do Velho Chico. A carga mais significativa vinha dos trechos à montante, rio acima, que passou a ser barrada em Xingó. O processo de erosão também ocorre no Alto, Médio e Submédio São Francisco, mas a fonte de partículas sólidas não é o leito, como entre Sergipe e Alagoas, e sim a bacia hidrográfica na sua totalidade.

"Em busca de um novo equilíbrio, o Rio altera muitas situações. Nós estamos vivendo o intervalo entre uma mudança drástica na dinâmica do São Francisco e uma etapa final que não se sabe exatamente qual vai ser. Sabe-se apenas que o processo está avançando", alerta o professor. Luiz Carlos chama atenção para o fato de que não existe erosão generalizada ao longo de todo o Baixo São Francisco. Ela ocorre em determinados trechos.

São Francisco em briga com a areia

Assoreamento no Rio é uma reação da natureza ao ataque do homem

Navegar pelo Velho Chico pode não ser mais uma experiência tão agradável quanto o foi nestes seus quase 500 anos. Com o leito do Rio ocupado por inúmeros bancos de areia, a embarcação corre o risco de encalhar e interromper o percurso. A sedimentação, ou assoreamento, acompanha o processo de erosão nas margens e prejudica a navegação.

A carga de partículas sólidas que o Velho Chico retira de seu próprio leito ou das margens, através da erosão, é transportada lentamente. Quando o Rio começa a perder velocidade, essas partículas são depositadas ao longo do leito formando novos blocos de areia ou alimentando os que já existem.

Esse processo, conhecido como assoreamento, faz parte da dinâmica do Rio, assim como a erosão. O que está acontecendo no São Francisco, no entanto, é a aceleração do processo erosivo e o consequente aumento em número e volume das croas, ou bancos de areia, no leito do Rio.

O assoreamento torna-se perceptível somente depois que blocos arenosos emergem, uma fase de avanço no seu desenvolvimento. Mas eles começam a se formar na superfície submersa do Rio e vão crescendo até ultrapassar a água.

"Agora as pessoas enxergam os problemas do São Francisco. No entanto, isso ocorre há muito tempo. Hoje é que deixou de ser discurso e virou algo concreto, visível", lamenta o professor Francisco Sandro Rodrigues, do Departamento de Engenharia Agrônômica da Universidade Federal de Sergipe e coor-

denador do grupo de estudo do processo erosivo nas margens do Baixo São Francisco.

O professor Sandro diz que a sociedade precisa se dar conta dos fenômenos de desequilíbrio ambiental, como o assoreamento acelerado, e tornar-se consciente da necessidade de preservar a natureza. "Tem algo grave acontecendo que está afetando a vida das pessoas, o dia-a-dia da população, principalmente a ribeirinha", alerta Francisco Sandro.

PERCURSO DESVIADO

A primeira consequência da presença

dos bancos de areia no leito do Velho Chico está relacionada à navegação. Os percursos mais comuns de travessia no Baixo São Francisco já foram afetados, sendo necessário fazer desvios para conseguir-se chegar ao destino.

"Os bancos de areia não começam emergindo. Os sedimentos vão se acumulando no fundo e já diminuindo a profundidade do Rio", explica Luiz Carlos Fontes, professor do Departamento de Engenharia Agrônômica da UFS e integrante do grupo de estudo do processo erosivo nas margens do Baixo São Francisco.

A travessia de Neópolis (SE) para Penedo (AL) tornou-se mais longa para o passageiro e mais cara para o dono da balsa. O percurso

feito em 8 minutos aumentou para 12, o que significa maior gasto de combustível. Nas manhãs de muita neblina, a balsa corre o risco de encalhar num banco de areia porque o piloto não consegue enxergá-lo e desviar a tempo.

Segundo Edvaldo Cardoso, piloto da balsa Tupan, de Neópolis, as transformações no leito do São Francisco tiveram início há 10 anos. "Depois da construção de Xingó, a situação piorou, principalmente nos últimos seis meses, quando o Rio começou a baixar mais ainda", diz Edvaldo, que pilota balsas há 19 anos.

O percurso de Neópolis a Penedo foi desviado em 1999. Foi necessário dragar um dos bancos de areia do leito do Velho Chico naquele trecho para diminuir o desvio em 200m. As travessias entre Propriá (SE) e Porto Real do Colégio (AL) e entre Brejo Grande (SE) e Piaçabuçu (SE) também enfrentam problemas com o assoreamento.

O professor Luiz Carlos Fontes lembra que o nível do Velho Chico baixou 1,3m, de 1999 até hoje. Então depois do recuo da água foi possível perceber os trechos assoreados que estavam submersos e tinham essa medida. "As imagens de satélite mostram que esses trechos estavam cobertos de água, portanto o Rio já estava raso, com profundidade de 1,3m e até menos".

Briga entre Rio e Mar tira O povoado Cabeço do mapa

Moradores perderam suas casas, mas alguns ainda insistem em ficar no local

Marcelo Bordini

Após o percurso de 2.700 km, o Velho Chico chega sem forças para o encontro com o Oceano Atlântico, entre os municípios de Brejo Grande (SE) e Píayabuçu (AL). E a natureza reage ao abuso do homem no uso de 80% da água do Rio para geração de energia.

A foz do Rio São Francisco, um dos mais belos espetáculos naturais do país, tornou-se alvo de desastres ambientais e uma ameaça ao equilíbrio do ecossistema oceânico.

O povoado Cabeço transformou-se num lugar triste e solitário depois que as águas do oceano arrastaram o patrimônio dos pescadores, de suas famílias e com ele, muitas histórias de vida.

A população do Cabeço não acreditava que um dia o povoado pudesse ser devorado pelo oceano, afinal, em mais de 150 anos de existência nunca tinham ouvido falar em fe-

nômeno semelhante no local. O que era motivo de diversão para os moradores se transformou numa tragédia.

"Quando o mar começou a invadir, a gente achava graça, ria, sentava na praia para curtir os coxos dos coqueiros que caíam na praia, era uma festa", lembra o pescador José Albino Santos, 41 anos, que ainda mora no povoado. "Mas quando começou a derrubar as casas ficaram tristes e vimos que a situação era feia", acrescenta.

As quatro famílias que resistem em se mudar para o povoado vizinho chamado Saranien, onde foi construído um conjunto residencial, reclamam que o número de casas não foi suficiente para a comunidade. Mas não escondem o motivo principal da permanência no povoado: a renda do turismo na foz do Velho Chico.

Queda de vazão desequilibra oceano

A instalação de uma cascata de usinas hidrelétricas ao longo do leito do Velho Chico pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf -, de Minas a Sergipe, provocou diversas alterações na dinâmica do Rio.

A empresa fez um acordo com a Codevasf para liberar a vazão regularizada de 2.060 m³/s após a hidrelétrica de Xingó, mas não cumpriu. Nos últimos meses, ela não tem alcançado 900 m³/s e o nível do Rio baixou cerca de 1,3m.

O controle e a queda constante da vazão impedem que ocorram as cheias sazonais e o São Francisco não adquire força suficiente para manter as águas do oceano afastadas. A tragédia que destruiu o povoado Cabeço, em Brejo Grande, foi provocada pelo avanço do Atlântico

CASTIGO RIO ABAIXO

No fim de semana, o Cabeço recebe alguns turistas para conhecerem o que restou da tragédia ambiental e as mulheres do povoado como Maria Adeli, 61 anos, aproveitaram para vender coqueiros, queijo, coco verde e queijadas. "Não gosto do Sacramen, prefiro ficar aqui, lá não dá para o comércio", justifica Dona Maria, que também vende mariscos em sua casa para os vizinhos.

Parte da pequena comunidade que mora hoje no Cabeço é formada de pessoas muito pobres, que não tinham onde morar e ocuparam as casas abandonadas depois do avanço do oceano sobre o povoado.

O pescador José Albino sente saudades da vida animada que existia no Cabeço. "Antes muita gente vinha aqui para o carnaval e a festa de Bon Jesus. Tinha um bar enorme, um campo de fute-

bol e ficava cheio, era uma festa muito boa", diz José Albino, que não pretende sair do povoado enquanto o oceano não destruir o que restou.

Os moradores mais antigos relatam que a última enchente aconteceu em 1979. "Deus fez as coisas bem feitas, o homem é que descontrolou e quer ser mais sábio que Deus. O grande tapa o Rio lá em cima e o Cadiço vem para o pobre aqui embaixo", diz o pescador Antônio Francisco, 45 anos, referindo-se à construção das barragens a jusante e o desastre na foz.

A família de Antônio Francisco já recuou várias vezes por causa do avanço constante das águas do oceano e, a cada recuo, constrói uma nova casa de palha ou pau-a-pique. Ele faz questão de dizer que não deixa o povoado Cabeço. "Só saio daqui quando o oceano levar tudo e eu ficar mantido no telhado da minha casa".

arrastando verticais seriguanas de forma acelerada, enquanto do lado direito ocorre sedimentação da areia sólida. Uma fileira de coqueiros é destruída no povoado e a cidade maré cheia e para chegar até o farol construído pelo Martinham 1873, só enfrentando a agitação das águas do Atlântico.

Além da erosão contínua na área do Cabeço, a queda de vazão das ilúminas três meses está permitindo que a cunha salina penetre cada vez mais no leito do Rio. A água salgada do oceano avança, no máximo, 2 km da foz atualmente chega até a cidade de Píayabuçu (AL) a 12 km da foz. Esse fenômeno já exige o gerenciamento do horário de captação de água para consumo humano na cidade aliada, com função da salinidade adquirida durante a maré alta.

a partir de 1980, tornou-se indicador das transformações ocorridas na bacia hidrográfica.

O povoado Cabeço começou a ser destruído em 1995. Atualmente, o oceano continua invadindo e

Injustiça na distribuição das águas

Millhares de sergipanos de povoados quase nas barrancas do Rio São Francisco são reféns dos carros-pipa, baldes e latas para terem acesso à água e, mesmo assim, não tratada. É uma enorme injustiça praticada contra quem deveria ter água de melhor qualidade. O São Francisco abastece 50% do Estado de Sergipe. Mas sua vazão de apenas 1.000 metros cúbicos por segundo, após Xingó, tem gerado dificuldades para captação. A Deso lamenta que o Governo Federal tenha R\$ 4 bilhões cotados para a área de saneamento, sem liberação.

Sem lei nem planejamento, uso da água torna-se abuso

Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos prevê cobrança pela utilização da água dos rios

A falta de planejamento e a política de resultados imediatos são marcas registradas da maioria dos governantes brasileiros. A utilização da água dos rios para consumo humano, por exemplo, não recebeu a devida atenção das autoridades política e agora enfrenta a escassez. O Rio São Francisco abastece mais de 50% do Estado de Sergipe e é vítima das ações equivocadas do Governo Federal que terroriza a sociedade com planos emergenciais.

Entre os usos da água, o mais importante é o consumo humano. Diante do crescimento populacional e do mau uso dos recursos naturais, a água tornou-se um bem que exige controle para sua utilização porque não se encontra mais em disponibilidade inesgotável.

A necessidade de planejamento para as múltiplas finalidades da água deu origem, em 1997, à Lei 9.433, que estabelece a nova Política Nacional de Recursos Hídricos e das legislações estaduais específicas já existentes ou em fase de elaboração. É lamentável que essa lei tenha sido promulgada depois da exploração predatória do Velho Chico para gerar energia elétrica.

DESCRÉDITO DA LEI

Mas na opinião do professor de Saneamento da Universidade Federal de Sergipe, José Daltro Filho, a lei não será eficiente na

gestão dos recursos hídricos. "Não acredito que a Agência Nacional de Águas tenha coragem de peitar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco", afirma Daltro. O professor acrescenta que a lei vai atingir, principalmente, a população, já que prevê a cobrança da água captada nos rios para o ano 2002.

No mês de junho, a Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso - deixou os sergipanos em estado de alerta com a possibilidade da falta de água para consumo humano. "Continuamos preocupados com a situação do Rio São Francisco. Ainda não choveu o suficiente para regularizar a vazão", declara Roberto Leite, diretor técnico da Deso.

Os problemas enfrentados pela Companhia para captar água no Rio São Francisco não estão relacionados à quantidade insuficiente para abastecer a população. "A vazão do Rio é suficiente para a quantidade captada. A dificuldade está em como pegar a água", explica Roberto. Com a queda de vazão, o leito do Rio recua, obstrui a entrada de água na tubulação e exige o deslocamento dos pontos de captação.

A visita de compadre do presidente da Chesf, Mozart Siqueira Campos, ao governa-

dor Albano Franco, no dia 16 de junho, serviu apenas para um agradável sobrevôo ao longo do Rio São Francisco. A vazão continua abaixo do necessário para os múltiplos usos e a Deso em estado de alerta, acompanhando durante 24 horas o comportamento do leito do Rio.

PREJUÍZO NO BOLSO

Outra ameaça à operação do sistema de adutoras no Velho Chico é o temido apagão. "O Rio pode ter água em abundância, mas a Deso não vai ter condição de bombeá-la porque as bombas funcionam com energia elétrica", ressalta o diretor técnico da Companhia de Saneamento. Roberto Leite informa que a Deso está providenciando geradores, caso a crise energética se agrave.

Mais uma consequência da irresponsabilidade do Governo Federal em utilizar apenas as águas dos rios na produção de energia elétrica para todo o país.

"Existe uma questão importante nesse contexto de racionamento de energia. Agora é possível acabar com a idéia de que água e energia são recursos inesgotáveis", analisa Roberto. Está mais do que provada a necessidade de uso racional de água e energia, até porque o consumo exagerado começa a atingir o bolso.

Carros-pipa e as latas d'água na cabeça prosperam em frente ao Rio

Comunidades nas barrancas do São Francisco estão caalejadas de sofrer por falta d'água

Quando chuega o mês de agosto, os prefeitos do sertão se apressam a se preparar com o abastecimento de água da comunidade dos municípios. É o período de estiagem que permeia o mês e aumenta o tráfico de carros-pipa pelas estradas e veredas de paraisos. Uma atividade que mantém a população tão propulsa indústria da seca no Nordeste brasileiro. A indústria que se repete a cada ano. Solução, nem com chuva abundante.

Nos últimos meses, o período de estiagem não tem dado intervalo para que a chuva alimente rios, pequenas lagoas e grutas, assim, o armazenamento de água para consumo humano é escasso. Não chove o suficiente no sertão de Sergipe e até os povoados próximos ao Rio São Francisco enfrentam a falta de água.

A solução apresentada pelos Governos Federal, Estadual e Municipal para esse problema é passagista. Viciada, ou, como eles preferem chamar, emergencial: cesta básica, bolsa-renda e carro-pipa. Um kit capaz de tirar a dignidade de qualquer ser humano, por mais pobre que seja.

Segundo Enxique Salvador de Melo, prefeito do município sertanejo de Poço Redondo, a seca no Nordeste não pode ser tratada como situação emergencial porque se trata de uma característica geográfica da região.

O prefeito de Poço Redondo acrescenta que falta vontade política do Governo Federal em desenvolver projetos permanentes para o sertão aprender a conviver com a seca. "Há cinco anos estamos apresentando proje-

tos ao Governo de sustentabilidade do sertão através das águas do Rio São Francisco, mas a intenção dele é manter a indústria da seca e o povo atrelado", acusa Enxique. O prefeito informa que o Governo gasta R\$ 9 milhões como abastecimento através de carros-pipa.

CASO INUSITADO

O município de Poço Redondo utiliza 20 carros-pipa para abastecimento diário de povoados e localidades. Cada carro possui capacidade de 7.000 litros de água para atender o consumo de 100 famílias. A água é captada em diversos pontos do Rio São Francisco e chega aos sertanejos em tratamento. Existem povoados que ainda não possuem sistema de gerenciamento para distribuir água. É o caso de Curralinho, Capetão, Jacaré.

O tráfico de carros-pipa alcança também, na região do Baixo São Francisco, os municípios de Monte Alegre, Porto da Folha, Nossa Senhora da Glória, Gararu e até Canindé do São Francisco, a dona da fortuna do ICMS produzida pela Hidrelétrica de Xingó.

A prefeitura de Porto da Folha destina R\$ 2.400 mensais para abastecer oito povoados com carros-pipa. O município dispõe de seis carros e recebe mais 11 da Defesa Civil do Estado. É correto por um sistema de aduana que abastece 10 municípios e 56 povoados, mas continua dependente da indústria da seca. O caso mais inusitado é o do povoado Niterói, que está à beira do Velho Chico e a população vive caalejada de transportar baldes de água na cabeça. O povoado é apenas

pode fazer um programa desse em qualquer região, conversar com os prefeitos dos municípios que serão beneficiados e entender o que acontece em cada local. É falta de responsabilidade", alerta Júlio Santana.

O prefeito informa que semana passada foi aprovado o projeto de construção do Canal Xingó, tão almejado pelos sertanejos opo- sitores da transposição das águas e defensores da revitalização do Rio São Francisco.

Esse projeto consiste em um sistema de canais com 50 Km de extensão e tem como objetivo o abastecimento de água para consumo humano e irrigação. O ponto de captação estará localizado no lago de Xingó, beneficiando os municípios de Canindé do São Francisco, Poço Redondo e, segundo Júlio Santana, ainda Porto da Folha e Monte Alegre. O custo de implantação do projeto é de R\$ 180 milhões, com parte do orçamento vista para ser liberada ainda este ano.

um ponto de captação e local de passagem para os carros-pipa.

O prefeito de Porto da Folha, Júlio Santana, reclama do Governo Estadual a ausência de uma política de ampliação das aduana, com o argumento de que o município não tem condições de realizar uma obra desse porte. No entanto, o caso do povoado Niterói é simples e ainda não foi solucionado.

CANAL XINGÓ APROVADO

Júlio Santana faz críticas ao programa do Governo Federal para o combate aos efeitos da seca no Nordeste, está insatisfeito com o auxílio enviado a Porto da Folha, mas apóia a iniciativa assistencialista estatal. "É uma situação emergencial", justifica.

As críticas do prefeito de Porto da Folha se referem aos recursos insuficientes destinados ao município, para a bolsa-renda, diante da necessidade da população. "O Governo não

Abastecimento do Baixo São Francisco de julho a setembro

Município	Povoados	Beneficiados	Carros-pipa
Canindé do São Francisco	46	4.700	08
Poço Redondo	109	15.295	20
Porto da Folha	44	11.670	12
Gararu	21	3.585	03
Monte Alegre	22	2.985	03
Nossa Sra da Glória	35	4.005	03

Drama de Niterói: povoado à margem é abastecido com baldes

Mata da Onça, do lado alagoano, recebe água bombeada do Velho Chico

O Rio São Francisco significa uma dádiva para as cidades ribeirinhas que dele podem tirar proveito e garantir a sobrevivência da população. O Velho Chico é a maior fonte de água para consumo humano, em Sergipe, e alimenta um eficiente sistema de adutoras.

Mas existem sergipanos vivendo à beira do Rio que ainda não desfrutam do direito de consumir a água tratada que jorra das torneiras. O abastecimento desses locais é feito através de balde. O lugar chamado de Niterói, que tem à sua frente Pão de Açúcar, com o Cristo Redentor ao lado, em nada se assemelha ao progresso e à civilização alcançados pela capital carioca.

Niterói é um povoado do município de Porto da Folha, com cerca de 500 habitantes, onde se processa a forma mais absurda e primitiva de abastecimento de água. A população se sente cansada da movimentação durante todo o dia carregando baldes de água para beber, tomar banho e cozinhar alimentos.

"A vida aqui é esse sofrimento. O destino da gente é ficar com o casco da cabeça grosso", diz o ribeirinho Cosme de Souza, 23 anos, referindo-se ao trabalho cansativo que é obrigado a fazer. Assim como Niterói, outros povoados de Porto da Folha enfrentam a mesma situação, a exemplo de Ranchinho e Mocambo.

ISOLADOS DO MUNDO

A dona de casa Geilza dos Santos, 39 anos, diz que já lhe faltam forças para pegar água do Velho Chico e levar até sua casa. "É todo dia essa mesma coisa. É um terror carregar balde pesado de manhã e de tarde. Tenho até raiva", afirma a dona de casa com aparência cansada e entristecida. Geilza transporta 12 baldes no início do dia e 5 no final, o equivalente a 340 litros de água para abastecer as cinco pessoas da casa.

O problema desses povoados seria facilmente resolvido com a instalação de uma bomba para captar água no Rio São Francisco, levar até uma caixa e distribuir para as casas. O custo seria mínimo porque estão à beira do Rio e, o benefício, quase milagroso para quem nunca teve o prazer de tomar banho embaixo do chuveiro.

O descaso dos Governos Estadual e Municipal é a principal reclamação dos habitantes de Niterói. "A gente se sente desprezado pelos políticos, esquecido, isolados do mundo", desabafa Olavo da Silva, 27 anos. O grande motivo de revolta da população é saber que o povoado Mata da Onça, na outra margem do Rio, em Alagoas, é abastecido através de uma bomba que funciona à base de energia eólica e, segundo Olavo, todos os povoados alagoanos têm água encanada.

ÁGUA SUJA

A falta de interesse das autoridades políticas em resolver o problema de abastecimento de Niterói torna-se uma atitude irresponsável, a partir do momento que priva a população do direito à saúde e higiene. Os moradores do povoado contraem doenças constantemente por ingerir a água que pegam no Rio, sem o mínimo de tratamento.

Dona Maria de Fátima dos Santos, com 65 anos, ainda sustenta o balde na cabeça e consome a água suja do Rio porque não tem alternativa. "Meu marido só vive com dor de barriga e diarreia por causa da água", lamenta dona Maria. Há três meses, o aposentado Luiz Brás, marido de dona Maria, foi internado durante 15 dias no hospital da cidade alagoana de Pão de Açúcar, do outro lado do Rio, por ter ingerido água sem tratamento. "A médica recomendou água fervida, mas eu acho o gosto ruim", diz Luiz, que aos 79 anos tem o sonho de alcançar água encanada no povoado Niterói.

O leito do Velho Chico, no trecho de Niterói, é utilizado para o banho da população, dos animais, lavar roupas, panelas e até vísceras de boi. Pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe já constataram também a presença de lixo hospitalar nesse trecho do Rio São Francisco. Os habitantes do povoado informam que os exames médicos acusam com frequência a presença de vários tipos de verme no organismo de adultos e crianças. "Existe até caso de cólera", afirma Olavo da Silva.

Sergipe tem dois mil km de adutoras e 50% da captação vem do São Francisco

O Estado de Sergipe possui a maior rede de adutoras do país, com mais de 2000 Km, que conduz a água dos rios para onde ela precisa chegar. O Rio São Francisco é o mais importante manancial do Estado e mantém 13 pontos de captação de água para consumo humano, entre sistemas integrados e isolados. O maior deles é a Adutora São Francisco, em Propriá, que abastece 50% da capital Aracaju.

Além da capital, o Rio São Francisco é responsável pelo abastecimento de mais de 50% do Estado de Sergipe, beneficiando 700 mil pessoas, com perspectiva de aumento para 80% daqui a 10 anos. O Rio abastece também algumas indústrias como a Fafen, que consome 600 mil litros de água por hora, a Vale do Rio Doce, que em período de pico utiliza 200 mil litros por hora e o Distrito Industrial de Aracaju, com 20 milhões de litros por mês.

Para atender ao crescimento da demanda de água da capital sergipana e à implantação dos dois grandes projetos industriais, Fafen e Vale do Rio Doce, foi necessário construir, em 1980, a Adutora São Francisco. O ponto de captação está localizado à margem direita do Rio, no município de Propriá e entrou em operação em 1982. Aracaju foi a primeira capital nordestina a ser abasteci-

da pelo Velho Chico.

A Adutora São Francisco é composta de uma estação de bombeamento com 6 unidades, cada uma com capacidade para captar 0,347 m³/s, uma linha de recalque de 23 Km de extensão e a adutora de gravidade com 124 Km de extensão e capacidade para 650 l/s. A vazão captada é de 5.000 m³/h e, além de Aracaju, a adutora abastece os municípios de Nossa Senhora do Socorro, Barra dos Coqueiros, Atalaia Nova, Malhada do Bois, Muribeca e os povoados Cruz das Donzelas e Visgueiro.

AMPLIAÇÃO DO SISTEMA

O diretor técnico da Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso -, Roberto Leite, informa que um trecho da Adutora do São Francisco será duplicado para garantir o abastecimento da capital sergipana por mais dez anos. "Estamos nos preparando para o futuro", orgulha-se Roberto. Segundo ele, a duplicação custa muito caro porque o Rio se encontra muito distante dos locais atendidos. "Já gastamos R\$ 50 milhões há dois anos e vamos gastar mais R\$ 110 milhões agora para duplicar apenas uma parte da adutora", diz o diretor. Os recursos para a execução da obra, prevista para quatro anos, vêm do Orçamento Geral da União - OGU.

Rio abastece residências e indústrias. Águas ficam escassas e consumo vai aumentar

Existem ainda três sistemas integrados de adutoras com pontos de captação no Rio São Francisco: Alto Sertão, Sertaneja e Própria. O primeiro tem 180 Km de extensão e capta 1.008 m³/h de água no povoado Ilha do Ouro, município de Porto da Folha. O segundo foi duplicado e possui 400 Km de extensão, capta 915 m³/h próximo ao povoado São José, no município de Amparo do São Francisco. A Adutora de Própria capta 468m³/h e abastece os municípios de Própria, Cedro de São João e Telha.

A captação de água no Rio São Francisco para abastecer as cidades e povoados é feita de duas maneiras. A Companhia de Saneamento de Sergipe trabalha com balsas, que ficam boiando no Rio e acompanham o movimento do leito, por isso não apresenta problemas quando existe queda de vazão. Existem também os grandes tubos de concreto perfurados que recebem água diretamente do Rio e, por isso, podem apresentar problemas de obstrução na entrada de água durante a queda de vazão. Foi o que aconteceu no mês passado com as Adutora Sertaneja e São Francisco.

ADUTORA PARADA

A vazão do Velho Chico liberada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf -, não ultrapassa 1000 m³/s e cria transtornos à captação de água no Rio para abastecimento da população. Nesse caso torna-se necessário utilizar uma dra-

ga para recolher a areia e abrir uma passagem, facilitando a chegada da água no local onde está a bomba para puxá-la.

Essa situação gera uma despesa a mais para a Deso, com a dragagem e o uso de equipamentos. A adutora do povoado Mussuípe, em Neópolis, está com o sistema parado porque a água não alcança as bombas e será necessário furar um poço para resolver o problema.

"Vamos levantar os custos e ter um acerto com a Chesf. Ela se comprometeu a ressarcir a Companhia de saneamento pelo transtorno que causou", avisa o diretor técnico da Deso. Roberto Leite diz que ainda não se sabe quanto foi gasto para os sistemas de captação voltarem a operar normalmente porque os serviços estarão concluídos no final de julho, mas estima-se cerca de R\$ 200 mil.

A Chesf é mesmo a rainha da indenização. Teve que ressarcir todos que utilizam a água do Velho Chico pelo estrago que causou no Rio através da exploração energética. Uma compensação quase sempre injusta. Como se não bastasse, prejudica até o principal dos usos, aquele que não pode ficar comprometido: o consumo humano.

Uma das preocupações da Companhia de Saneamento de Sergipe é com a privatização da Chesf. "É ela quem comanda a vazão do São Francisco. Se a empresa tiver um dono, ele só vai pensar no dinheiro e não vai considerar o

abastecimento da população", teme Roberto Leite. Na opinião dele, a crise energética tem mostrado ao Governo Federal que a privatização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco criaria um grande problema para o país.

Vazões captadas no Rio São Francisco

Adutora	Volume (m ³ /h)
Canindé do São Francisco	82
Alto Sertão	1.008
Povoado Bonsucesso (Poço Redondo)	12
Povoado Escorial (N. Sr ^a de Lourdes)	24
Gararu	40
Sertaneja	915
São Francisco	5.000
Própria	468
Povoado Mussuipê (Neópolis)	20
Povoado Saúde (Neópolis)	19
Neópolis	90
Illa das Flores	55
Povoado Sertão (Illa das Flores)	38

ADUTORA SÃO FRANCISCO ABASTECE

Aracaju, Nossa Senhora do Socorro,
Barra dos Coqueiros,
Atalaia Nova,
Malhada do Bois, Muniheca
Povoados Cruz das Donzelas e Visgueiro

ADUTORA ALTO SERTÃO ABASTECE

Porto da Folha, Poço Redondo,
Monte Alegre, São Miguel do Aleixo,
Nossa Senhora Aparecida,
Nossa Senhora da Glória,
Frei Paulo, Pedra Mole, Pinhão,
Pedro Alexandre (BA) e 56 povoados

ADUTORA SERTANEJA ABASTECE

Amparo do São Francisco, Canhoba
Nossa Senhora das Dores, Itabi,
Gracho Cardoso, Cumbe,
Feira Nova, Nossa Senhora da Glória,
Carira, Aquidabã,
Povoados de Gararu e outros 73 povoados

Deso lamenta escassez de recursos federais para apoiar o saneamento

Empresa está presente em 280 localidades sergipanas e atende 1,4 milhão de pessoas

O Governo de Sergipe investe em saneamento, entre água e esgoto, mais de R\$ 1 bilhão em todo o Estado. Deste valor, mais de R\$ 700 milhões são destinados ao abastecimento de água. É para realizar esse trabalho, o Governo criou, em 1963, o Departamento de Saneamento de Sergipe - Deso -, hoje denominado Companhia de Saneamento de Sergipe.

A Deso nasceu com a função de estudar, projetar e executar serviços de esgoto, abastecimento de água e obras de saneamento em qualquer parte do território estadual. Os projetos podem ser realizados por iniciativa própria ou através de convênio com as prefeituras municipais ou órgãos federais.

A Companhia possui mil funcionários distribuídos nas áreas administrativa, técnica e de operação de sistemas. Está presente em 280 localidades do interior do Estado e beneficia mais de 1,4 milhão de pessoas, o que representa 78% da população sergipana. Atende ainda os municípios de Paripiranga e Pedro Alexandre e o povoado Sambaíba, na Bahia.

A bacia hidrográfica do Rio São Francisco é a maior do Estado e abriga as grandes adutoras da Deso. Além do Velho Chico, a Deso conta com água dos rios Poxim, Pitanga - afluentes do rio Sergipe -, Piauitinga, Ribeira e o reservatório subterrâneo de Ibura.

O diretor técnico da Deso, Roberto Leite, garante que a Companhia está equilibrada financeiramente e consegue se manter com recursos próprios. "O que não temos ainda é a capacidade de investimento para grandes obras, como a duplicação de parte da Adutora São Francisco", lamenta.

Roberto acrescenta que nos últimos 4 anos, com a política de privatização do Governo Federal, o saneamento básico deixou de receber investimentos porque a intenção era vender as Companhias. "Temos a informação de que hoje existem R\$ 4 bilhões presos para saneamento. Se as empresas privadas, porque alguns municípios já privatizaram o saneamento, quiserem esse dinheiro, pegam facilmente. A estatal não consegue". Trata-se de uma estratégia do Governo para inviabilizar o funcionamento das empresas estatais e vendê-las.

Tratamento garante qualidade de consumo

Água recebe cloro, cal, flúor e pode custar mais em 2002

A água do Velho Chico percorre um longo caminho até chegar às casas dos sergipanos. Além disso, passa por um processo de tratamento e sai das torneiras pronta para o consumo humano.

Segundo o diretor técnico da Companhia de Saneamento de Sergipe, Roberto Leite, a água da torneira pode ser consumida sem filtrar ou ferver. "A contaminação pode ocorrer justamente nos filtros ou nos reservatórios, por isso deve-se lavá-los (os reservatórios) de seis em seis meses", recomenda.

Mais de 50% da água consumida nas residências sergipanas saem do Rio São Francisco. Existem tomadas de água no Rio, onde é captada e bombeada através das adutoras, em estado

bruto, até chegar às estações de tratamento.

Durante o tratamento, a água recebe um coagulante, o sulfato de alumínio, que serve para reter as partículas em suspensão. Esse processo dá origem às chamadas bolas de lodo que, por serem pesadas, logo decantam.

Em seguida a água é filtrada para clorificar e fluorar para prevenir cárie dentária. A partir daí, a água vai para o reservatório e segue até as casas, pronta para ser consumida.

minar o resumo das partículas que não decantaram e saíram dos filtros totalmente cristalina. Depois são aplicados os produtos para garantir a qualidade da água: cloro, para matar os germes; cal, para corrigir o pH e flúor para prevenir cárie dentária. A partir daí, a água vai para o reservatório e segue até as casas, pronta para ser consumida.

"Hoje o preço da água já significa um peso no orçamento familiar, o que não acontecia há 10 anos", lembra Roberto Leite. O custo médio por metro cúbico de água cobrado pela Deso é de R\$ 0,70. A do Rio São Francisco é a mais cara, tem custo superior a R\$ 1, porque se encontra a uma distância maior, gastando mais energia elétrica para a operação da adutora.

A partir de 2002, o preço da água pode aumentar por determinação da Lei 9.433, que estabelece a nova política de recursos hídricos no país. A lei exige que se pague pelos múltiplos usos da água, inclusive consumo humano. A taxa cobrada atualmente se refere aos gastos com energia elétrica.

A hora e a vez da água mineral

Mercado brasileiro move cerca de US\$ 400 milhões por ano nesta área

A preocupação com a qualidade de vida é uma característica da sociedade do século XXI. Em busca de melhores condições de saúde e higiene, a população aracajuana consome cada vez mais água dos reservatórios subterrâneos. Os sergipanos rejeitam a água dos rios que abastecem o Estado, entre eles o Velho Chico, e optam pela mineral.

Esse mercado vem crescendo não só no Estado de Sergipe como em todo o Brasil, que alcança um índice de 20% a cada ano. O país possui 12% da reserva de água doce do planeta e cerca de 30% dos recursos mundiais de água mineral, uma posição privilegiada para o quadro de escassez de água potável no mundo. O mercado brasileiro de água mineral movimentou cerca de US\$ 400 milhões por ano.

A disponibilidade das reservas brasileiras atrai empresas nacionais e multinacionais para explorar o segmento e estabelecer posições estratégicas no mercado. Além da competitividade, um dos fatores que mais contribuem para o crescimento do consumo de água mineral é a qualidade da água oferecida pelas companhias públicas de saneamento. No caso de Sergipe, a Deso. O consumo per capita do produto no Brasil cresceu de 9,8 litros em 1995 para 25 litros no início deste ano.

O Brasil possui mais de 300 empresas produtoras de água mineral e no Estado circulam cerca de 10 marcas. Entre elas a Crystal Nordeste, produzida pela Companhia Alagoana de Refrigerantes - Cial -, uma franquia da The Coca-Cola Company. Em dezembro de 2000, a Cial, empresa do Grupo Constância Vieira, instalou uma unidade de comercialização no Distrito Industrial de Aracaju.

RISCOS DE CONTAMINAÇÃO

A Companhia Alagoana de Refrigerantes - do mesmo Grupo Caresf - investiu cerca de R\$ 6 milhões na produção de água mineral e tem a meta de alcançar 6 a 8 milhões de litros no primeiro ano de atuação e destina 3 milhões da litros para os consumidores sergipanos.

A qualidade da água mineral é superior a qualquer outra disponível na natureza. O processo produtivo não exige adição de substâncias químicas porque a água que jorra dos lençóis freáticos, ou seja, dos reservatórios subterrâneos, é purificada naturalmente. Segundo o diretor da Cial, Ruy Vieira, os riscos de contaminação ocorrem durante a captação e no momento de engarrafar o líquido.

"A água é um produto de fácil contaminação, por isso nos preocupamos com esses dois processos e fabricamos as nossas próprias embalagens", diz Ruy Vieira.

A Companhia Alagoana de Refrigerantes trabalha apenas com embalagens descartáveis, por isso não entrou ainda no comércio de garrações de água mineral de 20 litros, o maior do segmento no Brasil, representando 60% do mercado.

"O garrafão oferece riscos ao consumidor. Ele é retornável. Vem da rua vazio para ser enchido na indústria. E como ocorre o processo de lavagem?", questiona Ruy, afirmando que não existe garantia de pureza no produto. A Cial pretende entrar no mercado de garrações, mas com embalagem descartável, que, apesar de exigir maior investimento, garante a qualidade da água.

LIMITE DOS LENÇÓIS

O consumidor deve ficar atento também para não confundir água mineral com água "mineralizada". Esta é um tipo comum, captada em rios ou poços artesianos, fornecida pelas companhias públicas de saneamento, adicionada de sais e engarrafada. Muito diferente da água mineral natural que, por determinação legal, não pode ser modificada. Após um longo período de conflitos para rotular as embalagens desse tipo de produto, foi estabelecido que deve se chamá-lo de "água preparada".

O professor de Saneamento, José Daltro Filho, do Departamento de Engenharia Civil da Universidade Federal de Sergipe, alerta para os riscos de esvaziamento do reservatório subterrâneo na produção de água mineral. "Não se pode explorar a água de forma exagerada. Se a vazão retirada é maior do que a resposta

através do processo natural de recarga, chega um dia que o lençol seca", afirma Daltro.

Para o diretor da Cial, Ruy Vieira, o risco de escassez de água potável não atinge diretamente os produtores. "Esse risco é mais em cima do consumo global, através do abastecimento da rede pública", acredita Ruy. O diretor da empresa reconhece que existe um limite natural nos lençóis freáticos, "mas a oferta de água é muito grande, ela é abundante".

O professor José Daltro recomenda que as áreas de entrada e saída de água mineral dos reservatórios subterrâneos recebam proteção das empresas ou de órgãos ambientais. Essas áreas estão suscetíveis à ação poluidora do homem, que pode contaminar o lençol freático.

Produção de água mineral no Brasil

Ano	Volume (litro)
1990	795 milhões
1995	1,5 bilhão
2001	5 bilhões (estimativa)

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral

Consumo per capita no mundo

País	Volume (litros/ano)
Itália	143
França	117
Espanha	99,6
Grécia	36,8
Brasil	25

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral

O CINFOR VI nos 500 anos do Rio / ENERGIA PREDATÓRIA

**Produção de energia
consome 80% das águas
do São Francisco. E como
fica o consumo humano,
a irrigação, navegação?**

Por
Luis
Ferreira

Quando se fala em SFC, pensa-se imediatamente Hadda Plim, o do São Francisco. E Chesto, o utilitário SFC, o das águas do Rio São Francisco, o que é a energia através de suas bridas, 54 máquinas. Essa produção atende a 40 milhões de pessoas, o que é um número muito grande. Mas, quando se fala em SFC, pensa-se também em múltiplos usos da água, desde a produção de energia até a navegação. Não é qualquer trabalho de revitalização, o Velho Chico vive sob a sombra de um rio. São décadas de planejamento, mas não é bem intencional. Era um passado sem progresso, mas pelo futuro, o rio não é mais o mesmo. É um rio que se transforma em rio, que se transforma em rio, que se transforma em rio.

Chesf interrompe Velho Chico e gera energia para o Nordeste

Companhia atua em 14,3% do país e 97% da produção depende do São Francisco

O Rio São Francisco está presente nos principais capítulos da história de desenvolvimento do Nordeste brasileiro. A carência de energia elétrica na região levou o Governo Federal a criar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - para aproveitar o potencial de geração deste produto pelo Rio.

Em 3 de outubro de 1945, através do Decreto-Lei 8.031, nasceu a Companhia que construiu o maior parque gerador de energia elétrica do país, com suas principais usinas instaladas ao longo do Rio São Francisco.

O idealizador da Chesf foi o engenheiro agrônomo Apolônio Sales, ministro da Agricultura no Governo de Getúlio Vargas. Trata-se de uma empresa de economia mista que tem a Eletrobrás como acionista majoritária - 99,9% - e está vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco iniciou suas atividades em 1948 e a primeira usina a entrar em funcionamento foi Paulo Afonso I, inaugurada pelo presidente João Café Filho, em 1955. Atualmente, o sistema Chesf é composto de 14 usinas hidrelétricas operando com 54 máquinas geradoras, duas termelétricas operando com 10 e uma eólica. As hidrelétricas da Companhia representam 99% da potência total instalada e o Velho Chico são responsáveis por 97% da produção de energia do sistema.

CONSUMO NO NORDESTE

A cascata de usinas da Chesf no Rio São Francisco começa em Sobradinho (BA), passa por Luiz Gonzaga (BA/PE), Apolônio Sales (BA), pelas quatro do Complexo Paulo Afonso (BA) e termina em Xingó, entre Sergipe e Alagoas, a maior obra realizada pela Chesf em toda a sua existência. Antes de Sobradinho encontra-se ainda a hidrelétrica de Três Marias (MG) que é gerenciada pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

Em mais de 50 anos de atuação, a Chesf tornou-se a maior empresa do setor elétrico brasileiro. Possui capacidade para gerar 10.705 megawatts (MW) de energia, dos quais 10.272 MW são de origem hidráulica, 432 saem das termelétricas - uma na Bahia e outra em Pernambuco - e 1,2 quilowatts (kW) de origem eólica - em Fortaleza, no Ceará. Sua área de atuação abrange 1,2 milhão de Km², equivalente a 14,3% do território nacional.

A energia elétrica produzida pela Chesf, que também é responsável pelo transporte e comercialização, chega aos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Da região, só o Maranhão está fora. Isso significa atendimento a mais de 40 milhões de pessoas através de 17 mil Km de linhas cortando o Nordeste. A Companhia

fornece 99% da energia consumida nessa região e 16% do consumo do país.

REDUÇÃO DE PODER

Nos últimos anos, o setor elétrico brasileiro passou por um processo de reestruturação que deu origem a dois órgãos capazes de exercer o controle do sistema energético do país, diminuindo o poder de ação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

A empresa, hoje, não tem mais a responsabilidade de atender o mercado nordestino porque a área de concessão foi extinta. Ela não é mais a única fornecedora de energia para o Nordeste.

Com a criação do Operador Nacional de Sistema - ONS - e da Agência Nacional de Energia Elétrica - Anel - , a Chesf atua apenas na área de operação e manutenção das usinas geradoras de energia. "Do ponto de vista tanto de responsabilidade quanto de poder, houve uma redução das nossas atribuições", afirma Mozart Siqueira Campos, presidente da Companhia.

O ONS e a Anel têm as funções de regulamentação e fiscalização do sistema elétrico brasileiro. "Hoje, nós não decidimos, como antigamente, o que se deve fazer

ou não. Nós executamos a política de geração de energia determinada pelo ONS", esclarece o presidente da Chesf.

Segundo Mozart, a nova estrutura não está relacionada ao processo de privatização da Companhia, trata-se apenas de um novo modelo de gestão do setor elétrico criado pelo Governo Federal. Mas ele afirma que existem perspectivas de privatizar a empresa.

Produção da Chesf no Rio São Francisco

Usinas	Unidades	Potência	Total
hidrelétricas geradoras instalada MW (MW)			
Sobradinho.....	6.....	175.....	1.050
Luiz Gonzaga.....	6.....	250.....	1.500
Apolônio Sales.....	4.....	110.....	440
Paulo Afonso I.....	3.....	60.....	180
Paulo Afonso II.....	6.....	160.....	960
Paulo Afonso III.....	4.....	160.....	804
Paulo Afonso IV.....	6.....	410.....	2.460
Xingó.....	6	500	3.000

O racionamento e a necessidade de preservar o rio

Velho Chico degradado obriga Nordeste a economizar 20% de energia

O Brasil começa a enfrentar as primeiras consequências da escassez de água. Em maio deste ano, o Governo Federal surpreendeu a população com uma medida severa: o plano de racionamento de energia elétrica. Impôs uma mudança de hábitos que deixou os brasileiros em pânico com a ameaça do apagão. O Rio São Francisco não escapa desse contexto dramático.

O Velho Chico é a principal fonte de energia para o Nordeste. As maiores hidrelétricas da Chesf estão instaladas neste Rio e produzem 97% da energia de todo o sistema. Por isso, a queda da vazão do São Francisco compromete o fornecimento de energia elétrica para o Nordeste.

A cascata de hidrelétricas ao longo do São Francisco é composta por Três Marias (MG), administrada pela Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, Sobradinho (BA), Luiz Gonzaga (BA/PE), Apolônio Sales (BA), Paulo Afonso I, II, III e IV (BA) e Xingó (SE/AL). Os reservatórios de armazenamento de água se encontram nas três primeiras e o funcionamento das outras depende da vazão liberada depois de Sobradinho.

APRENDER A CONVIVER

A usina de Sobradinho foi construída pela Chesf para regularizar a vazão do Rio em 2.060 m³/s, mas hoje garante apenas 1.300 m³/s. O

nível do reservatório baixou 7 metros e perdeu 23% da capacidade de armazenamento. Segundo o superintendente de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, Ailton da Rocha, Sobradinho não atinge sua cota máxima desde 1998. "E, no caso de reservatórios utilizados para geração de energia, é aconselhável trabalhar com a cota máxima", afirma o superintendente.

Outro objetivo da construção da hidrelétrica de Sobradinho foi facilitar a navegação até Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) através do processo de eclusagem entre o reservatório e a parte baixa do Rio. A eclusa deveria funcionar todos os dias utilizando 66 milhões de litros de água. Hoje ela funciona apenas uma

vez por semana. É um apagão no transporte fluvial.

O presidente da Chesf, Mozart Siqueira Campos, atribui a crise energética à falta de chuva na cabeceira do Rio São Francisco. "Nós estamos num período de ciclo hidrológico baixo e temos que aprender a conviver com isso", aconselha Mozart. Ele acrescenta que a Companhia foi surpreendida, não previa essa situação. "Trabalhar com meteorologia é algo

complexo", ressalta.

CRISE PREVISTA

Mas o professor do Departamento de Engenharia Agrônômica da UFS, Francisco Sandro Rodrigues, integrante do grupo de pesquisa em erosão e dinâmica do Rio São Francisco, afirma que essa situação já estava prevista em

relatório, mas o Governo demorou a tomar atitudes.

Francisco Sandro chama atenção para a importância da organização da sociedade no sentido de acompanhar o gerencia-

mento do uso da água no país. "Na situação que enfrentamos, se a sociedade ficasse mais atenta, pressionasse as autoridades a fazer um planejamento adequado, não seria necessário passar pelo que estamos passando", lamenta o professor. Sandro acrescenta que os brasileiros absorveram a política de racionamento sem discuti-la e não descarta a responsabilidade do Governo em expor os fatos e se antecipar às crises.

O plano de racionamento do Governo Federal traz consigo importantes questionamentos a respeito da base energética do país. Cerca de 92% da energia produzida no

Brasil vem de usinas hidrelétricas, ou seja, do uso da água. "Não se pode colocar o desenvolvimento de um país na loteria", diz Ailton da Rocha, superintendente de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe referindo-se à imprecisão das previsões climáticas.

Para amenizar os impactos da crise energética no Nordeste, entre outras medidas, a Chesf está importado em média 1.000 MW de energia da usina de Tucuruí, localizada na região Norte. O presidente da Chesf afirma que se a Companhia tivesse feito investimentos, ainda seria necessário racionar cerca de 10% de energia. Em 19 dias do mês de junho, o Nordeste economizou 18,9%, com saldo positivo de 0,17% em seus reservatórios. A meta de racionamento estabelecida pelo Governo Federal é de 20%.

Escassez gera conflito sobre uso da água do Velho Chico

Vazão quase exclusiva para gerar energia ameaça consumo humano e irrigação

A primeira usina geradora de energia do Rio São Francisco foi Angiquinho, construída pelo engenheiro industrial nordestino e alagoano Delmiro Gouveia, em Paulo Afonso, no início do século passado. A pequena casa de força nem se compara às obras de engenharia que ocupam, hoje, o leito do Velho Chico de Minas a Sergipe para a geração de energia. Trata-se de uma cascata composta por nove hidrelétricas.

A construção dessas usinas, a partir da criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf -, em 1948, foi de grande importância para o crescimento do país e para o desenvolvimento do Nordeste.

O parque energético do Rio São Francisco submergiu cidades inteiras, modificou hábitos e condições de vida das comunidades ribeirinhas, transforma paisagens, armazena água, regulariza a vazão... mas pouco permite que a água do Rio seja utilizada para outras finalidades.

"Cerca de 80% da vazão do São Francisco é destinada à geração de energia. Um volume muito grande para um único uso", informa o superintendente de Recursos Hídricos do Estado de Sergipe, Ailton da Rocha, acrescentando que a Chesf reinou absoluta nesse sentido.

O ex-governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho, reconhe-

ce que a Companhia faz um excelente trabalho de geração de energia, mas o Governo errou em não criar um órgão superior para disciplinar o uso da água. "Isso não acontece em países lúcidos", completa o ex-governador.

CONFLITO DE USOS

A crise energética que o país enfrenta evidencia o conflito existente entre os diversos usos da água em época de escassez. A utilização das águas do Velho Chico quase exclusivamente para exploração energética já apresenta ameaças ao consumo humano. "Se a crise continuar vai entrar um componente novo nes-

se conflito que é a demanda para irrigação", acredita o professor do Departamento de Engenharia Agrônoma da UFS, Francisco Sandro Rodrigues.

A Lei Nacional de Recursos Hídricos, promulgada em 1997, significa um avanço para o planejamento integrado dos múltiplos usos da água. Além de priorizar o abastecimento humano, a lei prevê a participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos do país. Mas para que não seja apenas mais uma falácia do Go-

verno Federal, a sociedade precisa ocupar o seu espaço.

Depois do plano de racionamento do Governo Federal, as hidrelétricas do São Francisco passarão a produzir menos energia para economizar água e a Chesf foi obrigada a se preocupar com outras finalidades. "Nós estamos otimizando o uso da água, não só para gerar energia, mas também para outros fins como o consumo humano", diz Mozart Siqueira Campos, presidente da Chesf.

Foto: Edson Araújo

Percurso da água nas hidrelétricas

A geração de energia elétrica utilizando a água dos rios tem origem nos povos antigos que construíam rodas de água para movimentar os moinhos. O princípio físico que orientou a criação dessas rodas foi utilizado também na construção das grandes usinas hidrelétricas.

Quando um corpo cai, adquire velocidade durante a queda. Com o aumento da velocidade, o corpo ganha energia. Mas a queda não precisa ser vertical para haver esse ganho. Os planos inclinados dos rios favorecem a geração de energia. A partir desse princípio o homem construiu as hidrelétricas.

Para o funcionamento dessas usinas é necessário que a água desceda seja conduzida através de tubos de grande diâmetro, chamados tubos de carga, descendo até as turbinas, onde irá movimentar suas pás. As turbinas são instaladas, geralmente, no mesmo eixo do dínamo, de forma que o movimento provocado pela energia mecânica da água no rotor da turbina resulte em eletricidade no gerador. Depois desse processo, a água retorna ao rio através dos canais de descarga.

IMPORTANTE REGULARIZAR

Os rios mais adequados para a instalação de hidrelétricas são os que possuem os maiores desníveis, no entanto, são justamente estes os mais sujeitos a grandes variações de vazão. É o caso do Rio São Francisco. Um exemplo da situação irregular que o Rio apresenta é o fato de a partir da curva de Remanso (BA), chover de 350mm a 500mm por ano e evaporar quase 1.000mm anuais. "Por isso, é importante regularizar a vazão para que todos os usos possam aproveitar o potencial hídrico do Rio", afirma Theodomiro Araújo, presidente do Comitê de Estudos Integrados da Bacia do São Francisco - Ceeivasf.

A construção de barragens é útil não só para as hidrelétricas, mas também para outras finalidades da água como irrigação, abastecimento industrial, alimentação de canais navegáveis e criação de peixes. As barragens servem ainda para proteger as regiões ribeirinhas das grandes enchentes dos rios.

Desenvolvido

Progresso custa caro ao Velho Chico

A usina hidrelétrica de Xingó conduziu a pequena Canindé do São Francisco a um ritmo de desenvolvimento jamais esperado por seus habitantes. O que eles também não esperavam era o alto preço cobrado pelo progresso.

"O Rio São Francisco era, para nós, um bem intocável", lembra o funcionário público Josias Feirosa,

que ressalta o respeito das pessoas ao Velho Chico antes da construção de Xingó. "Era um passado sem progresso, mas pelo menos o nosso São Francisco existia, tinha vida", diz Josias, com saudade da época em que era preciso andar pela serra por causa do aumento no volume de água provocado pelas cheias do Rio.

Josias não esconde a tristeza

quando diz que hoje é possível cruzar o São Francisco, no trecho de Canindé, saltando de uma pedra para outra ou através de um nado de curtas braçadas. "Como filho de Canindé, com 62 anos, vejo essa situação e sinto uma grande recordação do que foi o Velho Chico", desabafa Josias que não tinha idéia dos impactos que a construção da hidrelétrica de Xingó poderia causar.

Xingó transforma vida do Baixo São Francisco

Hidrelétrica produz 25% da energia da Chesf e causa danos ao ambiente

MÁRCIA SANTOS

A comunidade ribeirinha de Canindé do São Francisco, a 213 Km de Aracaju, nunca imaginou que seu município fosse abrigar a segunda maior usina hidrelétrica genuinamente brasileira e a décima do mundo em produção de energia. No cânion do Rio São Francisco, entre os Estados de Sergipe e Alagoas, encontra-se Xingó, a última hidrelétrica do Rio e um dos maiores espetáculos exibidos pela engenharia civil brasileira.

Os estudos para o aproveitamento hidrelétrico de Xingó tiveram início na década de 50, quando a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - ainda implantava sua primeira usina no Rio, a Paulo Afonso I, na Bahia. A construção de Xingó começou na década de 80 e, após um período de paralisação, foi reiniciada em 1990, em pleno Governo Collor, que chegou a visitá-la duas vezes. A primeira unidade geradora de energia entrou em operação em 1994 e

as obras foram concluídas em 1997. O investimento feito na construção da usina foi de US\$ 3,5 bilhões.

O reservatório da usina possui 60 Km² de área e 65 Km de extensão, com capacidade para acumular 3,8 bilhões de m³ de água. Quem chega a Xingó não resiste em admirar a grande obra de engenharia da barragem. Foi necessária uma face de concreto de 151 m de altura para barrar as águas do Velho Chico no cânion.

CONTROLE DO ONS

A água que gera energia nas hidrelétricas de Três Marias, Sobradinho, Itaparica e no Complexo de Paulo Afonso chega a Xingó para gerar mais 3 mil megawatts (MW) por mês através de seis máquinas que produzem 500 MW cada. É natural que durante esse percurso ocorram algumas perdas, não só pelas condições climáticas do semi-árido, como também pelo processo de degradação que o São Francisco enfrenta. Essa produção de energia em Xingó significa 25%

de toda a capacidade instalada no Nordeste.

O nível do reservatório de Xingó é de 138 m, mas atualmente a água alcança 136,5 m. Nesse período de racionamento, apenas quatro máquinas estão em operação produzindo em média 2 mil MW por mês, até nova determinação do Operador Nacional do Sistema - ONS -, órgão responsável pelo controle do sistema energético no país. É ele que define a potência a ser produzida por determinada hidrelétrica.

Após o surgimento do novo modelo de gestão do sistema energético brasileiro, a Chesf ficou responsável apenas pelas atividades de operação e manutenção de suas usinas. No Rio São Francisco, a Companhia atua a partir da hidrelétrica de Sobradinho na Bahia.

A usina hidrelétrica de Xingó foi planejada em duas etapas para funcionar com dez máquinas. Segundo a professora Vânia Fonseca, membro do Comitê Executivo de Estudos

Integrados da Bacia do São Francisco - Ceeivasf -, em 1991 foi descartada a construção da segunda etapa da usina porque não havia água suficiente para o funcionamento das dez máquinas.

PERÍODO EXCEPCIONAL

No momento, a maior preocupação do presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf -, Mozart Siqueira Campos, é resolver o problema do racionamento de energia elétrica, mas não descarta a possibilidade de terminar as obras da segunda etapa de Xingó. "Existe a previsão. Isso vai depender de outras questões, da construção de outra barragem", diz Mozart.

O presidente da Chesf afirma que o Rio São Francisco ainda possui capacidade para suportar mais quatro máquinas na hidrelétrica de Xingó. "É claro que existem condições para isso no Rio. Nós estamos passando por um período excepcional".

A energia elétrica que chega às casas, indústria e comércio nordestinos é gerada em todo o sistema Chesf. Ou seja, contém uma parcela da pro-

dução de todas as hidrelétricas instaladas no Velho Chico, que são as maiores, e em outros rios do Nordeste.

A usina de Xingó gera energia numa tensão de 18 mil volts e seus transformadores elevam para 500 mil volts. A produção é conduzida até a subestação, a partir daí é escoada através de três linhas de transmissão, uma interligada a Paulo Afonso (BA), outra a Aracaju, outra a Maceió e introduzida no sistema energético da Chesf.

A contribuição de Xingó junta-se às das outras usinas da Companhia para abastecer oito Estados nordestinos: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. A hidrelétrica conta com o trabalho de 170 funcionários da Chesf para os serviços técnico-operacionais e necessita apenas de três a cada turno para operar o sistema de geração de energia.

CANINDÉ RICA

O antigo município de Canindé do São Francisco era limitado a uma rua de 500 m, entre a serra e o Velho Chico, e possuía apenas 1.200 habitantes antes da construção da hidre-

létrica de Xingó. Era uma típica cidade condenada a desaparecer. Prevendo o desenvolvimento que o município iria alcançar com a instalação da usina, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco transferiu a cidade de Canindé para uma área que possibilitasse seu crescimento.

Hoje o município possui 17.739 habitantes e a segunda maior arrecadação do Estado, que chegou em maio deste ano a R\$ 2.924.983,65, dos quais R\$ 2.259.165,48 são de ICMS gerados por Xingó. Uma fortuna capaz de corromper administradores e provocar conflito com outros municípios ribeirinhos.

Alguns moradores de Canindé do São Francisco garantem que a construção da hidrelétrica proporcionou melhores condições de vida para o município. "Hoje somos melhor assistidos. Antes de Xingó não tinha o progresso e isso desenvolveu a cidade", diz o funcionário público Josias Feitosa, de 62 anos, que lamenta apenas as condições de degradação do Velho Chico. "O estrago maior foi feito no Rio. Aqui em Canindé, de Rio São Francisco só resta o nome".

Os efeitos da oitava maravilha da Chesf

O curso baixo do São Francisco foi o mais afetado com os impactos causados pela instalação de hidrelétricas em série no leito do Rio. Após a construção da usina de Xingó, a sétima maravilha do sistema Chesf, a situação passou a assumir características de desastre ambiental.

O principal fator de desequilíbrio no Baixo São Francisco é a queda da vazão do Rio provocada pela presença de Xingó. A Chesf garantiu uma vazão regularizada de 2.060 m³/s, a partir de Sobradinho (BA), mas a usina tem liberado em média 1.500 m³/s. Essa diminuição acaba prejudicando outros usos da água como para irrigação, navegação, lazer.

Mas não é apenas isso. "Xingó nos trouxe um fato novo. A água permanece no reservatório

durante um tempo suficiente para a decantação de suas partículas (matéria orgânica) e sai limpa. O Rio a partir de Xingó é outro", afirma o professor Luiz Carlos Fontes, do Departamento de Engenharia Agrônoma da UFS, que faz parte do grupo de pesquisa em erosão das margens e dinâmica do Rio São Francisco.

RIMA ECOMENDADO

As partículas transportadas pela água do Rio e retidas na barragem são importantes para a fertilização do solo e favorecem a sobrevivência dos peixes. Mas, segundo Luiz Carlos, a instalação da usina hidrelétrica modificou tanto a dinâmica do Rio que ele está sendo obrigado a buscar um novo equilíbrio. "A água está chegando à Doca (Companhia de Saneamento de Sergipe) tão limpa de par-

tículas sólidas que o tratamento nesse sentido já se torna desnecessário", revela o professor.

Na opinião do ex-governador do Estado de Sergipe, João Alves Filho, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco só se preocupou em gerar energia. "A Chesf fez tudo como uma obra de engenharia. O Rima (Relatório de Impacto Ambiental) de Xingó foi feito a gosto do freguês", acusa João Alves. O ex-governador reconhece que na época da construção da hidrelétrica o meio ambiente ainda não era prioridade para o Governo Federal. "Ninguém sabia o que era Rima, então a Chesf encomendou o relatório de impacto de Xingó a seu gosto".

Fortuna dos royalties alimenta a desigualdade

Municípios sofrem com impactos, mas só Canindé desfruta do ICMS de Xingó

A instalação da hidrelétrica de Xingó não só despertou preocupação nos ambientalistas como também gerou desigualdade na receita dos municípios ribeirinhos do Baixo São Francisco. O ICMS vindo da usina inunda Canindé do São Francisco de dinheiro, enquanto os outros municípios da região enfrentam situações de miséria.

Consta em lei federal que o destino da arrecadação do ICMS pago pela hidrelétrica deve ser o município onde se localiza o fato gerador do imposto. "E a usina está do lado de Sergipe, em Canindé", enfatiza o procurador de Justiça Fernando Matos, que ocupa a função de interventor do município há quase dois meses.

Os prefeitos dos municípios vizinhos, tanto sergipanos quanto alagoanos, não concordam com essa determinação e pleiteiam participar da receita gerada pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. "Os danos causados por Xingó atingem também outros municípios às margens do Rio, por isso precisam ser indenizados", afirma Júlio Santana, prefeito de Porto da Folha e presidente da União dos Prefeitos do Vale do São Francisco - Univale.

Há quatro anos, os municípios ribeirinhos de Poço Redondo, Porto da Folha, Gararu, Ilha das Flores, Brejo Grande, entre outros tentam

socializar a arrecadação de Xingó. Com esse objetivo, foi elaborada uma emenda parlamentar para modificar a legislação. O deputado Ivan Paixão mostrou-se interessado em apresentar a emenda à Câmara Federal, que precisa da aprovação com dois terços dos deputados.

PARAÍSO DE ERROS

Para garantir que os prefeitos dos municípios ribeirinhos não utilizem mau esse dinheiro, ficou determinado que será aplicado exclusivamente em favor da vida no Rio São Francisco. "Mas está tudo parado. Nesse país, o que envolve interesses políticos e econômicos é difícil reverter", diz o prefeito de Poço Redondo, Enoque Salvador, sem esperança de alcançar a partilha da receita gerada por Xingó.

O município de Canindé do São Francisco passou a ter a segunda maior arrecadação do Estado, depois de Aracaju, com a construção da hidrelétrica de Xingó. Em maio deste ano, Canindé arrecadou R\$ 2.259.165,48 de ICMS. "Eu defendo o que determina a lei, até que ela seja modificada. No momento, outros municípios não têm direito à participação nessa receita", ressalta Fernando Matos. O coordenador do Departamento Financeiro da prefeitura de Canindé, José Ricardo Silva, informa que se não existisse Xingó o município arrecadaria apenas R\$ 500 mil.

"Canindé tornou-se um paraíso, inclusive de coisas erradas", diz Júlio

Santana, referindo-se aos escândalos de corrupção envolvendo o ex-prefeito do município, Genivaldo Galindo, que teve sua prisão decretada e está foragido. "Não é desmerecendo Canindé. Houve prejuízo lá e tem todo o direito de receber o ICMS de Xingó, mas não é justo concentrar a receita", acrescenta Santana.

GRANDES PERDAS

Os sergipanos já conhecem muito bem as dificuldades de so-

breviência enfrentadas pelas populações dos municípios do sertão do Estado. E eles estão à margem do Rio Francisco.

Enoque Salvador, prefeito de Poço Redondo, afirma que os maiores bolsões de pobreza estão ao lado de Xingó. "A barragem matou mais de 50% a vida no semi-árido", declara Enoque. A receita do município é de R\$ 624 mil.

O prefeito de Porto da Folha, Júlio Santana, diz que o município sofreu grandes perdas com a construção da hidrelétrica de Xingó. "Nossa rizicultura ficou comprometida e duas fábricas de beneficiamento de arroz foram fechadas", lamenta Júlio. Segundo ele, o maior prejuízo foi na piscicultura. "Ilha do Ouro era um povoado de pescadores, hoje não se vive mais da pesca".

A situação de Poço Redondo é tão grave que o município apareceu no relatório da Organização das Nações Unidas - ONU - como o oitavo pior do país em Índice de Desenvolvimento Humano - IDH. Esse resultado é comparado à situação dos países mais pobres da África.

"Depois da construção de Xingó, os peixes desapareceram, as olarias acabaram porque não se tem mais o barro deixado depois das cheias e a água do São Francisco tornou-se foco de doenças", relata o prefeito de Poço Redondo. Ele acrescenta que o término das obras da hidrelétrica gerou uma superpopulação de desempregados no município, favorecendo a marginalidade. E ao redor da barragem, criou-se uma casta.

Seis municípios são beneficiados pelo Projeto Sebrae Xingó em SE

Objetivo é melhorar condição de vida e oferecer cursos de capacitação para as comunidades

O Programa Xingó foi criado em 1996 e desde então vem realizando projetos que estão melhorando a qualidade de vida da população onde atua. O Programa compreende os estados de Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco. Em Sergipe os municípios abrangidos pelo projeto são Garam, Monte Alegre, Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Canindé de São Francisco.

O trabalho do Projeto Sebrae Xingó nessas localidades sergipanas foi iniciado em janeiro desse ano. Está sendo aplicado um projeto de dois anos, com o objetivo principal de produzir riqueza do ponto de vista de qualidade de vida e de auto-sustentação.

O Sebrae vai aplicar nos próximos dois anos no Programa Xingó cerca de R\$ 7,2 milhões. Trabalham no Programa 100 pesquisadores que estão atuando para modificar a realidade local nas áreas de aquicultura, agricultura, patrimônio histórico, turismo, artesanato, gestão ambiental, recursos hídricos, educação e energia.

Aproveitando as potencialidades locais de cada município o projeto busca introduzir novos hábitos na comunidade com o propósito de impulsionar o crescimento auto-sustentável.

O trabalho é feito através de cursos que capacitam e qualifi-

cam pessoas da população interessadas em desenvolver um aprendizado e aperfeiçoamento em atividades das regiões, como artesanato e agricultura.

REALIZAÇÃO DE CURSOS

O Sebrae trabalha na transferência de conhecimentos e recursos a serem aplicados na capacitação empreendedora dessas regiões carentes. Nesse período inicial do projeto, de abril a junho, foram realizados cursos nos seis municípios sergipanos envolvidos no projeto, como: Acabamento e Avesso Perfeito (60 pessoas), Líder Cidadão (150 pessoas), Sebrae Ideal (23 pessoas), Capacitação Rural (150 pessoas), Capacitação para Multiplicadores, Técnicas de Visualização para Planejamento Participativo - Metaplan - (15 pessoas) e o curso de DLSI - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (35 pessoas). Foram gastos até agora R\$ 221.479,681.

O Sebrae está, através do projeto, incorporando ao programa o intuito de aplicar seu conhecimento nas áreas de negócios, tecnologia e oportunidades de empreendimentos para promover a satisfação, auto-estima e sustentação dessas comunidades. "Levar

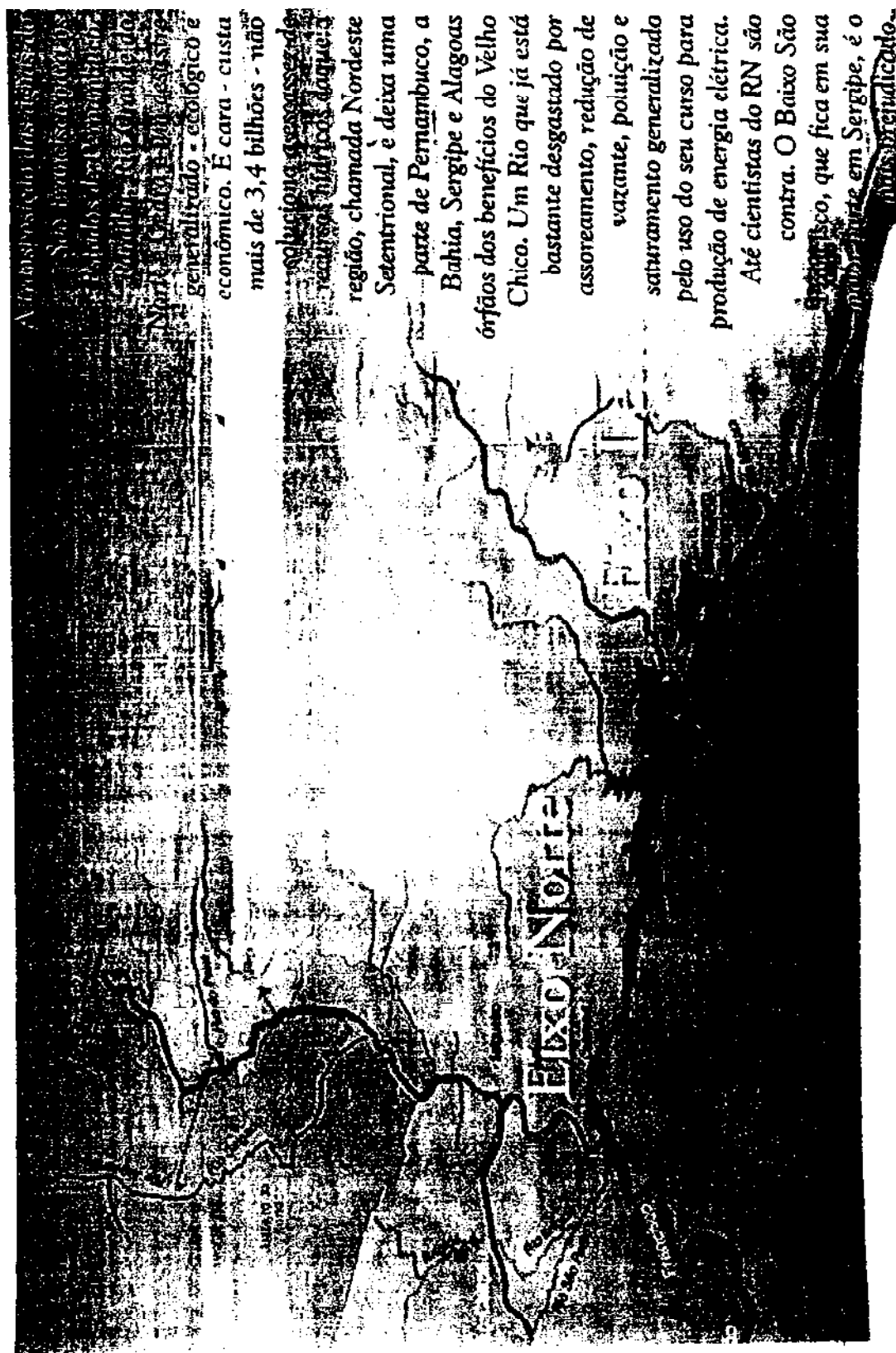
para essas pessoas a consciência de que elas podem trabalhar para uma evolução da situação de bem estar de toda a população às margens do Rio São Francisco é nosso maior objetivo", diz o presidente do Sebrae, Ivan Leite.

Durante três meses, agentes capacitadores do Projeto passam a morar no município para que o acompanhamento das palestras e reuniões com a comunidade seja eficiente. "Essa ação tem resultados de longo prazo e esperamos que essas pessoas adquiram conhecimentos que possam aumentar seu padrão de vida", diz Ivan.

Ao longo desse contato com as comunidades, as pessoas envolvidas no projeto têm notado que o interesse dos moradores mais antigos em participar das atividades é muito grande. "Essas pessoas têm muito interesse em poder ajudar com seus conhecimentos adquiridos na vivência do local", complementa o presidente.

Esse programa tem uma interface muito próxima do Governo Federal, o Comunidade Ativa, o que é imprescindível para a alocação de recursos que irão ajudar nos problemas específicos de cada cidade participante do programa.

Desastre no Rio



A administração das águas do

São Francisco pertence

aos Estados da Pernambuco,

Piauí, Rio Grande do

Norte e Ceará. Há desastre

generalizado - ecológico e

econômico. É cara - custa

mais de 3,4 bilhões - não

coluna a governação

recursos hídricos, que é a

região, chamada Nordeste

Setentrional, é deixa uma

parte de Pernambuco, a

Bahia, Sergipe e Alagoas

órfãos dos benefícios do Velho

Chico. Um Rio que já está

bastante desgastado por

assoreamento, redução de

vazante, poluição e

saturamento generalizado

pelo uso do seu curso para

produção de energia elétrica.

Até cientistas do RN são

contra. O Baixo São

Francisco, que fica em sua

maior parte em Sergipe, é o

mais prejudicado.

Rio pede revitalização desde a década de 90

Situação é tão grave que ele é monitorado pelo Conselho Mundial de Água

A transposição das águas do Rio São Francisco, o Velho Chico, vem despertando a sensibilidade de estudiosos e políticos, principalmente no Nordeste, para os prejuízos que essa obra irá trazer aos Estados doadores, ou seja, Bahia, Sergipe e Alagoas.

"Em vez de cuidar do São Francisco e tomar as providências de uma revitalização, o governo retorna a uma idéia de 150 anos atrás de tirar água do Rio", analisa o deputado estadual, Augusto Bezerra, um dos maiores opositores ao projeto do governo Federal.

A necessidade de revitalizar o Rio São Francisco, de aumentar a vazão, recuperar as matas ciliares e a qualidade da água, promover o reflorestamento na região do cerrado, entre outros procedimentos, vem desde a década de 90. Segundo a professora da UFS, Vânia Fonseca, membro do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco - Ceeivasf -, em 1991 foi descartada a construção da segunda etapa das obras de Xingó porque não havia água para o funcionamento das máquinas.

"Em 1997, a situação do Rio São Francisco já era considerada tão grave que o Conselho Mundial de Água colocou o Rio entre os que ele passaria a monitorar", informa a professora Vânia. O interessante nessa decisão é que o Conselho só trabalha com rios

internacionais, cruzando mais de um país, e o Velho Chico é totalmente brasileiro.

RECURSOS INSUFICIENTES

A solução imediata do governo para os problemas do Nordeste Setentrional - da Paraíba pra cima - pode conduzir o Rio a um caminho sem volta. "Enquanto a transposição é algo prático e rápido, basta ter um projeto, dinheiro e uma construtora para realizar a obra, a revitalização é lenta, envolve a cultura de um povo, a forma como são administradas as cidades, precisa replantar, despoluir, requer mais prazo e mais investimento", explica o prefeito de Própria, Renato Brandão.

Na primeira audiência em que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (que renunciou o cargo terça-feira passada), apresentou o projeto, o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, ainda deputado federal, levantou uma questão importante. "Eu li todo o projeto e encontrei apenas uma página que falava: 'revitalização do São Francisco'. Ai tinham cinco ou seis promessas, mas não tinha um projeto, uma previsão de recursos, nada de concreto destinado à recuperação do Rio", ressalta Déda.

Em abril deste ano, o governo Federal fez uma previsão de recursos para estudos de revitalização. Mas o deputado estadual Augusto Bezerra diz que o valor de R\$ 1,5 bilhão é insuficiente. "Sabemos que isso não dá. O governo quer enganar a população dizendo que vai revitalizar", afirma o deputado. Ele acrescenta que mesmo depois da

revitalização, continuará discordando do projeto de transposição porque é inviável. "Quanto vai custar um melão produzido no Ceará, com água sendo levada a 2 mil quilômetros?", questiona Augusto Bezerra. "Só se fosse para plantar ouro", ironiza.

NORDESTE DIVIDIDO

A obra de transferência das águas do Rio São Francisco tornou-se instrumento de conflito entre os nordestinos. "Esse projeto tem também esse lado perverso", diz o prefeito Marcelo Déda. Segundo ele, a transposição conseguiu dividir não só políticos como padres e bispos da Igreja Católica do Nordeste.

O deputado Augusto Bezerra concorda e acrescenta que hoje, Bahia, Sergipe e Alagoas são vistos como inimigos por Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. "O ministro conseguiu dividir a população nordestina, que já é pobre, e os políticos da região que, unidos, ainda são tristes", lamenta o deputado.

Para Augusto, trata-se também de uma obra irresponsável e que não merece respeito, afinal vem de um ministro envolvido nos escândalos da Sudene e da Sudam. O ministro está processando Augusto Bezerra por declarações comprometedoras a seu respeito, relacionadas à transposição. Fernando Bezerra renunciou o Ministério da Integração Nacional terça-feira passada.

Sergipanos criam fórum em defesa

O Fórum em Defesa do Rio São Francisco surgiu a partir da necessidade de desenvolver ações concretas para manter o equilíbrio ambiental do Rio. No momento em que o Rio corre sérios riscos de perder sua capacidade de gerar vida, entidades sergipanas decidem criar um fórum com o objetivo de promover e

articular iniciativas de discussão técnica, científica e política em defesa do Rio e de sua Bacia.

O Fórum pretende promover eventos públicos, reuniões, seminários, oficinas de trabalho e outras ações que contribuam para compreender os problemas enfrentados pelo Rio e a urgente necessidade de revitalização.

A iniciativa de criar o fórum se concretizou no dia 25 de abril deste ano, através da Arquidiocese de Aracaju, Diocese de Própria, OAB/SE, UFS, Unit, Cese e Sindisan. As entidades envolvidas convidam toda a sociedade a participar do fórum e da primeira reunião no dia 9 de maio, às 9 horas, na sede da OAB.

Com redução de suas águas, o Baixo São Francisco vira mar

Oceano invade o Rio e peixes marítimos já são pescados a 40 Km, em Neópolis

A situação do Baixo São Francisco está se tornando cada vez mais preocupante com a possibilidade de transposição das águas do Rio.

Os impactos dessa obra são mais graves nesse último trecho, de Paulo Afonso (BA) até a foz, entre Brejo Grande (SE) e Piaçabuçu (AL). Com o acúmulo dos efeitos de degradação desde Minas Gerais e ainda um desvio, a água poderá não mais chegar a Sergipe e Alagoas.

Atualmente, o curso baixo do Rio enfrenta os mais curiosos fenômenos do desequilíbrio ambiental. Além da ausência das cheias para garantir as principais atividades econômicas de piscicultura e rizicultura, com a formação de lagoas, as águas do Velho Chico perderam a força no confronto com o oceano.

O Rio não consegue mais repelir o mar, que adentra o leito e já bota seus peixes típicos em Neópolis, como nunca se viu antes. "Se tem água até Xingó, está tudo bem, o resto (Sergipe e Alagoas) não existe para o governo", afirma Renato Brandão, prefeito de Propriá e presidente da Associação dos Municípios do Baixo São Francisco.

No trecho à altura de Neópolis, a 40 quilômetros da foz, não existem apenas peixes dando sinal do mar por ali. Sargaios, algas marítimas, encontram condições ideais de sobrevivência, assim como em seu habitat natural - até caranguejos entontecidos pelo resíduo de água doce aparecem. Isso mostra o alto nível de salinização alcançado pelas águas do São Francisco. Não se pode

esquecer que o avanço das águas do Atlântico destruiu completamente o povoado Cabeço, na foz do Rio, uma ilha de pescadores com mais de 150 casas.

QUEDA DE VAZÃO

Os bancos de areia que surgem ao longo do Rio dificultam a navegação no Baixo São Francisco. É preciso conhecer bem o trecho para navegar com segurança. Até mesmo percursos pequenos e comuns na região, como de Propriá (SE) a Porto Real do Colégio (AL) ou de Neópolis a Penedo (AL), têm que ser desviados.

Para Renato Brandão, grande parte dos problemas enfrentados pelo Baixo São Francisco é decorrente da ação da Chesf. "Com o Rio interditado pelas barragens, os peixes se vêem privados de seu percurso natural para reprodução, não existe mais a piracema", diz Renato. De fato, a maior causa da degradação no curso baixo do Rio é a queda da vazão provocada artificialmente após a construção da Hidroelétrica de Xingó.

A Chesf, em acordo com

a Codevasf, garantiu liberar uma vazão regularizada de 2.060 m³/s após Sobradinho (BA). Essa vazão chegaria à foz, entre Sergipe e Alagoas, ainda maior por causa das contribuições hídricas que receberia durante o percurso. Mas o que ocorre é uma diminuição na quantidade de água que chega ao oceano, com índices inferiores a 1.300 m³/s.

GOVERNO INTRANSIGENTE

"A Chesf nunca reparou os danos que causou às populações ribeirinhas. O Rio deixou de ser fonte de vida para ser um Rio que serve quase exclusivamente para a geração de energia", observa Renato Brandão. Segundo ele, a empresa não está interessada no desenvolvimento da população à margem do São Francisco.

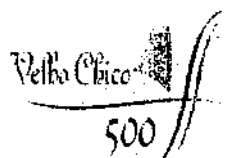
Mesmo diante desse panorama de desequilíbrio ambiental, o Ministério da Integração Nacional insiste em realizar a obra de transposição das águas do Rio São Francisco para o Nordeste Sertentional. Em abril deste ano, o ministro recebeu os deputados federais e o governador do Estado, Alvaro Franco, e foi muito claro quando disse que realizaria esse projeto de qualquer maneira, tendo ou não audiência, recebendo ou não o licenciamento do Ibama. Na terça ele renunciou ao cargo, acusado de escândalos na Sudene. Sua renúncia não tem nenhuma vinculação com o projeto de transposição.

O Baixo São Francisco sofre todas as consequências de degradação desde Minas Gerais. Sofre também com a falta de uma política de desenvolvimento sustentável eficiente. Enquanto isso, a população tem que se submeter aos caprichos políticos de um governo porco preocupado com a vida de milhões de brasileiros ao longo do Velho Chico.

Estudioso do RN contra transposição

Projeto exclui regiões secas e destina 70% de água para irrigação

Divulgação



A previsão de estudiosos de que os grandes conflitos do século 21 terão como motivo principal a escassez de água já se tornou realidade no Nordeste brasileiro. Os Estados da Bahia, de Sergipe e de Alagoas vão para a arena com parte de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, o chamado Nordeste Setentrional. No meio da disputa está o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco, apresentado pelo governo Federal.

O Nordeste Setentrional, que pretende receber água do Rio São Francisco, caracteriza-se por chuvas concentradas em apenas três meses ao ano, alto índice de evaporação e predominância de subtipo tipo cristalino. As condições geográficas da região dificultam o acúmulo de água nos reservatórios e a existência de rios perenes. É daí que surge o clima de insegurança da população do semi-árido setentrional para a utilização da água dos açudes.

A grande expectativa dos Estados receptores é que a transferência das águas do Rio São Francisco garanta uma vazão regularizadora para tornar possível a existência de rios permanentes na região. Para isso, contam ainda com o efeito sinérgico apresentado pelo projeto: a quantidade de água transposta não será apenas somada à dos açudes, como também irá multiplicar por dois o volume disponível.

ÁGUA SUBUTILIZADA

Segundo o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN -, João Abner Guimarães, doutor em Hidrologia e Saneamento, o ganho sinérgico é a redução das perdas de água por evaporação a partir de uma vazão garantida e, portanto, com a possibilidade de operar os reservatórios num nível baixo.

"Isso está fora da nossa realidade. Poderia acontecer se existisse déficit, mas o quadro é de superoferta de água e subutilização. Então na hora que entrar água da transposição vai aumentar o estoque que já existe subutilizado. Os reservatórios vão operar em nível mais alto", explica João Abner.

Os opositores ao projeto de transposição do Nordeste Setentrional admitem que existe escassez de água na região, mas revelam que a obra não vai beneficiar os Estados receptores. "As áreas mais atingidas pela escassez de água estão muito distantes da rota da transposição", afirma o professor João Abner. Para ele, o projeto está associado a vários mitos e a população setentrional ainda não está consciente deles.

Um dos principais motivos de insatisfação dos Estados doadores, entre eles Sergipe, é o fato de o projeto destinar 70% do volume de água transposta para irrigação. "Não é por falta d'água que a irrigação não vem se desenvolvendo nos Estados Setentrionais. Os problemas da irrigação estão associados ao que a gente diz estar 'da porteira para fora', administração, comercialização, mercado", diz João Abner.

A água que deverá percorrer 1.400 quilômetros, numa inclinação de 300 metros, vai chegar muito cara aos Estados receptores. Além disso, é necessário construir uma infraestrutura para o aproveitamento dela na irrigação e esse custo não está previsto no projeto.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

O Nordeste Setentrional possui mais de 70 mil açudes, sendo 1000 de porte médio e grande. É o maior índice de açudagem do mundo. "Nós precisamos é de uma política de gestão, de operação otimizada dos reservatórios", ressalta o professor português. Segundo ele, a região apresenta um quadro contraditório entre a disponibilidade de água e as práticas de uso. "Não existe uma cultura de valorização da água, manejo racional dos açudes e a irrigação é feita de forma rudimentar. Tem muito a fazer que não exige investimento em grandes obras", acrescenta.

As alternativas para as necessidades dos personagens envolvidos no drama do projeto de transposição podem ser supridas através de uma política de desenvolvimento em cada Estado. "Essa política não se limita à questão da água, existem outros aspectos. A região está submetida a um quadro de estagnação econômica, uma população enorme vivendo praticamente sem perspectiva de desenvolvimento", lamenta João Abner, lembrando que essa situação se estende a Sergipe, Alagoas e Bahia.

Só para começar, obra da transposição torra R\$ 3,4 bi

Projeto quer mandar 127 m³/s de água para o Nordeste Setentrional em 2 mil km de túneis e canais



A transposição das águas do Rio São Francisco para os Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará

tornou-se assunto relevante em todo o território nacional e fez do Nordeste brasileiro alvo de uma grande discussão. Ele divide opiniões, se para os nordestinos entre si e suscita a preocupação com o gerenciamento de seus recursos hídricos.

O Projeto de Transferência Hídrica do Rio São Francisco, do Ministério da Integração Nacional, consiste na construção de cerca de 2.000 quilômetros de túneis e canais para captar água em dois pontos do Rio. Para isto, a União vai desembolsar, numa primeira fase, R\$ 3,4 bilhões.

OTTO MILHÕES DE PESSOAS

A quantidade de água destinada aos dois eixos será aumentada gradualmente, de acordo com o crescimento da demanda, até o ano de 2.025. A partir do eixo norte, no município de Cabrobó (PE), 99 m³/s de água seguirão rumo ao Ceará, passando por Pau dos Ferros (RN). O

segundo ponto de captação, no eixo leste, retirará 28 m³/s a partir do reservatório de Itaparica (PE/BA) e passará pelo sertão pernambucano em direção à Paraíba. Essa é a capacidade máxima de água bombeada.

Os canais devem se estender por cerca de 20 municípios, conduzindo água para 10 açudes em Pernambuco, 23 no Ceará, 36 reservatórios na Paraíba e 20 no Rio Grande do Norte. O objetivo é abastecer 8 milhões de pessoas, cerca de 200 cidades e irrigar uma área de 223 mil hectares de terra.

O projeto está orçado em R\$ 3,4 bilhões, somente para obras de engenharia, que incluem estações de bombeamento, túneis, aquedutos e reservatórios. O prazo previsto para o término das obras é de seis anos.

PARECE BRINCADEIRA

As discussões a respeito da transposição das águas do Velho Chico seguem várias direções. O cenário é composto por interesses eleitorais, promoção institucional, política e a real preocupação com o planejamento de águas para o Nordeste brasileiro.

O prefeito de Aracaju, Marcelo Déda, PT, diz que viu o atual projeto nascer e se desen-

volver, quando deputado federal. "Certos aspectos pareciam brincadeira. Num certo momento não atendia o sertão de Pernambuco, mas para os deputados pernambucanos apoiarem o projeto foi feito mais um tracinho até Pernambuco", afirma o prefeito.

Na avaliação de Déda, o projeto não é sério. "O desenho se adequa às pressões políticas eventuais desse ou daquele bloco". Segundo ele, o projeto está vinculado aos interesses do Nordeste Setentrional, de candidato a governador que pretendem usá-lo como bandeira eleitoral. É o caso de Fernando Bezerra, que renunciou o Ministério da Integração Nacional terça-feira passada e planeja disputar o Governo do Rio Grande do Norte.

O professor João Abner Guimarães, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, doutor em Hidrologia e Saneamento, vê essa obra não apenas como um elefante branco tradicional. "Trata-se de um processo de privatização da água que a região possui e isso não vai trazer benefício", revela. Abner acredita que a obra de transposição só será realizada se existir um processo de privatização associado a ela.

Conheça mais

Transposição - mandar água do São Francisco até o Ceará

De que modo - via canais e túneis

Extensão - 2 mil km

Vazão máxima transposta - 127 m³/s

Custo - R\$ 3,4 bilhões

Tempo da obra - seis anos

Atende - oito milhões de pessoas

Uso da água - 70% para irrigação

Área irrigada - 223 mil hectares

Cidades atendidas - 200

Fala-se em transposição desde - 1847

Rima de gabinete

No final do ano passado, o Ministério da Integração Nacional apresentou o Relatório de Impacto Ambiental - Rima - do projeto de transposição. E este ano, disponibilizou o Eia - Estudo de Impacto Ambiental. Para o ex-governador de Sergipe João Alves Filho, o Rima é um "relatório de gabinete". "Nem se deram ao trabalho de ir a campo. Não conhecem a degradação da foz do Rio", denuncia João Alves.

A Resolução 1/86, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama - determina que o Relatório tem que abranger toda a bacia hidrográfica. "Mas o Rima do governo foi feito apenas do ponto de cap-

tação de água e dos canais", diz João.

O prefeito de Propriá, Renato Brandão, PPS, afirma que o projeto está servindo de palco tanto para quem é contra quanto a favor. "Tem muita gente se aproveitando da situação, aqui mesmo em Sergipe. João Alves (opositor à transposição) foi ministro do Interior, governou o Estado por duas vezes e qual foi o investimento que fez no Rio?", questiona Renato. "É porque a campanha para governador já se aproxima", acrescenta. O prefeito alerta que é preciso descer do palanque, pisar no chão e olhar para o povo que está sofrendo.

Dom Pedro II já planejava transposição



Halfeld estudou Rio no século 19

A idéia de transportar água do São Francisco como alternativa para as áreas mais secas do Nordeste surgiu no século 19. O Intendente do município do Crato e deputado provincial do Ceará, Marcos Antônio de Macedo, já idealizava, em 1847, uma transposição para a bacia do rio Jaguaribe, no Ceará.

Entre 1852 e 1854, por determinação do Imperador Dom Pedro II, o engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld fez um estudo detalhado da navegabilidade no Vale do São Francisco. Como resultado, apresentou um documento denominado "Atlas e Relatório Concernente a Exploração do Rio de São Francisco, desde a Cachoeira de Pirapora até ao Oceano Atlântico" que continha referências positivas sobre as idéias de Marcos Antônio de Macedo.

JÓIAS DO IMPERADOR

Após um período de esquecimento, o

transporte das águas do Velho Chico voltou a ser defendido em 1877, quando ocorreu uma seca devastadora no Nordeste. A partir daí, o assunto retornou à agenda de Dom Pedro II, mas sem resultados concretos. "Vem dessa época a famosa frase do Imperador: 'venderei, se necessário, a última jóia da minha coroa, mas jamais um nordestino morrerá outra vez de sede ou fome'", diz o ex-governador João Alves Filho.

João lembra, de forma descontraída, "que a coroa do piedoso Imperador continua com suas jóias intactas, no Museu de Petrópolis, e os nordestinos continuam morrendo de fome e sede".

Em 1913, a idéia de transportar água do São Francisco passou a ser responsabilidade da Insperioria Federal de Obras - IFOCS -, órgão precursor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS.

OPERAÇÃO NORDESTE

A realização das obras de transposição não foi concretizada no decorrer desses anos por dificuldades técnicas e econômicas. "Quando Juscelino Kubitschek lançou a Operação Nordeste, na década de 50, as lideranças políticas nordestinas já defendiam a transposição até o Ceará", afirma o empresário e ex-prefeito de Aracaju,

Viana de Assis.

Segundo Viana, tratava-se de um projeto visionário, na época, por isso não chegou a ser realizado. "Nós não tínhamos tecnologia para concretizar aquele sonho e o país não tinha recursos para

"Venderei, se necessário, a última jóia da minha coroa, mas jamais um nordestino morrerá outra vez de sede ou fome"

Dom Pedro II

tanto. Agora estamos recebendo de cima para baixo, abruptamente, a concretização desse projeto", ressalta Viana.

A proposta básica do atual Projeto de Transferência Hídrica do Rio São Francisco foi elaborada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento - DNOS -, na década de 80. Daí o projeto foi aprofundado e alterado por outros órgãos do Governo Federal.

Secretário acha que transposição salvaria as zonas secas do Ceará

'Socorro hídrico' ao Estado aumenta em 40% e cearenses vêem isso como redenção

Se aqui embaixo a transposição das águas do São Francisco é um projeto que assombra, é incomoda e é

rejeitado, lá em cima há gente pensando exatamente o contrário. E torcendo por ele.

A possibilidade de transpor a água chegou em boa hora para uma parte da população nordestina daquela região.

A obra de transposição, para o Governo Federal e parte dos nordestinos de lá, será fundamental para o desenvolvimento sustentável da zona rural da Paraíba, do Rio Grande do Norte, Ceará e parte de Pernambuco. Segundo o Governo Federal, a execução do projeto vai gerar 5 mil empregos e, depois de pronto, esses Estados vão ter mais de 1 milhão de novos empregos.

A garantia de que esse projeto vai dar resultado vem da experiência de outros países, como os Estados Unidos, que fez a transposição do rio Colorado e transformou o Estado da Califórnia numa região altamente desenvolvida. "As pessoas vão sempre pensar em ampliar as possibilidades de se desenvolver, isso é uma ambição natural dos povos", afirma o secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, Hypérides de Macedo.

O secretário diz que a grande vantagem de transpor água do São Francisco está na indução de um processo de garantia da água já existente na região. "O administrador do Nordeste Setentrional é tímido na

sua gestão de água, pela hipótese das secas. Se ele tem um copo d'água, bebe apenas a metade e guarda o resto para um possível período de seca", explica Hypérides.

Segundo o secretário cearense, a vazão transposta, ou "socorro hídrico", como ele chama, vai liberar o uso da outra metade do copo d'água, além de aumentar em 40% a eficiência da gestão dos recursos hídricos da região. "O Ceará está consciente da importância e do benefício que a água do São Francisco vai trazer ao crescimento do Estado".

CONSUMO EDUCADO

Uma das maiores necessidades do Nordeste Setentrional é de educação no uso dos recursos hídricos disponíveis. Nesse ponto existe uma convergência de opiniões, tanto de quem é contra quanto a favor do projeto de transposição. "Tem que acabar com essa mentalidade de querer só ampliar a oferta. É preciso também reduzir a demanda, melhorar a maneira de consumir água", alerta Hypérides. Esse processo tem como suporte a educação da sociedade e ampliação de infraestrutura tecnologicamente adequada. Um conjunto de exigências que o secretário do Ceará acredita estar associado à transposição do Velho Chico.

A garantia de água para o semi-árido setentrional é vista como um fator fundamental para atrair investimentos novos que vão gerar riqueza. "A região precisa apenas dessa

garantia para se desenvolver. Quem vai querer investir em regiões que não tem garantia de água?", questiona Hypérides de Macedo.

Para Macedo, a lógica do projeto de transposição é assegurar investimentos para o Nordeste Setentrional. "Depois que misturar com a água local, não faz muita diferença se a água utilizada para irrigação vem do São Francisco. O aumento da vazão provocado pelas duas vai ajudar na irrigação e garantir para o povo". Segundo Hypérides, deixa-se de irrigar muitas áreas por medo de faltar água para o abastecimento humano e isso prejudica o desenvolvimento do semi-árido setentrional.

POVO NO CAMPO

A taxa de densidade demográfica rural nessa região é muito alta. Só o nordeste do Ceará possui 34% de sua população no campo. O maior problema está na distribuição dessas pessoas em locais praticamente insustentáveis. "O povo deve permanecer na zona rural, mas distribuídos em regiões de sustentabilidade. Em lugares por onde possa passar a água do São Francisco e de projetos locais", diz o secretário.

Um dos motivos pelos quais o projeto de transposição vai continuar fazendo parte das metas do governo Federal, mesmo depois da renúncia de Fernando Bezerra ao Ministério da Integração Nacional, é justamente este. Trata-se, para o Governo, de um projeto estruturante, ou seja, capaz de criar uma estrutura de permanência e desenvolvimento para a população do campo, evitando o êxodo rural.

ENTREVISTA / THEODOMIRO DE ARAÚJO

'São Francisco nunca foi solução para o semi-árido'

Maior estudioso do Rio defende interligação de bacias e educação ao povo ribeirinho

MARCOS CARDOSO
Colaborador

A transposição do Rio São Francisco é um tema inevitável atualmente em quase toda roda de conversa no

Nordeste. E quem tem a mínima compreensão do assunto dificilmente deixará de citar o nome do professor José Theodomiro de Araújo, indiscutivelmente um dos maiores conhecedores das questões que envolvem o Velho Chico.

Aos 63 anos, pernambucano de nascimento, baiano e sergipano por título de cidadania conferido pelas respectivas Assembleias Legislativas, Theodomiro é presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados do Vale do São Francisco - Ceeivasf - e secretário executivo do Instituto Manoel Novaes para o Desenvolvimento da Bacia do São Francisco - Iman -, dedicando-se a contribuir para a implantação da política de gerenciamento de recursos hídricos nacionais, particularmente da bacia do São Francisco.

Professor universitário durante 12 anos, José Theodomiro de Araújo foi dono da cadeira de Sociologia Rural na Universidade do Estado da Bahia. Nesta entrevista, ele observa que a solução para os problemas do nordestino está na educação do povo, enxergando a transposição como uma obra desnecessária e uma ameaça de prejuízo à geração de energia elétrica.

CINFORM - O governo Federal está mesmo disposto a executar o projeto de transposição do Rio São Francisco. O senhor acredita que esse projeto vai resolver o problema da falta d'água no sertão nordestino?

José Theodomiro de Araújo - Os indicadores mostram que há disposição inarredável do senhor ministro da Integração Nacional no sentido de realizar a obra de adução de água do São Francisco para o Nordeste Setentrional, na qual não acredito como solução (o ministro da Integração Nacional renunciou o cargo na terça-feira passada). Faz-se um paliativo, que dentro de algum tempo virá requerer reforço para atendimento da demanda. Vamos raciocinar: desde quando a presença do São Francisco foi solução para o semi-árido da Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e área mineira da Sudene? A menos de 6 km do Rio as populações carecem de abastecimento e migram para o Sul, em busca de emprego, bem como se inscrevem em frentes de serviços. É só olhar no seu entorno. O problema do Nordeste tem outras raízes, complexas e difíceis de serem entendidas. Há um problema cultural grave, que desajusta o homem entre o que faz e o que reclama o ecossistema onde está inserido. Há outro problema, que remonta por incidir no primeiro, esse atavismo denso do período colonial, que deixou instalado um sistema semi-feudal de domínio da terra, gerando a prepotência dos coronéis, que se intrometeram na administração pública com sua cavalgar ignorância, arrastando políticas inadequadas para a solução dos temas críticos da região. Só serão superados os gargalos que impedem o desenvolvimento, inclusive o da água, quando o sistema de educação tiver como linha dorsal, na grade curricular, o semi-árido nordestino, para que as gerações aprendam a vivê-lo antes de destruí-lo. A saída desse país

é a entrada na escola - é o meu slogan.

CINFORM - O São Francisco dispõe de um estoque de água suficiente para abastecer os dois canais que cortarão quatro ou cinco Estados? O que um projeto mal-sucedido pode representar para a geração de energia elétrica?

JTA - 70 m³/s não terão transbordos profundos ao São Francisco. Haverá prejuízo na geração de energia, tendo em vista que cada metro cúbico retido a jusante de Sobradinho deturba 2,4 MW de geração na cascata da Chesf e, como terão que elevar a 160 metros de altura, some-se o consumo de energia, que será de 1,6 MW/m³, o que totaliza 4 MW por metro cúbico. Dessa forma, a perda será de 280 MW/h, que corresponde ao consumo anual de Alagoas.

CINFORM - É possível prever o impacto ambiental provocado pela transposição? É verdade que, se mal-executado, o projeto pode representar a morte do São Francisco?

JTA - Praticamente não há impacto notável no São Francisco e não é verdade que virá a morrer se for mal-executado o Projeto. O prejuízo será da sociedade brasileira, que pagará o projeto com seu imposto de renda, e o responsável ficará impune como sempre acontece neste país.

CINFORM - Muito se fala em revitalização do São Francisco, mas os críticos do projeto dizem que o governo não está preocupado com isso. O senhor acha possível e viável o desvio do Tocantins e outros rios para aumentar o volume de água do Velho Chico?

JTA - A única saída para abastecer o semi-árido com os volumes realmente ne-

cessários de água é, sem nenhuma dúvida, a interligação de bacias. No nosso caso temos três bacias vizinhas que podem ser interligadas: a do Tocantins, a do Grande e a do Parnaíba (que corta o Triângulo Mineiro).

Mas a revitalização consiste fundamentalmente na recomposição das matas de galerias, no desassoreamento, no tratamento de esgotos dos 504 municípios que margeiam o rio, na punição severa aos poluidores, no cessamento das carvoarias, na proteção

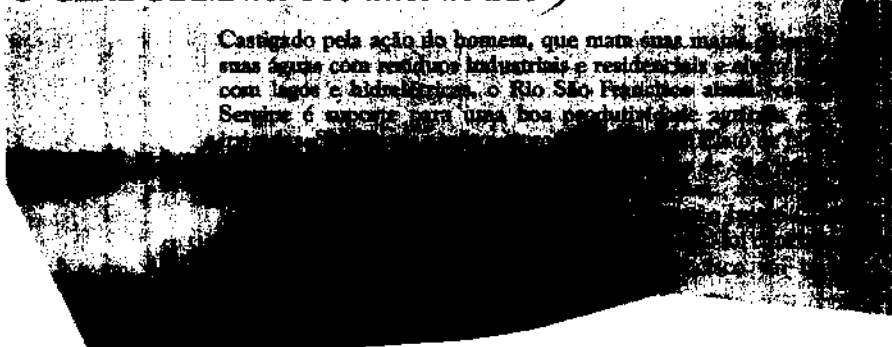
das margens, na recomposição das lagoas marginais, enfim, na educação de seu povo.

CINFORM - O que as empresas geradoras e distribuidoras de energia da região podem fazer para garantir a perenidade do São Francisco?

JTA - As geradoras devem ser mais corajosas e gastar um pouco do que arrecadam para contribuir com a perenidade do Rio, ser mais inteligentes e menos gananciosas.

Águas que dão frutos

O CINFORM nos 500 anos do Rio



Castigado pela ação do homem, que mata suas matas, polui suas águas com resíduos industriais e residenciais e altera com lagos e hidrelétricas, o Rio São Francisco ainda, no Sergipe, é suprido com uma boa produção de peixe.

Rio garante colheita no semi-árido

Mas a falta de planejamento no uso da água compromete irrigação

É admirável a capacidade que o homem possui de aproveitar a água dos rios para uma diversidade de usos em busca de melhores condições de vida para a humanidade. Além do consumo humano e animal, pesca, navegação, lazer e geração de energia, a água dos rios tem importante aplicação na agricultura, através da irrigação. Nesse aspecto, o Rio São Francisco é a mina de ouro para o semi-árido nordestino, afinal, dos 2.700 Km de extensão 1.550 Km do leito do Rio se encontram nessa região.

A polêmica da transposição repousa, enquanto o Rio São Francisco serve de palco para mais um ce-

nário, o racionamento de energia elétrica. O que se tomou motivo de preocupação nacional é uma consequência direta da falta de planejamento integrado dos usos da água do Velho Chico. A prioridade pela geração de energia acabou comprometendo outras finalidades, como a irrigação, e a própria capacidade energética do Rio.

O uso da água do São Francisco para irrigar áreas agrícolas é comum na região semi-árida do seu vale. A irrigação consiste no fornecimento artificial de água ao solo para suprir as necessidades dos vegetais no momento certo e na quantidade exata. Para o professor doutor Antenor Aguiar Netto, do Departamento de

Engenharia Agrônômica da UFS, é diferente da "molhiação" que acontece muitas vezes na prática. "Coloca-se água, mas o volume e o tempo não são determinados. Para se considerar irrigação tem que existir essas duas medidas", ressalta Antenor.

TÉCNICA MILENAR

A irrigação é uma técnica agrícola milenar, existente há mais de 4 mil anos antes de Cristo, e uma das responsáveis pela fixação do homem no campo, extinguido o nomadismo. Essa técnica tem importância dupla para o semi-árido devido as condições climáticas da região.

"No semi-árido só existe garantia de colheita se tiver fornecimento artificial de água, porque chove pouco e de

forma irregular, além disso a irrigação aumenta a produtividade", explica o professor Antenor Netto.

Segundo o ex-governador de Sergipe, João Alves Filho, a água disponível no São Francisco permite irrigar 800 mil hectares, mas apenas 300 mil estão sendo irrigados. "O Rio Colorado (norte-americano) tem uma vazão sete vezes menor que a do Rio São Francisco e irriga, só na Califórnia, 4,5 milhões de hectares", compara o ex-

governador. O Rio Colorado irriga mais cinco Estados dos Estados Unidos e parte do México. "Mágica?", questiona ironicamente João Alves. "Não, planejamento integrado, equilíbrio no uso múltiplo da água do rio", responde.

No Baixo São Francisco sergipano, além das áreas de gerenciamento privado, existem três perímetros irrigados em atividade do Governo Federal - Betume, Propriá e Cotinguiba/Pindoba -, e dois

do Governo Estadual, Califórnia e Platô de Neópolis. O Projeto Jacaré-Curituba, também Federal, ainda está em fase de construção e tem gerado grandes conflitos por esse motivo. Segundo dados do Governo, a área total desses projetos de irrigação é de cerca de 17 mil hectares, com captação de quase 18 m³/s de água do Rio São Francisco.

Perímetros irrigados recuperam o potencial perdido das várzeas

Barragem de Sobradinho impede cheias e comprometeu a rizicultura

Em 500 anos de descoberta, o Velho Chico sofreu um longo processo de degradação e foi preciso um projeto ameaçador, como o de transposição, para despertar a necessidade de devolver vida ao Rio. As várzeas do Baixo São Francisco enfrentam há mais de 20 anos as consequências do desequilíbrio ambiental causado pelos abusos da exploração das águas do Rio para produção energética.

A implantação do complexo hidroelétrico no São Francisco modificou o comportamento da vazão do Rio. Após a construção da barragem de Sobradinho, na Bahia, em 1979, a vazão foi regularizada e as terras mais elevadas das várzeas não mais puderam desfrutar das enchentes periódicas. Era esse fenômeno natural que proporcionava o cultivo de arroz e sustentava as populações ribeirinhas a partir do município de Propriá, no Baixo São Francisco sergipano.

"Para reparar o dano causado à população ribeirinha, o Banco Mundial condicionou o Governo Federal a implantar projetos no Baixo São Francisco", diz Antônio Fraga Soares, gerente executivo do Projeto Betume. Então, com o objetivo

de recuperar o potencial hidro-agrícola original das várzeas, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf - implantou três projetos de irrigação.

PROGRAMA DE EMANCIPAÇÃO

O Perímetro Irrigado Propriá foi o primeiro a entrar em operação, em 1975. Ocupa área total de 2.165 ha, dos quais 1.177 ha são irrigáveis, e abrange parte dos municípios de Propriá, Cedro de São João e Telha.

Em 1977, entrou em operação o Perímetro Irrigado Betume, com área total de 6.698 ha e área irrigável de 2.860 ha. O Betume abrange parte dos municípios de Neópolis, Ilha das Flores e Pacatuba. Por último, em 1981, o Perímetro Irrigado Cotinguiba-Pindoba, ocupando 3.083 ha com 2.215 de área irrigável, passando pelos municípios de Propriá, Neópolis e Japoatã.

Esses perímetros não apresentam diferenças significativas entre si. Estão divididos em 1.538 lotes de 4 ha, em média, e geram cerca de 4.400 empregos diretos. Predomina o cultivo de arroz, irrigado por inundação. Os períme-

tros captam 8,03 m³/s de água do Rio São Francisco e contam com o apoio da Usina de Beneficiamento e Armazenamento de Arroz Zeca Pereira, implantada no Perímetro Betume, para comercializar a produção.

Em 1998, a Codevasf transferiu as funções de administração, operação e manutenção do patrimônio federal aos Distritos de Irrigação, uma entidade de direito privado formada pelos irrigantes dos perímetros. O gerente do Projeto Betume, Antônio Fraga, informa que essa iniciativa faz parte de um programa do Governo Federal de emancipação dos perímetros irrigados pelo Rio São Francisco.

RIO NÃO É O MESMO

A rizicultura é uma atividade que consome muita água, por isso utiliza o sistema de irrigação por inundação. Para cada hectare plantado são necessários 2.200.000 litros de água por mês. No Perímetro Betume, quando todas as bombas estão funcionando captam uma vazão de 8.000 m³/h e a drenagem é feita através de uma rede de canais de 134 Km. Para cada litro de água

fornecido ao perímetro, dois litros retornam para o Rio porque chove muito na região.

A degradação do Rio São Francisco tem prejudicado a captação de água para irrigar os perímetros, afirma o gerente Antônio Fraga. No Projeto Betume, o nível do Rio diminui tanto durante a maré baixa

que as estações de bombeamento ficam impedidas de operar de forma satisfatória. "Não tem água para captar. O nível do Rio não é mais o de 20 anos atrás".

Apesar da autogestão dos perímetros, a Codevasf ainda tem funções a cumprir, como a recuperação da infra-estrutura de irrigação.

Os projetos foram implantados há mais de 20 anos e as obras de engenharia já estão desgastadas. "Já estamos no terceiro ano do contrato e foi feito pouco. De 99 para 2000 é que chegaram as primeiras verbas para recuperar a infra-estrutura de irrigação", diz Antônio Fraga.

Jacaré-Curituba é enganação estatal

Governo já gastou R\$ 30 milhões. TCU viu superfaturamento e obra não acaba

"Tomara que chova logo/Tomara, meu Deus tomara". Os versos da canção *Último Pau-de-Arara* estão marcados no semblante dos trabalhadores rurais assentados no Projeto Jacaré-Curituba. Um povo que experimenta a pobreza pisando numa terra fértil, à espera, desde 1997, do término das obras de irrigação daquela área.

O projeto está localizado no município de Poço Redondo, a 184 Km de Aracaju, e ocupa área total de 8.671,99 hectares, numa região onde não chove o suficiente para a plantação há quatro anos. Os 5.157,93 ha destinados à agricultura irrigada pelo Rio São Francisco continuam na poeira e cobertos pelo cultivo de palma.

O Jacaré-Curituba transformou-se numa área de constantes conflitos pela falta de alimento, água e condições de trabalho para as 759 famílias dos pequenos produtores rurais assentados.

Em 1997, a área do projeto foi destinada à reforma agrária, então o Governo do Estado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário se comprometeram em viabilizar as obras de irrigação num prazo de dois anos.

Até hoje, nada. "Se fosse para os empresários já estariam prontas há muito tempo, a exemplo do Platô de Neópolis", declara José Roberto da Silva, da Direção Estadual do Movimento Sem-Terra - MST. A Cohop informa que já foram pagas pelas obras R\$ 30.453.115,56, com reajuste, e ainda faltam R\$ 29.856.826,78.

TUBULAÇÃO ABANDONADA

"Nós não sabemos quase nada sobre a execução do projeto e a liberação dos recursos", afirma Zé Roberto. Segundo ele, o Governo alega que as obras de irrigação estão paradas porque o Tribunal de Contas da União - TCU - encontrou irregularidades no projeto e a obra foi superfaturada. "Se o Governo quisesse ter transparência em relação ao Jacaré-Curituba, deveria nos chamar, assim como toda a sociedade, para saber, de fato, por que as obras estão paradas, conhecer o contrato de execução do projeto", ressalta.

O Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Sergipe - Incra - João Bosco Lima, diz que o TCU questionou o valor da correção do contrato com a Odebrecht e a empresa se comprometeu em devolver uma parte do faturamento. "Essa proposta foi enviada ao Tribunal de Contas em janeiro e até agora ele não se pronunciou", informa João Bosco, acrescentando que já estão disponíveis R\$ 10 milhões para a conclusão das obras.

No dia 18 de abril, o Movimento dos Sem-Terra esteve em audiência com o governador do Estado, Albano Franco, que se comprometeu em viabilizar as obras de irrigação no prazo de 15 dias. Mas as perfurações para encaixar a tubulação continuam vazias e abandonadas. Enquanto isso, os trabalhadores do Jacaré-

Curituba plantam no seco esperando a chuva que não vem e se endividam com os bancos para comprar comida.

PAISAGEM DE CONTRASTES

As crianças e os jovens que vivem na área do projeto se ocupam com a escola, mas as perspectivas de desenvolvimento são mínimas. Gesser da Silva Filho, 19 anos, está na sétima série do ensino fundamental e passa o dia tentando conseguir alimento para os animais que são o patrimônio de sua família.

Os animais do Jacaré-Curituba se alimentam de palma e de ramagem colhida sob xingamento no Projeto Califórnia, que fica perto. Segundo técnicos do perímetro irrigado, os produtores não doam a ramagem, restos da plantação, porque ela serve como adubo para o próximo plantio. Trata-se de uma das técnicas de conservação do solo, devolvendo à terra um pouco do que se tira dela para o cultivo.

O contraste entre esses dois projetos é inadmissível - apesar da aparente decadência do Califórnia. A paisagem revela a diferença existente, nas mesmas condições ambientais, entre uma área irrigada e outra não. O Jacaré-Curituba dominado pela caatinga e, ao lado, o Califórnia coberto por hortaliças bem verdes. "O serrão é viável, tem todas as condições para, a médio e longo prazo, melhorar a vida das famílias no campo porque o Rio São Francisco está próximo", afirma Zé Roberto. Mas para isso é necessário concluir as obras de irrigação do projeto.

Assentados se sacrificam à espera da irrigação

"A vida aqui só é ruim/ Quando não chove no chão/ Mas se chover dá de tudo". Os versos do mesmo Último Pau-de-arara justificam a permanência das 759 famílias no alto sertão sergipano. "Essa terra é especial para plantar com irrigação. A gente tem fé que um dia a água vai chegar e, chegando, a gente tem tudo", diz o assentado Laureano Vieira de Matos, acreditando que o Governo não vai poder enganar os trabalhadores a vida inteira.

O Jacaré-Curituba agora vive sob a luz do candeeiro, mas

não é por causa do plano de racionamento do Governo federal. Segundo o assentado José Augusto da Silva, o motivo é a falta de pagamento das contas de energia pela Odebrecht.

Água para consumo humano só de oito em oito dias quando chega um carro-pipa com 6 mil litros para cada três famílias, enviado pela prefeitura de Poço Redondo ou pelo Incra. "Para ter água tivemos que fechar a pista", revela José Augusto.

Apesar da vida sacrificada pela seca e pelo descaso do Governo, os trabalhadores assentados preferem continuar no Jacaré-Curituba a estarem nas

condições anteriores à chegada no projeto. "Eu não tinha casa e trabalhava nas fazendas. Aqui a gente tem esperança de vida melhor. Tem casa e um lote", diz Laureano Vieira, assentado pelo projeto.

"Aqui todo mundo é trabalhador", orgulha-se o assentado José Augusto da Silva, cansado das promessas do Governo. "Bote irrigação pra gente trabalhar pra ver se não tem comida", desafia o assentado. Alguns trabalhadores assentados pelo Jacaré-Curituba conseguem trabalho nos lotes vizinhos do Perímetro Irrigado Califórnia e ganham de R\$ 4 a 5 por dia.

Comercializar a produção ainda é um grande problema

Especialista defende maior interação de produtividade, beneficiamento e comercialização

Cariocas, mineiros, paulistas, paraenses, alagoanos, potiguares, baianos, em quase todo o Brasil já se experimentam as frutas do Platô de Neópolis. Esse fato poderia ser motivo de orgulho para os produtores do projeto se ocorresse apenas por excesso de produção. Muitas vezes, as dificuldades de comercialização no próprio Estado acabam levando frutas de outros Estados à mesa do sergipano e espalhando as do Platô país a fora.

Diante dessa situação, o professor doutor do Departamento de Engenharia Agrônoma da UFS, Antenor Aguiar Netto, alerta para o fato de que a agricultura moderna não pode mais ser encarada como atividade de fim-de-semana ou atividade empresarial isolada. "Tem que se pensar a agricultura dentro de uma cadeia produtiva: produção, comercialização, beneficiamento do produto", acrescenta o professor.

A concepção de cadeia produtiva não foi bem desenvolvida pelos perímetros irrigados do Governo, a exemplo do Platô de Neópolis. "Deveriam

estar incorporada ao projeto a presença de algumas indústrias na região para produzir insumos, agroindústrias para beneficiar os produtos", sugere Antenor Netto. "Produzir não é tão complicado, mas comercializar sim, precisa ter mercado", explica. Segundo Antenor, se o projeto fosse estruturado em cadeia, a produtividade causaria grande impacto na economia do Estado.

MERCADO DE BANANA

A comercialização no Platô é realizada de forma direta entre concessionário e comprador, basicamente para consumo in natura, ou através da Cooperativa do Platô de Neópolis. "Pouco a pouco os concessionários estão procurando a Cooplatô, que existe para beneficiá-los", diz Etélio Prado.

A cooperativa foi criada em junho de 2000 para facilitar a comercialização e atender, principalmente, os pequenos produtores do Distrito. Além disso, pretende viabilizar a compra de insumos na região, apenas para consumo de urgência, e instalar um backing

house, ou seja, uma unidade de beneficiamento das frutas para as atividades de seleção, limpeza e embalagem.

O produtor de banana, Olímpio Tavares, não está satisfeito com a comercialização de seu produto. O concessionário decidiu cultivar a fruta depois de realizar um estudo de mercado e obter a informação de que a banana produzida em Sergipe atendia apenas 1% da demanda. Mas não consegue vender toda a produção de 3.750 ton/ano, no mercado sergipano, que consome 18 mil ton/ano, segundo o produtor.

"Achei que produzir banana seria uma boa idéia para atender o consumo de Sergipe, mas é muito difícil comercializar", lamenta. Olímpio explica que a dificuldade está em entrar no esquema de comércio estratificado do maior comprador do Estado, o grupo O. Barbosa. Uma pequena parte da produção vai para a Ceasa e o restante para Recife, Maceió e até para o Rio Grande do Norte.

A barganha: a transposição das águas em troca da privatização da Chesf (Toma lá, dá cá!)

A troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

A transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil, a troca de uma "troca" de governo da privatização das empresas hidroelétricas brasileiras, a transposição das águas e a transposição da Chesf para o Brasil.

Platô de Neópolis e os frutos que vêm da água

Perímetro irrigado tem tecnologia bc e a cara para 4 mil hectares de frutas

Sergipe é o quarto produtor de coco do Brasil e quase toda a produção de coco verde do Estado sai do Distrito de Irrigação Platô de Neópolis, um projeto do Governo estadual que abrange parte dos municípios de Santana do São Francisco, Japoatã, Pacatuba e Neópolis.

O Platô de Neópolis, maior projeto de irrigação do Estado, entrou em operação no segundo semestre de 1995 e está na fase final de implantação dos lotes. Ocupa uma área de 10.432 hectares, dos quais 7.000 são irrigáveis, mas apenas 4.000 ha estão sendo explorados com o cultivo de coco verde, principal cultura do Platô, seguido de banana, maracujá, abacaxi, mamão, melão, laranja, tangerina, limão,

manga e a exótica atemóia (fruta parecida com a pinha), uma novidade na região.

Como qualquer projeto de irrigação, o objetivo básico do Platô de Neópolis é aumentar a produtividade agrícola e contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico do agronegócio sergipano. A particularidade do projeto está em sua concepção empresarial, um modelo de parceria entre o Estado e empresários, voltado para a implantação da fruticultura visando a produção agroindustrial e permitindo a agroexportação.

PARCERIA DO RIO

Além do Estado e dos empresários, o Rio São Francisco é também um grande parceiro no Platô

de Neópolis. É dele o principal produto para este negócio. O projeto foi concebido para captar 4 m³/s a fim de abastecer a área total irrigável. A infra-estrutura para essa finalidade é composta por quatro estações de bombeamento, uma de captação na beira do Rio e três para bombear a água dentro da área do projeto.

Essas estações entram em atividade de 19 em 19 horas e captam do São Francisco 1.625 m³/h, no máximo. Daí a água segue por um canal principal com 3,1 Km de extensão e desnível de 106 m, chamado de adutora pressurizada, que distribui a água por gravidade para os 38 lotes do projeto através de uma rede de canais com 52 Km. Com a desapropriação de terra e infra-es-

estrutura de irrigação do Platô, o Estado até hoje já investiu mais de R\$ 50 milhões.

A produção do Platô é considerada baixa em relação ao potencial agrícola que possui. Em 2000, produziu 18 milhões de cocos verdes e 28.310 toneladas de outras frutas. Pouco mais da metade da área irrigável está plantada, mas não se encontra totalmente em produção. "É um projeto muito jovem, além disso parte das culturas plantadas são de longo prazo, por isso o Platô ainda não dá sua produção total", argumenta Paulo Feitosa, gerente de Contrato e supervisor técnico do Platô de Neópolis. A previsão é de que o projeto alcance sua estabilidade e maturidade de produção no ano de 2007.

Na opinião de Ezequiel Ferreira Neto, proprietário da Frutal, a divulgação do projeto ocorreu de forma equivocada no que diz respeito à obtenção de resultados a curto prazo. "A fruticultura não funciona como uma máquina que é só apertar um botão e sai o produto. Aqui se tem muito trabalho, muitas dificuldades e ajustes a serem feitos", esclarece Ezequiel.

Segundo ele, uma das dificuldades é a falta de experiência dos produtores sergipanos com o cultivo de frutas. "Mas não temos dúvida de que o Platô é viável, por isso investimos nos lotes", revela o proprietário da Frutal.

PATRIMÔNIO DO ESTADO

Os empresários do Platô apostam alto para que o projeto seja um sucesso em produção e possa participar de forma significativa da economia do Estado e do Nordeste. Segundo Paulo Feitosa, os empresários devem investir cerca de R\$ 70 milhões para consolidar o projeto e os investimentos da parte deles já chegam a quase R\$ 40 milhões.

A estrutura administrativa do Platô de Neópolis está organizada num modelo tipo "condomínio". Cada beneficiário é responsável pela implantação dos processos produtivos nos seus lotes e pela comercialização dos produtos. O síndico desse "condomínio" é representado pela Associação dos Concessionários do Distrito de Irrigação Platô de Neópolis - Ascondir -, que tem a função de administrar, operar e

manter a infra-estrutura de irrigação de uso comum.

A supervisão de funcionamento do projeto é de responsabilidade do Estado através dos técnicos da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe - Cohidro. "Nós acompanhamos e fiscalizamos o cumprimento dos contratos e cobramos a conservação do Platô por parte dos beneficiários, afinal é patrimônio do Estado", ressalta Paulo Feitosa, Gerente de Contratos.



Concessionários querem posse da terra

O Distrito de Irrigação Platô de Neópolis está dividido em 38 lotes com áreas que variam de 22 a 520 hectares. Isso corresponde à presença de 38 pequenos e médios empresários que geram cerca de 2.500 empregos, fazem grandes investimentos para desenvolver a fruticultura em Sergipe, mas não têm a posse da terra onde produzem.

Os empresários do Platô são chamados de concessionários porque utilizam as terras do Estado num sistema de exploração de direito real de uso. A cada ano, eles pagam ao Governo uma taxa de concessão pelo uso da terra, calculada sobre o valor da terra nua.

Para a maioria dos concessionários esse sistema é a grande desvantagem de se produzir dentro do Distrito. "O Platô de Neópolis possui um custo alto de produção. Gasta-se muito para fertilizar a terra, que é pobre, para bombear a água até os lotes e para manter a qualidade do produto, entre outros gastos", afirma Olímpio Tavares Filho, proprietário da Frutesp, que pro-

duz banana no Platô.

Segundo Olímpio, já existem estudos para substituir o sistema de concessão das terras porque as pessoas não querem mais produzir no Platô. "Para entrar aqui tem que hipotecar as crianças, a sogra, ...", brinca o produtor. Ele acredita que se os concessionários não puderem comprar a terra, não vai ser possível ocupar os 7 mil ha de área produtiva previstos no projeto. "Daí, em vez de dividir os custos de energia, operação por 7 mil ha, divide-se por 4 mil que é a área plantada hoje", analisa.

DESGASTE ENTRE PARCEIROS

A Frutesp produz 30 ton/ha de banana, com investimento de R\$ 1,6 milhão numa área plantada de 125 ha. Olímpio Tavares diz que sente necessidade de um seguro agrícola para não ter prejuízos como aconteceu ano passado. "Caiu um temporal aqui em janeiro de 2000 que destruiu 60% do meu pomar em apenas 15 minutos", lembra Olímpio.

O produtor de coco, Manoel Aguiar, proprietário da Samam Agrícola, informa que o Governo está com perspectiva de abandonar a parceria do projeto. "O Platô ainda custa muito dinheiro para o Governo, porque ele não entregou a obra definitivamente, e não pretende arcar com as despesas que ainda restam", afirma Manoel. Para ele, um grande parceiro dos concessionários foi o Banco do Nordeste, que possibilitou a construção da infra-estrutura de produção nos lotes.

Os concessionários do Distrito de Irrigação de Neópolis terão agora que custear também o restante das obras que não foram concluídas pelo Governo do Estado. "Como existe um desgaste de ambas as partes, resolvemos assistir o Governo da automação, vamos instalar os medidores de água e ele vai se responsabilizar pela partida compensada dos transformadores da estação principal", informa Olímpio Tavares. A partir de julho deste ano, os concessionários passarão a pagar pela energia de bombeamento de água.

Califórnia, sonho caro que despenca

Projeto custou US\$ 35 milhões ao Estado para uma área de 3.980 hectares

No município de Canindé do São Francisco, a 213 Km de Aracaju, só foi possível desenvolver a agricultura através da irrigação com a água do Velho Chico. É lá que se encontra o Perímetro Irrigado Califórnia, um projeto que nasceu para ser modelo de exploração de solo e água no semi-árido nordestino e hoje enfrenta as consequências da exploração energética ao longo do Rio. Sem apoio estatal, sua maior produtividade hoje é de quiabo, que abastece o caruru dos baianos (veja matéria na página 7).

Investir em atividade agrícola numa região quente, com pluviosidade média de 500 mm/ano, é uma iniciativa de risco. O resultado pode ser mínimo, quando não, inexistente. Para reverter a situação dos produtores sertanejos e aumentar a produtividade, o Governo estadual implantou em 1987 uma infra-estrutura de irrigação que custou US\$ 35.578.742.

Quem chega ao Perímetro Califórnia logo percebe o quanto o Rio São Francisco é importante para a agricultura da região. A terra coberta pela lavoura verde é muito diferente do projeto vizinho que ainda não está irrigado, o Jacaré Curituba.

O Califórnia abrange uma área de 3.980 hectares, dos quais 1.360 são irrigáveis e 1.830 são destinados à agricultura de sequeiro, resistente à seca. A infra-estrutura de irrigação funciona a partir da estação principal de bombeamento, que tem capacidade para captar 1,39 m³/s de água do Rio, e conduz

essa vazão até a segunda estação, vencendo um desnível de 170m. Em seguida a água percorre uma adutora de 2,92 Km de extensão, um canal trapezoidal de 5,6 Km e chega aos 19 lotes empresariais e 253 familiares através de mais cinco estações de bombeamento.

POUCA ÁGUA

Há 14 anos utilizando a água do Velho Chico, o perímetro teve que ceder à necessidade de preservar o Rio e diminuir a quantidade de água para irrigação. Com o plano de racionamento do Governo federal, essa economia se torna mais intensa. "Minha produção vai ser prejudicada porque a água não está sendo suficiente", reclama Jason de Oliveira, produtor em um lote empresarial de 15 ha.

O coordenador Regional da Colhidro, Anselmo Resende, informa que das quatro bombas de captação de água da estação principal, apenas duas estão funcionando. "Está entrando menos água nos lotes por causa da geração de energia. A barragem segura a água e o Rio não alcança o nível normal, então não temos como tirar água", explica Anselmo.

A cada quatro meses, o produtor do Califórnia deve pagar R\$ 66,60 por hectare pela água utilizada. Mas o índice de inadimplência é grande, além das dívidas com os bancos. "Aqui não temos ajuda de ninguém. A gente vive trabalhando, mas o futuro é pouco. Quando arruma alguma coisa é para comer", diz João Gomes, co-

nhecido como João Garço, produtor em um lote familiar de 4 ha.

O sistema de irrigação predominante no Perímetro Califórnia é por aspersão convencional, que consome muita água e favorece o desperdício. O coordenador da Colhidro, Anselmo Resende, acredita que a solução para esse problema está na fruticultura, porque utiliza o sistema de irrigação localizada, mais econômico. "Mas os bancos não têm financiamento nessa linha, além do grau de endividamento dos produtores que já chegou ao limite", informa.

Produção do Califórnia em 2000

Culturas	Área plantada (ha)	Produção (ton)
Feijão anão	59,26	26,18
Feijão-de-corda	102,25	115,88
Milho	298,39	642,25
Quiabo	770,52	8.965,57
Tomate	4,42	44,20
Outras culturas	149,48	305,77

O Perímetro

3.980 ha de área total
1.360 ha de área irrigável
1.830 ha de área plantada
253 lotes familiares até 4 ha
19 lotes empresariais de 15 ha

Infra-estrutura

7 Estações de bombeamento
2,92 Km de adutora
5,6 Km de canal
170 m de desnível
1,39 m³/s de captação de água

Califórnia se limita a produzir quiabos para caruru dos baianos

Produtores despreparados para o mercado formal caem na rede dos atravessadores

O Perímetro Irrigado Califórnia produz hortaliças, raízes, frutas e até flores, mas só alcança produção significativa em feijão, milho, tomate e, principalmente, quiabo. Em 1997, dos 1.360 ha de área irrigada, 963,88 ha estavam ocupados com plantação de quiabo. No ano passado, essa área diminuiu para 770,52 ha. Mesmo assim, a hortaliça continua reinando no perímetro com 80% da produção total.

Segundo o produtor Jasson de Oliveira, o Califórnia se transformou num grande produtor de quiabo por falta de incentivo do Governo estadual para diversificar a produção. "A gente produz quiabo, feijão, mandioca porque são culturas de baixo custo, diferente da fruticultura", explica Jasson.

Mas os sergipanos não consomem tanto quiabo. Os maiores consumidores são os baianos, especialistas em iguarias utilizando a hortaliça. É para Salvador que vão 95% do quiabo produzido no perímetro. Ano passado a produção foi de 8.965,57 toneladas, chegando a 10.801,89 em 1998.

Parte da comercialização é feita através da Cooperativa do Semi-árido Sergipano - Comsel - que, há dois anos, firmou contrato com o Grupo Bompreço, de Salvador, para a venda de 40 toneladas por mês de quiabo classificado. A grande parte da produção, mais de 90%, entra na rede dos atravessadores e chega às feiras livres da Bahia, Alagoas e Sergipe.

APICAL ESTÁ DIVIDIDA

Apenas 18 produtores participam do sistema de cooperativa. "Também por isso a cooperativa não está conseguindo competir com os intermediários", justifica Anselmo Resende, Coordenador Regional da Cohidro. O Bompreço compra o quilo de quiabo por R\$ 0,75, enquanto o preço para o atravessador é de R\$ 0,25. "O problema é que o mercado formal faz determinadas exigências", ressalta Elder Barbosa, Coordenador de Desenvolvimento Agrícola da Cohidro. Elder acrescenta que os produtores ainda não dis-

põem de estrutura para entrar no mercado formal.

Os produtores dizem que já estiveram numa fase melhor. "Até 1999 tive lucro. Hoje estou vendendo o que adquiri, quando cheguei, para cobrir os gastos com a produção e continuar no lote", lamenta o produtor Jasson. Segundo Anselmo Resende, por mais miserável que seja a situação dos produtores, está melhor que antes de chegarem ao Califórnia. "Não está como deveria", completa.

Na opinião de Anselmo, não houve planejamento por parte dos produtores para o início da cobrança da taxa de água e isso reflete nas dificuldades que enfrentam no momento. Além disso, o perímetro não pode ter o apoio de uma associação competente. "O problema da Apical (Associação do Perímetro Irrigado Califórnia) foi de política, desmando, inexperiência dos produtores", afirma. Anselmo acrescenta que a Cohidro não atuou diretamente na organização da Apical e hoje ela está dividida.



CINFORM redescobre Velho Chico

Caderno São Francisco pretende estimular interesse pelo Rio

O Rio São Francisco tem despertado a atenção dos brasileiros através do po-

lêmico projeto de transposição de suas águas para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e parte de Pernambuco. As discussões não envolvem apenas um Rio, mas uma importante fonte de vida para a região e parte essencial da formação do território nacional - também por isso chamado Rio da Unidade Nacional.

Em comemoração ao aniversário de descoberta do Rio São Francisco, no dia 4 de outubro deste ano, este semanário lança o Caderno São Francisco - O CINFORM nos 500 anos do Rio.

BUSCAR INFORMAÇÃO

O projeto pretende abordar em 12 edições, de abril a outubro, os aspectos mais importantes que envolvem o Rio, como o projeto de trans-

posição, agricultura, piscicultura, turismo, potencial hidroelétrico, cultura, degradação.

As dimensões sócio-econômicas e históricas deste Rio não permitem esgotar esses assuntos em apenas 12 cadernos, mas a intenção é estimular o interesse do leitor em conhecer mais e buscar informações complementares.

O Caderno São Francisco terá circulação mensal nestes meses de abril e maio e, a partir de junho, passará a quinzenal. Esta primeira edição traz uma abordagem histórica e geográfica do Rio, sua descoberta, processo de ocupação pelos europeus e apresenta as regiões que atravessa, da nascente até a foz.

DESVIO DE ÁGUAS

Os 500 anos do Rio São Francisco lhe renderam agressões múltiplas e regionalizadas. De Minas Gerais a Sergipe, o Rio enfrenta o grito, poluição, desmatamento, barragens, envenenamento, e recebe resíduos de esgotos e industriais. Esses problemas

não são específicos do Velho Chico. Muitos rios brasileiros estão morrendo pela interferência arbitrária do homem. Basta olhar os rios sergipanos como o Vaza-Barris, Poxim e Sergipe. Mas no caso do São Francisco a degradação pode ter um golpe mortal com a transposição.

O Caderno São Francisco é dedicado ao Rio, sobretudo ao Baixo São Francisco, pela importância que tem para o Nordeste e, especialmente, para o Estado. As águas deste Rio abastecem 90% da cidade de Aracaju e, segundo Dom Luiz Cappio, bispo da Barra, na Bahia, o governo da Bahia já planeja projetos com o objetivo de levar água do São Francisco para abastecer parte da capital baiana.

Entre o encantamento com as belezas naturais ao longo do Rio e a necessidade de devolver-lhe a vida, há uma multiplicidade de posturas e opiniões. Tudo isto vai estar no projeto São Francisco - O CINFORM nos 500 anos do Rio.

Índios chamavam Rio de Opará

Descoberta colonizou nativos, trouxe o gado e promoveu a unidade nacional

Apesar de sua importância, a história do Rio São Francisco é pouco conhecida e se confunde com a própria história do Brasil. Chamado por historiadores de Rio da Unidade Nacional, ele esteve presente em inúmeros acontecimentos de destaque econômico, político e social para o país, mas existem poucos registros sobre sua participação.

O vale do São Francisco, de Minas a Sergipe, era habitado por diversas tribos indígenas quando uma expedição de reconhecimento, que acompanhava a costa brasileira, chegou no dia 4 de outubro de 1501 à foz do Opará, que significa Rio Mar, como os índios chamavam o Rio. Os portugueses comandados por João de Nova em companhia de Américo Vesputio batizaram-no logo com o nome de São Francisco, em homenagem ao santo católico defensor da natureza, nascido em Ástis, na Itália, a quem era dedicado aquele dia.

Em 1553, por ordem do rei D. João III, o governador geral Tomé de Souza determinou a exploração do Rio São Francisco. A viagem da primeira companhia de penetração, sob o comando de Bruza Espinoza, rendeu os primeiros documentos descritivos do Rio.

OURO E DIAMANTE

O São Francisco tornou-se alvo dos três grupos de povoamento existentes no período colonial: Os índios, ocupantes originais, habitavam tranqui-

los as margens do Opará até chegarem os desbravadores europeus em busca de ouro, diamante e pasto para a criação de gado, além dos africanos trazidos como escravos. As relações entre estes grupos, seus interesses, conflitos e formas de sobrevivência deram origem ao desenvolvimento de comunidades, vilas e cidades, ao longo do São Francisco.

Um fato de grande importância para a ocupação e fixação do homem no vale do Rio São Francisco foi o trabalho dos missionários Capuchinhos europeus. Segundo Frei Florêncio Pecorari, do Convento dos Capuchinhos, em Aracaju, as missões pretendiam catequizar os nativos indígenas, mas realizavam também outros tipos de atividade. Os missionários ensinavam técnicas agrícolas aos índios e os iniciavam na criação de animais domésticos. "Os aldeamentos se constituíram em comunidades organizadas e todas as despesas de implantação das missões eram mantidas pela Coroa Portuguesa e, depois, Espanhola", informa frei Florêncio. O trabalho dos missionários Capuchinhos se dissipou no início do século 18, quando o Rio já se encontrava completamente explorado, após constantes e violentos conflitos com os fazendeiros da região.

ÁGUAS QUE UNEM

No domínio da política de origem fundiária, é marcante a presença da Casa da Torre de Garcia D'Ávila na história da ocupação do Rio São Fran-

cisco. Através de uma Carta de Sesmaria, o senhor Garcia toma posse, em 1573, de mais de 70 léguas - 420 Km - de terra entre os Rios São Francisco e Parnaíba, no Piauí. Então ficou conhecido como o primeiro latifundiário do São Francisco, principalmente por utilizar suas terras apenas para a criação de 20 novilhas e um reprodutor sob os cuidados de um casal de escravos. Este procedimento era ilegal, de acordo com o Regimento vigente na época. Além disso, a família Garcia D'Ávila foi a grande responsável pela interrupção das missões católicas às margens do Rio.

O São Francisco desempenhou papel significativo na formação do território nacional. A comunicação entre as primeiras colônias portuguesas, tornava-se quase inexistente porque se estabeleceram distantes uma das outras. O contato por terra era dificultado pelas matas densas e pelos ataques de índios hostis. Com a expansão dessas colônias para o interior, os colonos encontraram a solução para manter a unidade territorial. O Rio São Francisco passou a ser o canal de comunicação fácil e rápido entre eles e, o melhor, correndo em paralelo à costa marítima. Não é à toa que o São Francisco é também chamado de Rio da Integração Nacional. Apesar do estado de degradação em que se encontra, o Rio ainda oferece o seu leito, do Minas Gerais a Sergipe e Alagoas, para promover o contato entre as diferentes terras, expressões culturais, atividades econômicas, mas, ao mesmo tempo, recolhe-se no silêncio de suas águas tentando sobreviver.

O Paraíso existe

em São Paulo, SP

na proximidade do paraíso

de mar e sol

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às dez horas, a seguinte

ORDEM DO DIA
Às 11 horas

1

REQUERIMENTO Nº 598, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 598, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000 (nº 608/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 236, DE 2000

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 597, de 2001 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2000 (nº 608/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da TV Ômega Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens – TV, nas cidades do Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo, nos Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Ceará e São Paulo, respectivamente, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.153, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Pedro

Piva, com voto contrário do Senador Geraldo Cândido e abstenção da Senadora Emília Fernandes.

(Dependendo, preliminarmente, da votação do Requerimento nº 598, de 2001, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando audiência da Comissão de Assuntos Sociais).

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2000

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2000 (nº 128/95, na Câmara dos Deputados), que altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal (inclui o cirurgião-dentista na permissão para acumular dois cargos públicos remunerados), tendo

Parecer favorável, sob nº 438, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Álvaro Dias.

A matéria constou da pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 4 de setembro último, quando teve sua terceira sessão de discussão adiada para hoje.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2001

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Moreira Mendes, que acrescenta o § 3º ao art 50 da Constituição Federal (trâmite de informações e documentos sigilosos), tendo

Parecer sob nº 972, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 635, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 21, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 635, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que estabelece instrumentos legais de prevenção e re-

pressão à falsificação de obras de artes visuais e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 1.017, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2001
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 19, de 2001)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera a redação do art. 4º da Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar, tendo

Pareceres sob nºs 994 e 995, de 2001, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Osmar Dias, favorável; e

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CI, que apresenta.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 292, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 292, de 2001 (nº 945/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Osny José Gonçalves para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.135, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Casildo Maldaner, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

8

REQUERIMENTO Nº 552, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 552, de 2001, do Senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Resolução nº 41, de 2001, sua autoria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. SENADOR EDUARDO SUPLYCY, NA
SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA DE
16-10-2001, QUE SE REPUBLICA PARA
FAZER CONSTAR DOCUMENTO A QUE
SE REFERE O ORADOR.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prorrogo a sessão por quinze minutos para conceder a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, último orador antes da Ordem do Dia.

S. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Srªs e Srs. Senadores, é com satisfação que recebemos nesta Casa D. Mauro Morelli e demais membros da CNBB e o representante da FAO, Sr. José Tubino.

Hoje, todos estiveram na cerimônia realizada no auditório Petrônio Portella, por iniciativa do Instituto de Cidadania, presidido por Luiz Inácio Lula da Silva, na apresentação do Projeto Fome Zero.

Neste Dia Mundial da Alimentação, é com grande satisfação também que participamos desta homenagem, requerida pelo Senador Osmar Dias, para que reflitamos a respeito de como erradicar a fome e a pobreza em nosso País e no Planeta Terra.

Sr. Presidente, foi da maior importância o esforço notável empreendido pelo Instituto de Cidadania – mais de um ano de trabalho em equipe, conforme o Senador Pedro Simon já assinalou -, que chegou à conclusão de que são necessários inúmeros programas para atacar o problema da fome da população brasileira, que, hoje, atinge, pelo menos, 44 milhões, dos 170 milhões de brasileiros.

Segundo o diagnóstico apresentado por aqueles que colaboraram no Instituto de Cidadania, o objetivo da segurança alimentar do Fome Zero poderá ser alcançado por um número de programas e ações específicas que envolvem desde a melhoria na renda, com políticas de emprego e renda, de reforma

agrária, previdência social universal, programas de bolsa escola, renda mínima e microcrédito, programas que envolvem o barateamento da alimentação, como as iniciativas de restaurantes populares, convênios com supermercados e sacolão, canais alternativos de comercialização, equipamentos públicos, PAT, cooperativas de consumo, aumento da oferta de alimentos básicos, com apoio à agricultura familiar, incentivo e produção para autoconsumo e política agrícola.

Há, também, a proposição de inúmeras ações específicas, nas quais se concentraram os responsáveis maiores pelo Programa – o economista José Graziano da Silva e a equipe técnica, composta por Walter Belik, Maya Takagi e inúmeros outros colaboradores –, como o cupom de alimentos, a cesta básica emergencial, a merenda escolar, os estoques de segurança, o combate à desnutrição materno-infantil e outros.

Sr. Presidente, requeiro a inserção, como parte do meu pronunciamento, da versão sintetizada do Programa Fome Zero, com a introdução feita por Lula.

Eu gostaria de assinalar alguns pontos que foram objeto da reflexão de Luiz Inácio Lula da Silva. Em primeiro lugar, o objetivo de erradicar a fome e a miséria tem, certamente, o apoio e a simpatia de todos aqueles que desejam a construção de um mundo e de um País civilizado. Para isso, quais seriam os instrumentos mais eficazes? Tenho manifestado algumas dúvidas a respeito da eficiência, por exemplo, das cestas básicas, pois considero que melhor seria prover as pessoas de uma renda garantida.

No programa hoje apresentado, enfatizou-se a importância do cupom de alimentação, refletindo a experiência dos Estados Unidos nos últimos setenta anos, desde quando o Presidente Franklin Roosevelt, nos anos 30, iniciou os programas de auxílio às famílias com crianças dependentes e de cupons de alimentação. Estes, entretanto, se desenvolveram em maior escala com o Presidente Lyndon Johnson e seu programa de guerra à pobreza, nos anos 60, quando os cupons de alimentação – nos Estados Unidos, chamados de *food stamps* – tomaram a forma de imposto de renda negativo, em que o pagamento às pesso-

as ou famílias cuja renda não atingia determinado patamar era uma proporção da diferença entre aquele patamar e a renda das pessoas, feito na forma de cupons de alimentação que só poderiam ser gastos em alimentos e em determinados estabelecimentos comerciais que os aceitassem.

Algumas críticas foram feitas ao economista José Graziano sobre por que as pessoas, normalmente, procuram vender os seus vales refeições e transporte e, provavelmente, farão o mesmo com os cupons de alimentação. Isso acontece porque, normalmente, as pessoas procuram aquilo que lhes é mais útil em primeiro lugar e vendem seus cupons ou vales para obter dinheiro. Se, por exemplo, numa residência quebrou a telha e faz-se necessário consertá-la porque começou a chover dentro de casa, aquela é uma primeira necessidade. Se, na semana seguinte, começou a fazer muito frio e não há agasalho ou cobertor, é preciso comprá-los para que as crianças não sintam frio. Se, na outra semana, começa a haver um problema de doença, é preciso se comprar o remédio e aquilo se torna uma primeira necessidade. E assim por diante.

A garantia de uma renda paga na forma de dinheiro constituirá um grau mais elevado de cidadania. Se fizermos a forma do cupom de alimentação, isso significa uma burocracia adicional, uma complicação que não é necessariamente a melhor. É claro que, do ponto de vista dos agricultores, eles poderão se sentir mais seguros quanto à demanda dos bens que produzem, na medida em que os cupons só podem ser gastos em alimentos, mas não tem que se aumentarmos a renda de uma família que receba, digamos, R\$100 por mês com mais R\$80 em cupons de alimentação, segundo demonstração que o Prêmio Nobel de Economia Joseph Stiglitz incluiu no seu livro *Economics*, isso não representará qualquer modificação de substituição, mas apenas mais uma complicação administrativa.

Os economistas que mais têm estudado o problema, sobretudo aqueles que formam a Rede Europeia da Renda Básica, consideram que a forma mais adequada de se prover cidadania às pessoas é instituindo-se uma renda básica a todos os habitantes de qualquer nação para que as próprias pessoas possam, então, escolher em que gastar.

Lula, nas suas observações, mencionou que o país com que sonhamos não é aquele em que as prefeituras concedam às pessoas ou às famílias que tenham fome uma cesta básica ou uma renda mínima, mas onde todo homem ou mulher possa levar para casa uma renda proveniente do seu trabalho.

Ora, Dom Mauro Morelli, quero, num diálogo muito construtivo com Lula, transmitir-lhe e a todos os brasileiros que precisamos ver a garantia de uma renda básica para todos como algo distinto do direito da pessoa de trabalhar e receber uma remuneração adequada. É preciso que se compreenda que o direito das pessoas de receberem uma renda, como exercício de cidadania, deve servir como um direito inalienável da pessoa humana que mora no Brasil, nas Américas ou no Planeta Terra.

Deve-se garantir essa renda como um direito, incondicionalmente, não importando se a pessoa tem um mês ou 135 anos de idade; se é homem ou mulher; se é amarela, branca, vermelha ou negra; se é homo ou heterossexual; se está casada, solteira, separada, viúva ou o que for; se é rica ou pobre – todas as pessoas devem ter o direito inalienável de participar da renda da Nação e é isso que o meu companheiro, Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores precisa ver e ainda não viu suficientemente.

Manoel José dos Santos – o Manoel da Serra –, Presidente da Contag, no debate do Sindicato dos Bancários, em São Paulo, lembrou uma frase usada pelo ex-Senador Ney Maranhão por ocasião do debate sobre o Programa de Renda Mínima, para o qual deu seu voto favorável. Trata-se de uma memorável frase de Luiz Gonzaga, que sabia interpretar tão bem os sentimentos do brasileiro: "Uma esmola, seu doutor, ou..."

A Srª Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Eduardo Suplicy, "Doutor, uma esmola, para um homem que é são, ou o mata de vergonha ou destrói o cidadão".

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, "uma esmola, Seu Doutor, ou humilha o cidadão ou o mata de vergonha". Então, a garantia de uma renda, como um direito à cidadania, não deve ser vista como esmola, como caridade; tem de ser vista como um direito à cidadania, o direito de todas as pessoas partilharem do planeta Terra, da riqueza e

inclusive daquilo que é produzido na terra que um dia foi propriedade comum de todas as pessoas que viviam no Brasil, de todas as pessoas que vieram para cá, arrancadas de seu território na África, que aqui foram escravizadas, de todas as pessoas que, porventura, estejam sem terra. Então, a garantia de uma renda tem de ser vista como algo diferente do direito de a pessoa receber um salário. É claro que o direito ao emprego, ao salário é muito importante, e precisamos estar muito atentos em como instituir os mecanismos que levarão a sociedade ao pleno emprego. Mas um dos mecanismos que mais auxiliam, na concepção dos grandes economistas que estudaram esse assunto, como James Edward Meade, James Tobin, Philippe Van Parijs e tantos outros, é justamente a garantia de uma renda mínima que pode ser feita mediante um imposto de renda negativa, mas numa forma ainda mais superior, para extinguir os problemas da armadilha do desemprego e da pobreza e dos problemas de estigma de qualquer sentimento de vergonha. É por isso que espero ainda convencer José Graziano e toda a equipe que aqui propôs o Cupom da Alimentação e o próprio Lula que, ainda mais eficaz e mais dignificante para a pessoa, é o direito a uma renda para todos. Inclusive irão me perguntar: até aos mais ricos? Até àqueles que, no Brasil, são colocados entre os 500 mais ricos do mundo, ou o que seja? Sim, inclusive para eles. Só que eles irão pagar proporcionalmente mais, para que eles e todos os brasileiros venham a receber. E isso está perfeitamente ao nosso alcance.

Cumprimento todos que se empenharam no Projeto Fome Zero, sobretudo, o companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e toda a sua equipe, porque esse é um debate, conforme Dom Mauro Morelli, tem-nos dito, da maior transcendência e importância, desde quando Josué de Castro escreveu a "Geopolítica da Fome", e Betinho e Dom Mauro Morelli trabalharam no Projeto de Segurança Alimentar. Mas temos que colocar isso como uma urgência para hoje, para amanhã.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO, INSERIDO NOS TERMOS DO ART. 210 DO REGIMENTO INTERNO.

Versão 3

PROJETO FOME ZERO

DOCUMENTO-SÍNTESE

OUTUBRO/2001

UMA PROPOSTA DE POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR PARA O BRASIL



INSTITUTO CIDADANIA**Presidente**

PAULO OKAMOTTO

Equipe

BERNARDO KUCINSKI

CARLOS TIBURCIO

CLARA ANT

FABIANA VEZZALI (estagiária)

GILBERTO CARVALHO

GUIDO MANTEGA

JOSE CARLOS ESTINOZA

JOSE GRAZIANO DA SILVA

LUCIANA FRAGATO

MARISETE BELI

MONICA ZERBINATO

OSVALDO BARGAS

PAULO VANNUCHI

REGINA BRASILEIRO

RICARDO ZERBINATO

SPENSY PIMENTEL

TATIANE RIGOLIM

R. Pouso Alegre, 21, Ipiranga-SP

CEP: 04261-030

Fone: (11) 0915-7022

www.icidadania.org.br

e-mail: ic.fome@uol.com.br

PROJETO FOME ZERO**Promoção INSTITUTO CIDADANIA****Ficha Técnica****I Coordenação Geral**

LUIZ INACIO LULA DA SILVA

JOSE ALBERTO DE CAMARGO

II Coordenação Técnica

JOSE GRAZIANO DA SILVA

WALTER BELLI

MAYA TAKAGI

III Colaboradores

ALEXANDRE GUERRA, ALTIVO ANDRADE ALMEIDA CUNHA, ANTÔNIO CESAR ORTEGA, CHRISTIANE COSTA, DULCE CAZZUNI, EDSON MARTINS, ELISABETE SALAY, FÁBIO HOLANDA, FERNANDO GAIGER SILVEIRA, FLÁVIO VALENTE, FRANCISCO MENEZES, FREDERICO A. TOMICH, GUILHERME COSTA DELGADO, IVONE DE SANTANA, JOSÉ APARECIDO CARLOS RIBEIRO, JOSELY DURÃES, LAURA TAVARES SOARES, LENA LAVINAS, LÚCIA SALLES FRANCA PINTO, LUIS CARLOS FABRINI FILHO, LUIS CARLOS G. DE MAGALHÃES, MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA, MARIA REGINA NABUCCO, MARIA JOSE PESSOA, MARINA VIEIRA DA SILVA, MARIO ANTONIO BIRAL, MAURO DEL GROSSI, MIRIAM NOBRE, MOEMA HOFSTAETTER, MOISÉS MACHADO, NEWTON GOMES, PEDRO PAULO MARTONI BRANCO, PEDRO SÉRGIO BESKOV, RAIMUNDO SILVA, RENATA COUTINHO, RENATO CABRAL, RENATO S. MALUF, RODOLFO HOFFMANN, SALVADOR WERNECK VIANA, SILVIO PORTO, SONIA MORAES, WALTER SOBOLL

IV Apoio Executivo

CLARA ANT

ZASCOAL BORDIGNON

V Secretaria

MARIA APARECIDA DA CUNHA SANCHES

MARIA SEBASTIANA NOGUEIRA

RICARDO ZERBINATO

VI Parceria

FUNDAÇÃO DIALMA GUIMARÃES

VII Revisão

MÔNICA ALFERTHUM

CAMILA KINTZEL

ELISABETE SUMI

VIII Capa e Editoração Eletrônica

ANA BASAGLIA

SEMINÁRIO DE SÃO PAULO – 20/08/2001**Debatedores convidados**

Dom MAURO MORELLI, Senador EDUARDO SUPLICY, Senadora HELOÍSA HELENA, Senadora MARINA DA SILVA, JOÃO FELÍCIO – presidente da Central Única dos Trabalhadores, MANUEL DA SERRA – Presidente da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, DIRCEU DRESHER – Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – Fetraf-Sul, JOSÉ ALBINO DE MELO – presidente da Central de Movimentos Populares, FLÁVIO VALENTE (Secretário Geral do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e consultor da ONG Ágora), RENATO MALUF (professor da UFRRJ e consultor do Instituto Polis), JOSÉ HERMETO HOFFMANN – Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, CARLOS LESSA – decano do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e professor da UFRJ

Debatedores inscritos para comentários

ALBANEIDE PEIXINHO e DENISE COITINHO (Asbran), VERA CASTELLANI (Blumenau-SC), MARIA ALBERTINA (Ação da Cidadania – Comirê São Paulo), MAURO DUTRA (Instituto Ethos), SÍLVIA VINHOLI e ANDRÉA SALAZAR – IDEC

SEMINÁRIO DE FORTALEZA – 06/09/2001**Debatedores convidados**

CLÁUDIO RÉGIS QUIXADÁ – ex-reitor da Universidade Federal do Ceará; FRANCISCO MIGUEL – CONTAG; ROQUE TERTULHANO – Presidente da CUT estadual-CE; REMÍGIO TODESCHINI – Coordenador Nacional da Agência de Desenvolvimento Solidário – CUT; SÍLVIA ALCÂNTARA PICCHIONE – Articulação do Semi-Árido; FLÁVIO LIMA – Caritas – CNBB; ROSALHO DA COSTA E SILVA – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-CE; JOSÉ ROBERTO MATOS – Arquidiocese Fortaleza; OLINDA MARQUES – Vice-Diretora Executiva do Ceará – Periferia; MANUEL MESSIAS MOREIRA DA SILVA – Coordenador do Centro de Defesa da Vida – Herbert de Souza

Debatedores inscritos para comentários

Sindicato dos trabalhadores Rurais de Viçosa – CE; GORETE FERNANDES – Federação da Associação de Bairros e Favelas de Fortaleza; JÚLIO CÉSAR ALEMÃO – Vereador; ANTÔNIO IBIAPINO – Direção da CUT-CE; JOSÉ MARIA PONTES – Vereador Fortaleza e diretor do Sindicato dos Médicos; FRANCISCO BRANDÃO; NEHEMIAS; SALMITO; ALBA LUCI; LUIZA FATI – CUT Nacional; ELIA J. SILVA – Coordenador da Comunidade e Movimento; DIRCEU DRESHER – Fetraf-Sul

SEMINÁRIO DE SANTO ANDRÉ – 19/09/2001

Estiveram presentes representantes de diversas secretarias municipais ligadas às áreas de abastecimento, agricultura, educação, promoção social, cidadania, planejamento, entre outras, e representantes da sociedade civil e de empresários ligados a 23 municípios: SANTO ANDRÉ-SP, SÃO PAULO-SP, DIADEMA-SP, MAUA-SP, GUARUJA-SP, EMBU-SP, SÃO ROQUE-SP, CAMPINAS-SP, PIRACICABA-SP, MARINGÁ-SP, CAIEIRAS-SP, PONTA GROSSA-SP, JANDIRA-SP, GUARULHOS-SP, RIBEIRÃO PIRES-SP, JACAREÍ-SP, RIBEIRÃO PIRES-SP, SUMARÉ-SP, LONDRINA-PR, PRESIDENTE VENCESLAU-SP, SÃO CARLOS-SP, RIO CLARO-SP, CATANDUVA-SP e IPATINGA-SP.

PARA ACABAR COM A FOME

É com satisfação que entrego ao debate público, em nome do Instituto Cidadania, o **Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil**. Este projeto é a síntese de um ano de trabalho de muitos companheiros e companheiras, com a participação de representantes de ONGs, institutos de pesquisas, sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e especialistas ligados à questão da segurança alimentar de todo o Brasil.

A alimentação de qualidade é um direito inalienável de todo cidadão, sendo dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente usufruir dele. O público a ser contemplado nesta proposta é grande: 9,3 milhões de famílias (ou 44 milhões de pessoas) muito pobres, que ganham menos de um dólar por dia, cerca de R\$ 80,00 por mês.

Esse quadro assustador vem piorando nos últimos anos com o crescimento do desemprego e o aumento das outras despesas não alimentares das famílias mais pobres (moradia, transporte, saúde, educação). Como mostram as pesquisas da Embrapa, nossos agricultores têm potencial para produzir toda a comida de que a população necessita. Existe fome não porque faltam alimentos, mas porque falta dinheiro no bolso do trabalhador para poder comprá-los.

A tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos setoriais nos níveis federal, estadual e municipal. É vital engajar nessa luta a sociedade civil organizada: sindicatos, associações populares, ONGs, universidades, escolas, igrejas dos mais distintos credos, entidades empresariais – todos estão convocados a participar.

Garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve, além dos aspectos econômicos e sociais, também mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do Brasil, as condições de pobreza são mantidas porque inclusive facilitam a perpetuação no poder de elites conservadoras que há séculos mandam neste país.

Queremos deixar claro nesta apresentação que o eixo central do Projeto Fome Zero está na conjugação adequada entre as chamadas políticas estruturais – voltadas à redistribuição da renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outros – e as intervenções de ordem emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias. Limitar-se a estas últimas quando as políticas estruturais seguem gerando desemprego, concentrando a renda e ampliando a pobreza – como ocorre hoje no Brasil – significa desperdiçar recursos, iludir a sociedade e perpetuar o problema.

Também não é admissível o contrário. Subordinar a luta contra a fome à conquista prévia de mudanças profundas nas políticas estruturais representaria a quebra da solidariedade que é dever imperativo de todos perante os milhões de brasileiros hoje condenados à exclusão social e à insuficiência alimentar. As poli-

P R O J E T O F O M E Z E R O

ticas estruturais requerem anos e às vezes décadas para gerar frutos consistentes. A fome segue matando a cada dia. Ou produzindo desagregação social e familiar, doenças, desespero e violência crescente.

É por isso que o Projeto Fome Zero – de domínio público e aberto portanto à aplicação por mandatários de qualquer partido – busca combinar as duas ordens de medidas. Mas não resta dúvida de que nossa prioridade máxima consistiu em sistematizar as medidas que podem ser implementadas já, imediatamente, sem perder de vista e sem deixar para segundo plano as mudanças profundas apontando a construção de um novo Brasil. Um Brasil plenamente viável e promissor, onde a democracia se estenda ao território econômico-social, a justiça seja meta de todos e a solidariedade, a regra geral de convivência.

Esta proposta pretende deslanchar um processo permanente de discussão, aprimoramento e ações concretas para que nosso país garanta a seus cidadãos o direito básico de cidadania que é a alimentação de qualidade.

Estamos conscientes de que este Projeto Fome Zero ainda pode ser aperfeiçoado e receber modificações. Precisamos, por exemplo, detalhar os aspectos operacionais das várias propostas nos diferentes níveis de intervenção. E o que é fundamental: precisamos encontrar mecanismos permanentes para envolver toda a sociedade civil numa ampla mobilização pela garantia de alimentação saudável para todos. Trata-se de declarar um esforço nacional sem tréguas para banir o espectro da fome do nosso país, sonho e compromisso de nossas vidas.

Luiz Inácio Lula da Silva

INSTITUTO CIDADANIA, OUTUBRO DE 2001

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Fome Zero é o resultado de um ano de trabalho de especialistas, representantes de ONGs, institutos de pesquisas, organizações populares e movimentos sociais ligados à questão da segurança alimentar de todo o Brasil, reunidos pelo Instituto Cidadania com o objetivo de apresentar uma proposta de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Este documento é uma síntese do texto completo e detalhado, que se encontra a disposição dos especialistas e lideranças políticas no site www.icidadania.org.br. Cópias impressas do texto completo também podem ser solicitadas pelo e-mail: ic.fome@uol.com.br ou por telefone: (11) 6915-7022.

Os resultados obtidos foram surpreendentes: há no nosso país, pelo menos 9,3 milhões de famílias – 44 milhões de pessoas – que ganham menos de um dólar por dia. Esse é o valor da linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial e que tem por base a renda *per capita* dos pobres que vivem nos países mais pobres da África. A maioria das famílias muito pobres brasileiras vive nas pequenas e médias cidades do interior (4,3 milhões de famílias ou 20 milhões de pessoas) e nas regiões metropolitanas (2 milhões de famílias ou 9 milhões de pessoas). A pobreza atinge ainda quase 3 milhões de famílias rurais (15 milhões de pessoas). Mesmo a região Sudeste, a mais desenvolvida do país, abriga uma grande massa de pobres (2,6 milhões de famílias ou 11,5 milhões de pessoas). E o pior é que a pobreza vem crescendo exatamente nas regiões metropolitanas, especialmente na de São Paulo, onde se concentra a riqueza do país.

A conclusão é que a pobreza não é algo furtivo, ocasional, mas sim, o resultado de um modelo de crescimento perverso, assentado em salários muito baixos e que tem levado à crescente concentração de renda e ao desemprego. Infelizmente esse quadro vem piorando nos últimos anos com o crescimento do desemprego e o aumento do gasto com alimentação fora de casa e outras despesas não alimentares (moradia, transporte, saúde, educação) das famílias mais pobres.

O Projeto Fome Zero partiu do pressuposto de que todas as pessoas devem ter acesso diário e de forma digna, a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades nutricionais básicas e manutenção da saúde. A garantia desse direito é condição para se alcançar a cidadania e para que uma nação possa ser considerada civilizada. O Direito à Alimentação está inserido no plano dos demais direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. O seu reconhecimento implica que o Estado deve garantir o acesso à quantidade e qualidade dos alimentos consumidos pela população através de uma política permanente de Segurança Alimentar e Nutricional.

Para implantar uma política dessa natureza, é fundamental a mobilização popular, de modo a garantir além da decisão política dos governantes, a efetiva participação de toda a sociedade.

O embrião de uma Política Nacional de Segurança Alimentar começou a ser implantado no Brasil durante o Governo Itamar Franco (1993-1994) a partir de uma proposta formulada pelo Partido dos Trabalhadores dois anos antes, em 1991. A Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, em 1993, colaborou para o surgimento de um movimento social muito amplo, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade e combate à fome. Essa mobilização representou um enorme ganho de legitimidade para o governo, dando vitalidade ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) recém-criado.

Em decorrência do desmonte da maior parte das políticas discutidas naquele momento (o CONSEA, o PRODEA, o INAN, estoques reguladores, entre outros), inexistente hoje, no país, uma política nacional de segurança alimentar. Há, sim o crescimento de iniciativas municipais, estaduais e da sociedade civil para atender a população carente. As propostas atuais do governo federal têm caráter meramente localizado e visam geralmente, à suplementação de renda para famílias pobres, com valores que não são suficientes para eliminar a fome.

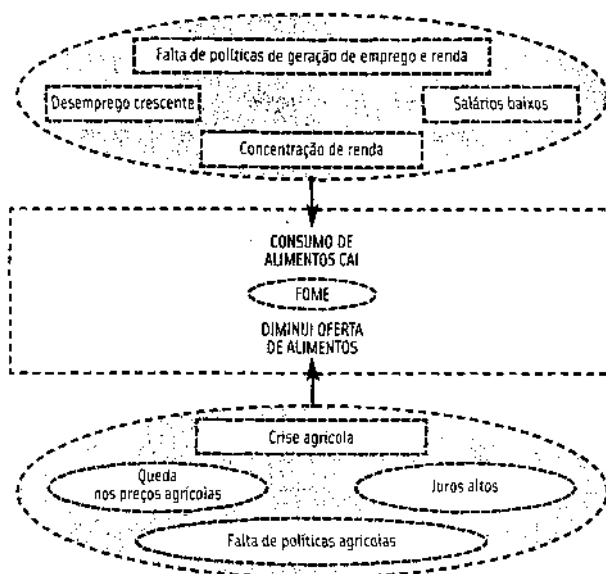
Os dados disponíveis demonstram uma estabilização dos níveis agregados de carência alimentar e de indigência nos últimos anos. No entanto, a pobreza e a indigência vêm aumentando nas regiões metropolitanas desde 1995. As causas estão associadas às elevadas taxas de desemprego e subemprego e aos baixos salários recebidos pela população. Entre os pobres, a taxa de desemprego nas áreas metropolitanas é três vezes maior que a taxa de desemprego entre os não-pobres.

O Projeto Fome Zero identificou, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 1999, a existência de 9,3 milhões de famílias e 44 milhões de pessoas muito pobres (com renda abaixo de US\$ 1,00 por dia, que representa cerca de R\$ 80,00 mensais em R\$ de agosto de 2001), que foram consideradas o público potencial beneficiário deste Projeto, por estarem vulneráveis à fome. Essa população pobre representa 22% das famílias e 28% da população total do país, sendo 19% da população (ou 9 milhões) das regiões metropolitanas, 25% da população (20 milhões) das áreas urbanas não-metropolitanas e 46% da população rural (15 milhões). Há uma forte concentração dessa população na Região Nordeste (50% dos pobres) e na Região Sudeste (26%). Nas demais regiões, a proporção é de 9% na Região Norte, 10% na Região Sul e 5% na Região Centro-Oeste. A renda média destas famílias é de R\$ 48,61 em R\$ de agosto de 2001), ou seja, menos de 10% da renda dos não pobres.

O diagnóstico do problema da fome no Brasil neste início do século XXI indica que há uma insuficiência de demanda que inibe uma maior produção de alimentos por parte da agricultura comercial e da agroindústria no país. As razões que determinam essa insuficiência de demanda – concentração excessiva da renda, baixos salários, elevados níveis de desemprego e baixos índices de crescimento, especialmente daqueles setores que poderiam expandir o emprego – não são conjunturais. Ao contrário, são endógenas ao atual padrão de crescimento e, por-

tanto inseparáveis do modelo econômico vigente. Forma-se, assim, um verdadeiro círculo vicioso, causador em última instância da fome no país – qual seja desemprego, queda do poder aquisitivo, redução da oferta de alimentos, mais desemprego, maior queda do poder aquisitivo, maior redução na oferta de alimentos.

O círculo vicioso da fome



O equacionamento definitivo da questão da fome no Brasil exige um novo modelo de desenvolvimento econômico que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país com geração de mais empregos, melhoria dos salários pagos e, mais especificamente, recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo, que funciona como uma espécie de "farol" para as rendas desses segmentos mais pobres da população.

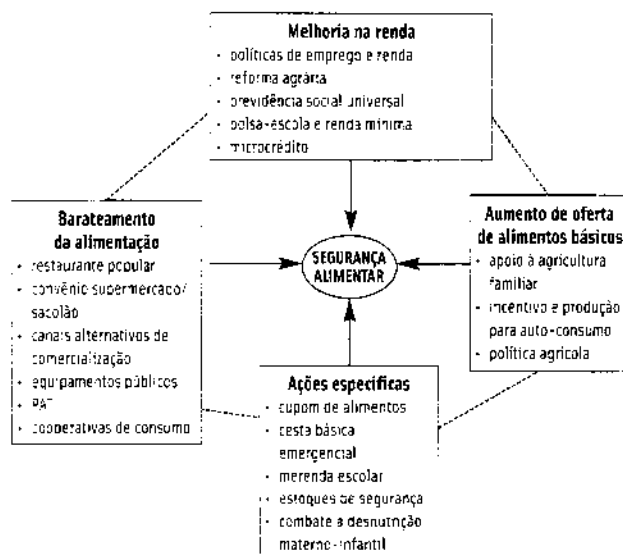
Em outras palavras, para garantir a segurança alimentar de toda a população brasileira é preciso mudar o atual modelo de desenvolvimento econômico que leva à exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis, como o são também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda. No processo de implementação de um novo modelo econômico é fundamental, de um lado, que se implementem ações emergenciais para baratear a alimentação para a população de baixa renda; de outro, ações também emergenciais visando assistir diretamente aquela parcela da população que já sofre com a fome e que pode vir a ser comprometida se isso não for feito.

Em síntese, a questão da fome no Brasil tem, nesse início do século, três dimensões fundamentais: primeiro, a insuficiência de demanda, decorrente da concentração de renda existente no país, dos elevados níveis de desemprego e subemprego e do baixo poder aquisitivo dos salários pagos à maioria da classe trabalhadora. Segundo, a incompatibilidade dos preços atuais dos alimentos com

o baixo poder aquisitivo da maioria da sua população. E a terceira e não menos importante, a exclusão do mercado daquela parcela mais pobre da população.

Para romper esse ciclo perverso da fome é necessário a intervenção do Estado, de modo a incorporar ao mercado de consumo de alimentos aqueles que estão excluídos do mercado de trabalho e/ou que têm renda insuficiente para garantir uma alimentação digna a suas famílias. Trata-se, em suma, de criar mecanismos – alguns emergenciais, outros permanentes – por um lado no sentido de baratear o acesso à alimentação para essa população de mais baixa renda, em situação de vulnerabilidade à fome. De outro, incentivar o crescimento da oferta de alimentos baratos, mesmo que seja através do autoconsumo e/ou da produção de subsistência. E, finalmente, de incluir os excluídos, dado que o acesso à alimentação básica é um direito inalienável de qualquer ser humano.

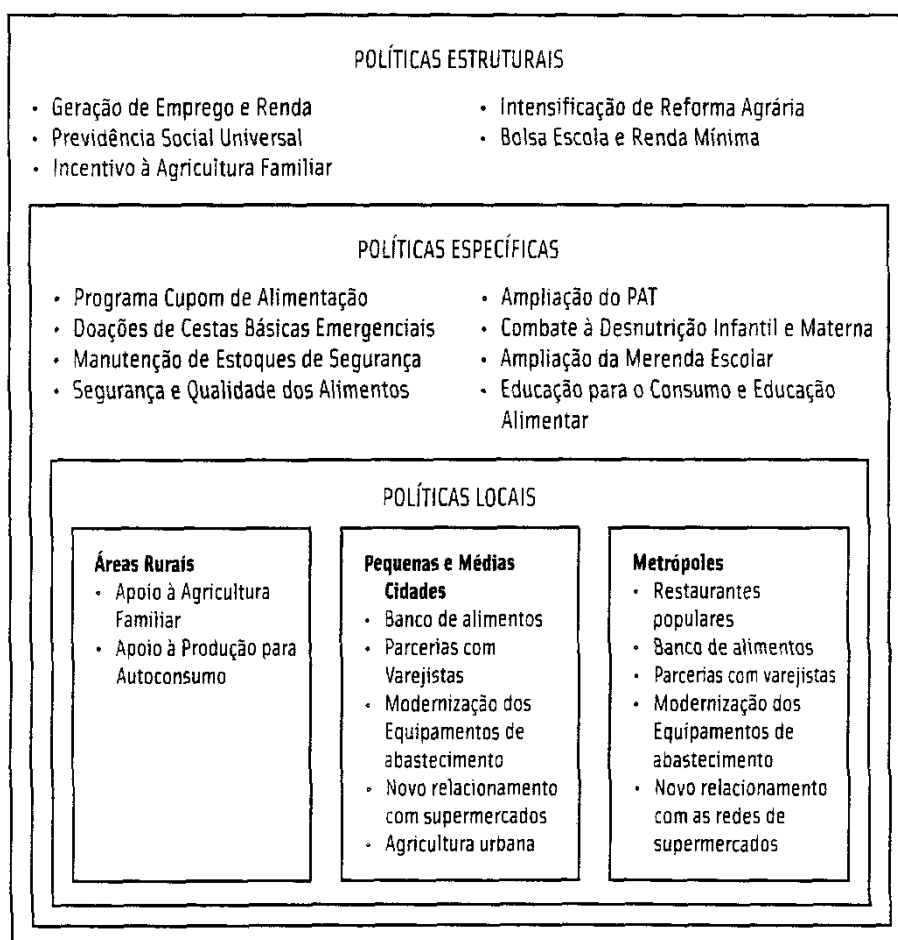
O diagrama a seguir detalha as principais políticas a serem implementadas. Vale lembrar que, primeiro, nenhuma delas isoladamente pode fazer frente à questão da fome, muito menos garantir a segurança alimentar da população. Segundo, tais políticas devem articular necessariamente ações de natureza emergencial com ações estruturais, e romper com falsas dicotomias baseadas na separação entre o econômico e o social, tão consagradas dentro dos esquemas neoliberais que produzem a concentração da riqueza e a pobreza e depois administram políticas “sociais” para atenuarem essa última.



Conforme verificado na definição da população a ser beneficiada, um contingente significativo de pessoas muito pobres vulneráveis à fome encontra-se nas grandes metrópoles ou periferia das pequenas e médias cidades das regiões não-metropolitanas. O perfil da fome nas cidades é diferente daquele que encontramos no campo. Dada a maior disponibilidade de alimentos nas cidades, parte da população de mais baixa renda encontra assistência de organizações não-governamentais.

mentais, órgãos públicos ou mesmo vizinhos e parentes. A grande quantidade de resíduos alimentares encontrados nas cidades, por exemplo, permite o acesso de parte dessa população vulnerável à fome a algum tipo de alimento, ainda que de má qualidade. Portanto, podemos afirmar que a fome encontrada nas cidades – e em particular nas regiões metropolitanas – exige algumas políticas diferentes daquela que presenciamos no campo, onde as possibilidades de obtenção de alimento são menores, por mais paradoxal que possa parecer essa situação. Talvez seja mais correto afirmar que nas áreas urbanas é mais comum a situação de “vulnerabilidade” alimentar decorrente da pobreza do que da fome propriamente dita, que resulta na redução da massa corpórea.

Esquema das propostas do Projeto Fome Zero



2. ESTRUTURA DO PROJETO FOME ZERO

Os diferentes grupos da população demandam políticas específicas para enfrentar a questão da fome, especialmente no horizonte temporal de curto e médio prazo. Apresenta-se a seguir um resumo desse conjunto de propostas para cada um desses grupos – algumas de cunho estrutural e outras emergenciais – que visam ao aumento da disponibilidade de alimentos de baixos preços e também o maior acesso da população vulnerável a uma alimentação saudável.

POLÍTICAS ESTRUTURAIS

São políticas que têm efeitos importantes para a diminuição da vulnerabilidade alimentar das famílias por meio do aumento da renda familiar, da universalização dos direitos sociais e do acesso à alimentação de qualidade e da diminuição da desigualdade de renda.

A) POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE EMPREGO E AUMENTO DA RENDA

Priorizar a diminuição das desigualdades sociais através de uma melhor distribuição de renda, para isso é fundamental retomar a política de aumento do salário mínimo para o piso de cem dólares e reduzir as distâncias entre ele e os salários mais altos. Além disso, julgamos fundamental retomar a experiência da formação de frentes de trabalho temporário em regiões com elevado índice de desemprego sazonal; programas de formação e incentivo ao primeiro emprego para jovens; e programas de requalificação permanente, especialmente para pessoas acima de 40 anos.

Crédito para investimentos através do BNDES, Banco do Brasil, CEF e de consumo, através de agências de microcrédito solidária, devem ser fortalecidos para alavancar produção e o consumo locais.

Recuperar o ensino público fundamental de qualidade, as redes de educação infantil e a melhoria da infra-estrutura educacional nas áreas rurais é primordial.

A recuperação de uma política habitacional também tem um papel fundamental, tanto na geração de empregos, quanto para avançar na solução do déficit habitacional brasileiro.

B) INTENSIFICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O Projeto Fome Zero defende um processo massivo de distribuição de terras como política estrutural de desenvolvimento, atuando como um instrumento estratégico de combate à histórica concentração fundiária e de renda no Brasil.

A defesa da Reforma Agrária justifica-se por quatro motivos principais: redistribuição de renda, ampliação das fontes de renda para as famílias, fonte de autoconsumo alimentar, e dinamização das economias regionais. Segundo dados le-

vantados junto aos novos assentamentos, há uma expressiva melhora na qualidade de vida da população residente, reduzindo sua vulnerabilidade à fome.

Estimativas preliminares realizadas com base nos dados da PNAD de 1999 indicam um público potencial beneficiário de 1 milhão de famílias (que não possuem terra ou têm área insuficiente e possuem um ou mais membros da família desempregados) nas áreas rurais para serem assentadas com prioridade. Os custos de implantação de assentamentos indicam valores de R\$ 10 a R\$ 20 mil para cada família assentada, dependendo do valor pago à terra e da infra-estrutura pré-existente.

C) PREVIDÊNCIA SOCIAL UNIVERSAL

A Constituição de 1988 ampliou direitos sociais no âmbito da Previdência, reconhecendo o regime de economia familiar nas atividades agropecuárias na condição de credor de um seguro social mínimo para idosos, inválidos e viúvo(as), com discriminação positiva em favor das mulheres (redução do limite de idade para aposentadoria). Esse regime previdenciário especial foi integralmente mantido no texto constitucional atual depois da Emenda 20 de dezembro de 1998 (art. 195, parágrafo 8 e Art. 201, parágrafos 2 e 7-item II).

Por outro lado, esse reconhecimento de direitos sociais mínimos com relação ao trabalho familiar nas atividades agropecuárias não foi seguido de tratamento equânime para o trabalho não-agrícola. Este continua, em geral, submetido às regras do trabalho formal, requerendo-se do segurado, condições de comprovação de tempo de contribuição individualizada à previdência como condição para obtenção do seguro social. Isto precisa ser corrigido, estendendo os mesmos direitos do regime de economia familiar rural ao trabalho familiar urbano.

A idéia é simples: reconhecer para todos os "conta própria" urbanos e rurais nas inúmeras formas de auto-ocupação, a condição de trabalho social necessário e elegível para obtenção dos direitos previdenciários de um salário mínimo, independente de situar-se ou não abaixo da linha de pobreza.

Estimativas preliminares com base nos dados da PNAD de 1999 indicaram um público potencial de 2,9 milhões de pessoas com idade acima do necessário para obter o benefício, mas que não recebem aposentadoria ou pensão públicas. Caso todas estas pessoas sejam atendidas de uma vez, representaria um custo total de R\$ 6,3 bilhões.

D) BOLSA ESCOLA E RENDA MÍNIMA

A exemplo das diversas experiências municipais, estaduais e federais, propõe-se o fornecimento de uma renda mínima às famílias carentes com crianças em idade escolar, de modo que esta renda esteja vinculada à melhoria nos padrões educacionais da população brasileira, através, por exemplo, da composição de um fundo educacional para a criança.

Estimativas do público potencial beneficiário indicam que existem 3,3 milhões de crianças de 7 a 15 anos que não frequentam escola. Caso o benefício seja o triplo do atual Bolsa Escola federal, ou seja, de R\$ 45,00, os custos deste programa seriam de R\$853,7 milhões.

E) INCENTIVO À AGRICULTURA FAMILIAR

O Projeto Fome Zero considera essencial uma política agrícola que favoreça, de fato, a agricultura familiar no país, visando o aumento da produção de alimentos e a proteção ao agricultor de menor renda. Isto pode ser conseguido através de um conjunto de políticas que combinem: seguro agrícola; prioridade à produção interna, recorrendo a importação somente no caso de quebras de safra; incentivo à pesquisa pública que esteja associada a uma política efetiva de assistência técnica; uma política de crédito; incentivo à formação de cooperativas de produção e de comercialização; incentivo para proteção da natureza e a paisagem, através do pagamento de uma renda ambiental nas áreas de preservação obrigatória, entre várias outras.

POLÍTICAS ESPECÍFICAS

São aquelas políticas destinadas a promover a segurança alimentar e combater diretamente a fome e a desnutrição dos grupos populacionais mais carentes.

A) PROGRAMA CUPOM DE ALIMENTAÇÃO – PCA

O Programa Cupom de Alimentação – PCA tem por objetivo substituir a “política” tradicional de combate à fome, baseada no fornecimento de cestas básicas, que possuem caráter temporário, estão sujeitas a oscilações e geram dependência e corrupção. As principais vantagens do Programa estão na possibilidade de poder atingir a população mais pobre (como o programa do leite de 1986 e o americano, que existe há quase 40 anos) e de conseguir ligar os consumidores sem poder aquisitivo com os pequenos produtores de alimentos. É por isso que o PCA pode ser massivo sem correr o risco de provocar os impactos inflacionários típicos de programas que geram distribuição de renda no curto prazo. Ele direciona a capacidade de gasto adicional dos consumidores mais pobres para a aquisição de alimentos, estimulando a produção dos pequenos agricultores locais, um setor de reconhecida capacidade ociosa no país.

São quatro as características básicas do PCA aqui proposto:

- a) complementar a renda das famílias muito pobres até a linha de pobreza, independentemente de já se beneficiarem de outros programas, como o renda mínima, bolsa escola, previdência social, seguro desemprego etc;
- b) exigir sempre uma contrapartida específica das famílias que se beneficiam do programa em termos de ocupação de seus membros adultos como, por exem-

- plo, frequentar cursos de alfabetização, requalificação profissional ou até mesmo prestação de serviços comunitários compatíveis com suas habilidades profissionais, e ter acompanhamento por parte de equipes de saúde etc;
- c) as famílias receberão benefícios dos cupons por um período previamente definido de seis meses ou um ano, prorrogáveis mediante reavaliação enquanto persistirem as causas da insegurança alimentar que as afeta;
- d) os cupons só poderão ser utilizados na compra de alimentos em supermercados, lojas, feirantes ou produtores agropecuários previamente cadastrados. Não será permitido o uso dos cupons em restaurantes ou outros estabelecimentos que não estejam cadastrados. A restrição vale também para quaisquer outras mercadorias não-alimentares como cigarro, produtos de limpeza, remédios, assim como bebidas alcoólicas, doces e salgados tipo *fast food*.

Nos primeiros anos de implantação do PCA, propõe-se que se dê prioridade àquelas famílias já cadastradas nos seguintes programas: assentados de reforma agrária ou famílias comprovadamente pobres que se cadastraram pelo correio para integrarem o programa e que ainda aguardam serem assentados; programas bolsa escola ou bolsa alimentação; desempregados beneficiários ou não do seguro desemprego; famílias com crianças e/ou adultos desnutridos ou em situação de risco, encaminhados pelo sistema público de saúde e que ainda não estejam sendo atendidos pelos programas anteriores.

A prioridade a essas famílias se justifica, primeiro, pelo fato de já estarem cadastradas, o que evita que a implantação do PCA tenha que esperar por um cadastro próprio para entrar em vigência. Segundo, dado o caráter complementar do PCA à renda das famílias este benefício permitiria melhorar significativamente os resultados obtidos pelos outros programas já em andamento.

Propõe-se uma implantação gradativa do PCA, iniciando-se com um programa piloto no primeiro ano, com prioridade para as regiões afetadas pela seca do Nordeste, aumentando-se a abrangência à medida que se expanda a oferta de alimentos disponíveis e os recursos necessários de modo a atingir a meta de incorporar todas as famílias muito pobres com renda inferior a um dólar *per capita* diárias.

Os cupons poderão ser obtidos sob a forma de papel, impresso pela Casa da Moeda, com período de validade especificado, ou sob a forma de créditos em cartão magnético. Recomenda-se que a população de áreas urbanas assistidas receba eletrônicos, minimizando-se assim, o surgimento de um "mercado paralelo" de cupons de alimentação. Nas áreas rurais e nas pequenas e médias cidades onde for difícil a utilização dos cartões, os cupons terão um prazo de validade definido (de um a três meses) para serem trocados por alimentos.

As estimativas indicaram um público potencial beneficiário de 9,3 milhões de famílias muito pobres. O custo total do programa foi estimado em cerca de R\$ 20 bilhões se todas as famílias fossem atendidas em um ano.

B) AMPLIAÇÃO E REDIRECIONAMENTO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR – PAT

A forma como o PAT está hoje estruturado exclui os trabalhadores que não têm registro em carteira e os empregados de pequenas empresas que se utilizam do SIMPLES. São justamente esses os trabalhadores que ganham menos e que deveriam ser priorizados nos programas de combate à fome.

Para os trabalhadores sem qualquer registro e que permanecem na informalidade, não há como destinar recursos do PAT para sua alimentação. Esse público, assim como os desempregados, deverão ser amparados pelo PCA – Programa de Cupons de Alimentação. Já para os trabalhadores que atuam em empresas de pequeno porte, o objetivo da reforma que propomos para o PAT é conseguir que elas sejam atraídas para o programa.

O Projeto Fome Zero propõe que se estabeleçam mecanismos de compensação para as firmas que se utilizam do SIMPLES para o cálculo do Imposto de Renda devido, tendo como base o lucro presumido, para beneficiar isenções na concessão de benefícios de alimentação aos trabalhadores. Essas compensações poderiam vir na forma de descontos sobre a tabela do SIMPLES. O lucro presumido seria abatido, levando-se em conta o valor dos benefícios concedidos ao trabalhador.

As estimativas indicaram a existência de 15,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada que não estão incluídos no PAT. A inclusão de todos estes trabalhadores no PAT resultaria em um custo de renúncia fiscal da ordem de R\$ 203,7 milhões.

C) DOAÇÕES DE CESTAS BÁSICAS EMERGENCIAIS

O Projeto Fome Zero propõe que as pessoas famintas (com baixa capacidade energética), as populações atingidas por calamidades naturais (secas e enchentes, por exemplo) e os novos assentados da reforma agrária tenham direito a receber cestas de alimentos por um período determinado. A experiência mostra que, em situações de calamidade, sempre há um conjunto de agentes que se aproveitam da situação para sonegar alimentos, aumentar as suas margens de vendas ou substituir produtos por outros de menor qualidade.

Além deste público mais específico, devem ser incluídas também, as famílias que estejam inseridas nos critérios do Cupom de Alimentação, mas que residam em locais distantes de mercados para compra dos produtos alimentares. A proposta é que estes grupos sejam paulatinamente inseridos no Programa Cupons de Alimentação assim que se desenvolva o comércio local.

D) COMBATE À DESNUTRIÇÃO MATERNO-INFANTIL

É necessário implantar medidas mais ativas não apenas para corrigir mas para prevenir a desnutrição infantil, atendendo a crianças menores de um ano, bem como gestantes e mães em fase de amamentação. Uma delas é ampliar o fornecimento de produtos alimentares, como o leite, e de nutrientes básicos, como ferro

e vitaminas, para as crianças inscritas nas redes públicas de serviços de saúde e de assistência social, visando universalizar os programas já existentes.

As estimativas realizadas pelo Projeto indicaram a existência potencial de 1,3 milhão de crianças com desnutrição crônica no Brasil, somadas a mais 1,2 milhão de mães destas crianças, que devem ser atendidas prioritariamente por este programa.

E) MANTER ESTOQUES DE SEGURANÇA

O Projeto Fome Zero propõe a formação de estoques de alimentos que garantam a segurança alimentar, ou seja, um volume mínimo de produtos da cesta básica que respondam pelo consumo durante o período necessário para se importar ou expandir a oferta.

Dois elementos devem ser levados em conta na estruturação da política de estoques de segurança:

- a) estimular as compras nas regiões produtoras para consumo na própria região;
- b) evitar a importação de alimentos sempre que houver disponibilidade interna suficiente.

F) AMPLIAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR

As análises dos dados disponíveis sobre o consumo da merenda revelam que é baixa a contribuição das refeições distribuídas nas escolas para o suprimento das recomendações de energia e de nutrientes (especialmente quanto aos minerais) para o grupo-alvo do programa. Nossa proposta é de elevação do aporte calórico e nutricional diário da merenda que hoje é, por lei, de apenas 15%. Em alguns estudos verificou-se que essa proporção pode ser bem maior, chegando a até 100% das recomendações diárias de energia e nutrientes em alguns municípios.

Além disso, propõe-se uma ampliação do atendimento também para os irmãos dos escolares e para a rede de educação infantil (creches e EMELs), especialmente nos municípios mais pobres.

Outra questão importante está na utilização de produtos regionais na composição da merenda. Pesquisas mostram que a participação dos produtores agrícolas locais nas compras da merenda ainda é muito pequena. Acredita-se que um maior apoio técnico dado aos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar e aos produtores locais permitiria que se conseguisse, ao mesmo tempo, garantir alimentos mais frescos (frutas e verduras obrigatórias) e compatíveis com as características culturais locais e uma melhoria na renda dos agricultores e da agroindústria da região.

Estimou-se a existência de cerca de 35 milhões de crianças em idade escolar. Caso se duplique o atual repasse federal por criança/dia, que hoje é de R\$ 0,13, o custo suplementar estimado seria de cerca de R\$909 milhões. Isto, sem contar o atendimento aos irmãos dos alunos e da rede infantil de ensino nos municípios mais pobres.

G) GARANTIA DE SEGURANÇA E QUALIDADE DOS ALIMENTOS

Enfocar as atividades com o princípio da prevenção em vez do princípio da correção é outro desafio para um programa de garantia da segurança dos alimentos no Brasil. Atividades como o controle preventivo, a implementação de um sistema de informações e vigilância da segurança dos alimentos, a educação dos indivíduos envolvidos na cadeia produtiva, a promoção de estudos científicos e transferência de tecnologia e métodos para prevenir riscos e melhorar a segurança devem ser priorizadas. É fundamental também, que o consumidor tenha a informação no rótulo sobre a origem do alimento que consome, além de material informativo sobre os riscos dos produtos geneticamente modificados.

Coerente com o diagnóstico realizado, de que o problema da fome hoje no Brasil não é a falta de disponibilidade de alimentos, mas sim o acesso a eles, não concordamos que a produção de alimentos transgênicos possa ajudar a combater a fome no país. É preciso também, controlar a entrada de alimentos transgênicos no país, até que se tenham resultados de pesquisas suficientes que comprovem que estes produtos não promovem riscos à saúde e ao meio ambiente.

H) PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO

Existem dois problemas associados à falta de uma dieta balanceada, a inadequação quantitativa (tanto para excesso como para carência) e a inadequação qualitativa. Assim, ações na área de educação alimentar têm efeitos preventivos importantes, tanto para o combate à desnutrição, quanto para a o combate à obesidade.

O Projeto Fome Zero propõe uma atuação em duas frentes. A primeira seria uma posição ativa por parte do poder público no sentido de estabelecer campanhas publicitárias e palestras sobre educação alimentar e educação para o consumo.

A outra frente seria a criação e implementação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos Industrializados – NBCAI, à semelhança daquela implementada com sucesso a partir dos anos 1980 com o objetivo de promover o aleitamento materno.

POLÍTICAS LOCAIS

O Projeto Fome Zero propõe também um conjunto de políticas que podem ser implantadas pelos estados e municípios, a grande maioria em parcerias com a sociedade civil. São basicamente programas já em funcionamento nos municípios com relativo sucesso. Algumas propostas estão detalhadas segundo as áreas de residências (áreas urbanas metropolitanas, áreas urbanas não-metropolitanas e áreas rurais), ressaltando suas especificidades.

A) PROGRAMAS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A experiência tem revelado a importância de que haja uma secretaria municipal (ou um departamento) dedicada ao abastecimento alimentar.

No âmbito municipal, existem diversos organismos, geralmente sob a estrutura de secretarias municipais, que podem atuar conjuntamente neste campo: secretarias de abastecimento alimentar (que geralmente atuam na gestão dos equipamentos); secretarias de agricultura (que atuam na área rural/agrícola); secretarias de educação (área da merenda escolar); secretarias de saúde (áreas de prevenção e combate à desnutrição materno-infantil, por exemplo); secretarias de assistência social (que atuam com indigentes, pessoas e famílias carentes em geral); além de áreas como a vigilância sanitária.

Uma iniciativa premente é a realização de "Censos Municipais da Fome", para que cada município cadastre a população que passa fome ou que está em situação de vulnerabilidade à fome. Isto poderia ser realizado com o apoio dos órgãos locais de saúde e de assistência social, por exemplo.

B) PROGRAMAS LOCAIS PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS**Restaurantes Populares**

Grande parte da população que trabalha em áreas metropolitanas faz pelo menos uma das suas refeições fora de casa, geralmente o almoço, e necessita disponibilidade, qualidade e preços reduzidos.

Propõe-se um programa de restaurantes populares que possa fornecer refeições a preço de custo para atender uma enorme demanda de trabalhadores de baixa renda que hoje se alimenta de forma não satisfatória nas ruas.

Levantamentos mostram que uma refeição em restaurantes populares poderia custar R\$ 1,80, considerando-se todos os custos variáveis e gastos com mão-de-obra, a exemplo do custo do Restaurante Popular de Belo Horizonte. Não estariam incluídos neste cálculo os dispêndios com a instalação do restaurantes, aluguéis, reformas ou outras despesas locais que podem ser cedidos pelo poder público. Caso os gastos com pessoal e manutenção da infra-estrutura sejam cobertos pelas prefeituras, governos estaduais ou entidades beneficentes como ocorre hoje, o custo da refeição poderia ser próximo de R\$ 1,00.

Banco de Alimentos

A doação, para organizações beneficentes e população carente, de alimentos que seriam desperdiçados, envolve propostas que vão desde a captação de alimentos até sua distribuição. O Projeto Fome Zero endossa a proposta de institucionalização do Estatuto do Bom Samaritano, que está tramitando no Congresso Nacional. O Estatuto do Bom Samaritano facilita a doação de alimentos, desburocratizando o processo, reduzindo os custos e eliminando responsabilidades indevidas. A aplicação dessa nova legislação deverá provocar um significativo au-

mento no aporte de alimentos colocados à disposição das entidades para a alimentação da população carente.

Modernização dos equipamentos de abastecimento

O funcionamento de equipamentos como varejões, sacolões, comboios e compras comunitárias deve ser recolocado como uma alternativa viável de barateamento da alimentação em áreas urbanas, metropolitanas ou não.

Para que se possa viabilizar essas políticas, é preciso também incentivar a criação de centrais de compra e distribuição nas periferias das regiões metropolitanas, que dariam apoio logístico e comercial à operação dos concessionários e pequenos varejistas. Estes, por sua vez, teriam, como contrapartida, de comercializar os alimentos de cesta básica e também outros gêneros alimentícios a preços mais baratos.

Novo relacionamento com as redes de supermercados

Uma nova política para o setor de abastecimento exige também uma nova relação com as redes supermercadistas, para se evitar uma excessiva concentração no varejo e de torná-los parceiros numa política de segurança alimentar.

Esse novo relacionamento de buscar a parceria dos supermercados é fundamental para a implantação de uma política de segurança alimentar hoje nos municípios, uma vez que grande parte das compras de alimentos das populações de mais baixa renda se faz aí. Programas como os de cupons de alimentos tendem a ter resultados positivos para esses agentes, pois podem ampliar o seu público de clientes. A rede varejista é fundamental também para a comercialização de produtos agrícolas e agroindustriais produzidos nas localidades e que se pretende incentivar através de programas de Reforma Agrária e desenvolvimento da produção familiar.

C) PROPOSTAS LOCAIS PARA ÁREAS URBANAS NÃO-METROPOLITANAS (PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES)

Banco de Alimentos

Os Bancos de Alimentos para a população vulnerável à fome das pequenas e médias cidades devem ter funcionamento semelhante ao proposto para as regiões metropolitanas. No entanto, como se trata de uma escala de atuação menor, é possível que os produtos sejam entregues com algum tipo de processamento, dando maior atenção ao aspecto e qualidade dos alimentos. Vale lembrar ainda que para esse caso os doadores de alimentos também seriam beneficiados com as vantagens previstas no Estatuto do Bom Samaritano.

Parceria com varejistas

Nas comunidades urbanas de menor porte é importante, também incentivar o comércio local para evitar a concentração excessiva do setor, desde que se possa praticar preços re-

duzidos e manter a qualidade do produto vendido. Isso é perfeitamente possível se houver investimentos em equipamentos e logística de distribuição.

A proposta do Projeto Fome Zero é criar uma parceria entre grupos de varejistas (incluindo feirantes, mercearias e pequenos comércios) e o poder público local para a instituição de um sistema de compras em comum. O poder público deverá ser estabelecer um teto para os preços dos produtos da cesta básica, com um certo controle das margens de comercialização do pequeno varejo.

Modernização dos equipamentos de abastecimento

Nas áreas urbanas não-metropolitanas (pequenas e médias cidades), a presença do poder público no abastecimento pode ser dinamizada através de ações que incentivem a ligação direta do consumidor com os produtores agrícolas locais. Dessa forma, cabe ao poder público organizar e incentivar campanhas de consumo e distribuição de alimentos produzidos regionalmente, do tipo "feira do produtor", por exemplo.

Devido à ação das grandes redes intermediárias, é muito comum que produtos in natura façam um longo passeio e regiões inteiras sejam abastecidas por suprimentos provenientes de áreas distantes. No caso de produtos industrializados como o leite, laticínios e carnes ocorre o mesmo. Deve-se portanto, incentivar e aproximar produtores e consumidores de uma mesma região criando laços locais e reforçando os gostos e sabores estabelecidos em um determinado ambiente.

Agricultura urbana

A conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar local precisa ser mais valorizada nos pequenos e médios municípios.

Várias iniciativas de alçada municipal podem estimular programas como "Feira do Produtor" e sistemas de entrega no domicílio de produtos frescos; cursos de formação para criação de hortas nas escolas; cadastro de terrenos urbanos sem uso para produção de hortas e a cessão para produção, por tempo determinado previamente, para pessoas interessadas e sem emprego; e alíquotas diferenciadas de IPTU para terrenos aproveitados para este uso.

D) POLÍTICAS PARA AS ÁREAS RURAIS

Apoio à agricultura familiar

O Projeto Fome Zero propõe que as prefeituras e os governos estaduais e federal usem, sempre que possível, seu poder de compra derivado da demanda institucional, para a merenda escolar, creches, hospitais, quartéis, restaurantes populares etc, em favor dos agricultores familiares.

Paralelamente a estas iniciativas, outras ações são necessárias para que sejam atingidos os objetivos da diminuição dos custos e do aumento da qualidade:

- Assistência técnica, geralmente negligenciada pelas administrações públicas, é um item a ser fortalecido.
- Acesso ao crédito: é necessário um redirecionamento do PRONAF para que atinja efetivamente os agricultores menos capitalizados. Paralelamente, é interessante que os governos estaduais e municipais apoiem as entidades associativas de microcrédito, com a criação de fundos de aval.
- Apoio à comercialização por meio, por exemplo, da intermediação de contatos com empresas interessadas em produtos regionais vindos da pequena produção ou de produção "limpa", ou do oferecimento de espaços nos equipamentos de abastecimento já tradicionais das cidades (feiras e varejões).
- Infra-estrutura. Essa é uma das áreas de atuação tradicional das administrações municipais, apesar de muitas vezes, ela carecer de uma clara priorização dos pequenos agricultores nos investimentos realizados. Pontes, estradas rurais, açudes, balcões de armazenagem e apoios para aquisição de caminhões são possíveis de serem construídos com os equipamentos e recursos municipais, com custo reduzido. Essa é uma estratégia importante para aumentar o emprego nas áreas rurais, com o aumento da oferta de postos de trabalho.

Apoio à produção para autoconsumo

O instrumento utilizado é a doação, por parte das prefeituras ou dos governos estaduais, de sementes, insumos e ferramentas específicas para o uso em hortas e jardins, bem como matrizes para iniciar a criação de pequenos animais (abelhas, coelhos, aves, cabras etc).

As prefeituras devem também estimular o cultivo em terrenos baldios por meio de programas de hortas comunitárias, bem como a comercialização individual ou coletiva desses alimentos em "feiras do produtor" como já citado.

ORIGEM DOS RECURSOS

Julga-se necessário incluir as políticas contidas neste documento, juntamente com outras da área da educação, saúde, regularização fundiária, dentro de um **orçamento próprio**, no nível federal. Isto se deve à vulnerabilidade no sistema atual, ao contingenciamento total ou parcial de determinadas dotações segundo diretrizes de cortes nos gastos públicos, e também frente a alocação insuficiente de recursos.

Hoje, à exceção dos gastos com educação e reforma agrária, os demais gastos sociais (previdência, saúde e assistência social) encontram-se previstos no orçamento da **Seguridade social**, que tem como principais fontes de recursos as contribuições do INSS, a contribuição sobre o lucro líquido de pessoas jurídicas, o PIS/PASEP, a Cofins e a CPMF. Para o ano de 2002, a proposta orçamentária, que já se encontra no Congresso Nacional, prevê R\$ 164,8 bilhões para o orçamento da Seguridade Social, incluindo cerca de R\$ 4,2 bilhões no Fundo de Assistência

Social, que garanta recursos para programas de atendimento aos idosos, às crianças carentes e aos deficientes físicos.

Se discutirmos as fontes de financiamento às políticas propostas no Projeto Fome Zero dentro do atual modelo de engessamento dos gastos públicos, acabar-se-á tendo que buscar novas fontes ou remanejamento de receitas já existentes. No entanto, verifica-se que os gastos sociais (exceto a previdência) dos diversos programas sociais realizados atualmente são da ordem de R\$ 45 bilhões ao ano, o que é mais do que o dobro dos recursos necessários à implantação do Programa de Cupons de Alimentação proposto.

É possível portanto, tanto redirecionar parte do orçamento já existente, como também prover novos aportes de recursos adicionais resultantes de um ritmo maior de crescimento da economia, assim como da redução dos juros e do pagamento do serviço da dívida pública e também do melhor gerenciamento dos recursos disponíveis via redução do desperdício e corrupção hoje existentes.

O recém criado Fundo de Combate à Pobreza, estimado em cerca de R\$ 4 bilhões anuais, é uma dessas novas fontes de recursos que poderão ser redirecionados para financiar os programas aqui propostos.

Outra fonte são as iniciativas dispersas já existentes de doações por parte de empresas e de pessoas físicas, que poderão ser redirecionadas de uma forma coordenada através de parcerias entre governo e sociedade civil de modo a se obter um impacto maior sobre a redução da fome e da pobreza. Uma forma de estimular essas doações é a criação de incentivos, como o desconto no Imposto de Renda, a exemplo do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo. Outro caminho é o do "marketing social", casos do www.clickfome.com.br, de iniciativa da Ação da Cidadania – Comitê Rio, um site onde empresas cadastradas doam uma cesta de alimentos a cada clique efetuado pelo visitante, do Instituto Ethos, da Fundação Abrinq e do Gife (Grupo de Estudos e Fundações Empresariais) da Câmara Americana de Comércio, que incentivam a ação social.

A INSTITUCIONALIDADE

A versão preliminar do Projeto Fome Zero trouxe a proposta de criação de um Ministério Extraordinário para articular as diversas políticas de combate à fome nas diferentes instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), bem como as ações de entidades da sociedade civil.

As sugestões recebidas durante as discussões públicas dessa versão preliminar do Projeto apontaram para duas mudanças fundamentais na institucionalidade inicialmente proposta:

- a) como o combate à fome deve ser parte de uma política permanente de Segurança Alimentar, necessita-se de uma configuração institucional que não tenha um caráter temporário, como é o caso de um ministério extraordinário;

b) dada a complexidade envolvidas nas articulações com a sociedade civil e com a própria máquina governamental, o papel de coordenação de uma política de segurança alimentar tem que estar diretamente vinculado à Presidência da República sob pena de se transformar em mais uma das políticas governamentais de alcance limitado do ministério a que estiver subordinada.

A recuperação da experiência anterior do CONSEA foi apontada como sendo o melhor caminho a seguir, proposta endossada pelo Projeto Fome Zero..

O CONSEA representou uma novidade em termos de mecanismos de governabilidade no país: representantes do primeiro escalão do Governo Federal e da sociedade civil discutiam propostas que poderiam acelerar o processo de erradicação da pobreza e da miséria. Foram gestadas e/ou viabilizadas propostas de políticas públicas inovadoras, tais como: a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda, a busca de transparência na gestão de recursos públicos e a criação do PRODEA como mecanismo de aproveitamento de estoques públicos de alimentos a ponto de serem perdidos. Mais inovadoras ainda foram as formas de gestão implementadas no processo, com a criação de múltiplos grupos de trabalho mistos (sociedade civil/ governo) que acabaram por consolidar uma nova prática e cultura de gestão compartilhada de políticas públicas.

Uma das grandes limitações do CONSEA no entanto, foi que por definição governamental, as decisões referentes à política econômica continuaram a passar à margem das discussões sobre o impacto das mesmas sobre a segurança alimentar, a fome e a miséria da população. Ou seja, a articulação limitava-se aos ministérios da área social e, muitas vezes, o CONSEA reduziu-se a apenas mais um mecanismo de pressão para garantir recursos para políticas e programas sociais. Assim, a decisão de transformar o combate à fome e à miséria em prioridade não foi adotada pela área econômica, que continuou a aceitar as prescrições dos organismos financeiros internacionais, independentemente do impacto que pudessem ter sobre o agravamento da exclusão social, da fome e da desnutrição.

Recomenda-se que as decisões tomadas no CONSEA e assumidas pelo Presidente da República devam ser implementadas sob a coordenação de uma autoridade com mandato governamental. Nesse caso, sugere-se que esse trabalho seja desenvolvido pelo Ministério do Planejamento articulando-se com os demais ministérios e agências governamentais.

Considerando-se que existem diferentes funções a serem exercidas no Conselho por parte de integrantes do governo e representantes de organizações não-governamentais, seria importante promover a constituição de duas secretarias executivas. Em uma primeira seriam feitas as articulações junto aos diferentes órgãos de governo enquanto a outra cuidaria da interlocução com entidades não-governamentais. Essa proposta de parceria entre governo e sociedade civil permite uma gestão com participação popular abre um canal para a implementação de demandas emanadas das diversas organizações populares.

Síntese das Estimativas de Custos e Origem

dos Recursos dos Programas Específicos do Projeto Fome Zero

Programas	Implantação	Público beneficiado (mil pessoas)	Custo total anual em R\$ mil (ano)	Fonte de recursos
Estímulo à produção para auto-consumo	Federal/ Municipal	6.370	- (a)	Programas de Política Agrícola e recursos municipais
Cupom de alimentação	Federal/ Estadual/ Municipal e Sociedade civil	44.043	19.961.242	Tesouro, Fundo de Combate à Pobreza e Fundo Assistência Social
Cesta básica emergencial	Federal/ Estadual/ Municipal e Sociedade civil	Não estimado	- (b)	Tesouro, Fundo de Combate à Pobreza e Fundo Assistência Social
Combate à desnutrição infantil e materna	Federal/ Municipal	2.507	- (a)	Orçamento da Saúde e Prefeituras
Segurança e qualidade dos alimentos	Federal/ Estadual/ Municipal e Sociedade civil	Toda população	- (a)	Orçamento da Saúde, do Ministério da Agricultura e apoio privado
Educação alimentar	Federal/ Estadual/ Municipal e Sociedade civil	Toda população	- (a)	Orçamento da Educação e da Saúde nos três níveis de governo e apoio privado

Fonte: Tabulações especiais da PNAD 1999 e Contagem da População de 1996 - IBGE.

(a) Dados não disponíveis, pois os custos estão contemplados nos orçamentos das esferas de governo respectivas.

(b) Os custos estão incluídos no Programa Cupom de Alimentação.

Nota: As pessoas e famílias podem ser atendidas por mais de um programa. Portanto, os números desta tabela não devem ser totalizados.

**ATA DA 116ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2001**
(Publicada no DSF de 20 de setembro de 2001)

RETIFICAÇÃO

No Anexo ao Parecer nº 1.024, de 2001, da Comissão Diretora, que ofereceu a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2001 (nº 3.115, de 1997, na origem), que *dispõe sobre as Sociedades por Ações*, e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que *dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários*, na forma do texto consolidado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário,

Nas páginas 22351, segunda coluna, e 22352, primeira coluna, no art. 4º do Projeto, onde se lê:

“Art. 4º

‘Art. 1º

Art. 2º

II - os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;

.....
.....”

Leia-se:

“Art. 4º

‘Art. 1º

Art. 2º

II - os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso I;

.....
.....”

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**N.º 132 DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução n.º 09, de 1997, que altera Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE**:

Designar os servidores Leila Silva, matrícula n.º 4072, Paula Gonçalves Calhau, requisitada do MEC, José Antônio Tavares de Oliveira, matrícula n.º 1797, Heine Oliveira Lima, matrícula 3924-SEEP, Inês Sampaio Pacheco, matrícula 4626, e Celice Leite Martinêz Fernandes, matrícula 5130, para, sob a presidência da primeira e nos seus impedimentos, da segunda, comporem a Comissão Especial destinada a prestar informações sobre peças e documentos históricos do Museu do Senado aos visitantes, desenvolver atividades nos eventos culturais promovidos pelo Museu e divulgar o Museu Virtual, a partir de 1º de novembro de 2001 e até 31 de janeiro de 2002.

Senado Federal, 16 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 133 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal.

RESOLVE:

prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 112, de 2001, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1977, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ~~uso~~ de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404 e MANOEL FRANCISCO RÉGIS, matrícula nº 2328, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011415/01-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*Republicado por haver alterações no contexto do Ato.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1978, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no ~~uso~~ de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404 e MANOEL FRANCISCO RÉGIS, matrícula nº 2328, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011403/01-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*Republicado por haver alterações no contexto do Ato.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1979, DE 2001**

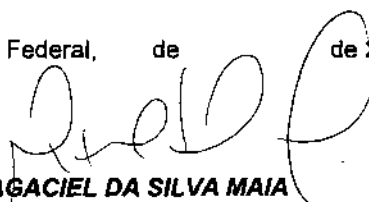
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404 e MANOEL FRANCISCO RÉGIS, matrícula nº 2328, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011405/01-5 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*Republicado por haver alterações no contexto do Ato.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1980, DE 2001**

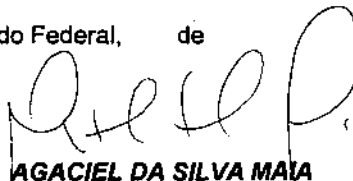
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404 e MANOEL FRANCISCO RÉGIS, matrícula nº 2328, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011413/01-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

*Republicado por haver alterações no contexto do Ato.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1983, DE 2001**

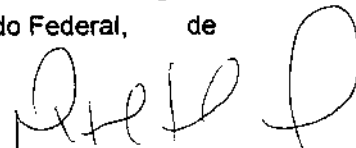
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404 e EDVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO, matrícula nº 4214, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011424/01-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

*Republicado por haver alterações no contexto do Ato.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 1985, DE 2001**

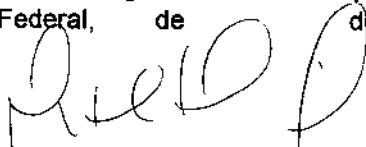
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ANTÔNIO CÉSAR NÓBREGA DE MOURA, matrícula nº 4404 e EDVALDO OLIVEIRA DE CARVALHO, matrícula nº 4214, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011426/01-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, de de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

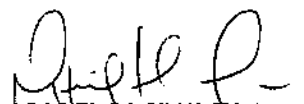
*Republicado por haver alterações no contexto do Ato.

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1996 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997.

RESOLVE dispensar a servidora **IZABEL PEREIRA MARQUES**, matrícula 2286, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico Industrial, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, Símbolo FC-6, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assessoramento, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1997, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013545/01-9,

RESOLVE dispensar a servidora **TAIDE ARAGÃO CAMPELO**, matrícula 4177, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Secretaria Administrativa, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 26 de setembro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



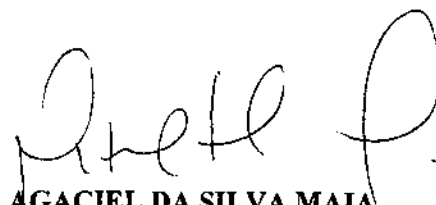
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1998, DE 2000**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013547/01-1,

RESOLVE designar o servidor CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA, matrícula 3101, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Secretaria Administrativa, com efeitos financeiros a partir de 26 de setembro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 1999, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 010952/01-2,

RESOLVE designar o servidor JODIMAR ALVES DE CASTRO, matrícula 2431, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 01 de agosto de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



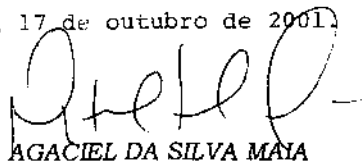
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2000 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013705/01-6,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, e, considerando que na certidão de óbito de ex-servidor consta a existência de 2 (dois) filhos ainda não identificados, e que pensão civil é de caráter alimentar, conceder pensão vitalícia a NOEMIA SAMPAIO GOMES, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), e reservar 02 (duas) cotas de 1/4 (um quarto) inominadas, dos proventos que percebia o servidor aposentado RUBEM DA CUNHA GOMES, matrícula 00099, a partir data do óbito, 14/09/2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2001 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013775/01-4,

RESOLVE dispensar o servidor CLÁUDIO MEDEIROS DE SOUZA, matrícula 1340, ocupante do cargo efetivo de Analista Legistivo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço de Conferência e Revisão, Símbolo FC-7, da Subsecretaria de Expediente, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino Braga, com efeitos financeiros a partir de 01 de outubro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2002, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 012614/01-7,

RESOLVE dispensar o servidor EVILÁSIO RISTOW, matrícula 4957, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Nabor Júnior, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de setembro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2003, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 013445/01-4,

RESOLVE dispensar a servidora AURORA PEREIRA CAVALCANTE FRANÇA, matrícula 3990, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Sérgio Machado, com efeitos financeiros a partir de 24 de setembro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



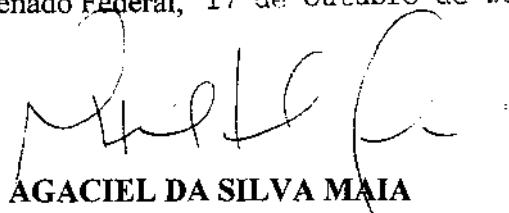
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2004 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014057/01-8,

RESOLVE designar a servidora AURORA PEREIRA CAVALCANTE FRANÇA, matrícula 3990, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Freitas Neto, com efeitos financeiros a partir de 25 de setembro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



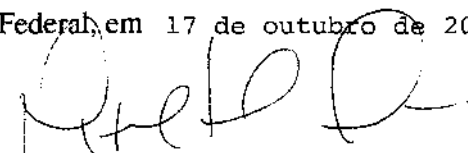
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2005, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs. 014498/01-4 e 014499/01-0,

R E S O L V E exonerar **THALIS AUGUSTO OLIVEIRA MURRIETA**, matrícula n.º 31.329, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Sérgio Machado e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2006, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 013447/01-7,

RESOLVE dispensar a servidora **ANDREYA CARNEIRO VIEIRA**, matrícula 4769, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Sergio Machado, com efeitos financeiros a partir de 24 de setembro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001.



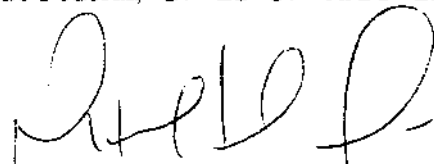
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2007, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 013448/01-3,

RESOLVE dispensar a servidora **LINDALVA UMBELINA FERREIRA**, matrícula 1962, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Sergio Machado, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Liderança do PSDB, com efeitos financeiros a partir de 24 de setembro de 2001.

Senado Federal, 17 de outubro de 2001



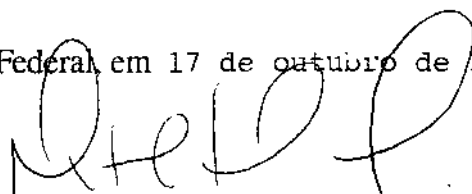
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2008, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 14464/01-2,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **HUGO CÉSAR MARQUES**, matrícula n.º 32023, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.

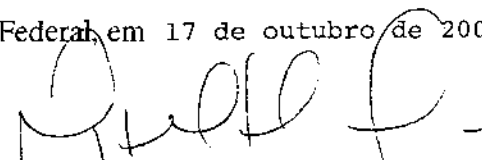


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2009 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014579/01-4**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GIOVANNA MOTA MONTEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria. Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

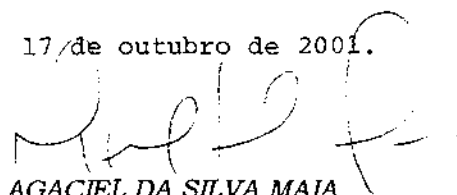
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2010 , de 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013836/01-3,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a ELISA RODRIGUES DOS SANTOS, na condição de cônjuge, na proporção de 2/4 (dois quartos), e pensão temporária a GEISON RICARDO DOS SANTOS e KAMILA NATIELLY RICARDO DOS SANTOS, na condição de filhos menores, na proporção de 1/4 (um quarto) para cada um, dos proventos que percebia o ex-servidor GENIBALDO RICARDO DA SILVA, matrícula 04108, a partir data do óbito, 23/09/2001.

Senado Federal, 17/de outubro de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

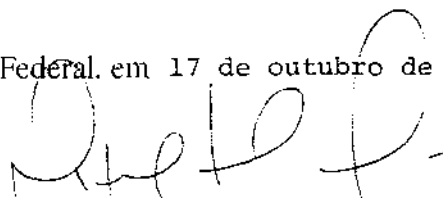
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2011, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 014508/01-0 e 014577/01-1,

R E S O L V E exonerar **DOUGLAS GUARINO DE FELICE**, matrícula n.º 31417, do cargo de Assessor Técnico, do Gabinete da Liderança do PSDB e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.



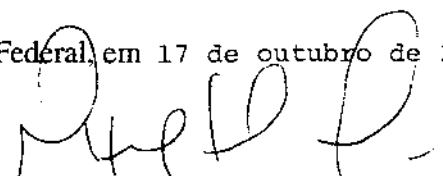
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2012, DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014438/01-1,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ANNA CHRISTINA ROSA DE SANTANA**, matrícula n.º 32089, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.



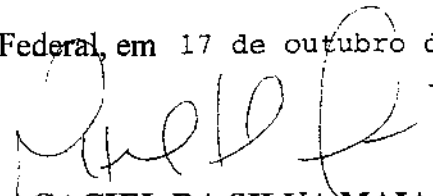
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2013 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014438/01-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **GISELLE RIBEIRO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.



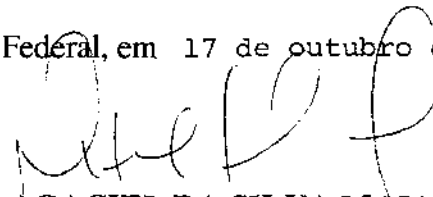
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 2014 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014434/01-6**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO ATHAYDE** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Artur da Távola.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 2015 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014243/01-6,

RESOLVE designar o servidor WANDERLEY JOSÉ NEIVA SOUTO, matrícula 2388, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Iris Rezende, com efeitos financeiros a partir de 08 de outubro de 2001.

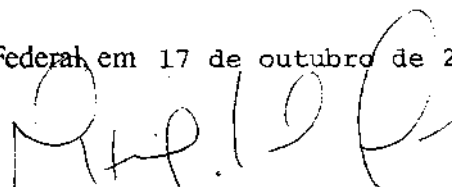
Senado Federal, 17 de outubro de 2001

**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral****ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2016 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014507/01-3,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RAIMUNDO ERIVELTO DE SOUZA**, matrícula n.º 31.754, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.

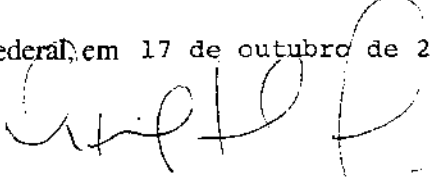
**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2017 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.502/01-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSELETE JARSCHER CABRAL SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.



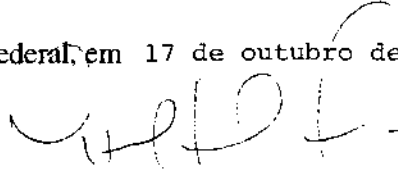
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2018 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014.501/01-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA TERESA SILVA PORTO RAMOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSDB.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.



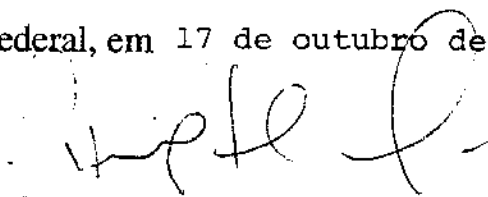
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 2019, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 014.500/01-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **WILSON DA SILVA VICENTINO JÚNIOR**, matrícula n.º 31.944, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 17 de outubro de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral